

## PRAZO FINAL



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



## TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Certifico para os devidos fins que aos 26 de agosto de 2022, nesta Câmara Municipal de Monte Mor, fiz a abertura do Volume III do processo Político Administrativo, referente denúncia nº 02/2022, às fls. 685.

Faço nesta data também, a juntada no processo nº 02/2022 dos documentos referentes ao Mandado de Segurança nº 1002118-142022.826.0372 impetrado por Marcelo Pelegrini Barbosa e Edivaldo Antônio Brischí contra a Presidente da Comissão Processante da Câmara Municipal de Monte Mor conforme notificações via AR (folhas 680, 681, 682 e 683) do Volume II deste processo.

Monte Mor, 26 de agosto de 2022

  
**VEREADORA WAL DA FARMÁCIA**  
PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE





fls. 29

fls. 33



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE MONTE MOR

FORO DE MONTE MOR

2ª VARA

RUA JOÃO CARLOS GOMES CARNEIRO, 12, Monte Mor-SP - CEP 13190-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

**URGENTE - Plantão****PROCESSO DIGITAL - MANDADO DE NOTIFICAÇÃO E REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES EM MANDADO DE SEGURANÇA**

Processo Digital nº: 1002134-65.2022.8.26.0372  
Classe - Assunto: Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais  
Impetrante: Edivaldo Antonio Brischí  
Impetrado: Presidente da Comissão Processante nº 02/2022  
Oficial de Justiça: \*  
Mandado nº: 372.2022/006429-5

Tramitação prioritária

Pessoa(s) a ser(em) notificada(s):

**Impetrado: PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE Nº 02/2022, VALDIRENE JOANDSIN SILVA**, com endereço à Ruge Maluf, 61, Centro, CEP 13190-027, Monte Mor - SP

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 2ª Vara do Foro de Monte Mor, Dr(a). Rafael Imbrunito Flores, na forma da lei,

**MANDA** a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, proceda à

**NOTIFICAÇÃO** do(a) impetrado(a) supracitado(a) dos atos e termos da ação proposta, para fins do disposto no artigo 7º, inciso I, da Lei 12.016/2009, para que **PRESTE AS INFORMAÇÕES** sobre o alegado no prazo de 10 (dez) dias, de acordo com a r. decisão de seguinte teor: "Vistos. Trata-se de mandado de segurança impetrado por Edivaldo Antonio Brischí contra ato emanado pela senhora Valdirene Joandsin Silva, aduzindo, em suma, que foi instaurada comissão processante contra o impetrante, prefeito municipal, oportunidade na qual foi ofertada defesa prévia e esta rejeitada. Designou-se, para amanhã às 10h, seu depoimento pessoal. Entende, contudo, que deve ser aplicada a regra do CPP, com sua oitiva ao final, sob pena de violação do contraditório e ampla defesa. Pede, em liminar, a suspensão. Decido. Analiso o pedido liminar sem abrir vista ao Ministério Público, na medida que os autos foram distribuídos após o fim do horário forense e o ato será realizado amanhã, pela manhã. Indefero o pedido de suspensão dos trabalhos. É certo que, via de regra, após a alteração do Código de Processo Penal, a oitiva do investigado deve se dar ao final, em abono os princípios do contraditório e da ampla defesa. Contudo, não se pode esquecer que incide, a hipótese, o princípio do pas de nullité sans grief, ou seja, não há nulidade sem prejuízo. O ato sequer aconteceu e, como se sabe, há o direito de permanecer em silêncio, eis que investigado é. Assim, por ora, não há motivos que justifiquem a suspensão dos trabalhos. Em caso análogo, assim já se decidiu. Confira-se: AGRADO DE INSTRUMENTO. Decisão que indeferiu liminar que visava suspender os efeitos do Decreto Legislativo nº 334, de 2022, de cassação de prefeito municipal, reconduzindo o agravante ao cargo. Alegação de violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa ao inverter a ordem de oitiva de testemunhas e depoimento pessoal do acusado. Alteração na ordem de arguição, inspirada na reforma do Código de Processo Penal, que garante maior eficiência à defesa que atua conhecendo os termos das imputações que lhe são feitas. Hipótese em que não se vislumbra vício a inquinar o procedimento administrativo de cassação, que configura ato político reservado ao Poder Legislativo local, limitando-se o Poder Judiciário ao controle da legalidade do procedimento que, no caso, primo fectu oculi, é regular. Decisão mantida. Recurso não provido.

Valdirene Joandsin Silva

1002134-65.2022.8.26.0372

24/08/2022 - 17:500

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOSE RUFINO MARINHO GUSMAO. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>. Informe o processo 1002134-65.2022.8.26.0372 e o código D31700C.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARLI LAZZARINI DOS REIS BOLOTA, liberado nos autos em 23/08/2022 às 10:38. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1002134-65.2022.8.26.0372 e código D33337A.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MONTE MOR**  
**FORO DE MONTE MOR**  
**2ª VARA**

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, ., Jardim Guanabara - CEP  
 13190-000, Fone: (19) 2141-2606, Monte Mor-SP - E-mail:  
 montemor@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**



**CERTIDÃO**

Processo Digital nº: **1002134-65.2022.8.26.0372**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais**  
 Impetrante: **Edivaldo Antonio Brischí**  
 Impetrado: **Presidente da Comissão Processante nº 02/2022**  
 Situação do Mandado: **Cumprido - Ato positivo**  
 Oficial de Justiça: **Marli Lazzarini Dos Reis Bolota (25811)**

Tramitação prioritária

**CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO**

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 372.2022/006429-5 dirigi-me, na data de 04/08/2022, por volta das 17h20min, à Câmara Municipal de Monte Mor, localizada na Rua Rage Maluf, nº 61, centro, Monte Mor/SP, onde encontrei o imóvel fechado. Sendo assim, dirigi-me à Avenida das Andorinhas, nº 112, Condomínio Reserva da Mata, Residencial Jardim Itapoan, Monte Mor/SP, e aí sendo **NOTIFIQUEI pessoalmente O Impetrado: Presidente da Comissão Processante nº 02/2022, VALDIRENE JOANDSIN SILVA, de todo teor e fins do presente mandado.** Aceitou a contrafé, com senha de acesso da parte aos autos, após leitura que lhe fiz, ouviu; exarando o seu ciente no anverso das fls. deste, conforme se vê. O referido é verdade e dou fé.

Monte Mor, 05 de agosto de 2022.

A contar: = 01 cota. R\$ 95,91. Guia 7035.



**1ª Vara Judicial da Comarca de Monte Mor****Autos n. 1002118-14.2022.8.26.0372**

Meritíssimo Juiz,

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **MARCELO PELEGRINI BARBOSA** e **EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI** contra a **PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR**.

Segundo se extrai do conjunto probatório carreado nos autos, o impetrante **EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI** foi denunciado à Câmara de Vereadores pela prática de crime de responsabilidade, sendo criada Comissão Processante para apuração dos fatos. Após ser citado, o Prefeito Municipal outorgou procuração a **MARCELO PELEGRINI BARBOSA**, para defendê-lo nos autos do processo.

Tenho que o **indeferimento** do pedido de tutela de urgência é medida que se impõe.

Isso porque, embora não se desconheça a necessidade de intimação do denunciado “de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa” (artigo 5º,

inciso IV, do DL 201/67), entendo que o ato praticado no dia 25 de julho de 2022 foi interno da Comissão Processante (fls. 83).

É certo que não houve qualquer nulidade na ausência de comparecimento do advogado constituído à reunião realizada, na medida em que todas as considerações feitas em sua peça defensiva (fls. 72/75) foram consideradas no parecer prévio levado à votação (fls. 86/96).

Outrossim, é certo que o dever de intimação foi respeitado no tocante à data agendada para início da instrução, sendo o defensor intimado no dia 28 de julho de 2022, sobre o ato designado para o dia 03 de agosto de 2022, conforme confirmado na própria inicial.

Dessa forma, opino contrariamente ao pedido de concessão de liminar e requeiro, desde já, a notificação da autoridade coatora para que, querendo, preste informações no prazo legal, bem como a que seja dada ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Lei nº 12.016/2009.

Monte Mor, 3 de agosto de 2022.

**Cristiane de Moraes Ribeiro Sampaio Carvalhaes de Camargo**  
**Promotora de Justiça**

**Ana Elisa Duarte de Medeiros**  
**Analista Jurídico**



**1ª Vara Judicial da Comarca de Monte Mor****Autos n. 1002118-14.2022.8.26.0372**

Meritíssimo Juiz,

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **MARCELO PELEGRINI BARBOSA** e **EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI** contra a **PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR**.

Fls. 144/145: ciente.

Conforme já exposto, os atos praticados nos dias 25 e 26 de julho de 2022 foram internos da Comissão Processante, com a definição de datas para realização dos próximos atos e solicitação de reserva de salas e equipamentos (fls. 83 e 85).

Assim, reitero manifestação ministerial de fls. 133/134 e aguardo apreciação judicial.

Monte Mor, 9 de agosto de 2022.

**Cristiane de Moraes Ribeiro Sampaio Carvalhaes de Camargo**  
**Promotora de Justiça**

**Ana Elisa Duarte de Medeiros**  
**Analista Jurídico**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA DE MONTE MOR  
FORO DE MONTE MOR  
2ª VARA

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12 - Monte Mor-SP - CEP 13190-000  
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min



**CARTA DE NOTIFICAÇÃO E REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES EM MANDADO DE SEGURANÇA –  
PROCESSO DIGITAL**

Processo Digital nº: 1002118-14.2022.8.26.0372  
Classe – Assunto: Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais  
Impetrante: Edivaldo Antonio Brischi  
Impetrado: Valdirene Joandsin Silva e outro

Destinatário(a):  
Valdirene Joandsin Silva  
Rua Rage Maluf, 61, Jardim Santa Candida  
Monte Mor-SP  
CEP 13190-000

Pela presente carta comunico que perante este Juízo tramita a ação em epígrafe, da qual fica Vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para prestar informações sobre o alegado, no **prazo de 10 (dez) dias**, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei 12.016/2009. A inicial, bem como decisão proferida estão disponibilizados na internet.

Fica Vossa Senhoria advertido(a) de que o recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante de que esta notificação se efetivou.

**OBSERVAÇÕES:** 1. Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006). 2. A resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (montemor@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo “assunto” o número do processo. Monte Mor, 12 de agosto de 2022. Cíntia Hiroko Nakahara de Almeida, Escrevente Técnico Judiciário.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA DE MONTE MOR  
FORO DE MONTE MOR  
2ª VARA

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12 - Monte Mor-SP - CEP 13190-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min



fls. 161

**CARTA DE NOTIFICAÇÃO E REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES EM MANDADO DE SEGURANÇA –  
PROCESSO DIGITAL**

Processo Digital nº: 1002118-14.2022.8.26.0372  
Classe – Assunto: Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais  
Impetrante: Edivaldo Antonio Brischi  
Impetrado: Valdirene Joandsin Silva e outro

Destinatário(a):  
Comissão Processante N. 02/2022 - Câmara Municipal de Monte Mor  
R. Rage Maluf, 61, Centro  
Monte Mor-SP  
CEP 13190-000

Pela presente carta comunico que perante este Juízo tramita a ação em epígrafe, da qual fica Vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para prestar informações sobre o alegado, no **prazo de 10 (dez) dias**, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei 12.016/2009. A inicial, bem como decisão proferida estão disponibilizados na internet.

Fica Vossa Senhoria advertido(a) de que o recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante de que esta notificação se efetivou.

**OBSERVAÇÕES:** 1. Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006). 2. A resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (montemor@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo “assunto” o número do processo. Monte Mor, 12 de agosto de 2022. Cíntia Hiroko Nakahara de Almeida, Escrevente Técnico Judiciário.



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DE UMA DAS VARRAS CÍVEIS DA COMARCA DE MONTE MOR/SP

**MARCELO PELEGRINI BARBOSA**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito nos quadros da OAB/SP sob o número 199.877-B, com domicílio profissional Rodovia Anhanguera, KM 90, Avenida Antônio Artioli, n.º 570 – Bloco E, Conj. 201/206, Swiss Park, Campinas/SP, CEP: 13049-253, por si e através dos advogados ora constituídos (mandato em anexo), vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento, entre outros, nos arts. 5º, LV, LXIX, da Constituição Federal; art. 1º e seguintes da Lei Federal n.º 12.016/09; arts. 5º, IV, do Decreto Lei 201/67; nas disposições contidas no EOAB, especialmente em seus arts. 7º, inc. X, XI, XII e XII, *caput*, alínea “a”; art. 112, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Mor, impetrar o presente

### **MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO LIMINAR**

(i) em face de ato coator perpetrado pela Comissão Processante 02/22, na pessoa de sua D. Presidente, a Ilma. Sra. Vereadora Valdirene Joandsin Silva, com endereço à Rua Rage Maluf, n.º 61 – Jardim Santa Candida, Monte Mor/SP, CEP: 13190-000, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

### **I – SÍNTESE DOS FATOS**

Através da denúncia apresentada pelo cidadão Alex Simplício Furtado (doc. 01), a Câmara Municipal de Monte Mor, na 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, houve por bem instaurar a Comissão Processante n.º 02/22 (doc. 02), composta, através de sorteio, pelos vereadores Valdirene Joandsin Silva (presidente), Nelson Almeida (relator) e Milziane Menezes (membro), visando apurar a prática das supostas infrações político-administrativas praticados por Edivaldo Antônio Brischi, atual Chefe do Poder Executivo (doc. 03).

Ciente do recebimento e processamento da referida denúncia, foi constituído como patrono do Sr. Prefeito (doc. 04), o Impetrante, para representasse seus interesses, em sua plenitude, em todos os atos da Comissão Processante 02/22, visando o exercício do direito de defesa, tal como previsto no art. 5º, IV, do DL 201/67, nos seguintes termos:



*IV - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.*

Pois bem. Passada a instalação da Comissão e uma divergência quanto ao meio de intimação, se pessoal ou se presentes os requisitos para a intimação editalícia, de sponte própria e munido de boa-fé e cooperação processuais, o Impetrante procurou pessoalmente a comissão e apresentou petição (doc. 05) indicando as razões da divergência, sugerindo data para a realização da citação pessoal – o que foi acatado; apresentando questionamentos ao funcionamento da comissão – o que foi indeferido; e, por fim, **requerendo a sua intimação de todo e qualquer ato desta comissão**, nos termos da lei adjetiva e do EOAB, assim:

*Art. 7º São direitos do advogado:*

*I - exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional; (...).*

*VI - ingressar livremente:*

*a) nas salas de sessões dos tribunais, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados;*

*b) nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, escritórios de justiça, serviços notariais e de registro, e, no caso de delegacias e prisões, mesmo fora da hora de expediente e independentemente da presença de seus titulares;*

*c) em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial ou outro serviço público onde o advogado deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente ou fora dele, e ser atendido, desde que se ache presente qualquer servidor ou empregado;*

*d) em qualquer assembleia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, ou perante a qual este deva comparecer, desde que munido de poderes especiais;*

*VII - permanecer sentado ou em pé e retirar-se de quaisquer locais indicados no inciso anterior, independentemente de licença;*

*VIII - dirigir-se diretamente aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário previamente marcado ou outra condição, observando-se a ordem de chegada;*

*X - usar da palavra, pela ordem, em qualquer tribunal judicial ou administrativo, órgão de deliberação coletiva da administração pública ou comissão parlamentar de inquérito,*



*mediante intervenção pontual e sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, a documentos ou a afirmações que influam na decisão;*

*XI - reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento;*

*XII - falar, sentado ou em pé, em juízo, tribunal ou órgão de deliberação coletiva da Administração Pública ou do Poder Legislativo;*

*XIII - examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estiverem sujeitos a sigilo ou segredo de justiça, assegurada a obtenção de cópias, com possibilidade de tomar apontamentos;*

*XIV - examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital;*

*XV - ter vista dos processos judiciais ou administrativos de qualquer natureza, em cartório ou na repartição competente, ou retirá-los pelos prazos legais;*

*XVI - retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias; (...)*

*XXI - assistir a seus clientes investigados durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do respectivo interrogatório ou depoimento e, subsequentemente, de todos os elementos investigatórios e probatórios dele decorrentes ou derivados, direta ou indiretamente, podendo, inclusive, no curso da respectiva apuração;*

Ressalta-se, por oportuno, que a inobservância aos postulados constitucionais e legais nestes tipos de demanda toma especial relevo, porquanto “a infração a qualquer exigência do devido processo legal - por ser uma garantia constitucional - produz inevitavelmente a nulidade do processo em que ocorreu” considerando, ainda, que o “sistema de garantias processuais não deve ser flexibilizado em favor de interesses administrativos, ainda que possam ser reconhecidos e proclamados como da mais alta relevância, porquanto sobre eles avultam os princípios e as normas postas na Carta Magna”<sup>1</sup>.

Ora, notório o conhecimento da Comissão Processante, em especial da sua Presidente, de que o Impetrante é responsável, por estar devidamente constituído através de um instrumento de mandato, por toda a defesa técnica e jurídica do investigado, em todo e qualquer ato, seja em reuniões, debates, audiências, sessões, etc., até porque nenhum ato da comissão é sigiloso.

<sup>1</sup> STJ – REsp nº. 1225426/SC – rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho – j. em 27/08/2013



Inclusive, na mesma oportunidade, o Impetrante concedeu seu e-mail profissional para o fim de receber as notificações e intimações em nome do denunciado – exceto citações e designação de julgamento –, com vistas à participar de todos os atos processuais, conforme direito previsto na legislação anteriormente citada e, em especial, no art. 5º, IV, do DL 201/67.

Contudo, em que pese a regular constituição deste patrono para defender os interesses do investigado nos autos daquela CP, fato é que, em total ofensa à direito líquido e certo do Impetrante, ou seja, de ser intimado de todos os atos processuais, com antecedência, pelo menos de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as reuniões, acompanhar diligências e participar de audiências, bem como requerer o que lhe for de interesse, a Comissão Processante, **em reunião de 25.07.22 (doc. 06)**, houve por bem emitir Parecer Prévio e votá-lo, por maioria, pelo prosseguimento da denúncia (art. 5º, III, do DL 201/67), **sem a devida intimação do patrono constituído**, ora Impetrante, para participar da sessão e exercer, se o caso, as faculdades materiais e processuais conferidas pela lei, ainda mais em se tratando de processo de impeachment, em que as consequências são gravíssimas.

Posteriormente, é bom que se diga, que esse Patrono foi pessoalmente até a Câmara em 28.07.22, obter cópias integrais do remanescente dos autos – o que de fato ocorreu (doc. 07); questionar o porquê de sua não intimação – tendo sido informado de que não era necessária; ocasião em que saiu intimado para a oitiva do denunciante no próximo dia 03.08.22 (doc. 08).

Contudo, **a conduta – ou mesmo a seletividade - da Autoridade Coatora – de não intimar o Impetrante de todo e qualquer ato do processo de Impeachment - reveste-se de flagrante ilegalidade e inconstitucionalidade, porquanto inobserva os imperativos normativos contidos na legislação de regência** e, por isso, viola direito líquido e certo do Impetrante, maculando de maneira insanável a higidez da Comissão Processante, justificando-se a impetração deste *mandamus*.

## **II – CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA, DA DELIMITAÇÃO DO ATO COATOR IMPUGNADO E DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO VIOLADO**

Como é cediço, “o mandado de segurança se destina à correção de ato ou omissão de autoridade, desde que ilegal e ofensivo a direito individual ou coletivo, líquido e certo do impetrante (art. 5º, LXIX, CF)”, sendo certo que, por direito líquido e certo, se compreende “o que se apresenta manifesto na sua existência, incontestável, manifesto, pré-constituído, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração”.<sup>2</sup> E essa é justamente a hipótese dos autos.

<sup>2</sup> TJSP – Apelação nº. 9123061-95.2007.8.26.0000 – rel. Des. Décio Notarangeli – j. em 29/02/2012



Aquilo que se demonstrará adiante, mediante prova pré-constituída, é a flagrante inobservância e violação aos imperativos normativos dirigidos a atuação estatal, consubstanciada no ato coator impugnado, violador de direito líquido e certo que atinge a esfera de direitos e garantias fundamentais e, principalmente, o próprio funcionamento dos Poderes Estatais, maculando, por completo, a higidez do procedimento investigatório.

Com efeito, **o ato coator impugnado resta caracterizado pela ausência de intimação deste patrono para participar do ato, no qual foi emitido, lido e acatado o Parecer Prévio da Comissão Processante**, tendo a Comissão decidido pelo prosseguimento da denúncia, em ofensa aos arts. 5º, inc. LV, LXIX, da CF/88; art. 1º e seguintes da Lei Federal n.º 12.016/09; arts. 5º, IV, do Decreto Lei 201/67; nas disposições contidas no EOAB, especialmente em seus arts. 7º, inc. X, XI, XII e XII, *caput*, alínea “a”; art. 112, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Mor.

Pois bem. Como é cediço, cabe ao advogado a prerrogativa, que lhe é dada por força e autoridade da lei - EOAB, de velar pela intangibilidade dos direitos daquele que o constitui como patrono de sua defesa técnica, competindo-lhe, por isso mesmo, para o fiel desempenho do múnus de que se acha incumbido, o exercício dos meios legais vocacionados à plena realização da defesa dos interesses de seu constituinte.

O advogado – ao cumprir o dever de prestar assistência técnica àquele que o constituiu, dispensando-lhe orientação jurídica perante qualquer órgão do Estado – converte sua atividade, quando exercida com independência e sem indevidas restrições, em prática inestimável de liberdade.<sup>3</sup> Qualquer que seja o espaço institucional de sua atuação (Poder Legislativo, Executivo ou Judiciário), ao advogado incumbe neutralizar os abusos e fazer cessar o arbítrio exercido contra aquele que lhe confiou proteção de suas liberdades e de seus direitos, de modo que ao advogado cabe, inclusive, avaliar se e como se manifestar em prol dos interesses de seu constituinte.

Repita-se: foi usurpada a faculdade material e processual conferida, não só pelo DL 201/67, como também pela Lei Adjetiva, pelo EOAB, pela jurisprudência e pelos princípios gerais do direito a ampla defesa, ao patrono do investigado, ora Impetrante, de participar de todos os atos do processo, cabendo a Comissão intimá-lo, com antecedência mínima, para que ele possa decidir participar ou não, e, se participar, a ele é conferido o direito de assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.

<sup>3</sup> STF; HC 88.015-MC, Rel. Min. Celso de Mello - julgamento em 14/02/2006.



Neste mesmo sentido, o C. STF, no julgamento de *mandamus* com objeto idêntico aos autos e com o mesmo escopo, isto é, processos administrativos-sancionadores, entendeu por garantir a intimação e participação do patrono constituído em todos os atos praticados pela comissão:

*"Como tenho afirmado em casos anteriores, ao conferir às CPIs 'os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais' (art. 58, § 3º), a Constituição impõe ao órgão parlamentar as mesmas limitações e a mesma submissão às regras do devido processo legal a que sujeitos os titulares da jurisdição. Entre umas e outras, situam-se com relevo as prerrogativas elementares do exercício da advocacia, outorgadas aos seus profissionais em favor da defesa dos direitos de seus constituintes. Esse o quadro, defiro, em termos, a liminar, para **determinar à autoridade coatora que assegure aos advogados dos inquiridos pela CPI, nas sessões que vem realizando no Estado de Alagoas, o exercício regular do direito à palavra, na conformidade do art. 7º, X e XI, da Lei 8.906/94.**" (MS 23.684, Min. Pertence, j. 04/05/00)*

*"A Comissão Parlamentar de Inquérito, como qualquer outro órgão do Estado, não pode, sob pena de grave transgressão à Constituição e às leis da República, impedir, dificultar ou frustrar o exercício, pelo advogado, das prerrogativas de ordem profissional que lhe foram outorgadas pela Lei n. 8.906/94. O desrespeito às prerrogativas -- que asseguram, ao advogado, o exercício livre e independente de sua atividade profissional --- constitui inaceitável ofensa ao estatuto jurídico da advocacia, pois representa, na perspectiva de nosso sistema normativo, um ato de inadmissível afronta ao próprio texto constitucional e ao regime das liberdades públicas nele consagrado" (MS 23.576, Rel. Min. Celso de Mello, j. 29/11/99)*

Ressalta-se, por oportuno, que a inobservância aos postulados constitucionais e legais nestes tipos de demanda tomam especial relevo, porquanto, *"a infração a qualquer exigência do devido processo legal – por ser uma garantia constitucional – produz inevitavelmente a nulidade do processo em que ocorreu"*, considerando, ainda, que o *"sistema de garantias processuais não deve ser flexibilizado em favor de interesses administrativos, ainda que possam ser reconhecidos e proclamados como da mais alta relevância, porquanto sobre eles avultam os princípios e normas postas na Carta Magna"*.<sup>4</sup> Tanto é assim que, muito embora o Judiciário esteja impedido de se imiscuir no mérito das decisões administrativas tomadas no âmbito do procedimento investigativo, não está, em absoluto, impedido de proceder pelo controle de legalidade e constitucionalidade dos atos praticados pela Comissão Processante, como no caso concreto.

<sup>4</sup> STJ – REsp nº. 1225426/SC – rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho – j. em 27/08/2013



*In casu*, diante da patente violação à esfera de direitos do peticionário em decorrência do ato coator impugnado e da seletividade – discricionariedade para se intimar de alguns atos e outros não -, inquestionável se revela, portanto, o cabimento da presente via mandamental, inclusive com o esteio no princípio da inafastabilidade da jurisdição e dos princípios do devido processo legal e do contraditório e da ampla defesa (arts. 5º, incisos XXXV e LIV, ambos da Constituição Federal) afigurando-se incontroversa a adequação da via processual eleita.

Ainda, é de se ver que o ato coator perpetrado cerceou o pleno exercício (ou melhor, suprimiu por completo) das prerrogativas profissionais conferidas ao causídico por meio da Lei Federal nº. 8.906/1994 - e, por consequência, retirou do interessado o seu direito de ser assistido por defesa técnica exercida na plenitude de suas prerrogativas -, tais como a de *“usar da palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante intervenção sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento, bem como para replicar acusação ou censura que lhe forem feitas”* (art. 7º, X); *“reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer (...) autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento”* (art. 7º, XI), ou o de *“falar, sentado ou em pé, em (...) órgão (...) do Poder Legislativo”* (art. 7º, XII) e, notadamente, *“assistir a seus clientes investigados durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do respectivo interrogatório ou depoimento e, subsequentemente, de todos os elementos investigatórios e probatórios dele decorrentes ou derivados, direta ou indiretamente, podendo, inclusive, no curso da respectiva apuração, enfim, de participar, indistintamente, de todos os atos da investigação, seja ele qual for”*, mediante a apresentação de razões e quesitos (art. 7º, XXI, “a”).

E, no caso, repisa-se, que os critérios materiais e formais restaram, *data venia*, flagrantemente desrespeitados, fulminando de nulidade o feito, sendo de rigor a concessão da segurança.

### **III – ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE VERIFICADAS EM DECORRÊNCIA DO ATO COATOR IMPUGNADO**

Conforme esboçado, em desrespeito a legislação que estabelece o devido processo legal, notadamente, o art. 5º, IV, do DL 201/67, a Comissão Processante, em Sessão Legislativa datada de 25.07.22 (doc. 09), emitiu Parecer Prévio, e votou pelo prosseguimento da denúncia (art. 5º, III, do DL 201/67), **sem a devida intimação do patrono constituído**, ora Impetrante, para ao menos acompanhar os trabalhos legislativos e exercer as faculdades materiais e processuais conferidas pela lei.



Ressalta-se que a ausência do Impetrante no ato praticado pela Comissão Processante, notadamente, pela presidência da Autoridade Coatora, traz inequívoco prejuízo ao peticionante e seu patrocinado, tendo em vista que, naquela reunião, foi lido, emitido e votado Parecer Prévio, pelo prosseguimento da denúncia, após a citação do investigado, sendo, portanto, um ato público, cujo interessado dever ser intimada para, querendo, participar. Não se faz, qualquer votação que seja, num procedimento de impeachment, de forma secreta ou sigilosa. A jurisprudência Pátria é uníssona quanto a necessidade de se intimar o patrono constituído de todos os atos praticados pela Comissão Processante, cf. art. 5º, IV, do DL 201/67. Confira-se:

*REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. MANDAMUS INSTAURADO CONTRA ATO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE, INSTAURADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ASTORGA. APURAÇÃO DE DENÚNCIAS CONTRA OS IMPETRANTES. IMPETRADO QUE FORMULOU A DENÚNCIA. IMPEDIMENTO DE VOTAÇÃO NA CASSAÇÃO. VIOLAÇÃO DE NORMAS DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA. GARANTIA DE IMPARCIALIDADE DA COMISSÃO. OCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA DOS IMPETRANTES. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DE TODOS OS ATOS DA COMISSÃO PROCESSANTE. SENTENÇA DE RECONHECIMENTO DE NULIDADE DOS ATOS DA COMISSÃO QUE DEVE SER MANTIDA. POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO FEITO DESDE QUE CONSTITUÍDA NOVA COMISSÃO. PARCIAL CONCESSÃO DA SEGURANÇA QUE DEVE SER MANTIDA. DECISÃO MANTIDA EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO. (TJ/PR - REEX: 00031938820198160049, Rel. Des. Luiz Mateus de Lima – j. 25/05/2020)*

*Todavia, a sentença deve ser mantida na íntegra, pois, é de se extrair que ocorreu cerceamento de defesa no processo administrativo disciplinar ao passo que é ilegal o ato da comissão processante que deixou de intimar o advogado constituído do impetrante para comparecer na audiência designada, apesar de ter sido protocolizada petição informando do patrocínio e de ter sido requerida a sua intimação para os atos do processo administrativo. (TJ/PR - REEX: 16434569 PR Rel. Rubens Oliveira Fontoura – j. 04/04/2017)*

*REEXAME NECESSÁRIO Mandado de Segurança Prefeito Municipal Instauração de processo de cassação Alegação de cerceamento de defesa Ocorrência Ausência de intimação pessoal para apresentação de alegações finais Violação do art. 5º, inc. IV do Decreto-Lei nº 201/67 Segurança concedida. Sentença mantida. Ausência de interposição de recurso voluntário. (TJ/SP 10022126320168260568 SP, Rel. Eutálio Porto - j. 21/09/17)*





*Com efeito, não se revela legítimo a Casa Legislativa impor a advogado restrições que obstem o exercício regular de sua atividade profissional, na linha do que decidiu o Supremo Tribunal Federal, no MS 30.906 MC, conforme trecho da decisão monocrática que segue: "(...) as CPIs, no desempenho de seus poderes de investigação, estão sujeitas às mesmas normas e limitações que incidem sobre os magistrados, quando no exercício de igual prerrogativa. Vale dizer: as CPIs somente podem exercer as atribuições investigatórias que lhes são inerentes, desde que o façam nos mesmos termos segundo as mesmas exigências que a Constituição e as leis da República impõem aos juízes, especialmente no que concerne ao necessário respeito às prerrogativas que o ordenamento positivo do Estado confere aos advogados.(...) a presença do advogado em qualquer procedimento estatal, independentemente do domínio institucional em que esse mesmo procedimento tenha sido instaurado, constitui fator inequívoco de certeza de que os órgãos do Poder Público (Legislativo, Judiciário e Executivo) não transgredirão os limites delineados pelo ordenamento positivo da República, respeitando-se, em consequência, como se impõe aos membros e aos agentes do aparelho estatal, o regime das liberdades públicas e os direitos subjetivos constitucionalmente assegurados às pessoas em geral, inclusive àquelas eventualmente sujeitas, qualquer que seja o motivo, a investigação parlamentar, ou a inquérito policial, ou, ainda, a processo judicial. (...) não se revela legítimo opor, ao advogado, restrições, que, ao impedirem, injusta e arbitrariamente, o regular exercício de sua atividade profissional, culminem por esvaziar e nulificar a própria razão de ser de sua intervenção perante os órgãos do Estado, inclusive perante as próprias CPIs." (Rel. Min. Celso de Mello, j.5/10/11). Ainda: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. ATUAÇÃO ABUSIVA. INADMISSIBILIDADE. SUBMISSÃO INCONDICIONAL DA CPI À AUTORIDADE DA CONSTITUIÇÃO E DAS LEIS DA REPÚBLICA. EXIGÊNCIA INERENTE AO ESTADO DE DIREITO FUNDADO EM BASES DEMOCRÁTICAS. DIREITOS DO CIDADÃO E PRERROGATIVAS PROFISSIONAIS DO ADVOGADO. (...) A investigação parlamentar, por mais graves que sejam os fatos pesquisados pela Comissão legislativa, não pode desviar-se dos limites traçados pela Constituição e nem transgredir as garantias, que, decorrentes do sistema normativo, foram atribuídas à generalidade das pessoas. (...) No contexto do sistema constitucional brasileiro, a unilateralidade da investigação parlamentar - à semelhança do que ocorre com o próprio inquérito policial - não tem o condão de abolir os direitos, de derrogar as garantias, de suprimir as liberdades ou de conferir, à autoridade pública, poderes absolutos na produção da prova e na pesquisa dos fatos. (...) O ordenamento positivo brasileiro garante ao cidadão, qualquer que seja a instância de Poder que o tenha convocado, o direito de fazer-se assistir. Assim, à primeira vista, com razão a parte agravante, no que diz respeito à observância, pela Comissão Parlamentar de Inquérito, dos artigos 7º, incisos X, XI, e XII, da Lei 8.906/94 (AI 2194784-45.2020.8.26.0000, Rel. Des. Marcos Pimentel Tamassia - j. 26/08/2020).*



Frisa-se: em processo administrativo por crime de responsabilidade, como *in casu*, a ausência de intimação pessoal do processado não dará ensejo à nulidade do processo quando comprovada a intimação de seu procurador.<sup>5</sup> Ocorre, entretanto, que não foram intimados nem o processado, nem o Impetrante, na qualidade de defensor, em absoluta ofensa ao art., 5º, IV, do DL 201/67.

No mais, **quando diante de um processo administrativo que poderá ensejar a imposição de uma sanção para o investigado, com a restrição/cassação de um direito fundamental, é mister que observem fielmente o devido processo legal estabelecido, até, porque, a legitimidade de eventual medida afliitiva somente se dará se o caminho para sua aplicação foi lícito/legal.**

Demonstrado, portanto, a violação a direito líquido e certo, bem como os inequívocos prejuízos aos quais foi submetido em decorrência do ato coator impugnado afastando-se, portanto, a aplicação do brocardo jurídico *pas de nullité sans grief* na hipótese, de rigor se afigura a segurança.

#### **IV – DO PEDIDO LIMINAR**

Diante dos fundamentos supramencionados, faz-se necessário a concessão de medida em caráter liminar, com o intuito de impedir que a Autoridade Coatora proceda a feitura de qualquer outro ato futuro sem a devida intimação deste defensor, ora Impetrante, para participar e exercer a plena defesa de sua patrocinado, nos termos do art. 5º, IV, do DL 201/67.

Com efeito, os requisitos para a concessão da tutela em caráter liminar fazem-se presentes. A princípio, em sede de cognição sumária, o *fumus boni iuris* resta evidenciado através do perfunctório exame dos elementos probatórios colecionados aos autos, bem como da jurisprudência consolidadas pelos Tribunais Pátrios e, especial pelo Excelso Pretório, a evidenciar a flagrante violação aos imperativos normativos previstos na Constituição Federal e na própria legislação de regência, em especial, Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Mor/SP c.c. DL 201/67.

Noutro giro, o *periculum in mora exsurge* da reiteração da prática ilícita, ou seja, do prosseguimento dos trabalhos realizados pela Comissão Processante sem a prévia intimação do patrono constituído para que, se querendo, participe das sessões, deliberações, audiências, e requerer o que for de interesse da defesa. Evidente que a ausência do Impetrante nestes atos processuais, leia-se cerceamento de defesa, causará prejuízo ao interesse do investigado.

<sup>5</sup> TJ/MG - AI: 10534150015889001 MG, Rel. Claret de Moraes – j. 14/02/0016.



Logo, conclui-se que a concessão da medida em caráter liminar se faz necessária, a fim de impedir que a Autoridade Coatora proceda a feitura de outros atos - ou que escolha atos em que o Impetrante possa participar ou não em patente ilegalidade - já que nem se cogita de sigilo no procedimento, prescindindo da devida intimação deste defensor, ora Impetrante, para participar e, em querendo, exercer a plena defesa de sua patrocinado, nos termos do art. 5º, IV, do DL 5201/67.

Determinando, por conseguinte, que seja ela compelida a observar o devido processo legal estabelecido pela lei de regência, notadamente, na obrigação de intimar o investigado, na figura de seu defensor, ora Impetrante, de todos os atos, para que, querendo, assista as reuniões, acompanhe as diligências e audiências, bem como formule perguntas e reperguntas às testemunhas e requeira o que for de interesse da defesa, sob pena de nulidade absoluta por cerceamento de defesa, maculando os demais atos processuais.

#### **V- DA CONCLUSÃO E DOS REQUERIMENTOS FINAIS**

- (i) A concessão da medida em caráter liminar, *inaudita altera parte*, a fim de compelir que a Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito se abstenha de praticar atos inerentes a Comissão Processante e intime essa Patrono de toda e qualquer atividade, notadamente, daqueles cuja participação é direito deste patrono, servindo a decisão como ofício para que possa ser imediatamente cumprido;
- (ii) A notificação da Autoridade Coatora, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste informações sobre o feito, sem prejuízo de dar ciência da demanda ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial, para que, querendo, ingresse no feito;
- (iii) A remessa dos autos ao Ministério Público do Estado de São Paulo para se manifestar nos autos, se assim quiser, na qualidade de *custos legis*, no prazo de 10 (dez) dias;

Outrossim, o peticionário pugna que todas as intimações relativas ao presente feito sejam realizadas em nome do advogado MARCELO PELEGRINI BARBOSA, OAB/SP 199.877-B, subscritor desta incoativa, sob pena de nulidade dos atos processuais eventualmente praticados em inobservância ao presente requerimento e dá-se a causa o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), exclusivamente para fins de alçada, pelo que pede e espera deferimento. Campinas/SP, 28 de julho de 2022.

MARCELO PELEGRINI BARBOSA  
OAB/SP 199.877-B

MAYARA CARLOS MARIA NETO  
OAB/SP 422.803






85840000001-9 59850185112-0 20590089854-6 76220220801-4





fls. 12




Evite Fraudes! Antes de finalizar o pagamento no seu banco verifique os dados do beneficiário!

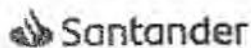
		Governo do Estado de São Paulo Secretaria da Fazenda e Planejamento Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais		<b>DARE-SP</b>	
				Documento Principal	
01 - Nome / Razão Social Pelegrini Barbosa, Scudellari, Vieira Advogados (				07 - Data de Vencimento 01/08/2022	
02 - Endereço Avenida Antonio Artoli, 570 Campinas SP				08 - Valor Total R\$ 159,85	
03 - CNPJ Base / CPF 07.192.217		04 - Telefone (19)3778-5700		05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1	
06 - Observações Comarca/Foro: Monte Mor, Cód. Foro: 372, Natureza da Ação: Mandado de Segurança, Autor: Marcelo Pelegrini Barbosa, Réu: Valdirene Joandsin Silva				09 - Número do DARE <b>220590089854762</b> Emissão: 01/08/2022	
10 - Autenticação Mecânica				Via do Banco	

 220590089854762-0001		Governo do Estado de São Paulo Secretaria da Fazenda e Planejamento	DARE-SP		01 - Código de Receita - Descrição		02 - Código do Serviço - Descrição		19 - Qtde Serviços: 1			
			Documento Detalhe		230-6		Custas - judiciais pertencentes ao Estado, referentes a atos judiciais		TJ - 1123001 - PETIÇÃO INICIAL			
			15 - Nome do Contribuinte Pelegrini Barbosa, Scudellari, Vieira Advogados (		03 - Data de Vencimento 01/08/2022		06 -		09 - Valor da Receita R\$ 159,85		12 - Acréscimo Financeiro R\$ 0,00	
			16 - Endereço Avenida Antonio Artoli, 570 Campinas SP		04 - Cnpj ou Cpf 07.192.217/0001-90		07 - Referência		10 - Juros de Mora R\$ 0,00		13 - Honorários Advocatícios R\$ 0,00	
18 - Nº do Documento Detalhe 220590089854762-0001 Emissão: 01/08/2022		17 - Observações Comarca/Foro: Monte Mor, Cód. Foro: 372, Natureza da Ação: Mandado de Segurança, Autor: Marcelo Pelegrini Barbosa, Réu: Valdirene Joandsin Silva				08 -		11 - Multa de Mora ou Multa Por Infração R\$ 0,00		14 - Valor Total R\$ 159,85		

85840000001-9 59850185112-0 20590089854-6 76220220801-4

		Governo do Estado de São Paulo Secretaria da Fazenda e Planejamento Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais		<b>DARE-SP</b>	
				Documento Principal	
01 - Nome / Razão Social Pelegrini Barbosa, Scudellari, Vieira Advogados (				07 - Data de Vencimento 01/08/2022	
02 - Endereço Avenida Antonio Artoli, 570 Campinas SP				08 - Valor Total R\$ 159,85	
03 - CNPJ Base / CPF 07.192.217		04 - Telefone (19)3778-5700		05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1	
06 - Observações Comarca/Foro: Monte Mor, Cód. Foro: 372, Natureza da Ação: Mandado de Segurança, Autor: Marcelo Pelegrini Barbosa, Réu: Valdirene Joandsin Silva				09 - Número do DARE <b>220590089854762</b> Emissão: 01/08/2022	
10 - Autenticação Mecânica				Via do Contribuinte	

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO PELEGRINI BARBOSA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 01/08/2022 às 17:48, sob o número 10021181420228260372. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1002118-14.2022.8.26.0372 e código D2B5AFB.



Internet Banking

PELEGRINI BARBOSA, SCUDELLARI E VIEIRA A

Agência: 0148

Conta Corrente: 13-005855-6

Pagamento com código de barras &gt; 2ª via de comprovante

COMPROVANTE DE PAGAMENTO  
DARE-SP / GNRE - SEFAZ/SP

Banco: 033 BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
Agência: 0148  
Convenio: 00336496000900002913  
Valor: R\$ 159,85  
Número de Controle DARE: 220590089854762  
Código de Barras: 85840000001-9 59850185112-0 20590089854-6 76220220801-4  
Data de Vencimento: 01/08/2022  
Data da Transação: 01/08/2022  
Hora Transação: 17:19:22  
Autenticação: IBED36F2238517C41D5A927  
Canal: INTERNET BANKING



Comprovante de pagamento emitido de acordo com a Portaria CAT-126 de 16/09/2011, e autorizado pelo Processo nº 1000050-534681/2003.

Pagamento efetuado com base nas informações do código de barras.

Guarde este recibo junto com o documento original para eventual comprovação do pagamento.

Primeira Via

**Central de Atendimento Santander Empresarial**

4004-2125 (Regiões Metropolitanas)  
0800 726 2125 (Demais Localidades)  
0800 723 5007 (Pessoas com deficiência auditiva ou de fala)

**SAC** - Atendimento 24h por dia, todos os dias.

0800 762 7777

0800 771 0401 (Pessoas com deficiência auditiva ou de fala)

**Ouvidoria** - Das 9h às 18h, de segunda a sexta-feira, exceto feriado.

0800 726 0322

0800 771 0301 (Pessoas com deficiência auditiva ou de fala)





# Câmara Municipal de Monte Mor

Rua Ruge Mahuf, 61 - Monte Mor / SP - CEP 13.190-000 - Fone: (19) 3889-2780

E-mail: [camara@camaramontemor.sp.gov.br](mailto:camara@camaramontemor.sp.gov.br)

## Protocolo Geral

**PROTOCOLO Nº 260/2022**

**GABINETE DO  
PRESIDENTE  
ALEXANDRE PINHEIRO**

FOLHA Nº

706

VISTO

**DATA**

**ANDAMENTO**

**CONCLUSÃO DO PROCESSO**

**PRAZO FINAL**



Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, de Monte Mor, Estado de São Paulo



**DENUNCIA POR PRATICA DE CRIME DE RESPONSABILIDADE DE DANOS AO  
ERÁRIO**

**EM DESFAVOR DO SR. EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI, PREFEITO DO  
MUNICÍPIO DE MONTE MOR.**

**ALEX SIMPLICIO FURTADO**, brasileiro, solteiro, representante comercial, eleitor do município de Monte Mor, [REDACTED], portador da Cédula de Identidade RG sob nº [REDACTED] inscrito no CPF/MF sob nº [REDACTED] residente e domiciliado na [REDACTED] Monte Mor, Estado de São Paulo, com o email [REDACTED] e telefone [REDACTED] vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência Sr. Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, apresenta da presente denuncia para a instauração do que segue:

**COMISSÃO PROCESSANTE PARA CASSAÇÃO DO MANDATO**

do prefeito municipal **Sr. Edivaldo Antônio Brischi**, com fulcro no **artigo 5º do Decreto-Lei nº 201/67** e no **artigo 46 da Lei Orgânica do Município de Monte Mor**, apresentar denúncias contra o **Sr. Edivaldo Antônio Brischi**, por **cometimento de infrações político administrativas** durante o exercício de seu mandato de Prefeito do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo. Devendo essa casa Legislativa, por seus vereadores eleitos representantes do povo, acolha a presente denúncia e





proceder o julgamento rigorosamente na forma que dispõe a legislação pertinente e ao final, que a denunciado seja totalmente procedente e tenha o denunciado seu mandato de Prefeito cassado, nos termos que seguem:

## DOS FATOS

Preliminarmente se faz necessário, expor o contexto do município de Monte Mor/SP, em janeiro em 2021, no que se refere à área da Saúde e a falta de aplicação de políticas públicas.

O atual governo municipal foi empossado em 01 de janeiro de 2021, para o quadriênio de 2021 a 2024, recebeu a administração com apenas 01 hospital, mantido pela **Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus**, sob intervenção judicial, e recebendo repasses através do Termo de Colaboração nº 04/2021, cuja aprovação se deu em votação na primeira Sessão Extraordinária do ano legislativo de 2021, no valor de R\$ 12.000.000,00/ano, portanto com autorização legislativa que tem o poder dever de fiscalizar todos os atos em nome da supremacia do interesse público.

Recebeu ainda uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA, (inacabada) cujo valor de repasse de convênio já não mais existia, devendo ser concluída com recursos próprios.

Não obstante a isso, mais 15 convênios federais e estaduais considerados irregulares, por falta de informações abastecimento de dados.

Diante do quadro acima, por insistência do Sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, **prefeito eleito de Monte Mor**, a empresa MAGS Consultoria e Assessoria Empresarial e Gestão Pública, foi contratada, após licitação na modalidade Carta-Convite, para captação de recursos federais e abastecimento de dados dos supostos convênios irregulares, com a promessa de regularização dos mesmos.

O prefeito de Monte Mor/SP, Sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, é o ordenador de despesas. Mesmo editando decreto delegando competência aos secretário, de fato e de direito, todas as despesas do município é de responsabilidade o chefe do executivo.

Ordenador de despesa é "toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos." (Decreto-lei Federal nº 200/67, art. 80, § 1º); sujeita-se a procedimentos de tomadas de contas organizadas e realizadas pelos órgãos de controle interno (contabilidade e auditoria) e externo (**Tribunal de Contas**) e a **Câmara Municipal no caso dos municípios**.

O responsável pela gestão fiscal se fixa na pessoa do dirigente máximo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de





Contas, sem admitir delegação de poderes, submetendo-se a uma fiscalização quanto ao cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto não há que se falar que um decreto ou qualquer outro ato administrativo possa eximir a responsabilidade o mandatário quanto a delegação de competência para ordenar despesas, o mandatário é o responsável pelos atos de que ele nomeou.

Ressalta-se que o ordenador de despesas não pode ser o agente subordinado que apenas assina o empenho ou servidor que realiza a liquidação ou o pagamento, trata-se de "autoridade administrativa", com poderes e competência para "determinar a ou não a realização da despesa, de cujo ato gerencial surge a obrigação de justificar o bom e regular uso dos dinheiros públicos" (MILESKI, 2003, p. 121).

Neste diapasão, não se tem como interpretar o conceito de ordenador de despesas por meio da literalidade do art. 80, § 1º, do Decreto-Lei nº 200/67.

*Art. 80. Os órgãos de contabilidade inscreverão como responsável todo o ordenador da despesa, o qual só poderá ser exonerado de sua responsabilidade após julgadas regulares suas contas pelo Tribunal de Contas.*

*§ 1º Ordenador de despesas é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda.*

Faz-se necessário interpretar conforme as diretrizes da Constituição Federal de 1988, que traz o conceito de "autoridade responsável" como gênero, logo, o ordenador de despesas é, sobretudo, uma "autoridade responsável" que possui a competência de ordenar despesas. Ademais, não se pode desconsiderar as consequências jurídicas e as responsabilidades administrativas do ordenador de despesas, **visto que responderá pelas contas do órgão público** perante o Tribunal de Contas, assim, não pode ser um subordinado qualquer, mas uma "autoridade responsável", que possui legalmente a competência de administrar o dinheiro público ou bens públicos e, responsável pela execução da despesa pública.

Se assim não fosse seria os diretores e secretários os responsáveis pelas contas anuais do órgão e no caso do executivo o único responsável pelas contas anuais é o prefeito municipal e no caso do legislativo o presidente da Câmara Municipal.

Quem é o prefeito ora denunciado em pouco mais de um ano de mandato, é um prefeito que responde as seguintes ações:

**UMA - Ação Popular (1000909-44.2021.8.26.0372) por nepotismo de sua esposa;**





**DUAS** - Ações Cíveis Públicas (1002393-94.2021.8.26.0372 e 1002388-72.2021.8.26.0372);

**UM** - Procedimento de Investigação Criminal - PIC nº MP 94.0531.0000239/2021-0, relacionado ao crime contra a dignidade da pessoa humana, no caso da expulsão dos moradores em situação de rua e além de,

**UMA** investigação na Polícia Federal sob nº 20220018291.

Não bastasse as ações acima elencadas ainda respondeu a uma Comissão Processante por cometimento de infrações político administrativas nº 03/2021, proposta por cidadão e aberta pela Câmara Municipal de Monte Mor, que resultou em 09 (nove) votos pela cassação e 06 (seis) pela absolvição, e, diga-se de passagem, com o voto de uma vereadora cuja parente na linha que caracteriza nepotismo de acordo com a sumula 13 do STF era secretário municipal. O que caracteriza ofensa ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Mor como define o artigo 279, inciso II.

Art. 279. Perde o mandato o Vereador:

(...)

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

**Ora excelências, nobres vereadores o povo pergunta, e necessita de respostas.**

- 1- É LICITO, É DECORSO UM PARLAMENTAR INTEGRANTE DA CÂMARA MUNICIPAL, QUE DEVE FISCALIZAR O EXCEUTIVO TER PARENTE NOMEADO NA PREFEITURA COMO SECRETARIO MUNICIPAL?
- 2- O VOTO NA CP 03/2022 FOI UM VOTO COM INTERESSE ABSOLUTAMENTE PESSOAL?

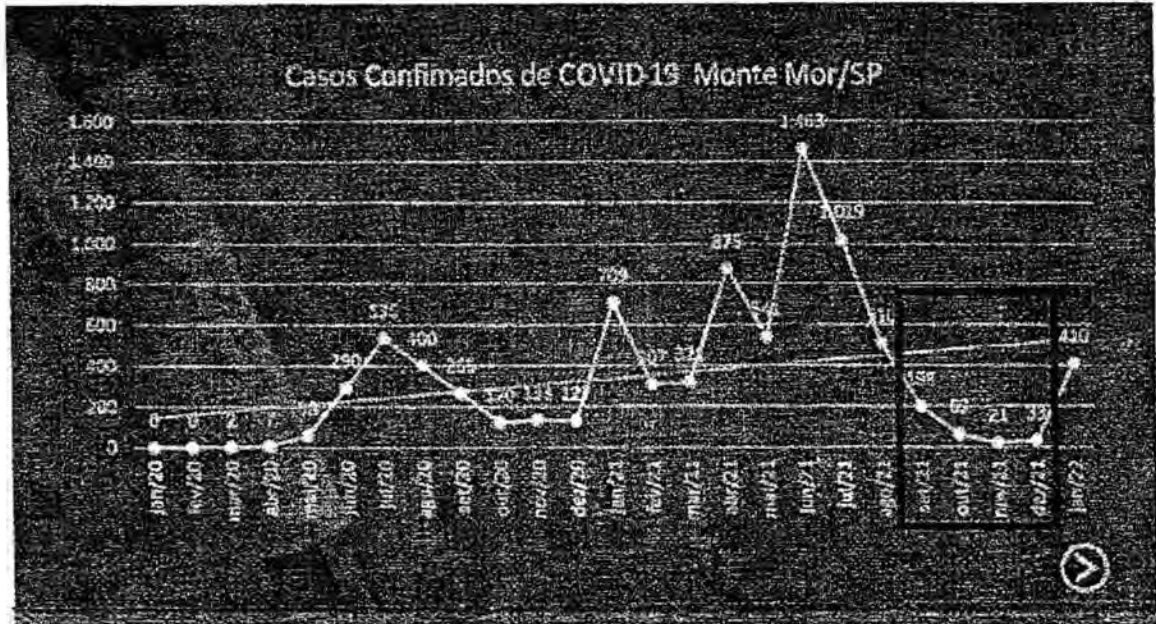
## **DAS IRREGULARIDADES**

O ano de 2021 foi marcado pelo elevado número de contaminados e óbitos resultantes da infecção pelo vírus da Covid-19 em todo o país.

Desta maneira, a União, assim como no ano de 2020, disponibilizou recursos federais repassados aos Estados e Municípios, para o enfrentamento da Covid-19.

• Quadro retirado das mídias sociais da Prefeitura Municipal de Monte Mor (13/01/2022)





SECRETARIA  
DE SAÚDE



Monte Mor

Conforme informações publicadas nas mídias sociais da Prefeitura Municipal de Monte Mor, de janeiro de 2020 até dezembro de 2021, o município 7.996 casos de Covid-19, sendo que, no período de setembro de 2021 a dezembro de 2021, foram notificados 314 casos, o que representa 5,18% do ano de 2021 e 3,93% do total da pandemia, estes percentuais são importantes porque serão parâmetros para todas as análises desta denúncia.

Estranhamente as despesas neste mesmo período dispararam sem explicações e contrariando totalmente a queda do número de casos na cidade. Estamos falando de despesas relacionadas ao enfrentamento da Covid-19, tais como: subsídio ao hospital municipal, duplicidade de pagamento para local de atendimento especializado aos pacientes de Covid-19, contratação indevida de equipe de enfermagem, etc.

**ANÁLISE DE DADOS COVID-19 (ANO 2021)**

	IAN	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CASOS COVID	709	307	321	875	541	1.463	1.019	510	198	62	31	33
CISMETRO		R\$ 17.113	R\$ 55.573		R\$ 70.975	R\$ 45.483	R\$ 108.926	R\$ 80.250	R\$ 292.812	R\$ 465.115	R\$ 1.324	R\$ 321.465
ASSOC. CORAÇÃO DE JESUS						R\$ 20.000	R\$ 20.000	R\$ 20.000		R\$ 675.000	R\$ 106.000	

	CASOS	VALOR GASTO
IAN-ABR	7.311	R\$ 82.686 R\$ 17.59
MAY-AGO	3.533	R\$ 1.111.632 R\$ 314.64
SET-DEZ	314	R\$ 2.105.707 R\$ 7.346,70
TOTAL	11.158	R\$ 3.000.000

A maioria das despesas relacionadas, exceto os valores dispendidos ao CISMETRO (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS NORTE), foram pagos com recursos estaduais ou federais voltados ao combate da pandemia sob código da ação 1133.





fls. 20

PASSAMOS AS IRREGULARIDADES E ILEGALIDADES PRATICADA PELO PREFEITO MUNICIPAL EM VAIAS DENÚNCIAS:

## DENÚNCIA 1

Com a disparada dos casos de internação em leitos de enfermaria e UTI's em todo o país, **(Monte Mor não possui leitos de UTI)**, o sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor determinou ao sr. **Fabício Augusto Portugal**, na época Secretário Municipal de Assuntos Metropolitanos e Relações Institucionais, de analisar os contratos administrativos e manter relações com os fornecedores da prefeitura. Além disso, por determinação do sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, o sr. **Fabício Augusto Portugal**, na época Secretário Municipal de Assuntos Metropolitanos e Relações Institucionais, passou a orientar o Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Monte Mor, encarregando-se dos contratos administrativos e passando a buscar informações sobre disponibilidades de recursos estaduais e federais, junto a MAGS Consultoria e Assessoria Empresarial e Gestão Pública, que tem como sócio-proprietário o sr. **Marco Aurélio Gouvea da Silva**, ex- Diretor de Desenvolvimento Industrial da Prefeitura de Monte Mor e, cuja empresa, contratada através de "Carta Convite" passou a ser responsável pelo abastecimento de dados junto às plataformas interativas de programas governamentais, via internet, tendo inclusive a "senha master" do prefeito e se apresentando como assessor da prefeitura, em clara irregularidade administrativa, conforme quadro abaixo:



MUNICÍPIO DE MONTE MOR

45 787 852.0001-56

Verificar Para Resultados da Consulta | Nova Consulta

Cartões Básicos	Membros			Items da página: 8 10 20 50 100	
	CPF	Nome	Cargo/Função	Responsável	Cadastador
Empregados	*** 071 260-11	ALEXANDRE CRISTIAN	Secretário de Obras	-	-
Membros	*** 071 048-11	EDIVALDO BRISCHI	PREFEITO MUNICIPAL	✓	✓
	*** 029 240-11	MARCO SILVA	ASSESSOR	-	✓
	*** 006 110-11	RAFAEL NASIS	Assessor Geral	-	-
	*** 157 038-11	SANDRA BRUSTON	Secretaria de Educação, Cultura e Turismo	-	-
	*** 045 978-11	SILVANA CANEVE	Secretaria de Planejamento	-	-

Dados obtidos junto ao site Painel de Transferências Abertas +Brasil (<https://transfere.plataformabrasil.gov.br/habilitacao/consulta-entidade.html>)

Ciente e a partir das informações repassadas pelo sr. **Marco Aurélio Gouvea da Silva**, da empresa MAGS Consultoria e Assessoria Empresarial e Gestão Pública, sobre a existência de verbas públicas federais para o combate à pandemia da Covid-19, o sr. **Fabício Augusto Portugal**, na época Secretário Municipal Assuntos Metropolitanos e Relações Institucionais, orientou o sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, da possibilidade da instalação de uma unidade de atendimento exclusiva para os casos de Covid-19, em uma ala dentro do Hospital Sagrado Coração de Jesus, que não dispunha, na época, de um plano de contingenciamento e protocolos de atendimento exclusivos para o combate a Covid-19.







1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053	1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080	1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098	1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125	1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152	1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170	1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197	1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224	1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242	1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269	1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278	1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287	1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296	1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305	1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314	1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323	1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332	1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341	1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350	1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359	1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368	1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377	1378	1379	1380	1381	1382	1383	1384	1385	1386	1387	1388	1389	1390	1391	1392	1393	1394	1395	1396	1397	1398	1399	1400	1401	1402	1403	1404	1405	1406	1407	1408	1409	1410	1411	1412	1413	1414	1415	1416	1417	1418	1419	1420	1421	1422	1423	1424	1425	1426	1427	1428	1429	1430	1431	1432	1433	1434	1435	1436	1437	1438	1439	1440	1441	1442	1443	1444	1445	1446	1447	1448	1449	1450	1451	1452	1453	1454	1455	1456	1457	1458	1459	1460	1461	1462	1463	1464	1465	1466	1467	1468	1469	1470	1471	1472	1473	1474	1475	1476	1477	1478	1479	1480	1481	1482	1483	1484	1485	1486	1487	1488	1489	1490	1491	1492	1493	1494	1495	1
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	---



FOLHA Nº  
715  
VISTO

FL 23  
010

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADAstro NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Matrícula: 02.179.080/0001-01  
Data de Emissão: 11/06/1997

Nome da Empresa: JAMPY BELFIORE LTDA

Endereço: Rua... nº...  
Cidade: ... Estado: ...

Atividade Econômica Principal: 17.29-8-01 - Atividades de consultoria e gestão empresarial, exceto atividades de engenharia e atividades de projeto de engenharia

Atividade Econômica Secundária: 20.62-7-01 - Atividades de administração de empresas

Capital Social: R\$ 1.000.000,00

Nome do Representante Legal: ...  
Cargo: ...

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADAstro NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Matrícula: 02.179.080/0001-01  
Data de Emissão: 11/06/1997

Nome da Empresa: JAMPY BELFIORE LTDA

Endereço: Rua... nº...  
Cidade: ... Estado: ...

Atividade Econômica Principal: 17.29-8-01 - Atividades de consultoria e gestão empresarial, exceto atividades de engenharia e atividades de projeto de engenharia

Atividade Econômica Secundária: 20.62-7-01 - Atividades de administração de empresas

Capital Social: R\$ 1.000.000,00

Nome do Representante Legal: ...  
Cargo: ...

## DENUNCIA 2

Como já mencionado, o município de Monte Mor possui uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA, instalada no Jardim Paulista, região de grande concentração de pessoas da região periférica.

A Unidade de Pronto Atendimento – UPA, apresentava situação irregular junto ao Ministério da Saúde, fato esse que perdura até a presente data. Porém sob a orientação do sr. **Marco Aurélio Gouveia da Silva**, da MAGS Consultoria e Assessoria Empresarial e Gestão Pública, para que o sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, deveria dar prosseguimento com as obras, na entrega da mesma e na sua abertura. Uma vez que o município poderia vir a ser penalizado junto ao Governo Federal, pela falta de documentação e cumprimento dos prazos perante o próprio Ministério da Saúde, de acordo com o termo de convenio.

Sendo estabelecido o mês de julho de 2021 para sua inauguração, sem qualquer critério de ordem técnica, mas por pura insistência, e determinação do sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, Prefeito de Monte Mor.

Desta maneira, a empresa **RW Engenharia Ltda.** foi contatada para dar prosseguimento do remanescente da obra e entrega da Unidade de Pronto Atendimento - UPA. O fato é que existia uma dívida anterior e não paga com a citada empresa, desde 2020, por falta de entrega na medição. Quem renegociou as dívidas anteriormente contraídas foi o sr. **Fabício Augusto Portugal**, na época Secretário Municipal de Assuntos Metropolitanos e Relações Institucionais, juntamente com o sr.





**Marco Aurélio Gouvea da Silva**, da MAGS Consultoria e Assessoria Empresarial e Gestão Pública e, desta forma, as obras foram retomadas e o valor da dívida foi quitado por indenização, pago com recursos do Tesouro Municipal, em uma obra cujo os recursos deveriam ser do convenio com o governo Federal. Para que fosse feito o atestado de medição e entregue o Termo de Conclusão da Obra, o que é absolutamente irregular neste caso, uma vez que os valores do repasse federal, já haviam se esgotado, não restando saldo à pagar, além de abastecer os dados e juntado documentos na plataforma eletrônica do Ministério da Saúde, para torná-la regular, fato esse que não obteve êxito.

Como o prazo estabelecido foi o mês de julho de 2021, a **CISMETRO – Consórcio Intermunicipal de Saúde na Região Metropolitana de Campinas - Norte**, a prefeitura, da qual é signatária do referido Consórcio, solicitou a contratação de médicos e equipe de enfermagem (enfermeiros e técnicos de enfermagem) para o funcionamento da UPA.

Do fato se tem que, com uma falta de planejamento, o prazo de entrega não pôde ser cumprido, contudo os médicos e a equipe de enfermagem foram contratados pela empresa credenciada pelo CISMETRO, no caso a empresa: **UNISAÚDE Serviços Médicos Ltda.**

A UPA foi inaugurada em **30 de setembro de 2021**, os médicos foram contratados em agosto de 2021, deste modo, em setembro, os médicos e equipe de enfermagem deveriam ser pagos pela prefeitura, o que ocorreu, **SEM QUE TENHA HAVIDO QUALQUER ATENDIMENTO NA UPA!**. Deste modo ficando todos sem trabalhar, mas recebendo seus salários, em claro e evidente o prejuízo ao erário municipal e o cometimento do crime de responsabilidade como tipifica no artº 1º incisos I, II, III o decreto lei 201/67, a saber:

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

I - apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio;

II - utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos;

III - desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas;

(...)



E penalizados nos termos do parágrafo 1º do artigo 1º do decreto lei 201/67 que assim descreve: **§1º Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenção, de três meses a três anos.**

Neste diapasão, o fato acima tipificado independente das ações judiciais importam no procedimento definido no artigo 4º do decreto lei 201/67, que assim define:

Art. 4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

(...)

VIII - Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura;

(...)

X - Proceder de modo incompatível com a dignidade e o decore do cargo.

Ensejando, portanto, a aplicação do artigo 5º do mesmo decreto lei 201/67, e seus inciso que define o rito processual para aplicação da norma na Comissão Processante CP.

Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo:

I - A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o *quorum* de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante.

II - De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os





quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.

III - Recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro em cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez. Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas.

IV - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.

V - concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de 5 (cinco) dias, e, após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, serão lidas as peças requeridas por qualquer dos Vereadores e pelos denunciados, e, a seguir, os que desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua





defesa oral; (Redação dada pela Lei nº 11.966, de 2009).

VI - Concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia. Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo, o denunciado que for declarado pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, em curso de qualquer das infrações especificadas na denúncia. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato de Prefeito. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado.

VII - O processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro em noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

Importante deixar claro que a CISMETRO presta serviços de atendimento médico em algumas UBS's do município, o que explica o valor gasto desde a adesão ao sistema do Consórcio, além da locação de veículos que prestam serviços à Secretaria Municipal de Saúde, mas houve um aumento significativo de contratados nos meses de julho a novembro do ano de 2021, o que não condiz com a efetividade de atendimento e as diversas reclamações dos usuários do SUS, justamente por falta de médicos na rede municipal de saúde. (Código da ação 1133 – Enfrentamento da Emergência de Saúde Nacional CORONAVIRUS (COVID19)).

Reside aí, conforme documentos anexos, **FLAGRANTE SUSPEITA DE DESVIO DE DINHEIRO PÚBLICO!!!**

• Pagamentos do CISMETRO no ano de 2020 (JAN a DEZ) da SAÚDE



[illegible]

Dados obtidos junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de SP (<https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/monte-mor>)

Pagamentos do CISMETRO no ano de 2021 (JAN a DEZ) da SAÚDE												
id do usuário		ano	mes	nome	função	valor	valor pago	valor devido	valor pago	valor devido	valor pago	valor devido
id do usuário		ano	mes	nome	função	valor	valor pago	valor devido	valor pago	valor devido	valor pago	valor devido
1000000000	2021	1	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	2	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	3	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	4	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	5	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	6	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	7	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	8	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	9	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	10	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	11	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	12	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	1	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	2	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	3	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	4	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	5	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	6	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	7	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	8	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	9	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	10	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	11	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	12	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	1	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	2	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	3	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	4	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	5	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	6	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	7	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	8	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	9	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	10	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	11	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000
1000000000	2021	12	Adriano	Coordenador	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000	1000000000

Dados obtidos junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de SP (<https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/monta-mor>)

[illegible]

Dados obtidos junto ao site do Tribunal de Contas do Estado de SP (<https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipios/monte-mor>)

O que chama a atenção não é unicamente o fato dos gastos terem sido 1.648,05% superiores ao mesmo período de 2020, mas sim a concentração de pagamentos no momento em que os casos começaram a cair drasticamente.





Somente nos meses de setembro a dezembro de 2021 os gastos superam em muito todo o montante de pagamentos do ano de 2020 (período de 2020 – R\$ 154.336,55, frente a setembro a Dezembro/2021 – R\$ 1.435.707,38 – **830,24%** superior). Não podendo essa Câmara Municipal se abster de investigar e punir nos termos da lei o desvio das verbas públicas sem a devida prestação dos serviços.

Portanto nobres vereadores esta tipificado a ofensa a norma legal pelo Prefeito Municipal devendo responder pelos danos e com a perda do mandato como acima descrito pela norma federal.

### DENUNCIA 3

No município existe um **HOSPITAL** administrado pela Associação **Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus**, e não faz parte da estrutura administrativa da Prefeitura de Monte Mor.

Foi firmado entre a Prefeitura Municipal de Monte Mor e a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, o Termo de Colaboração nº 04/2021, aprovado na Câmara Municipal de Monte Mor/SP e que no ano de 2021 foi estabelecido o repasse de R\$ 12.000.000,00, além de um aditamento, também votado e aprovado pela Câmara Municipal, no valor de R\$ 2.200.000,00, basicamente para o pagamento dos profissionais de saúde no atendimento da saúde pública do município. Frisa-se que é o único hospital no município, para atendimento de baixa e média complexidade.

É de conhecimento notório e, portanto, da atual administração, a precariedade dos serviços prestados pelo Hospital, dadas as inúmeras reclamações dos usuários do sistema. Além disso, as contas apresentadas não são transparentes, apresentando um déficit orçamentário que cresce ano a ano, apesar de a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus estar sob intervenção judicial e as contas devem ser prestadas também ao judiciário.

Desta maneira, ao assumir o governo municipal, era ponto pacífico a necessidade de uma nova intervenção judicial e administrativa para que a oferta dos serviços públicos de saúde não fosse prejudicada, bem como o dinheiro público fosse bem empregado.

Optou-se por planejar uma nova intervenção, de forma imediata e, para isso, houve a contratação de um escritório de advocacia para os estudos necessários dos



No mês de outubro de 2021 tivemos 62 casos confirmados de covid-19 e foram repassados para esta associação o montante de R\$ 675.000,00, o que totaliza um custo de serviços médicos prestados pelo hospital de R\$ 10.887,10 por caso confirmado.





No histórico da despesa de R\$ 196.000,00 pagos em novembro/2021, interessante foi que este pagamento foi a única parcela paga em 2021 com recursos do Tesouro, mês que tivemos segundo a própria Prefeitura Municipal de Monte Mor, apenas 21 casos de covid, o que totaliza um custo de serviços médicos prestados pelo hospital de R\$ 9.333,33 por caso confirmado.

Segue histórico da despesa **537844001** – “EMPENHO CONFORME OFICIO N 023/2021 DO DEPTO DE CONVENIOS DE 14/10/2021, QUE SOLICITA O ESTORNO DA LIQUIDACAO 10358/2021 E ORDEM DE PAGAMENTO 11452/2021, REFERNETE EMPENHO 434/2021, E EMISSAO DE NOVO EMPENHO PARA REGULARIZACAO, CONFORME AS SEGUINTE INFORMACOES: EMPENHO REF AO PAGAMENTO DE ADITAMENTO DO TERMO DE COLABORACAO N 04/2021 E LEI N 2793 DE 14/01/2021, FIRMADO COM A ASSOCIACAO HOSPITAL BENEF SAGRADO CORACAO DE JESUS, QUE TEM CERTO E AJUSTADO POR OBRIGACAO, O FORNECIMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA MANUTENCAO DO EQUILIBRIO ECONOMICO FRENTE AO AUMENTO EXPONENCIAL DOS SERVIÇOS HOSPITALARES PRESTADOS PELA MESMA, DEVIDO A PANDEMIA MUNDIAL DE INFECCÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVIRUS E OFICIO 071/2021 DA ASSOC HOSPITAL BENEF SAGRADO CORACAO DE JESUS ESTORNO DE ORDEM DE PAGAMENTO N 11452/2021 E LIQUIDACAO 10358/2021 DE 02/09/2021, POIS FOI EMITIDO NA FICHA 629, INFORMADA INDEVIDAMENTE PELA SECRETARIA DE SAUDE, CONFORME OFICIO S/N DE 03/09/2021.

Há de se notar que com a abertura da UPA, em 30 de setembro de 2021, o processo de intervenção foi abortado, sem qualquer explicação a pedido do sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, Prefeito de Monte Mor.

Não há que falar em respeito as normas da administração pública pelo prefeito municipal de Monte Mor do sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, pois o Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus passou a ser o gestor da UPA, amparado em um termo de aditamento ao Termo de Colaboração nº 05/2021, firmado com a Administração Pública Municipal em 23 novembro de 2021, com vigência até 22/12/22 (14 meses), sou seja, tempo superior ao Contratos Administrativos, estabelecido na Lei 8.666/1993, em flagrante desrespeito à Lei Federal que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, tipificando assim a negação a lei vigente ofendendo o princípio constitucional da legalidade definido no artigo 37 da





Constituição Federal, cometendo mais uma vez Crime de Responsabilidade, passivo de cassação do mandato eletivo pela Câmara Municipal.

## DENUNCIA 4

Conforme já mencionado, a **Unidade de Pronto Atendimento – UPA, construída com verba federal do Ministério da Saúde**, era uma obra herdada da gestão anterior e cercada de irregularidades, que podem ser comprovadas no convênio estabelecido.

O sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, Prefeito de Monte Mor fez inclusive uma "live" em sua conta pessoal do Facebook, no dia 01/01/2021, mostrando o estado em que se encontrava a obra.

O sr. **Edivaldo Antonio Brischi**, então, estabeleceu o prazo de julho/2021 para que a UPA fosse concluída e inaugurada, inclusive divulgando essa notícia em uma "live" em sua página pessoal do Facebook.

Dessa maneira, **ordenou**, como é seu modus operandis , **a contratação da equipe de médicos e enfermeiros junto ao Cismetro, mesmo não sendo possível a inauguração por ainda não ter sido concluída a obra.**

### E ASSIM FOI FEITO

Os médicos foram contratados em agosto/2021, bem como a equipe de enfermagem, conforme quadro abaixo, também em agosto/2021 em sua maioria, para atuar na unidade nova, programada para a inauguração, cujos documentos, seguem anexo à presente DENÚNCIA.









Municipal de Monte Mor, com perguntas para esclarecimento dos fatos apontados como irregulares.

Verificando-se a resposta apresentada na figura do Dr. Mário Cézar Franco Junior, Procurador Geral do Município de Monte Mor, ela é no mínimo fantasiosa e, na sua essência, faltando com a verdade, numa clara tentativa de proteger o Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, mas não o exime do crime de prevaricação, previsto em nosso ordenamento jurídico, e seu conceito se encontra no art. 319 do Código Penal. Esse crime é praticado dentro da administração pública e se dá pela prática do agente público de não fazer ou retardar algo para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, ou seja, na ânsia de abrir ao público a UPA, por seu próprio interesse, o sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, burlou as leis vigentes, não estabelecendo contrato formal com o **CISMETRO** ou qualquer outro meio legal disponível para a contratação e utilização da equipe de enfermagem, preferindo atuar à margem da Lei.

Essa relação ilegal acima apontada, entre a Prefeitura Municipal de Monte Mor, por seu Prefeito Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, o **CISMETRO** e a **Unisaúde – Serviços Médicos Ltda.**, é comprovada pelos anexos que compõem a presente **DENÚNCIA**, com a relação da equipe de enfermagem constatada pelo relatório do Conselho Municipal de Saúde, com a ficha dos enfermeiros e técnicos de enfermagem fornecidos pelo próprio funcionário da **UNISAÚDE Serviços Médicos Ltda.** e pelo contrato de trabalho desses mesmos profissionais e do ofício do Conselho Municipal de Saúde e resposta da Prefeitura Municipal de Monte Mor, documentos esses, que fazem parte desta e seguem anexo.

Que comprovam de forma cabal **O DIREITO TUTELADO OFENDIDO**

As infrações político administrativas cometidas pelo Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor e que estão sujeitas ao julgamento pela Câmara Municipal de Vereadores, que podem cassar o mandato, estão contidas no Decreto Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, em seu Art. 4º e no artigo 46 da Lei Orgânica do Município de Monte Mor.

Os atos praticados pelo Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, está enquadrado no inciso VIII do artigo 4º do citado Decreto Lei nº 201/1967, bem como no artigo 46, § 3º, IV da Lei Orgânica do Município de Monte Mor, por



negligenciar os interesses do Município perante a administração pública municipal, ao realizar a contratação irregular de profissionais da área de enfermagem para a realização de serviços junto à Unidade de Pronto Atendimento – UPA, sem o devido processo legal para contratação dos mesmos, em período anterior à abertura desta mesma UPA, 30 de setembro de 2021, gerando dívidas com empresa prestadora de serviços e os referidos profissionais, conforme relatório do Conselho Municipal de Saúde, parte integrante da presente.

A negligência, do Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, também está enquadrado no inciso VII do art. 4º do citado Decreto-Lei nº 201/1967 e no artigo 46, § 3º, IV da Lei Orgânica do Município de Monte Mor, tratando-se de prática de atos contra a expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática. O Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, efetuou os pagamentos de serviços não executados, ou seja promoveu vantagem indevida a que não prestou serviços causando prejuízo ao erário e ainda feriu de morte a disposição constitucional contida no artigo 37 da Constituição Federal em relação a moralidade, legalidade e economicidade.

O prefeito, é o ordenador de despesas e portanto o agente público responsável por autorizar o pagamento dos serviços prestados à Administração Pública, exarando o despacho para a expedição da ordem bancária, nos moldes da Lei nº 4.320/1964.

Ordenador de despesa é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio (§ 1º do art. 80 do Decreto-Lei nº 200/67). Também pode ser caracterizado como a autoridade com atribuições definidas em ato próprio, entre as quais as de movimentar créditos orçamentários, empenhar despesa e efetuar pagamentos (IN/DTN nº 10/91).

É sabido que o ordenador deve ter sempre presente, quando vai efetuar um pagamento, que essa é a terceira etapa da realização de despesa – 1º - "empenho", 2º - "liquidação" - e que a mesma já se encontra definida em termos de classificação de contas. Mas é preciso que ele tenha em mãos, nesse caso, as provas do pedido dos serviços requeridos ao CISMETRO e o comprovante de execução dos serviços pelo CISMETRO. Como poderia ter os serviços executados na UPA, se ela não





estava em funcionamento.

Outra norma ignorada pelo Sr. Prefeito é o art. 67 da Lei nº 8.666/1993, que prevê: "a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição".

O Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, não instituiu legalmente um fiscal de contrato para auxiliar e fiscalizar a execução do contrato, o que chama pra si, toda responsabilidade pelos atos praticados, não havendo como criminalizar terceiros e nem mesmo para culpá-los.

Não nomeou qualquer membro da Administração Pública para coordenar e acompanhar as ações na Unidade de Pronto Atendimento – UPA, conforme o estabelecido no Plano de Trabalho apresentado ao Conselho Municipal de Saúde de Monte Mor e Lei Federal que a fundamenta.

Na esteira de sua dolosa negligência, o Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, enquadra-se ainda no inciso VII do art. 4º do citado Decreto-Lei nº 201/1967 e no artigo 46, § 3º, IV da Lei Orgânica do Município de Monte Mor, tratando-se de prática de atos contra a expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática.

O Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, Prefeito de Monte Mor, ao estabelecer contrato irregular junto à Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, em prazo superior ao disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, fere o disposto na própria Lei Federal, e ainda a disposição constitucional contida no artigo 37 da Constituição Federal em relação a moralidade, legalidade e economicidade.

#### DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto e dos fatos relatados e devidamente comprovados com provas objetivas e cabais das ofensas às disposições legais e constitucionais ignoradas pelo Sr. **Edivaldo Antônio Brischi**, e com as contundentes provas devidamente produzidas e que se encontram anexas, **REQUER:**



1. Que a presente denúncias seja lida e votada na primeira sessão da Câmara Municipal de Monte Mor, subsequente a este protocolo, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 201/1967, concomitante com o artigo 46 da Lei Orgânica do Município de Monte Mor;
2. Que os Vereadores desta Casa de Leis, diante das provas apresentadas e da gravidade dos fatos narrados, seja aprovada a recepção desta denúncia e a abertura da Comissão Processante, respeitando-se o devido processo legal, ao fim a **procedência da presente denuncia** em face do Sr. **Edivaldo Antônio Brischi** Prefeito Municipal e a cassação de seu mandato eletivo;
3. Uma vez cassado seja de imediato editado decreto legislativo decretando a vacância do cargo em razão de cassação dando posse imediata ao sr. Vice-Prefeito Municipal;
4. Que a Câmara Municipal de Monte Mor comunique a justiça eleitoral da cassação do prefeito Municipal por crime de responsabilidade;
5. Seja encaminhado Copias de inteiro teor deste procedimento ao e Ministério Público do Estado de São Paulo, para que tome as providencias pertinentes com o intuito do ressarcimento aos cofres públicos dos prejuízos causados aos cofres públicos dos valores pagos indevidamente, além de instaura do devido Processo Penal.

Por derradeiro, fica a crença do cumprimento do dever de cidadão e, que os Nobres Vereadores desta Casa de Leis de Monte Mor, não se furtem cumprir seus deveres e responsabilidades elencadas em nossa "Constituição Cidadã", cumprindo com os princípios da administração pública e defendendo os munícipes no direito de ter uma saúde digna, e contra **Malversação Dos Recursos Públicos**.

Monte Mor/SP, 10 de junho de 2022






Seguem documentos do denunciante:

1. Cópia do documento de identidade;
2. Cópia do título de eleitor;
3. Cópia comprovante de endereço;

Anexo à presente, documentos comprobatórios que a respaldam.

- Ata notória
- **Anexo 1 - Relatório de Visita Técnica do Conselho Municipal de Saúde em 09/11/2021 – UPA**
- **Anexo 2 - Ofício do Conselho Municipal de Saúde com pedido de explicações junto à Prefeitura Municipal de Monte Mor e resposta**
- **Anexo 3 - Ficha dos funcionários de enfermagem que prestavam serviços na UPA até a data da visita técnica do Conselho Municipal de Saúde**
- **Anexo 4 - Contrato de Enfermeira UPA**
- **Anexo 5 - Contrato de Técnica de Enfermagem UPA**
- **Anexo 6 - Planilha de Internações COVID-19 – Hospital**
- ✓ Anexo 6.1 – Março/2021
- ✓ Anexo 6.2 – Abril/2021
- ✓ Anexo 6.3 – Maio/2021
- ✓ Anexo 6.4 – Junho/2021
- ✓ Anexo 6.5 – Julho/2021
- ✓ Anexo 6.6 – Agosto/2021
- ✓ Anexo 6.7 – Setembro/2021
- ✓ Anexo 6.8 – Outubro/2021
- **Anexo 7 – Declaração de prestação de serviços das UBS – Conselho Municipal de Saúde**
- **Anexo 8 – Prestação de Contas do Hospital ao Conselho Municipal de Saúde / Tenda Covid**
- **Anexo 9 – Prestação de Contas da CISMETRO**
- ✓ Anexo 9.1 – Agosto/2021
- ✓ Anexo 9.2 – Setembro/2021
- ✓ Anexo 9.3 – Outubro/2021
- **Anexo 10 – Projeto de Lei 156/2021 de Termo de Colaboração e Subvenção ao Hospital para Gerenciamento da Unidade de Pronto Atendimento – UPA**
- **Anexo 11 – Lei 2891/2021 de Subvenção ao Hospital para Gerenciamento da Unidade de Pronto Atendimento - UPA**

Monte Mor/SP, 10 de junho de 2022







**PROCURAÇÃO AD/EXTRA JUDICIA**

**Documentos pessoais denunciante**

**Documento de Identidade**

**Título de Eleitor**

**Comprovante de Endereço**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
JUSTIÇA ELEITORAL  
TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR



FILIAÇÃO



CÓDIGO DE VALIDAÇÃO

A9RM.OXTX.POWL.N2HU



Título Eleitoral emitido às 10:52 de  
02/10/2019 com identificação biométrica

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do  
Tribunal Superior Eleitoral na internet, no endereço: [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br)  
por meio do código de validação ou QR Code

Companhia Paulista  
de Força e Luz

Uma empresa do Grupo CPFL Energia

CPFL  
ENERGIA

Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632  
Jd. Prof. Tarcília - Campinas - SP - CEP 13087-307  
Inscrição Estadual: 244.163.955.115  
Inscrição no CNPJ: 33.050.196/0001-88



Nota Fiscal  
Conta de Energia Elétrica  
Nº 234608860 série C  
Data de Emissão 14/03/2022  
Data de Apresentação: 17/03/2022  
Pág: 01 de 01  
Conta Contrato Nº 310110363358



Leitura Próximo Mês 14/04/2022

Lote	Roteiro de Leitura	Nº. Medidor	PN
09	MTWBU073-00000345	215405242	715854878

PREZADO(A) CLIENTE

Mantenha seus dados sempre atualizados, alguns itens determinam a tarifa e tributação de sua fatura de energia elétrica. Solicite os serviços disponíveis em nosso site com rapidez e segurança e reserve mais tempo para você e seu dia-a-dia. Mais informações acesse o endereço que consta no verso de sua conta.

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

MARIA TEODORA FURTADO

Reservado ao Fisco  
F4E0.F583.8669.AB05.D3D2.A060.D26A.B684

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO PELEGRINI BARBOZA, TITULO ELEITORAL, Estado de São Paulo, projeto 260372. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1002118



# **PROCURAÇÃO**

## **AD/EXTRA JUDICIA**

Pelo presente instrumento particular de procuração **ALEX SIMPLICIO FURTADO**, brasileiro, solteiro, representante comercial, eleitor do município de Monte Mor, [REDACTED] portador da Cédula de Identidade [REDACTED] inscrito no CPF/MF [REDACTED] residente e domiciliado na [REDACTED] município de Monte Mor, Estado de São Paulo, com o email [REDACTED] e telefone (19) 9.9464-1962 nomeia e constitui como seu procurador o advogado **CLAUDIO ROBERTO NAVA**, inscrito na OAB/SP [REDACTED] com escritório à [REDACTED] quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad-judicia / extra-judicia", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando de recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda poderes especiais para excepcionar, reconvir, transigir, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais e órgãos da administração pública direta e indireta, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, praticando os atos necessários para o bom desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, **especialmente para representá-lo nos atos da Comissão Processante instaurada na Câmara Municipal de Monte Mor.**

Monte Mor/SP, 10 de junho de 2022

[REDACTED]



FOLHA Nº

734

VISTO

F2

029

# ATA NOTORIAL





**CAMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR**  
PROTOCOLO  
PROTOCOLO  
Emissão da Capa do Protocolo

378

fls. 43

(Página 1/1)

Sistema CECAM

Data: 10/06/2022 11:57

Sistema CECAM

**Protocolo Nº: 260/2022**

**Nº: 260/2022**

**INTERESSADO:**

Nº DO CGM ..... 1025  
NOME ..... ALEX SIMPLICIO FURTADO  
INSCR. CADASTRAL .....  
TELEFONE .....  
CELULAR ..... (19) 99464-1962  
FAX .....  
E-MAIL .....  
ENDEREÇO ..... RUA MERCEDES NIERO DE ALMEIDA 193  
CEP ..... 13193-510  
BAIRRO ..... JD CAPUAVINHA  
CIDADE / UF ..... MONTE MOR/SP  
C.G.C/C.P.F .....  
INSCRIÇÃO .....

FOLHA Nº  
735  
VISTO

**DADOS DO PROTOCOLO:**

DATA DE ENTRADA ..... 10/06/2022 11:35:35  
ASSUNTO ..... DENÚNCIA

SITUAÇÃO DO PROTOCOLO ..ENVIADO  
ÚLTIMO DESTINATÁRIO ..... CHEFIA DE GABINETE

**DESCRIÇÃO:**

REFERENTE DENÚNCIA EM DESFAVOR DO SR. EDIVALDO ANTONIO BRISCHI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR / SP.

CONFERE COM  
O ORIGINAL

MONTE MOR, 10 DE JUNHO DE 2022

**RECEBIDO**

RESPONSÁVEL

ELIANE DA SILVA MEIRA  
Chefe de Gabinete

PARA AGILIZAR O ATENDIMENTO NO PROTOCOLO MUNICIPAL, TENHA SEMPRE EM MÃOS O CPF E ESTE RECIBO DE PROTOCOLO.

MARIA ELISABETH H. AZEVEDO  
Recepcionista

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO PELEGRINI BARBOSA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 01/08/2022 às 17:48, sob o número 10021181420228260372. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1002118-14.2022.8.26.0372 e código D2B5B35.





Protocolo Nº: 260/2022

Nº: 260/2022

**INTERESSADO:**

Nº DO CGM ..... 1025  
NOME ..... ALEX SIMPLICIO FURTADO  
INSCR. CADASTRAL .....  
TELEFONE .....  
CELULAR .....  
FAX .....  
E-MAIL .....  
ENDEREÇO .....  
CEP .....  
BAIRRO .....  
CIDADE / UF .....  
C.G.C/C.P.F .....  
INSCRIÇÃO .....

**DADOS DO PROTOCOLO:**

DATA DE ENTRADA ..... 10/06/2022 11:35:35  
ASSUNTO ..... DENÚNCIA

SITUAÇÃO DO PROTOCOLO ... ENVIADO  
ÚLTIMO DESTINATÁRIO ..... CHEFIA DE GABINETE

**DESCRIÇÃO:**

REFERENTE DENÚNCIA EM DESFAVOR DO SR. EDIVALDO ANTONIO BRISCHI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR / SP.

**CONFERE COM  
O ORIGINAL**

ARTHUR REHDER DA CUNHA PATUCI  
Coordenador Legislativo

Alexandre de Jesus Pinheiro  
Coordenador Administrativo

MONTE MOR, 10 DE JUNHO DE 2022

RESPONSÁVEL

PARA AGILIZAR O ATENDIMENTO NO PROTOCOLO MUNICIPAL TENHA SEMPRE EM MÃOS O CPF E ESTE RECIBO DE PROTOCOLO

MARIA ELISABETH H. AZEVEDO  
Recepcionista







**CAMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR**  
PROTOCOLO  
PROTOCOLO  
RELAÇÃO DE PROTOCOLOS POR GUIA

*[Handwritten signature]*

FOLHA Nº

737

(Página 111)  
fls. 46

Sistema CECAM

Data: 14/06/2022 16:10

Sistema CECAM

Nº Protocolo:			Data / Hora: 14/06/2022 - 16:10
Requerente:			
Endereço:			
Bairro:			
Insc. Municipal:	R.G:	CNPJ/CPF:	
Assunto:	DENÚNCIA		
Descrição:	REFERENTE DENÚNCIA EM DESFAVOR DO SR. EDIVALDO ANTONIO BRISCHI, PREFEITO DO MUNICIPIO DE MONTE MOR / SP.		
Remetente:	CHEFIA DE GABINETE		
Despacho:	Denúncia		
Destinatário:	GABINETE DA PRESIDENCIA		

Guia:  
831 / 2022

Usuário:  
alexandre.pinhoiro

Recebi os protocolos acima relacionados em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ hrs.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten notes: ENVIADA P/ A. BARBOSA CO. GABINETE 14/06/22]*

**CONFERE COM  
O ORIGINAL**

*[Handwritten signature]*  
ARTHUR REHDER DA CUNHA PATUCI  
Coordenador Legislativo





**Câmara Municipal de Monte Mor**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

fls. 46

F2  
301

**Pauta da 20ª Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura (2021 - 2024)**  
**Legislatura**

**Identificação Básica**

Tipo de Sessão: Ordinária  
Abertura: 20/06/2022 - 17:30  
Encerramento: -

**Expedientes**

**Matérias do Expediente**

Matéria	Ementa	Situação
1 - Denúncia nº 2 de 2022 Processo: - Autor: Cidadão/Eleitor	Denúncia por prática de crime de responsabilidade de danos ao erário em desfavor do Sr. Edivaldo Antônio Brisch, prefeito do município de Monte Mor	Votação
2 - Projeto de Lei Ordinária nº 87 de 2022 Processo: - Autor: Camilla Hellen	Institui o Dia Municipal dos Profissionais da Saúde.	Leitura no Expediente
3 - Projeto de Lei Ordinária nº 88 de 2022 Processo: - Autor: Professor Adriel	Dispõe sobre a denominação da Rua 06 do Jardim Colorado.	Leitura no Expediente
4 - Projeto de Lei Ordinária nº 89 de 2022 Processo: - Autor: Professor Adriel	Dispõe sobre a denominação da Rua 08 do Jardim Colorado.	Leitura no Expediente
5 - Projeto de Lei Ordinária nº 90 de 2022 Processo: - Autor: Professor Adriel	Dispõe sobre a denominação da Estrada Municipal Mor 391.	Leitura no Expediente
6 - Requerimento nº 21 de 2022 Processo: - Autor: Professor Fio	Requer informações do Poder Executivo sobre a indicação nº 109/2021	Leitura no Expediente
7 - Indicação nº 226 de 2022 Processo: - Autor: Professor Adriel	Indico ao Poder Executivo a troca de lâmpada no poste localizado na rua Augusto Félix, próximo à casa nº 60, no Jardim Progresso.	Leitura no Expediente
8 - Indicação nº 227 de 2022 Processo: - Autor: Camilla Hellen	Indica ao Poder Executivo serviço de tapa buraco na rua José Gaovani da Silva no Jardim Nova Alvorada	Leitura no Expediente
9 - Indicação nº 228 de 2022 Processo: - Autor: Camilla Hellen	Indica ao Poder Executivo adaptações em trechos da Rodovia SP 101 incluindo e instalando passarela na altura do Jardim Panorama KM 22,5 sentido leste	Leitura no Expediente
10 - Indicação nº 229 de 2022 Processo: - Autor: Wal da Farmácia	Indico ao Poder Executivo o reparo e recuperação da guia e do asfalto na rua Ana Ferreira dos Santos, número 72, Jardim Panorama.	Leitura no Expediente
11 - Indicação nº 230 de 2022 Processo: - Autor: Nelson Almeida	"Indica ao Poder Executivo a alteração no § 2º, do Art. 19, Seção III, Capítulo IV da Lei Complementar 08 de 02 de julho de 2007, que dispõe sobre o Estatuto da Guarda Civil Municipal de Monte Mor".	Leitura no Expediente

Rua Rage Maluf, nº 61 - Monte Mor SP Tel.: (19) 3889-2780 <http://www.camaramontemor.sp.gov.br> - E-mail: [ouvidoria@camaramontemor.sp.gov.br](mailto:ouvidoria@camaramontemor.sp.gov.br) 20/06/2022





# Câmara Municipal de Monte Mor

fls. 47

Palácio 24 de Março

PORTARIA Nº 60 DE 22 DE JUNHO DE 2022.

"AFIXADO NO QUADRO DE  
AVISOS EM 22/06/2022  
MARIA ELISABETH H. AZEVEDO  
Recepcionista

"Dispõe sobre a instauração da Comissão Processante, para apurar a Denúncia nº 02/2022, por supostas infrações político-administrativas praticadas pelo Prefeito Municipal de Monte Mor, Sr. Edivaldo Antônio Brischi, e dá outras providências."

**ALEXANDRE PINHEIRO**, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

**Considerando** que foi recebida pelos votos de 09 vereadores na 20ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª legislatura, a denúncia de supostas infrações político-administrativas praticadas pelo Prefeito Municipal de Monte Mor, Sr. Edivaldo Antônio Brischi, por fatos previstos no art. 4º, incisos VII e VIII, do Decreto-Lei nº 201/67;

**Considerando ainda** que foi constituída a Comissão Processante formada por três Vereadores sorteados, nos termos do art. 5º, inciso II, do Decreto-Lei nº 201/67 para o prosseguimento do Processo de Cassação do Mandato do Prefeito;

**Considerando por fim** que o Processo de Cassação do Mandato do Prefeito deverá prosseguir sob a responsabilidade da Comissão Processante, nos termos do que dispõe o art. 5º, incisos III a VII, do Decreto-Lei nº 201/67;

## Resolve

**Art. 1º** - Instaurar a **COMISSÃO PROCESSANTE** para apurar a Denúncia nº 02/2022, por supostas infrações político-administrativas praticadas pelo Prefeito Municipal de Monte Mor, Sr. Edivaldo Antônio Brischi, composta pelos os Vereadores integrantes da Comissão Processante, onde elegeram:

**Vereadora Valdirene Joandsin Silva - Wal da Farmácia (PSL)**  
**Presidente**

**Vereador Nelson Almeida Flor - Nelson Almeida (SOLIDARIEDADE)**  
**Relator**

**Vereadora Milziane Menezes de Brito- Milziane Menezes (PSDB)**  
**Membro**

**Art. 2º** - A condução do processo ficará sob a responsabilidade da Comissão Processante sorteada, onde deverão observar todos os trâmites previstos no art. 5º, incisos III ao VII, do Decreto-Lei nº 201/67.

**Art. 3º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 20 (vinte) de junho do corrente ano.

RUA RAGE MALUF, 61 - MONTE MOR - SP - CEP 13190-027 - Fone/Fax: (19) 3889-2780

E-mail: camara@camaramontemor.sp.gov.br






# Câmara Municipal de Monte Mor

fls. 48

Palácio 24 de Março

Câmara Municipal de Monte Mor, 22 de junho de 2022.

  
**ALEXANDRE PINHEIRO**  
Presidente

  
**ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO**  
1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 22 dias do mês de junho do ano de 2022.

  
**RENATA BERNARDO DE SOUSA**  
Diretora Geral







# Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

fls. 49




307

**CERTIDÃO Nº 06/2022**

**ARTHUR REHDER DA CUNHA PATUCI**, portador do documento de identidade [REDACTED] e inscrito no CPF de nº [REDACTED] **servidor público municipal efetivo** no cargo e função de Assistente Legislativo da Câmara Municipal de Monte Mor, na condição de Coordenador Legislativo, **CERTIFICO** que a **DENÚNCIA** nº 02/2022, cuja ementa é "*Denúncia por prática de crime de responsabilidade de danos ao erário em desfavor do Sr. Edivaldo Antônio Brischi, prefeito do município de Monte Mor*", foi **APROVADA** pelo plenário por 09 (nove) votos favoráveis e 05 (cinco) votos contrários, na data de 20 de junho de 2022, conforme extrato em anexo. **CERTIFICO** também que foram sorteados os 03 (três) membros da Comissão Processante resultante da aprovação da denúncia na mesma data, a saber, vereadores **NELSON ALMEIDA**, **WAL DA FARMÁCIA** e **MILZIANE MENEZES**. Os cargos foram definidos pelos componentes por 2 votos favoráveis e 1 voto contrário, sendo Wal da Farmácia como Presidente, Nelson Almeida como relator e Milziane Menezes como membro, conforme declarado durante a 20ª Sessão Ordinária.

O referido é verdade e dou fé.

Monte Mor, 22 de junho de 2022.

  
Arthur Rehder da Cunha Patuci  
Coordenador Legislativo



**Câmara Municipal de Monte Mor**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



**Resumo da 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª (2021 - 2024)  
(Atual) Legislatura**

**Informações Básicas**

**Tipo da Sessão:** Ordinária

**Abertura:** 20/06/2022 - 17:30

**Encerramento:** 20/06/2022 - 19:56

**Conteúdo Multimídia**

**Multimídia Audio:** Indisponível

**Multimídia Video:** Indisponível

**Mesa Diretora**

**Presidente:** Alexandre Pinheiro/PTB

**1º Secretário:** Professor Adriel/PT

**2º Secretário:** Andrea Garcia/PTB

**Lista de Presença da Sessão**

Alexandre Pinheiro/PTB

Altran/MDB

Andrea Garcia/PTB

Beto Carvalho/DEM

Bruno Leite/DEM

Camilla Hellen/REPUBLICANOS

João do Bar/PSL

Milziane Menezes/PSDB

Nelson Almeida/SD

Paranhos/MDB

Pavão da Academia/MDB

Professor Adriel/PT

Professor Fio/PTB

Vitor Gabriel/PSDB

Wal da Farmácia/PSL





**Câmara Municipal de Monte Mor**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

FOLHA Nº

743

VISTO

fls. 51

FL

310

**Resumo da 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª (2021 - 2024)**  
**(Atual) Legislatura**

**Expedientes**

**Matérias do Expediente**

Matéria	Ementa	Resultado da Votação
1 - PRESE Presença na Sessão 20/2022 Turno: Autor: Desconhecido	Presença na 20ª Sessão Ordinária	Quórum regimental atingido
2 - DEN Denúncia 2/2022 Turno: Autor: Cidadão/ Eleitor	Denúncia por prática de crime de responsabilidade de danos ao erário em desfavor do Sr. Edivaldo Antônio Brischi, prefeito do município de Monte Mor	Matéria lida
3 - PL Projeto de Lei Ordinária 87/2022 Turno: Autor: Camilla Hellen	Institui o Dia Municipal dos Profissionais da Saúde.	Matéria lida
4 - PL Projeto de Lei Ordinária 88/2022 Turno: Autor: Professor Adriel	Dispõe sobre a denominação da Rua 06 do Jardim Colorado.	Matéria lida
5 - PL Projeto de Lei Ordinária 89/2022 Turno: Autor: Professor Adriel	Dispõe sobre a denominação da Rua 08 do Jardim Colorado.	Matéria lida
6 - PL Projeto de Lei Ordinária 90/2022 Turno: Autor: Professor Adriel	Dispõe sobre a denominação da Estrada Municipal Mor 391.	Matéria lida
7 - REQ Requerimento 21/2022 Turno: Autor: Professor Fio	Requer informações do Poder Executivo sobre a indicação nº 109/2021	Matéria lida
8 - IND Indicação 226/2022 Turno: Autor: Professor Adriel	Indico ao Poder Executivo a troca de lâmpada no poste localizado na rua Augusto Félix, próximo à casa nº 60, no jardim Progresso.	Matéria lida
9 - IND Indicação 227/2022 Turno: Autor: Camilla Hellen	Indica ao Poder Executivo serviço de tapa buraco na rua José Geovani da Silva no Jardim Nova Alvorada	Matéria lida
10 - IND Indicação 228/2022 Turno: Autor: Camilla Hellen	Indica ao Poder Executivo adaptações em trechos da Rodovia SP 101 incluindo e instalando passarela na altura do Jardim Panorama KM 22.5 sentido leste	Matéria lida
11 - IND Indicação 229/2022 Turno: Autor: Wai da Farmácia	Indico ao Poder Executivo o reparo e recuperação da guia e do asfalto na rua Ana Ferreira dos Santos, número 72, Jardim Panorama.	Matéria lida





**Câmara Municipal de Monte Mor**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

FOLHA Nº

744

fls. 52

FL

507

**Resumo da 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª (2021 - 2024)  
(Atual) Legislatura**

Materia	Ementa	Resultado da Votação
12 - IND Indicação 230/2022 Turno: Autor: Nelson Almeida	"Indica ao Poder Executivo a alteração no § 2º, do Art. 19, Seção III, Capítulo IV da Lei Complementar 08 de 02 de julho de 2007, que dispõe sobre o Estatuto da Guarda Civil Municipal de Monte Mor".	Matéria lida
13 - IND Indicação 231/2022 Turno: Autor: Professor Adriel	Indica ao Poder Executivo a alteração do inciso I do art. 73 da Lei Complementar nº 4, de 27 de dezembro de 2006, para concessão de 2 (dois) dias de ausência no serviço para doar sangue.	Matéria lida
14 - IND Indicação 232/2022 Turno: Autor: Milziane Menezes	Indico ao Poder Executivo a implantação de uma faixa de pedestre na Rua Rio Grande do Sul, de frente a Creche EM Prof (a) Doracina Assis Pereira, no Jardim do Engenho.	Matéria lida
15 - IND Indicação 233/2022 Turno: Autor: Milziane Menezes	Indico ao Poder Executivo a instalação de placa de passagem sinalizadora de escolares, na Rua Rio Grande do Sul, nas proximidades da Creche EM Prof.(a) Doracina Assis Pereira, no Jardim do Engenho.	Matéria lida
16 - IND Indicação 234/2022 Turno: Autor: Professor Fio	Indica ao Poder Executivo a canalização do esgoto ao lado da obra da UBS do jardim São Gabriel	Matéria lida
17 - IND Indicação 235/2022 Turno: Autor: Professor Adriel	Indica ao Poder Executivo que seja feita a renovação da pintura dos redutores de velocidade (Lombada), na extensão da Av. Jânio Quadros, no centro de Monte Mor.	Matéria lida

**Votações Nominiais - Matérias do Expediente**

Materia	Votos
Presença na Sessão nº 20 de 2022	Alexandre Pinheiro Sim Altran Sim Andrea Garcia Sim Beto Carvalho Sim Bruno Leite Sim Camilla Heilen Sim João do Bar Sim Milziane Menezes Sim Nelson Almeida Sim Paranhos Sim Pavão da Academia Sim Professor Adriel Sim Professor Fio Sim Vitor Gabriel Sim Wal da Farmácia Sim

**Oradores do Expediente**

Nº da Ordem	Parlamentar	Observação
1	Bruno Leite/DEM	-
2	Nelson Almeida/SD	-
3	Paranhos/MDB	-
4	Camilla Heilen/ REPUBLICANOS	-
5	Pavão da Academia/MDB	-

Rua Ruge Maluf, nº 61 - Monte Mor SP Tel.: (19) 3889-2780 <http://www.camaramontemor.sp.gov.br> - E-mail: [ouvidoria@camaramontemor.sp.gov.br](mailto:ouvidoria@camaramontemor.sp.gov.br) 22/06/2022





**Câmara Municipal de Monte Mor**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



fls. 53



**Resumo da 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª (2021 - 2024)  
(Atual) Legislatura**

Nº da Ordem	Parlamentar	Observação
6	Vitor Gabriel/PSDB	-
7	Milziane Menezes/PSDB	-
8	Altran/MDB	-
9	Professor Fio/PTB	-

**Lista de Presença da Ordem do Dia**

Alexandre Pinheiro/PTB

Altran/MDB

Andrea Garcia/PTB

Beto Carvalho/DEM

Bruno Leite/DEM

Camilla Hellen/REPUBLICANOS

João do Bar/PSL

Milziane Menezes/PSDB

Nelson Almeida/SD

Paranhos/MDB

Pavão da Academia/MDB

Professor Adriel/PT

Professor Fio/PTB

Vitor Gabriel/PSDB

Wal da Farmácia/PSL

**Matérias da Ordem do Dia**

Matéria	Ementa	Resultado da Votação
1 - PRESE Presença na Sessão 20/2022 Turno: Autor: Desconhecido	Presença na 20ª Sessão Ordinária	Quórum regimental atingido
2 - DEN Denúncia 2/2022 Turno: Autor: Cidadão/ Eleitor	Denúncia por prática de crime de responsabilidade de danos ao erário em desfavor do Sr. Edivaldo Antônio Brisch, prefeito do município de Monte Mor	Aprovado
3 - PL Projeto de Lei Ordinária 81/2022 Turno: Autor: Vitor Gabriel	Altera o art. 1º da Lei 1.927 de 03 de dezembro de 2013.	Aprovado



**Câmara Municipal de Monte Mor**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



**Resumo da 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª (2021 - 2024)  
(Atual) Legislatura**

Materia	Ementa	Resultado da Votação
4 - REQ Requerimento 21/2022 Turno: Autor: Professor Fio	Requer informações do Poder Executivo sobre a indicação nº 109/2021	Aprovado
5 - MOC Moção 9/2022 Turno: Autor: Professor Fio	Moção de aplausos ao Sr. Carlos Henrique de Sousa Bulhões, (Gigante) pelo excelente trabalho realizado com o Projeto Social Real Cristo F. C.	Matéria não votada

**Votações Nominais - Matérias da Ordem do Dia**

Materia	Votos
Presença na Sessão nº 20 de 2022	Alexandre Pinheiro Sim Altran Sim Andrea Garcia Sim Beto Carvalho Sim Bruno Leite Sim Camilla Hellen Sim João do Bar Sim Milziane Menezes Sim Nelson Almeida Sim Paranhos Sim Pavão da Academia Sim Professor Adriel Sim Professor Fio Sim Vitor Gabriel Sim Wal da Farmácia Sim
Denúncia nº 2 de 2022	Alexandre Pinheiro Não Votou Altran Sim Andrea Garcia Não Beto Carvalho Sim Bruno Leite Sim Camilla Hellen Não João do Bar Sim Milziane Menezes Não Nelson Almeida Sim Paranhos Sim Pavão da Academia Não Professor Adriel Não Professor Fio Sim Vitor Gabriel Sim Wal da Farmácia Sim
Moção nº 9 de 2022	Matéria não votada
Requerimento nº 21 de 2022	Alexandre Pinheiro Não Votou Altran Sim Andrea Garcia Abstenção Beto Carvalho Sim Bruno Leite Sim Camilla Hellen Sim João do Bar Sim Milziane Menezes Sim Nelson Almeida Sim Paranhos Sim Pavão da Academia Abstenção Professor Adriel Sim Professor Fio Sim Vitor Gabriel Sim Wal da Farmácia Sim





**Câmara Municipal de Monte Mor**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



**Resumo da 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª (2021 - 2024)  
(Atual) Legislatura**

Materia	Votos
Projeto de Lei Ordinária nº 81 de 2022	Alexandre Pinheiro Não Votou Altran Sim Andrea Garcia Sim Beto Carvalho Sim Bruno Leite Sim Camilla Hellen Sim João do Bar Sim Milziane Menezes Sim Nelson Almeida Sim Paranhos Sim Pavão da Academia Sim Professor Adriel Sim Professor Fio Sim Vitor Gabriel Sim Wal da Farmácia Sim

**Oradores das Explicações Pessoais**

**Ocorrências da Sessão**

20ª Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura - - Após aprovação da Denúncia nº 02/2022, foi realizado o sorteio dos membros que irão compor a Comissão Processante. Os Vereadores sorteados foram Nelson Almeida, Wal da Farmácia e Milziane Menezes. Posteriormente, houve uma pausa na Sessão para que os sorteados realizassem reunião, durante a qual a Vereadora Wal da Farmácia foi eleita Presidente, o Vereador Nelson Almeida, relator e a Vereadora Milziane Menezes, Membro da Comissão Processante; <br / >- O Vereador Professor Fio apresentou requerimento verbal de adiamento de votação da Moção nº 09/2022, uma vez que, segundo o mesmo, o homenageado não pôde comparecer à Sessão Plenária. Por votação simbólica, o requerimento foi aprovado.

**Considerações Finais**



**Câmara Municipal de Monte Mor**  
"Palácio 24 de Março"

FOLHA Nº

748

Ass. 456

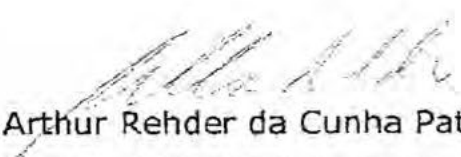
391

**CERTIDÃO Nº 07/2022**

**ARTHUR REHDER DA CUNHA PATUCI**, portador do documento de identidade RG sob nº [REDACTED] e inscrito no CPF de nº [REDACTED], **servidor público municipal efetivo** no cargo e função de Assistente Legislativo da Câmara Municipal de Monte Mor, na condição de Coordenador Legislativo, **CERTIFICO** que a Secretaria Legislativa juntou os documentos referentes à tramitação interna da DENÚNCIA nº 02/2022, realizando em seguida a numeração das páginas da mesma até a folha nº 391, referente a esta certidão, deixando-a apta a ser entregue à Comissão Processante. Certifico também que a ata referente à 20ª Sessão Ordinária, em que foi aprovada a recepção da referida denúncia será enviada à Comissão Processante tão logo a ata seja aprovada pelo Plenário na 21ª Sessão Ordinária.

O referido é verdade e dou fé.

Monte Mor, 22 de junho de 2022.

  
Arthur Rehder da Cunha Patuci  
Coordenador Legislativo





**CAMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR**  
PROTOCOLO  
PROTOCOLO  
Emissão da Capa do Protocolo

fls. 57

(Página: 1 / 1)

Sistema CECAM  
Data: 10/06/2022 11:57  
Sistema CECAM

**Protocolo Nº: 260/2022**

**Nº: 260/2022**

**INTERESSADO:**

Nº DO CGM ..... 1025  
NOME ..... ALEX SIMPLICIO FURTADO  
INSCR. CADASTRAL .....  
TELEFONE .....  
CELULAR .....  
FAX .....  
E-MAIL .....  
ENDEREÇO .....  
CEP .....  
BAIRRO .....  
CIDADE / UF .....  
C.G.C/C.P.F .....  
INSCRIÇÃO .....

**DADOS DO PROTOCOLO:**

DATA DE ENTRADA ..... 10/06/2022 11:35:35  
ASSUNTO ..... DENÚNCIA

SITUAÇÃO DO PROTOCOLO ...ENVIADO  
ÚLTIMO DESTINATÁRIO ..... CHEFIA DE GABINETE

**DESCRIÇÃO:**

REFERENTE DENÚNCIA EM DESFAVOR DO SR. EDIVALDO ANTONIO BRISCHI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR / SP.

**CONFERE COM  
O ORIGINAL**

MONTE MOR, 10 DE JUNHO DE 2022

RESPONSÁVEL

PARA AGILIZAR O ATENDIMENTO NO PROTOCOLO MUNICIPAL, TENHA SEMPRE EM MAOS O CPF E ESTE RECIBO DE PROTOCOLO

MARIA ELISABETH H. AZEVEDO  
Recepcionista

**RECEBIDO**

ELIANE DA SILVA MEIRA  
Chefe de Gabinete

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO PELEGRINI BARBOSA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 01/08/2022 às 17:48, sob o número 100211814/2022828260372. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1002118-14.2022.8.26.0372 e código D2B5B4A.



Protocolo Nº: 260/2022

Nº: 260/2022

**INTERESSADO:**

Nº DO CGM ..... 1025  
NOME ..... ALEX SIMPLICIO FURTADO  
INSCR. CADASTRAL .....  
TELEFONE .....  
CELULAR .....  
FAX .....  
E-MAIL .....  
ENDEREÇO .....  
CEP .....  
BAIRRO .....  
CIDADE / UF .....  
C.G.C/C.P.F .....  
INSCRIÇÃO .....

**DADOS DO PROTOCOLO:**

DATA DE ENTRADA ..... 10/06/2022 11:35:35  
ASSUNTO ..... DENÚNCIA

SITUAÇÃO DO PROTOCOLO ...ENVIADO  
ÚLTIMO DESTINATÁRIO ..... CHEFIA DE GABINETE

**DESCRIÇÃO:**

REFERENTE DENÚNCIA EM DESFAVOR DO SR. EDIVALDO ANTONIO BRISCHI. PREFEITO DO MUNICIPIO DE MONTE MOR / SP.

**CONFERE COM  
O ORIGINAL**

ARTHUR REIDER DA CUNHA PATUCHI  
Coordenador Legislativo

Alexandre de Jesus Pinheiro  
R. O. B. B. B. B. B.  
Câmara Municipal de Monte Mor

MONTE MOR, 10 DE JUNHO DE 2022

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL

PARA AGILIZAR O ATENDIMENTO NO PROTOCOLO MUNICIPAL TENHA SEMPRE EM MAOS O CPF E ESTE RECIBO DE PROTOCOLO

MARIA ELISABETH H. AZEVEDO  
Recepcionista







**CAMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR**  
PROTOCOLO  
PROTOCOLO  
RELAÇÃO DE PROTOCOLOS POR GUIA

(Página: 1/1) fls. 56

Sistema CECAM  
Data: 14/06/2022 16:10  
Sistema CECAM

Nº Protocolo:	260-1 / 2022	Data / Hora:	14/06/2022 - 16:10
Requerente:			
Endereço:			
Bairro:			
Insc. Municipal:	R.G:	CNPJ/CPF:	
Assunto:	DENÚNCIA		
Descrição:	REFERENTE DENÚNCIA EM DESFAVOR DO SR. EDIVALDO ANTONIO BRISCHI, PREFEITO DO MUNICIPIO DE MONTE MOR / SP.		
Remetente:	CHEFIA DE GABINETE		
Despacho:	Denúncia		
Destinatário:	GABINETE DA PRESIDENCIA		

FOLHA Nº  
751  
VISTO

Guia:  
831 / 2022

Usuário:  
alexandre.pinheiro

Recebi os protocolos acima relacionados em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ hrs.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten notes: ENVIAR P/ REVISÃO do relatório 14/06/22]*

**CONFERE COM  
O ORIGINAL**

*[Handwritten signature]*  
ARTHUR REYDER DA CUNHA PATUCI  
Coordenador Legislativo



**Câmara Municipal de Monte Mor**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

FOLHA Nº

752

VISTO

fls. 60

FL  
301

**Pauta da 20ª Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura (2021 - 2024)**  
**Legislatura**

**Identificação Básica**

Tipo de Sessão: Ordinária  
Abertura: 20/06/2022 - 17:30  
Encerramento: -

**Expedientes**

**Matérias do Expediente**

Matéria	Ementa	Situação
1 - Denúncia nº 2 de 2022 Processo: - Autor: Cidadão/Eleitor	Denúncia por prática de crime de responsabilidade de danos ao erário em desfavor do Sr. Edivaldo Antônio Brischl, prefeito do município de Monte Mor	Votação
2 - Projeto de Lei Ordinária nº 87 de 2022 Processo: - Autor: Camilla Hellen	Institui o Dia Municipal dos Profissionais da Saúde.	Leitura no Expediente
3 - Projeto de Lei Ordinária nº 88 de 2022 Processo: - Autor: Professor Adriel	Dispõe sobre a denominação da Rua 06 do Jardim Colorado.	Leitura no Expediente
4 - Projeto de Lei Ordinária nº 89 de 2022 Processo: - Autor: Professor Adriel	Dispõe sobre a denominação da Rua 08 do Jardim Colorado.	Leitura no Expediente
5 - Projeto de Lei Ordinária nº 90 de 2022 Processo: - Autor: Professor Adriel	Dispõe sobre a denominação da Estrada Municipal Mor 391.	Leitura no Expediente
6 - Requerimento nº 21 de 2022 Processo: - Autor: Professor Fio	Requer informações do Poder Executivo sobre a indicação nº 109/2021	Leitura no Expediente
7 - Indicação nº 226 de 2022 Processo: - Autor: Professor Adriel	Indico ao Poder Executivo a troca de lâmpada no poste localizado na rua Augusto Félix, próximo à casa nº 60, no Jardim Progresso.	Leitura no Expediente
8 - Indicação nº 227 de 2022 Processo: - Autor: Camilla Hellen	Indica ao Poder Executivo serviço de tapa buraco na rua José Geovani da Silva no Jardim Nova Alvorada	Leitura no Expediente
9 - Indicação nº 228 de 2022 Processo: - Autor: Camilla Hellen	Indica ao Poder Executivo adaptações em trechos da Rodovia SP 101 incluindo e instalando passarela na altura do Jardim Panorama KM 22,5 sentido leste	Leitura no Expediente
10 - Indicação nº 229 de 2022 Processo: - Autor: Wal da Farmácia	Indico ao Poder Executivo o reparo e recuperação da guia e do asfalto na rua Ana Ferreira dos Santos, número 72, Jardim Panorama.	Leitura no Expediente
11 - Indicação nº 230 de 2022 Processo: - Autor: Nelson Almeida	"Indica ao Poder Executivo a alteração no § 2º, do Art. 19, Seção III, Capítulo IV da Lei Complementar 08 de 02 de julho de 2007, que dispõe sobre o Estatuto da Guarda Civil Municipal de Monte Mor".	Leitura no Expediente

Rua Rage Maluf, nº 61 - Monte Mor SP Tel.: (19) 3889-2780 <http://www.camaramontemor.sp.gov.br> - E-mail: [ouvidoria@camaramontemor.sp.gov.br](mailto:ouvidoria@camaramontemor.sp.gov.br) 20/06/2022





# Câmara Municipal de Monte Mor

fls. 61

Palácio 24 de Março

PORTARIA Nº 60 DE 22 DE JUNHO DE 2022

VISTO

"AFIXADO NO QUADRO DE  
AVISOS EM 22/06/2022  
MÁRIA ELISABETH H. AZEVEDO  
Recepcionista

"Dispõe sobre a instauração da Comissão Processante, para apurar a Denúncia nº 02/2022, por supostas infrações político-administrativas praticadas pelo Prefeito Municipal de Monte Mor, Sr. Edivaldo Antônio Brischi, e dá outras providências."

**ALEXANDRE PINHEIRO**, Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

**Considerando** que foi recebida pelos votos de 09 vereadores na 20ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª legislatura, a denúncia de supostas infrações político-administrativas praticadas pelo Prefeito Municipal de Monte Mor, Sr. Edivaldo Antônio Brischi, por fatos previstos no art. 4º, incisos VII e VIII, do Decreto-Lei nº 201/67;

**Considerando ainda** que foi constituída a Comissão Processante formada por três Vereadores sorteados, nos termos do art. 5º, inciso II, do Decreto-Lei nº 201/67 para o prosseguimento do Processo de Cassação do Mandato do Prefeito;

**Considerando por fim** que o Processo de Cassação do Mandato do Prefeito deverá prosseguir sob a responsabilidade da Comissão Processante, nos termos do que dispõe o art. 5º, incisos III a VII, do Decreto-Lei nº 201/67;

## Resolve

**Art. 1º** - Instaurar a **COMISSÃO PROCESSANTE** para apurar a Denúncia nº 02/2022, por supostas infrações político-administrativas praticadas pelo Prefeito Municipal de Monte Mor, Sr. Edivaldo Antônio Brischi, composta pelos os Vereadores integrantes da Comissão Processante, onde elegeram:

**Vereadora Valdirene Joandsin Silva - Wal da Farmácia (PSL)**  
**Presidente**

**Vereador Nelson Almeida Flor - Nelson Almeida (SOLIDARIEDADE)**  
**Relator**

**Vereadora Milziane Menezes de Brito- Milziane Menezes (PSDB)**  
**Membro**

**Art. 2º** - A condução do processo ficará sob a responsabilidade da Comissão Processante sorteada, onde deverão observar todos os trâmites previstos no art. 5º, incisos III ao VII, do Decreto-Lei nº 201/67.

**Art. 3º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 20 (vinte) de junho do corrente ano.

RUA RAGE MALUF, 61 - MONTE MOR - SP - CEP 13190-027 - Fone/Fax: (19) 3889-2780  
E-mail: camara@camaramontemor.sp.gov.br

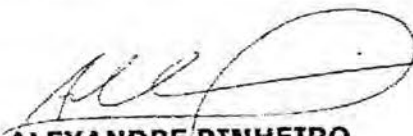



# Câmara Municipal de Monte Mor

fls. 62


Palácio 24 de Março

Câmara Municipal de Monte Mor, 22 de junho de 2022.

  
**ALEXANDRE PINHEIRO**  
Presidente

  
**ADRIEL DE OLIVEIRA NASCIMENTO**  
1º Secretário

Publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Monte Mor aos 22 dias do mês de junho do ano de 2022.

  
**RENATA BERNARDO DE SOUSA**  
Diretora Geral







*Câmara Municipal de Monte Mor*  
"Palácio 24 de Março"

FOLHA Nº

755

VISTO

fls. 63


359

**CERTIDÃO Nº 06/2022**

**ARTHUR REHDER DA CUNHA PATUCI**, portador do documento de identidade RG sob nº [REDACTED] e inscrito no CPF de nº [REDACTED] **servidor público municipal efetivo** no cargo e função de Assistente Legislativo da Câmara Municipal de Monte Mor, na condição de Coordenador Legislativo, **CERTIFICO** que a DENÚNCIA nº 02/2022, cuja ementa é "*Denúncia por prática de crime de responsabilidade de danos ao erário em desfavor do Sr. Edivaldo Antônio Brischi, prefeito do município de Monte Mor*", foi APROVADA pelo plenário por 09 (nove) votos favoráveis e 05 (cinco) votos contrários, na data de 20 de junho de 2022, conforme extrato em anexo. CERTIFICO também que foram sorteados os 03 (três) membros da Comissão Processante resultante da aprovação da denúncia na mesma data, a saber, vereadores NELSON ALMEIDA, WAL DA FARMÁCIA e MILZIANE MENEZES. Os cargos foram definidos pelos componentes por 2 votos favoráveis e 1 voto contrário, sendo Wal da Farmácia como Presidente, Nelson Almeida como relator e Milziane Menezes como membro, conforme declarado durante a 20ª Sessão Ordinária.

O referido é verdade e dou fé.

Monte Mor, 22 de junho de 2022.

  
Arthur Rehder da Cunha Patuci  
Coordenador Legislativo



**Câmara Municipal de Monte Mor**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



**Resumo da 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª (2021 - 2024)**  
**(Atual) Legislatura**

## Informações Básicas

**Tipo da Sessão:** Ordinária

**Abertura:** 20/06/2022 - 17:30

**Encerramento:** 20/06/2022 - 19:56

## Conteúdo Multimídia

**Multimídia Audio:** Indisponível

**Multimídia Video:** Indisponível

## Mesa Diretora

**Presidente:** Alexandre Pinheiro/PTB

**1º Secretário:** Professor Adriel/PT

**2º Secretário:** Andrea Garcia/PTB

## Lista de Presença da Sessão

Alexandre Pinheiro/PTB

Altran/MDB

Andrea Garcia/PTB

Beto Carvalho/DEM

Bruno Leite/DEM

Camilla Hellen/REPUBLICANOS

João do Bar/PSL

Milziane Menezes/PSDB

Nelson Almeida/SD

Paranhos/MDB

Pavão da Academia/MDB

Professor Adriel/PT

Professor Fio/PTB

Vitor Gabriel/PSDB

Wal da Farmácia/PSL





**Câmara Municipal de Monte Mor**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



fls. 65



**Resumo da 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª (2021 - 2024)**  
**(Atual) Legislatura**

**Expedientes**

**Matérias do Expediente**

Matéria	Ementa	Resultado da Votação
1 - PRESE Presença na Sessão 20/2022 Turno: Autor: Desconhecido	Presença na 20ª Sessão Ordinária	Quórum regimental atingido
2 - DEN Denúncia 2/2022 Turno: Autor: Cidadão/ Eleitor	Denúncia por prática de crime de responsabilidade de danos ao erário em desfavor do Sr. Edivaldo Antônio Brischi, prefeito do município de Monte Mor	Matéria lida
3 - PL Projeto de Lei Ordinária 87/2022 Turno: Autor: Camilla Hellen	Institui o Dia Municipal dos Profissionais da Saúde.	Matéria lida
4 - PL Projeto de Lei Ordinária 88/2022 Turno: Autor: Professor Adriel	Dispõe sobre a denominação da Rua 06 do Jardim Colorado.	Matéria lida
5 - PL Projeto de Lei Ordinária 89/2022 Turno: Autor: Professor Adriel	Dispõe sobre a denominação da Rua 08 do Jardim Colorado.	Matéria lida
6 - PL Projeto de Lei Ordinária 90/2022 Turno: Autor: Professor Adriel	Dispõe sobre a denominação da Estrada Municipal Mor 391.	Matéria lida
7 - REQ Requerimento 21/2022 Turno: Autor: Professor Fio	Requer informações do Poder Executivo sobre a indicação nº 109/2021	Matéria lida
8 - IND Indicação 226/2022 Turno: Autor: Professor Adriel	Indico ao Poder Executivo a troca de lâmpada no poste localizado na rua Augusto Félix, próximo à casa nº 60, no Jardim Progresso.	Matéria lida
9 - IND Indicação 227/2022 Turno: Autor: Camilla Hellen	Indica ao Poder Executivo serviço de tapa buraco na rua José Geovani da Silva no Jardim Nova Alvorada	Matéria lida
10 - IND Indicação 228/2022 Turno: Autor: Camilla Hellen	Indica ao Poder Executivo adaptações em trechos da Rodovia SP 101 incluindo e instalando passarela na altura do Jardim Panorama KM 22.5 sentido leste	Matéria lida
11 - IND Indicação 229/2022 Turno: Autor: Wal da Farmácia	Indico ao Poder Executivo o reparo e recuperação da guia e do asfalto na rua Ana Ferreira dos Santos, número 72, Jardim Panorama.	Matéria lida





**Câmara Municipal de Monte Mor**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

FOLHA Nº

758

VISTO

fls. 66

F.L.

587

**Resumo da 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª (2021 - 2024)**  
**(Atual) Legislatura**

Materia	Ementa	Resultado da Votação
12 - IND Indicação 230/2022 Turno: Autor: Nelson Almeida	"Indica ao Poder Executivo a alteração no § 2º, do Art. 19, Seção III, Capítulo IV da Lei Complementar 08 de 02 de julho de 2007, que dispõe sobre o Estatuto da Guarda Civil Municipal de Monte Mor".	Matéria lida
13 - IND Indicação 231/2022 Turno: Autor: Professor Adriel	Indica ao Poder Executivo a alteração do inciso I do art. 73 da Lei Complementar nº 4, de 27 de dezembro de 2006, para concessão de 2 (dois) dias de ausência no serviço para doar sangue.	Matéria lida
14 - IND Indicação 232/2022 Turno: Autor: Milziane Menezes	Indico ao Poder Executivo a implantação de uma faixa de pedestre na Rua Rio Grande do Sul, de frente a Creche EM Prof (a) Doracina Assis Pereira, no Jardim do Engenho.	Matéria lida
15 - IND Indicação 233/2022 Turno: Autor: Milziane Menezes	"Indico ao Poder Executivo a instalação de placa de passagem sinalizadora de escolares, na Rua Rio Grande do Sul, nas proximidades da Creche EM Prof(a) Doracina Assis Pereira, no Jardim do Engenho.	Matéria lida
16 - IND Indicação 234/2022 Turno: Autor: Professor Fio	Indica ao Poder Executivo a canalização do esgoto ao lado da obra da UBS do Jardim São Gabriel	Matéria lida
17 - IND Indicação 235/2022 Turno: Autor: Professor Adriel	Indica ao Poder Executivo que seja feita a renovação da pintura dos redutores de velocidade (Lombada), na extensão da Av. Jânio Quadros, no centro do monte Mor.	Matéria lida

**Votações Nominais - Matérias do Expediente**

Materia	Votos
Presença na Sessão nº 20 de 2022	Alexandre Pinheiro Sim Altran Sim Andrea Garcia Sim Beto Carvalho Sim Bruno Leite Sim Camilla Hellen Sim João do Bar Sim Milziane Menezes Sim Nelson Almeida Sim Paranhos Sim Pavão da Academia Sim Professor Adriel Sim Professor Fio Sim Vitor Gabriel Sim Wal da Farmácia Sim

**Oradores do Expediente**

Nº da Ordem	Parlamentar	Observação
1	Bruno Leite/DEM	-
2	Nelson Almeida/SD	-
3	Paranhos/MDB	-
4	Camilla Hellen/ REPUBLICANOS	-
5	Pavão da Academia/MDB	-

Rua Rage Maluf, nº 61 - Monte Mor SP Tel.: (19) 3889-2780 http://  
www.camaramontemor.sp.gov.br - E-mail: uvidoria@camaramontemor.sp.gov.br 22/06/2022





**Câmara Municipal de Monte Mor**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



**Resumo da 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª (2021 - 2024)  
(Atual) Legislatura**

Nº da Ordem	Parlamentar	Observação
6	Vitor Gabriel/PSDB	-
7	Milziane Menezes/PSDB	-
8	Altran/MDB	-
9	Professor Fio/PTB	-

**Lista de Presença da Ordem do Dia**

Alexandre Pinheiro/PTB  
Altran/MDB  
Andrea Garcia/PTB  
Beto Carvalho/DEM  
Bruno Leite/DEM  
Camilla Hellen/REPUBLICANOS  
João do Bar/PSL  
Milziane Menezes/PSDB  
Nelson Almeida/SD  
Paranhos/MDB  
Pavão da Academia/MDB  
Professor Adriel/PT  
Professor Fio/PTB  
Vitor Gabriel/PSDB  
Wal da Farmácia/PSL

**Matérias da Ordem do Dia**

Matéria	Ementa	Resultado da Votação
1 - PRESE Presença na Sessão 20/2022 Turno: Autor: Desconhecido	Presença na 20ª Sessão Ordinária	Quórum regimental atingido
2 - DEN Denúncia 2/2022 Turno: Autor: Cidadão/ Eleitor	Denúncia por prática de crime de responsabilidade de danos ao erário em desfavor do Sr. Edivaldo Antônio Brisch, prefeito do município de Monte Mor	Aprovado
3 - PL Projeto de Lei Ordinária 81/2022 Turno: Autor: Vitor Gabriel	Altera o art. 1º da Lei 1.827 de 03 de dezembro de 2013.	Aprovado



**Câmara Municipal de Monte Mor**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

FOLHA Nº  
760  
VISTO

Nº 68  
FL  
381

**Resumo da 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª (2021 - 2024)  
(Atual) Legislatura**

Materia	Ementa	Resultado da Votação
4 - REQ Requerimento 21/2022 Turno: Autor: Professor Fio	Requer informações do Poder Executivo sobre a indicação nº 109/2021	Aprovado
5 - MOC Moção 9/2022 Turno: Autor: Professor Fio	Moção de aplausos ao Sr. Carlos Henrique de Sousa Bulhões, (Gigante) pelo excelente trabalho realizado com o Projeto Social Real Cristo F. C.	Materia não votada

**Votações Nominais - Matérias da Ordem do Dia**

Materia	Votos
Presença na Sessão nº 20 de 2022	Alexandre Pinheiro Sim Altran Sim Andrea Garcia Sim Beto Carvalho Sim Bruno Leite Sim Camilla Hellen Sim João do Bar Sim Milziane Menezes Sim Nelson Almeida Sim Paranhos Sim Pavão da Academia Sim Professor Adriel Sim Professor Fio Sim Vitor Gabriel Sim Wal da Farmácia Sim
Denúncia nº 2 de 2022	Alexandre Pinheiro Não Votou Altran Sim Andrea Garcia Não Beto Carvalho Sim Bruno Leite Sim Camilla Hellen Não João do Bar Sim Milziane Menezes Não Nelson Almeida Sim Paranhos Sim Pavão da Academia Não Professor Adriel Não Professor Fio Sim Vitor Gabriel Sim Wal da Farmácia Sim
Moção nº 9 de 2022	Materia não votada
Requerimento nº 21 de 2022	Alexandre Pinheiro Não Votou Altran Sim Andrea Garcia Abstenção Beto Carvalho Sim Bruno Leite Sim Camilla Hellen Sim João do Bar Sim Milziane Menezes Sim Nelson Almeida Sim Paranhos Sim Pavão da Academia Abstenção Professor Adriel Sim Professor Fio Sim Vitor Gabriel Sim Wal da Farmácia Sim





**Câmara Municipal de Monte Mor**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



**Resumo da 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª (2021 - 2024)  
(Atual) Legislatura**

Matéria	Votos
Projeto de Lei Ordinária nº 81 de 2022	Alexandre Pinheiro Não Votou Altran Sim Andrea Garcia Sim Beto Carvalho Sim Bruno Leite Sim Camilla Hellen Sim João do Bar Sim Milziane Menezes Sim Nelson Almeida Sim Paranhos Sim Pavão da Academia Sim Professor Adriel Sim Professor Fio Sim Vitor Gabriel Sim Wal da Farmácia Sim

**Oradores das Explicações Pessoais**

**Ocorrências da Sessão**

20ª Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura - - Após aprovação da Denúncia nº 02/2022, foi realizado o sorteio dos membros que irão compor a Comissão Processante. Os Vereadores sorteados foram Nelson Almeida, Wal da Farmácia e Milziane Menezes. Posteriormente, houve uma pausa na Sessão para que os sorteados realizassem reunião, durante a qual a Vereadora Wal da Farmácia foi eleita Presidente, o Vereador Nelson Almeida, relator e a Vereadora Milziane Menezes, Membro da Comissão Processante;<br />- O Vereador Professor Fio apresentou requerimento verbal de adiamento de votação da Moção nº 09/2022, uma vez que, segundo o mesmo, o homenageado não pôde comparecer à Sessão Plenária. Por votação simbólica, o requerimento foi aprovado.

**Considerações Finais**



*Câmara Municipal de Monte Mor*  
"Palácio 24 de Março"

FOLHA Nº

762

Ass. 40

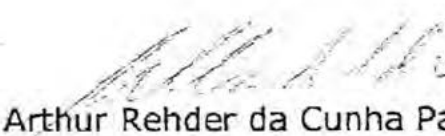
391

**CERTIDÃO Nº 07/2022**

**ARTHUR REHDER DA CUNHA PATUCI**, portador do documento de identidade RG sob nº [REDACTED] e inscrito no CPF de nº [REDACTED] **servidor público municipal efetivo** no cargo e função de Assistente Legislativo da Câmara Municipal de Monte Mor, na condição de Coordenador Legislativo, **CERTIFICO** que a Secretaria Legislativa juntou os documentos referentes à tramitação interna da DENÚNCIA nº 02/2022, realizando em seguida a numeração das páginas da mesma até a folha nº 391, referente a esta certidão, deixando-a apta a ser entregue à Comissão Processante. Certifico também que a ata referente à 20ª Sessão Ordinária, em que foi aprovada a recepção da referida denúncia será enviada à Comissão Processante tão logo a ata seja aprovada pelo Plenário na 21ª Sessão Ordinária.

O referido é verdade e dou fé.

Monte Mor, 22 de junho de 2022.

  
Arthur Rehder da Cunha Patuci  
Coordenador Legislativo



**CAMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR**

PROTOCOLO

PROTOCOLO

Emissão da Capa do Protocolo

FOLHA Nº

763

VISTO

Nº: 336/2022

fls. 71

(Página: 1 / 1)

Sistema CECAM

Data: 06/07/2022 12:59

Sistema CECAM

**Protocolo Nº: 336/2022****INTERESSADO:**

Nº DO CGM ..... 1034  
NOME ..... MARCELO PELEGRINI BARBOSA  
INSCR. CADASTRAL .....  
TELEFONE .....  
CELULAR .....  
FAX .....  
E-MAIL .....  
ENDEREÇO ..... AV ANTONIO ARTIOLI 570  
CEP ..... 13049-253  
BAIRRO ..... SWISS PARK  
CIDADE / UF ..... CAMPINAS/SP  
C.G.C/C.P.F .....  
INSCRIÇÃO .....

**DADOS DO PROTOCOLO:**

DATA DE ENTRADA ..... 06/07/2022 12:54:22  
ASSUNTO ..... DENUNCIA

SITUAÇÃO DO PROTOCOLO ...ENVIADO  
ÚLTIMO DESTINATÁRIO ..... GAB.VER.WAL DA FARMACIA

**DESCRIÇÃO:**

REFERENTE DENÚNCIA Nº 02/2022 - PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE MOR/SP.

MONTE MOR, 06 DE JULHO DE 2022

  
RESPONSÁVEL

PARA AGILIZAR O ATENDIMENTO NO PROTOCOLO MUNICIPAL. TENHA SEMPRE EM MAOS O CPF E ESTE RECIBO DE PROTOCOLO

MARIA ELISABETH H. AZEVEDO  
Recepcionista

EXCELENTÍSSIMA SENHORA VEREADORA WAL DA FARMÁCIA, PRESIDENTE DA COMISSÃO  
PROCESSANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR/SP.

Ref. Denúncia n. 02/2022.

**EDIVALDO ANTONIO BRISCHI**, Prefeito Municipal, Denunciado, já devidamente qualificado nos autos do processo político-administrativo em referência, vem, por meio de seus advogados regularmente constituídos (procuração anexa – doc. 01), respeitosamente à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o quanto segue:

Por meio de publicação veiculada na imprensa oficial do Município (DOM, edição 517 – Extra, de 27/06/22), o peticionário tomou conhecimento a respeito da instauração da presente Comissão Processante, bem como de sua notificação, por meio de edital, para apresentação de defesa prévia, nos termos do art. 5º, III, do DL 201/67.

No entanto, com todo o respeito e acatamento devidos a esta N. Presidência, o fato é que o rito processual adotado violou as disposições legais de regência, em especial o que dispõe o art. 5º, incisos III e IV, do DL n. 201/67, ofendendo o postulado do devido processo legal.

Isto porque embora esta N. Presidência tenha consignado que o peticionário “*encontra-se em local incerto e não sabido*” e, por esse motivo, tenha determinado a sua notificação por edital, o fato é que o **peticionário jamais se ausentou do Município** no período em que, *supostamente*, foi frustrada a sua notificação pessoal.

Com efeito, na data de 23/06/22 (quinta-feira), o peticionário esteve o dia inteiro no Município de Monte Mor e, inclusive, no período da tarde realizou consulta médica na Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus (localizada na Av. Jânio Quadros, 1000), conforme comprovam os documentos anexos (receituário e exame de Raio-x, ambos datados – doc. 02).

O que se observa, portanto, é que, ao contrário do quanto certificado por esta N. Presidência, o peticionário não se ausentou do município no período em referência e não se encontra, em absoluto, em “*local incerto e não sabido*”, cuja prova, por se tratar de direito de defesa, deve ser inconteste, não justificando, apenas essa declaração, com suficiente a eximir-se da intimação pessoal.



E, em tais circunstâncias, resta desautorizada a notificação do peticionário ~~por meio de edital~~, cuja validade é condicionada às hipóteses em que o denunciado *estiver ausente do Município*, como estabelece o art. 5º, III, do DL 201/67 e **apenas em situações excepcionais**<sup>1</sup>, não caracterizadas no caso.

É importante destacar, a esse respeito, que está N. Presidência, pelo que se tem notícia, não determinou a tentativa de localização do peticionário por outros meios, os quais seriam suficientes para afastar a precipitada (e equivocada) certificação sobre o paradeiro do peticionário.

Também é importante destacar que, tal como veiculada notícia no site da Câmara Municipal<sup>2</sup>, ainda não foi publicado o edital pela segunda vez, o que, também por esse fundamento, obsta o início da fluência do prazo para defesa prévia.

Por outro lado, o art. 5º, IV, do DL 201/67 estabelece, expressamente, que o denunciado deverá ser intimado pessoalmente de todos os atos do processo, com antecedência de pelo menos 24 hs – providência que ganha especial relevância no ato da notificação a respeito da instauração do processo político-administrativo e da abertura de prazo para oferecimento das razões defensivas preliminares.

Portanto, considerando que (i) o peticionário jamais se ausentou do município no período em que foram supostamente realizadas as tentativas de notificação; (ii) não estão configuradas, no presente caso, hipóteses ou condições excepcionais que justifiquem a intimação via imprensa oficial; (iii) a ausência da segunda intimação editalícia; e (iv) as previsões contida no regramento federal, conclui-se que a notificação por edital é nula, por evidente ofensa ao disposto nos incisos III e IV do DL n. 201/67 e ao postulado do devido processo legal, consagrado no art. 5º, LIV, da CF/88.

Ressalta-se, por oportuno, que a estrita observância ao postulado do devido processo legal observância constitui verdadeiro pressuposto de validade do processo político-administrativo, especialmente diante de seu caráter sancionador e das gravosas medidas dele decorrentes, previstas no DL 201/67.

E a inobservância aos postulados constitucionais nestes tipos de demanda toma especial relevo, porquanto *“a infração a qualquer exigência do devido processo legal - por ser uma garantia constitucional - produz inevitavelmente a nulidade do processo em que ocorreu”* considerando, ainda, que o

<sup>1</sup> “Deve se proceder à interpretação sistemática do inciso IV do artigo do 5º Decreto-Lei 201/67 (que prevê a intimação pessoal do denunciado) e do inciso VII do mesmo dispositivo legal (que impõe a conclusão do procedimento dentro do prazo de 90 dias), para se possibilitar que, em situações excepcionais, como é o caso dos autos, se possa efetivar a intimação editalícia do denunciado, de modo a não invalidar a conclusão do procedimento no prazo peremptório legalmente imposto.” (STJ – RMS 61855/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 26/05/20)

<sup>2</sup> <https://www.camaramontemor.sp.gov.br/conteudo/3201-em-publicacao-no-diario-oficial-comissao-processante-notifica-o-prefeito-para-defesa-previa>



*"sistema de garantias processuais não deve ser flexibilizado em favor de interesses administrativos, ainda que possam ser reconhecidos e proclamados como de mais alta relevância, porquanto sobre eles avultam os princípios e as normas postas na Carta Magna"<sup>3</sup>.*

Nesses termos, o peticionário pugna a esta N. Presidência que seja reconhecida a nulidade da notificação do peticionário por edital, determinando que o referido ato de intimação para defesa sejam realizados pessoalmente, preferencialmente nas dependências da Prefeitura Municipal, onde o peticionário exerce o ofício de chefe do Executivo local, mediante o oferecimento de contrafé da denúncia e da disponibilização da íntegra do processo, tal como determinada o DL 201/67, apto a viabilizar o escorreito exercício do contraditório e da ampla defesa.

Assim, em ato de boa-fé, o peticionário, como o fim de pacificar a dúvida aqui trazida, informa que estará à disposição na Prefeitura, para receber a intimação, bem como a cópia integral do processo, **na próxima sexta, dia 08.07, às 10 hs.** Importante ressaltar que, tal como previsto na lei e no instrumento de mandato ora apresentado, os atos de intimação para defesa e pauta para julgamento, devem ser feitos pessoalmente na pessoa do Chefe de Executivo.

Os demais atos, sem prejuízo do requerimento acima formulado, o patrono que ora subscreve, pugna pela sua intimação, de todos os atos relativos ao presente feito, que devem ser dirigidos ao advogado, MARCELO PELEGRINI BARBOSA, OAB 199.877, através do e-mail ([marcelo@pbsv.adv.br](mailto:marcelo@pbsv.adv.br)), sob pena de nulidade, nos termos legislação de regência aplicada à espécie por analogia.

Por fim, e já contando com a boa-fé desta Casa Legislativa, o peticionário pugna para que esta N. Presidência esclareça, desde logo, os seguintes pontos: (i) a Comissão Processante funcionará durante o recesso legislativo?; e, (ii) prazos relativos ao presente feito serão contabilizados na forma da sistemática processual estabelecida nos arts. 219 e 224 do CPC<sup>4</sup>, ou em rito processual diverso, i.e., se serão contados em dias úteis ou corridos, sempre excluindo a data da intimação?, a ser indicado e pormenorizado a esta defesa no ato da comunicação do presente requerimento, pelo que pede e espera deferimento.

Campinas/SP, 04/07/22.

MARCELO PELEGRINI BARBOSA  
OAB/SP 199.877-B

<sup>3</sup> STJ – REsp nº. 1225426/SC – rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho – j. em 27/08/2013

<sup>4</sup> Art. 219. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis. Art. 224. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.



**PELEGRINI BARBOSA** ADVOGADOS

Pelegrini Barbosa, Sruellari & Vieira



fls. 75

# DOC. 01

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO PELEGRINI BARBOSA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 01/08/2022 às 17:48, sob o número 1002118-14.2022.8.26.0372 e código D2B5B5C. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1002118-14.2022.8.26.0372 e código D2B5B5C.

**PROCURAÇÃO**

**EDIVALDO ANTONIO BRISCHI**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Monte Mor, portador da cédula de identidade [REDACTED] com endereço na [REDACTED] nomeia e constitui como seu bastante procurador o escritório **PELEGRINI BARBOSA, SCUDELLARI & VIEIRA ADVOGADOS**, inscrito no MF, sob o CNPJ nº. 07.192.217/0001-90 e na OAB/SP, sob o nº. 8917, nas pessoas de seus advogados **MARCELO PELEGRINI BARBOSA**, brasileiro, casado, inscrito na [REDACTED]; **PEDRO SCUDELLARI FILHO**, brasileiro, inscrito na [REDACTED]; **ROBERTO LÚCIO VIEIRA JUNIOR**, brasileiro, inscrito na [REDACTED]; **CARLA RENATA PEREIRA GARIANI**, brasileira, inscrita na [REDACTED]; **FILIPPE PRIOR**, brasileiro, inscrito na [REDACTED]; **ANA CAROLINA DELFINO BORTOLOTTI**, brasileira, inscrita na [REDACTED]; **CAIO HENRIQUE DE OLIVEIRA PIERRE**, brasileiro, inscrito na [REDACTED]; **MARINA FELIZATO MONTEIRO**, brasileira, inscrita na [REDACTED]; **CAIO SPINA MONTI**, brasileiro inscrito na [REDACTED]; **VINICIUS BECK GOULART**, brasileiro, inscrito na [REDACTED]; **MAYARA CARLOS MARIA NETO**, brasileira, inscrita na [REDACTED]; **LARA GALERA RODRIGUES**, brasileira, inscrita na [REDACTED]; **ISABELLA CARDOSO RIBEIRO**, brasileira, inscrita na [REDACTED]; **JULIA MONTEIRO CAPOVILLA**, brasileira, inscrita na [REDACTED]; **MÁRCIO DINIZ DOS SANTOS**, brasileiro, inscrito na [REDACTED]; **CAROLINE TEIXEIRA FERREIRA**, brasileira, inscrita na [REDACTED]; **MARIA CLARA GIASSETI MEDEIROS**, brasileira, inscrita na [REDACTED] e dos acadêmicos de direito **PEDRO HENRIQUE QUERIDO DE FREITAS**, brasileiro, [REDACTED]; **EDUARDA MARDEGAN METZNER**, brasileira, [REDACTED]; **CINTHIA VICENTE DO NASCIMENTO**, brasileira, [REDACTED]; **ANA JÚLIA SCANAVAQUE DA SILVA**, brasileira, [REDACTED]; **GUILHERME RIBEIRO WOHNATH**, [REDACTED]; **MARINA ABELLANEDA FOGAÇA**, RG nº [REDACTED] com os poderes da cláusula "ad judicium et extra", em qualquer juízo, instância, ou tribunal, confere ao outorgado, poderes amplos, gerais e ilimitados para a prática de quaisquer atos judiciais ou extrajudiciais, necessários ao patrocínio dos seus interesses, inclusive para propor contra quem de direito, as competentes ações, defendê-lo nas contrárias, impugnar autos de infração e outras peças administrativas, bem como acompanhar e retirar os respectivos processos, por mais especiais que sejam, impetrar mandados de segurança, interpor recursos em qualquer repartição Federal, Estadual, Municipal ou Autárquica, e mais os especiais de transigir, desistir, receber, dar quitação, passar recibos de quantias depositadas em juízo ou fora dele, fazer acordos, requerer notificações, vistorias e outras medidas preventivas, reconvir, prestar compromissos, requerer falências, concordatas, prestar primeiras e últimas declarações, assinar termo de inventariante e testamenteiro, inclusive, substabelecer a presente em nome de quem melhor convier, no todo ou em parte, atos que serão dados pelo OUTORGANTE como bons, firmes e valiosos, também para propor todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, tanto civis, como criminais ou administrativas, especialmente para representar seus interesses nos autos da Comissão Processante instaurada pela Câmara Municipal de Monte Mor – CP 02/2022, exceto receber intimação para início do procedimento e intimação para julgamento, na forma do DF 201/67.

Campinas/SP, 06 de Junho de 2022.

**EDIVALDO ANTONIO BRISCHI**





**CAMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR**  
PROTOCOLO  
PROTOCOLO  
Emissão da Capa do Protocolo



fls. 77  
(Página: 1 / 1)

Sistema CECAM  
Data: 06/07/2022 12:59  
Sistema CECAM

**Protocolo Nº: 336/2022**

**Nº: 336/2022**

**INTERESSADO:**

Nº DO CGM ..... 1034  
NOME ..... MARCELO PELEGRINI BARBOSA  
INSCR. CADASTRAL .....  
TELEFONE .....  
CELULAR .....  
FAX .....  
E-MAIL .....  
ENDEREÇO ..... AV ANTONIO ARTIOLI 570  
CEP ..... 13049-253  
BAIRRO ..... SWISS PARK  
CIDADE / UF ..... CAMPINAS/SP  
C.G.C/C.P.F. ....  
INSCRIÇÃO .....



**DADOS DO PROTOCOLO:**

DATA DE ENTRADA ..... 06/07/2022 12:54:22  
ASSUNTO ..... DENUNCIA

SITUAÇÃO DO PROTOCOLO ...ENVIADO  
ÚLTIMO DESTINATÁRIO ..... GAB.VER.WAL DA FARMACIA

**DESCRIÇÃO:**

REFERENTE DENÚNCIA Nº 02/2022 - PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE MOR/SP.

MONTE MOR, 06 DE JULHO DE 2022

RESPONSÁVEL

PARA AGILIZAR O ATENDIMENTO NO PROTOCOLO MUNICIPAL, TENHA SEMPRE EM MAOS O CPF E ESTE RECIBO DE PROTOCOLO

MARIA ELISABETH H. AZEVEDO  
Recepcionista

EXCELENTÍSSIMA SENHORA VEREADORA WAL DA FARMÁCIA, PRESIDENTE DA COMISSÃO  
PROCESSANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR/SP.

Ref. Denúncia n. 02/2022.

**EDIVALDO ANTONIO BRISCHI**, Prefeito Municipal, Denunciado, já devidamente qualificado nos autos do processo político-administrativo em referência, vem, por meio de seus advogados regularmente constituídos (procuração anexa – doc. 01), respeitosamente à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o quanto segue:

Por meio de publicação veiculada na imprensa oficial do Município (DOM, edição 517 – Extra, de 27/06/22), o peticionário tomou conhecimento a respeito da instauração da presente Comissão Processante, bem como de sua notificação, por meio de edital, para apresentação de defesa prévia, nos termos do art. 5º, III, do DL 201/67.

No entanto, com todo o respeito e acatamento devidos a esta N. Presidência, o fato é que o rito processual adotado violou as disposições legais de regência, em especial o que dispõe o art. 5º, incisos III e IV, do DL n. 201/67, ofendendo o postulado do devido processo legal.

Isto porque embora esta N. Presidência tenha consignado que o peticionário “*encontra-se em local incerto e não sabido*” e, por esse motivo, tenha determinado a sua notificação por edital, o fato é que o **peticionário jamais se ausentou do Município** no período em que, *supostamente*, foi frustrada a sua notificação pessoal.

Com efeito, na data de 23/06/22 (quinta-feira), o peticionário esteve o dia inteiro no Município de Monte Mor e, inclusive, no período da tarde realizou consulta médica na Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus (localizada na Av. Jânio Quadros, 1000), conforme comprovam os documentos anexos (receituário e exame de Raio-x, ambos datados – doc. 02).

O que se observa, portanto, é que, ao contrário do quanto certificado por esta N. Presidência, o peticionário não se ausentou do município no período em referência e não se encontra, em absoluto, em “*local incerto e não sabido*”, cuja prova, por se tratar de direito de defesa, deve ser inconteste, não justificando, apenas essa declaração, com suficiente a eximir-se da intimação pessoal.



E, em tais circunstâncias, resta desautorizada a notificação do peticionário <sup>por meio de edital</sup>, cuja validade é condicionada às hipóteses em que o denunciado *estiver ausente do Município*, como estabelece o art. 5º, III, do DL 201/67 e **apenas em situações excepcionais**<sup>1</sup>, não caracterizadas no caso.

É importante destacar, a esse respeito, que está N. Presidência, pelo que se tem notícia, não determinou a tentativa de localização do peticionário por outros meios, os quais seriam suficientes para afastar a precipitada (e equivocada) certificação sobre o paradeiro do peticionário.

Também é importante destacar que, tal como veiculada notícia no site da Câmara Municipal<sup>2</sup>, ainda não foi publicado o edital pela segunda vez, o que, também por esse fundamento, obsta o início da fluência do prazo para defesa prévia.

Por outro lado, o art. 5º, IV, do DL 201/67 estabelece, expressamente, que o denunciado deverá ser intimado pessoalmente de todos os atos do processo, com antecedência de pelo menos 24 hs – providência que ganha especial relevância no ato da notificação a respeito da instauração do processo político-administrativo e da abertura de prazo para oferecimento das razões defensivas preliminares.

Portanto, considerando que (i) o peticionário jamais se ausentou do município no período em que foram supostamente realizadas as tentativas de notificação; (ii) não estão configuradas, no presente caso, hipóteses ou condições excepcionais que justifiquem a intimação via imprensa oficial; (iii) a ausência da segunda intimação editalícia; e (iv) as previsões contida no regramento federal; conclui-se que a notificação por edital é nula, por evidente ofensa ao disposto nos incisos III e IV do DL n. 201/67 e ao postulado do devido processo legal, consagrado no art. 5º, LIV, da CF/88.

Ressalta-se, por oportuno, que a estrita observância ao postulado do devido processo legal observância constitui verdadeiro pressuposto de validade do processo político-administrativo, especialmente diante de seu caráter sancionador e das gravosas medidas dele decorrentes, previstas no DL 201/67.

E a inobservância aos postulados constitucionais nestes tipos de demanda toma especial relevo, porquanto *“a infração a qualquer exigência do devido processo legal - por ser uma garantia constitucional - produz inevitavelmente a nulidade do processo em que ocorreu”* considerando, ainda, que o

<sup>1</sup> “Deve se proceder à interpretação sistemática do inciso IV do artigo do 5º Decreto-Lei 201/67 (que prevê a intimação pessoal do denunciado) e do inciso VII do mesmo dispositivo legal (que impõe a conclusão do procedimento dentro do prazo de 90 dias), para se possibilitar que, em situações excepcionais, como é o caso dos autos, se possa efetivar a intimação editalícia do denunciado, de modo a não inviabilizar a conclusão do procedimento no prazo peremptório legalmente imposto.” (STJ – RMS 61855/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 26/05/20)  
<sup>2</sup> <https://www.camaramontemor.sp.gov.br/conteudo/3201-em-publicacao-no-diario-oficial-comissao-processante-notifica-o-prefeito-para-defesa-previa>



*"sistema de garantias processuais não deve ser flexibilizado em favor de interesses administrativos, ainda que possam ser reconhecidos e proclamados como de mais alta relevância, porquanto sobre eles avultam os princípios e as normas postas na Carta Magna"<sup>3</sup>.*

Nesses termos, o peticionário pugna a esta N. Presidência que seja reconhecida a nulidade da notificação do peticionário por edital, determinando que o referido ato de intimação para defesa sejam realizados pessoalmente, preferencialmente nas dependências da Prefeitura Municipal, onde o peticionário exerce o ofício de chefe do Executivo local, mediante o oferecimento de contrafé da denúncia e da disponibilização da íntegra do processo, tal como determinada o DL 201/67, apto a viabilizar o correto exercício do contraditório e da ampla defesa.

Assim, em ato de boa-fé, o peticionário, como o fim de pacificar a dúvida aqui trazida, informa que estará à disposição na Prefeitura, para receber a intimação, bem como a copia integral do processo, **na próxima sexta, dia 08.07, às 10 hs.** Importante ressaltar que, tal como previsto na lei e no instrumento de mandato ora apresentado, os atos de intimação para defesa e pauta para julgamento, devem ser feitos pessoalmente na pessoa do Chefe de Executivo.

Os demais atos, sem prejuízo do requerimento acima formulado, o patrono que ora subscreve, pugna pela sua intimação, de todos os atos relativos ao presente feito, que devem ser dirigidos ao advogado, MARCELO PELEGRINI BARBOSA, OAB 199.877, através do e-mail ([marcelo@pbsv.adv.br](mailto:marcelo@pbsv.adv.br)), sob pena de nulidade, nos termos legislação de regência aplicada à espécie por analogia.

Por fim, e já contando com a boa-fé desta Casa Legislativa, o peticionário pugna para que esta N. Presidência esclareça, desde logo, os seguintes pontos: (i) a Comissão Processante funcionará durante o recesso legislativo?; e, (ii) prazos relativos ao presente feito serão contabilizados na forma da sistemática processual estabelecida nos arts. 219 e 224 do CPC<sup>4</sup>, ou em rito processual diverso, i.e., se serão contados em dias úteis ou corridos, sempre excluindo a data da intimação?, a ser indicado e pormenorizado a esta defesa no ato da comunicação do presente requerimento, pelo que pede e espera deferimento.

Campinas/SP, 04/07/22.

MARCELO PELEGRINI BARBOSA  
OAB/SP 199.877-B

<sup>3</sup> STJ – REsp nº. 1225426/SC – rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho – j. em 27/08/2013

<sup>4</sup> Art. 219. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis. Art. 224. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.



**PELEGRINI BARBOSA, SODELLARI & VIEIRA**

Pelegrihi Barnosa, Sndellari & Vieira

FOLHA Nº

773

VISTO

fls. 81

FOLHA Nº

439

VISTO

**DOC. 01**

**PROCURAÇÃO**

**EDIVALDO ANTONIO BRISCHI**, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Monte Mor, portador da cédula de identidade [REDACTED] com endereço na Rua Francisco Glicério, nº [REDACTED]

[REDACTED]

outorgado, poderes amplos, gerais e ilimitados para a prática de quaisquer atos judiciais ou extrajudiciais, necessários ao patrocínio dos seus interesses, inclusive para propor contra quem de direito, as competentes ações, defendê-lo nas contrárias, impugnar autos de infração e outras peças administrativas, bem como acompanhar e retirar os respectivos processos, por mais especiais que sejam, impetrar mandados de segurança, interpor recursos em qualquer repartição Federal, Estadual, Municipal ou Autárquica, e mais os especiais de transigir, desistir, receber, dar quitação, passar recibos de quantias depositadas em juízo ou fora dele, fazer acordos, requerer notificações, vistorias e outras medidas preventivas, reconvir, prestar compromissos, requerer falências, concordatas, prestar primeiras e últimas declarações, assinar termo de inventariante e testamentário, inclusive, substabelecer a presente em nome de quem melhor convier, no todo ou em parte, atos que serão dados pelo OUTORGANTE como bons, firmes e valiosos, também para propor todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, tanto civis, como criminais ou administrativas, especialmente para representar seus interesses nos autos da Comissão Processante instaurada pela Câmara Municipal de Monte Mor – CP 02/2022, exceto receber intimação para início do procedimento e intimação para julgamento, na forma do DF 201/67.

Campinas/SP, 06 de Junho de 2022.

**EDIVALDO ANTONIO BRISCHI**





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

fls. 83

775

FOLHA Nº

534

VISTO

ATA COMISSÃO PROCESSANTE 02/2022

## COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

ATA DE REUNIÃO 05 - CP 02/2022

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de julho de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 16:00 horas (dezesesseis horas), na sala de reuniões na Câmara Municipal de Monte Mor, realizou-se a Reunião da Comissão Processante-Denúncia nº 02/2022 (CP). Presentes os Vereadores membros, a saber, Vereadora Wal da Farmácia (Presidente), Vereador Nelson Almeida (Relator) e a Vereadora Milziane Menezes (Membro). Presentes também, nesta reunião, os Assessores Parlamentares, Milena Costa (Vereadora Wal da Farmácia) e Kelen Adriana de Castro (Vereadora Milziane Menezes) e Douglas Crisante (Vereador Nelson Almeida), e o Diretor Pedro Boaretto. Aberta a reunião, a Presidente saudou a todos, agradecendo a presença e informou que a pedido do vereador Nelson Almeida (relator) a reunião mudou das 13 horas para as 16 horas, por motivos pessoais, sendo comunicado a todos com antecedência. Após o informado seguiu-se com objetivo da reunião, leitura e apresentação do parecer prévio da CP 02/2022. A pedido da presidente o assessor parlamentar Douglas, leu o parecer, o qual conclui pelo prosseguimento da apuração da denúncia 02/2022. A vereadora Wal da Farmácia acompanhou o relator, enquanto vereadora Milziane Menezes (Membro) votou pelo arquivamento, por achar que não há prova suficiente sobre a alegação de irregularidades. De imediato, a presidente solicitou a assessora parlamentar o envio por e-mail do parecer para o patrono do denunciado e imediata juntada aos autos, fica já agendada nova reunião para dia 26 de julho de 2022, às 13 horas na sala de reunião da Câmara Municipal de Monte Mor, para deliberar sobre a intimação do denunciado. Assim a Presidente deu por encerrada a presente reunião da Comissão Processante, às 17:00 horas.

Monte Mor, 25 de julho de 2022

**Vereadora Wal da Farmácia**  
Presidente da Comissão Processante

*Milena Cristina Batista Costa*  
Milena Cristina Batista Costa  
Assessora Parlamentar

*Douglas Crisante de Almeida*  
Douglas Crisante de Almeida  
Assessor do Vereador Nelson Almeida

*Nelson Almeida*  
Nelson Almeida  
Relator

*Milziane Menezes*  
Milziane Menezes  
Membro

*Kelen Adriana de Castro Magalhães Ferreira*  
Kelen Adriana de Castro Magalhães Ferreira  
Assessora Parlamentar



# Câmara Municipal de Monte Mor<sup>fls. 84</sup>

Palácio 24 de Março



## COMISSÃO PROCESSANTE DENÚNCIA Nº 02/2022

### RECIBO 04/2022

Eu, Marcelo Pelegrini Barbosa – OAB: 199877/SP, procurador do denunciado, prefeito Edivaldo Antônio Brischi, **RECEBI** da Vereadora Wal da Farmácia, presidente da Comissão Processante, conforme portaria nº 60, de 22 de junho de 2022 uma cópia de documentos referente ao processo nº 02/2022 como segue:

- **Volume II – Folhas 404 a 547**

Monte Mor, 28 de julho de 2022

  
**Marcelo Pelegrini Barbosa**  
**OAB: 199877/SP**





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

fls. 85

FOLHA Nº 777  
VISTO

FOLHA Nº 547  
VISTO

## COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

ATA DE REUNIÃO 06 - CP 02/2022

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de julho de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 13:00 horas (treze horas), na sala de reuniões da Câmara Municipal de Monte Mor, realizou-se a Reunião da Comissão Processante-Denúncia nº 02/2022 (CP). Presentes os Vereadores membros, a saber, Vereadora Wal da Farmácia (Presidente), Vereador Nelson Almeida (Relator) e a Vereadora Milziane Menezes (Membro). Presentes também, nesta reunião, os Assessores Parlamentares, Milena Costa (Vereadora Wal da Farmácia) e Kelen Adriana de Castro (Vereadora Milziane Menezes) e Douglas Crisante (Vereador Nelson Almeida). Aberta a reunião, a Presidente saudou a todos, agradecendo os presentes. A reunião aconteceu para deliberar sobre o início da instrução conforme disposto no inciso III, do art. 5º, do Decreto Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, com a definição de envio da intimação ao denunciado para comparecer diante desta comissão no dia 03 de agosto de 2022 às 10:00 horas, na sala de reuniões da Câmara Municipal. A pedido dos membros o processo será escaneado e enviado a secretária legislativa, para publicação no SAPL (tornar público) respeitando a certidão 07/2022 deste processo, com a observância a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), retirando as folhas do nº 049 à 378 e após a intimação do denunciado. A vereadora Wal da Farmácia (presidente) solicitou a assessora Milena, que envie um e-mail para Renata Bernardo (Diretora Geral), Marcelo Landi (Técnico de Informática) e Dr. Pedro Boaretto (Diretor Jurídico) da Câmara Municipal, informando a data da oitiva do denunciado e solicitando a reserva da sala com infraestrutura para gravação das oitivas (gravação de áudio e vídeo), notebook, impressora, café, água, e um funcionário efetivo de preferência Sr. Arthur Rehder da Cunha Patuco para auxiliar nos trabalhos. Assim a Presidente deu por encerrada a presente reunião da Comissão Processante, às 14:30 horas.

Monte Mor, 25 de julho de 2022

Douglas Crisante de Almeida  
Assessor do Vereador Nelson Almeida

Vereadora Wal da Farmácia  
Presidente da Comissão Processante

Milena Cristina Batista Costa  
Assessora Parlamentar

Nelson Almeida  
Relator

Milziane Menezes  
Membro

Kelen Adriana de Castro Magalhães Ferreira  
Assessora Parlamentar





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

fls. 86



## COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

PARECER PRÉVIO COMISSÃO PROCESSANTE Nº 02/2022



Denunciante: ALEX SIMPLÍCIO FURTADO

Denunciado: EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

A Comissão Processante, por esta relatoria e por seus membros infra-assinados, nos autos da CP nº 02/2022, em atendimento ao disposto no artigo 5º, inciso III, do Decreto Lei 201/67, vem, emitir parecer sobre a denúncia, o que faz nos seguintes termos.

### RELATÓRIO

Trata-se de pedido de cassação de mandato do Sr. Prefeito da cidade de Monte Mor, Edivaldo Antônio Brischi, formulado pelo cidadão Alex Simplício Furtado, onde o mesmo imputa a prática de infrações políticas administrativas, a saber:

#### Denúncia 01 – "TENDA COVID 19"

O primeiro ponto a ser abordado diz respeito a alegação de irregularidades na contratação da empresa Vertical Organização de Eventos Ltda, responsável pela instalação de ala destinada ao enfrentamento da pandemia (tenda COVID 19), junto ao Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus.

O autor, denunciante, destaca a duplicidade da despesa, uma vez que já existia uma residência locada com a destinação CASA COVID 19, com custo de R\$ 24.931,96 (vinte e quatro mil, novecentos e trinta um mil reais, e noventa e seis centavos) de setembro a dezembro de 2021. Já a TENDA COVID 19, teve um custo aos cofres públicos no valor de R\$ 167.000,00 (Cento e sessenta e sete mil reais).





# Câmara Municipal de Monte Mor

fls. 87

Palácio 24 de Março



## Denúncia 02-Obras UPA

O segundo ponto da denúncia diz respeito a contratação da empresa RW Engenharia Ltda, para conclusão das obras da Unidade de Pronto Atendimento – UPA. Segundo consta da denúncia, para que a empresa RW Engenharia Ltda, pudesse dar continuidade a obra, foi realizada uma renegociação de um débito, e, após o pagamento houve a entrega da obra. No caso, a irregularidade consiste na utilização de verbas municipais para a contratação da empresa RW Engenharia Ltda, uma vez que os recursos Federais já haviam se esgotado.

## Denúncia 3-Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus

Não há justificativas para o aumento de repasses efetuados pela Municipalidade ao Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus.

## Denúncia 4-contratação de médicos e equipe de enfermagem

Acrescenta, o denunciante, que médicos e equipe de enfermagem foram contratados um mês antes do término das obras da UPA, havendo despesa indevida com a remuneração desses prestadores de serviços, sem a devida contraprestação dos serviços.

Apresentada a denúncia, na 20ª Sessão Ordinária, houve aprovação pela instauração da presente Comissão Processante, nº 02/2022, composta pelos vereadores Valdirene Joandsin Silva (presidente), Nelson Almeida (relator) e Milziane Menezes (membro).

Em 06/07/2022, a defesa do denunciado Edivaldo Antônio Brischi protocolou o requerimento administrativo nº 336/2022, alegando em síntese nulidade da notificação via imprensa oficial e outros questionamentos.

Preliminarmente a presente Comissão destaca que todas as tentativas de notificação pessoal do denunciado encontram-se certificadas as nestes autos. A notificação via imprensa





# Câmara Municipal de Monte Mor

fls. 88

Palácio 24 de Março

FOLHA Nº

780

VISTO

FOLHA Nº

537

VISTO

oficial não causou prejuízos a defesa do denunciado, tendo sido respeitado os princípios Constitucionais da ampla defesa e contraditório.

Em que pese a inexistência de ilegalidade, foi deferida os termos do requerimento 336/2022, com a realização da notificação pessoal do denunciado no dia 08/07/2022. Os demais questionamentos da defesa também foram devidamente respondidos por esta Comissão Processante. Em ato subsequente, foi ofertada defesa prévia aos termos da denúncia, alegando em síntese:

## **Preliminarmente, a defesa alega:**

1- Suspeição da Vereadora Presidente da Comissão Processante, pois segundo o Denunciado a mesma não é imparcial em seus julgamentos, colacionando falas anteriores da mesma, durante as Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Monte Mor.

2- Desentranhamento de provas impertinentes.

Para a defesa, o Autor anexou um vasto volume de provas, sem, contudo, identificar a utilidade e necessidade da apresentação dos mesmos. E continua, suas afirmações no sentido de que o Autor não demonstrou o nexo de causalidade entre os documentos acostados a inicial e os fatos imputados ao Denunciado e descritos na inicial.

3- Quebra da cadeia de custódia.

O denunciado em sede preliminar, traz a discussão sobre a origem dos documentos obtidos pelo Denunciante, pois não consta dos autos que o mesmo tenha efetuado qualquer requerimento administrativo junto aos órgãos públicos para obtenção de tais informações. Acrescenta ainda a exposição de dados sigilosos de servidores, com quebra do disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 LGPD. (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

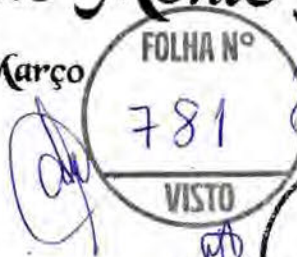




# Câmara Municipal de Monte Mor

fls. 89

Palácio 24 de Março



## 4- Inépcia da denúncia.

Alega que a denúncia traz fatos descritos de forma genérica, sem embasamento documental a suportá-la.

5- Coisa julgada administrativa - denúncias de números de 02 e 04 foram discutidas no âmbito da CP 03/2021, cuja denúncia foi rejeitada. No mérito, o Denunciado inicia sua defesa tecendo comentários sobre os limites de atuação da presente Comissão Processante e acrescenta:

I - Ausência de Justa causa - inexistência de infração política administrativa. O Denunciado alega que as acusações efetivadas não se amoldam nas hipóteses autorizativas em lei para a cassação do mandato.

Segundo o denunciado, não consta em sede de denúncia, que o Prefeito tenha agido com dolo, não caracterizando desta forma, a alegada prática de infração político administrativa. Para o denunciado, a alegação de atribuição de malversação de recurso destinados à área de saúde, e sua respectiva fiscalização estavam a cargo da Secretária de Saúde.

II - Ausência de justa causa denúncia temerária. Trancamento da comissão processante. Acrescenta que com relação a denúncia 1-Tenda Covid-o imóvel anteriormente alugado, estava impróprio para uso da Secretária de Saúde, como fonte de combate a COVID 19, sendo utilizado como almoxarifado.

E destaca que a Secretaria Municipal de Saúde, solicitou a rescisão de referido contrato de locação. E acrescenta que as suspeitas de tráfico de influências e direcionamento nas contratações, não possuem embasamento fático probatório.

Com relação as denúncias 2 e 4, afirma que já foram objeto da CP 03/2021, ocasião em que ficou esclarecido que assim que o denunciado teve conhecimento dos fatos





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

fls. 90

782

VISTO

FOLHA Nº

539

VISTO

ocorridos em relação ao CISMETRO e à UPA de imediato determinou a exoneração do Secretário de Saúde, à época, abertura de sindicância e suspensão dos pagamentos com valores controvertidos. Bem como impetrou Mandado de Segurança, processo 1000011.922022.8.26.0599, requerendo a manutenção do contrato junto a CISMETRO até a conclusão da sindicância, com autorização do pagamento dos serviços tidos por incontroversos, sendo a liminar deferida.

Com relação ao uso de recursos municipais para conclusão das obras da UPA, afirma que o atraso nos pagamentos e na obra, ocorreram na gestão anterior, de modo que o denunciado apenas adotou medidas para fins de ter as obras concluídas.

Com relação a denúncia 03, relacionado ao aumento de repasses ao Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, afirma que os recursos do Governo Federal e Estadual para enfrentamento do surto COVID 19, deram ensejo aos repasses impugnados. Ressaltou que a própria denúncia esclarece que o Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus se encontra sobre intervenção judicial e acresce que não foram verificadas irregularidades na aplicação dos recursos.

Do exposto, o denunciado conclui que as articulações constantes na denúncia, não dizem respeito as atribuições do Prefeito, e, não possuem lastro probatório, o que caracteriza ausência de justa causa para prosseguimento da presente comissão processante.

Por derradeiro, a defesa requer em seus pedidos finais, a expedição de ofícios, aos órgãos que discrimina, para que tomem ciência da apresentação de dados sigilosos e oferta rol, indicando 12 testemunhas para serem ouvidas por esta comissão processante, caso haja parecer pelo prosseguimento do feito.

**É o relatório.**

**DA DENUNCIA**

A denúncia em debate preencheu todos os requisitos legais estabelecidos no inciso I do art. 5º, do Decreto-lei nº 201, de 1967, expondo os supostos fatos e indicando as





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

fls. 91



provas de suas alegações, inclusive acompanhada de documentação, corroborando as alegações iniciais. Consta na denúncia a informação de que o denunciado teria praticado infrações políticas administrativas, a saber:

1- **TENDA COVID 19** – havendo menção de tráfico de influência para direcionamento da contratação, duplicidade na despesa, uma vez que existia contrato de locação de imóvel vigente, destinado a mesma finalidade.

2- **UPA – Bairro Jardim Paulista** – conclusão de obras – contratação da empresa RW Engenharia Ltda, que possuía dívidas com Município referente ao exercício de 2020 e que foram renegociadas, para conclusão da obra em debate, gerando prejuízo aos cofres públicos. Além disso, a obra foi paga com recursos municipais, em que pese deveriam ter sido quitadas com recursos federais.

3- **Repasses a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus** – Segundo o denunciante, “na época do pico da pandemia e da montagem da Tenda Covid”, aumentaram de forma alarmante. Dos valores repassados para a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, parte referiam-se a valores de verbas federais de combate à Covid-19. Não se está falando aqui no repasse de subvenção, mas a pactuação da Prefeitura de Monte Mor com a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus para atendimento de pacientes do SUS (sic). E o denunciante completa, mesmo com a diminuição dos casos de COVID 19, os repasses continuaram em valores alarmantes.

A entrega da obra da UPA foi realizada em 30/09/21, porém médicos e equipe de enfermagem foram contratados em agosto, percebendo remunerações sem a referida contraprestação laboral, gerando prejuízos aos cofres públicos.

A denúncia imputou ao denunciado a prática de crime de responsabilidade como tipifica no artigo 1º incisos I, II, III, artigo 4º, incisos VIII e X, todos do Decreto Lei nº 201/67.





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

fls. 92



Pelo exposto, verifica-se que o processo está em conformidade com o disposto no Decreto-Lei 201/67, sendo que a presente Comissão passa a realizar a manifestação sobre os termos da defesa prévia ofertada, para ao final exarar sua conclusão sobre o prosseguimento ou arquivamento da denúncia, vejamos:

## DA DEFESA PRÉVIA DO DENUNCIADO

Da alegada suspeição da Vereadora Presidente da Comissão Processante, Valdirene Joandsin Silva (Wal da Farmácia). Não assiste razão o denunciado, que trouxe aos autos fatos que denotam que a Vereadora Valdirene Joandsin Silva (Wal da Farmácia), integra a oposição da atual gestão. Todavia, o Decreto-Lei 201/67, determina:

Art. 5º-II – De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão Processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.

A Comissão Processante será composta com três vereadores sorteados entre os desimpedidos. O denunciante não questiona a legalidade e regularidade do sorteio realizado. Todavia, em nenhum momento, a legislação refere-se que Vereadores da oposição não poderão integrar a referida Comissão, ou estarão impedidos de serem sorteados ou que o fato de serem da oposição gera a alegada suspeição.

De outro passo, caso processada a denúncia, ao final a mesma será posta em julgamento por seus pares. Portanto, o poder da decisão final, está nas mãos e votos dos Vereadores desta Casa Legislativa. Entretanto, frise-se que esta Comissão está sendo conduzida com total imparcialidade, garantindo-se ao denunciado o exercício pleno do direito





# Câmara Municipal de Monte Mor

fls. 93

Palácio 24 de Março



constitucional à ampla defesa.

Portanto, rejeita-se a presente preliminar.

## **Do desentranhamento de documentos anexos a denúncia.**

O denunciado alega que o denunciante juntou documentos em excesso, que não estão relacionados aos fatos articulados em inicial. Sem razão o denunciado, desentranhar documentos anexados à inicial, seria impedir, violar o direito à petição garantido constitucionalmente ao mesmo. Os documentos anexados à inicial devem permanecer, cabendo a valoração e pertinência dos mesmos, serem apreciadas em época oportuna.

## **Quebra da cadeia de custódia.**

O denunciado em sede preliminar, traz a discussão sobre a origem dos documentos obtidos pelo Denunciante, pois não consta dos autos que o mesmo tenha efetuado qualquer requerimento administrativo junto aos órgãos públicos para obtenção de tais informações. Acrescenta ainda a exposição de dados sigilosos de servidores, com quebra do disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 LGPD e ao final requer que sejam oficiados órgãos que relaciona em sua defesa, para fins de tomarem conhecimento, sobre a violação que alude.

A alegação em debate, não está inserida dentre os poderes de apuração desta Comissão, cabendo ao denunciado adotar providências dentro do Poder Executivo, com instauração de respectivas sindicâncias se assim entender pertinente, bem como oficial os órgãos que julgar necessário.

Eventuais irregularidades constantes da cadeia de custódia serão sopesadas pelos membros dessa comissão e pelos vereadores desta casa, com todos os demais elementos produzidos na instrução, para que se possa aferir se a prova apresentada é realmente confiável.





# Câmara Municipal de Monte Mor

fls. 94

Palácio 24 de Março



Ademais, eventual desrespeito à Lei nº 13.709/2018 LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), cabe ao lesado, adotar as medidas cabíveis.

Assim, rejeita-se a preliminar e indefere-se o pedido de expedição de ofícios.

## **Da inépcia da denúncia.**

Não comporta acolhimento a argumentação de inépcia da denúncia, vez que embasada na acusação da prática de infração Política Administrativa, com fulcro artigo 1º incisos I, II, III, artigo 4º, incisos VIII e X, todos do Decreto Lei nº 201/67, bem como em fatos devidamente descritos e delimitados, os quais permitiram que o denunciado ofertasse sua defesa lastreada em 46 laudas, sendo discutidas questões preliminares e de mérito.

## **Coisa julgada administrativa**

Alega que as denúncias de números de 02 e 04 foram discutidas no âmbito da CP 03/2021, cuja denúncia foi rejeitada, pleiteando a incidência da coisa julgada administrativa.

Neste patamar, imperioso destacar que as decisões proferidas e transitadas em julgado nos processos judiciais significam a último rateio processual na resolução dessas lides, com a devida imutabilidade e imperatividade que não permitem nova discussão da demanda – salvo os casos de Ações Rescisória – as decisões administrativas, ainda que proferidas em última instância, não impedem nova análise, haja vista o teor da Súmula 473 do STF:

Súmula 473 – A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência





# Câmara Municipal de Monte Mor

fls. 95

Palácio 24 de Março

FOLHA Nº

787

VISTO

FOLHA Nº

544

VISTO

ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

De outro passo, outros elementos /documentos foram trazidos pelo denunciante, merecem ser analisados, que podem constituir elementos novos, que não eram de conhecimento da Câmara Municipal de Monte Mor a época.

Portanto, rejeita-se a preliminar arguida.

No mérito, alegou-se ausência de justa causa e pleiteia o arquivamento da Comissão Processante 02/2022.

Cumpre salientar que compete à Câmara de Vereadores processar e julgar os Prefeitos, nos casos de cassação de mandato, nos termos do Decreto Lei 201/67. No caso, a documentação existente nos autos, demonstra indícios de autoria e materialidade dos fatos, os quais merecem, melhor investigação por parte desta Comissão Processante 02/2022.

São respeitáveis os argumentos elencados na defesa prévia, porém há necessidade de elucidação de muitos fatos expostos na denúncia, merecendo apuração mais profunda. O denunciado, por sua vez, tem o direito ao devido processo legal e apresentação do contraditório e ampla defesa.

Do exposto, conclui-se pelo prosseguimento da Comissão Processante 02/2022, promovendo-se oitivas de testemunhas, apresentação de provas e os demais elementos de um devido processo e permitindo que os vereadores tenham acesso ao que foi produzido por esta Comissão, a fim de construírem também suas avaliações sobre o caso.

De imediato, observa-se que o denunciante arrolou 12 testemunhas, sendo que o artigo 5º, inciso III, determina ser no máximo 10, portanto notifique-se o denunciado para que adéque o seu rol ao dispositivo legal em questão.



# Câmara Municipal de Monte Mor

fls. 96

Palácio 24 de Março



Aproveitamos o ensejo para solicitar que o denunciante formalize de forma oficial, por qual meio deverá ser notificado sobre os atos desta Comissão Processante.

Sem mais,

Monte Mor, 25 de julho de 2022.

  
VEREADOR NELSON ALMEIDA  
RELATOR





fls. 849

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DESPACHO**

**Agravo de Instrumento      Processo nº 2194784-45.2020.8.26.0000**  
**Relator(a): MARCOS PIMENTEL TAMASSIA**  
**Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público**  
**COMARCA: VALINHOS**  
**AGRAVANTES: ORESTES PREVITALE JUNIOR e MARCELO PELEGRINI BARBOSA**  
**AGRAVADO: PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 192/12 - CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
Julgador de Primeiro Grau: *Bianca Vasconcelos Coatti*

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, no bojo do Mandado de Segurança nº 1003109-97.2020.8.26.0650, indeferiu a liminar.

Narram os agravantes, em síntese, que impetraram mandado de segurança, com pedido de liminar voltado à suspensão dos efeitos do Ofício nº 65/2020, bem como da tramitação da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI (Processo Administrativo nº 192/12 - Câmara Municipal de Valinhos), que foi indeferido pelo Juízo "a quo", com o que não concordam. Revela o primeiro agravante que ocupa o cargo de Prefeito Municipal de Valinhos, e que tomou conhecimento da instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos de contrapartidas de empreendimentos imobiliários no município. Assim, relata que outorgou procuração ao segundo agravante para representação e patrocínio de seus interesses na referida comissão parlamentar, e que a acostou aos autos do procedimento administrativo, junto com o requerimento para intimação do patrono constituído acerca dos atos e das diligências praticadas no âmbito da comissão parlamentar, que foi indeferido pela autoridade impetrada por meio do Ofício nº 65/2020, ora impugnado. Alegam que a natureza procedimental da CPI, e não processual, bem como o seu caráter inquisitorial, não autorizam o afastamento das prerrogativas profissionais do advogado previstas no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil - EAOAB. Aduzem que não se visa ao cerceamento do poder investigativo da comissão, e de seu caráter inquisitório, nem tampouco à discricionariedade das diligências, mas tão



fls. 980

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

somente garantir a intimação e a participação de patrono constituído, de modo que a supressão do exercício das prerrogativas profissionais do advogado representa evidente prejuízo aos interesses dos agravantes.

Requerem a antecipação da tutela recursal para suspender os efeitos do Ofício nº 65/2020, bem como da tramitação da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI (Processo Administrativo nº 192/12 - Câmara Municipal de Valinhos), confirmando-se ao final, com o provimento do recurso e a reforma da decisão recorrida.

É o relatório. **Decido.**

A tutela recursal liminar, no agravo de instrumento, seja para suspensão dos efeitos da decisão de primeiro grau, seja para a atribuição a esta de efeito suspensivo ativo, exige a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, o que, na verdade, se identifica com a tradicional verificação dos requisitos do “fumus boni iuris” e do “periculum in mora”.

Sustenta a parte agravante na peça vestibular que houve “indevida supressão da prerrogativa profissional (já que cerceada a oportunidade de acompanhar os atos, tecer eventuais manifestações defensivas no lido exercício do direito de petição e praticar, em querendo e se fosse o caso, atos inerentes ao patrocínio da causa) - e, mais que isso, plena garantia constitucional do devido processo legal -, pugnando pela nova realização de todas as diligências eventualmente realizadas de forma prescindida da necessária intimação do patrono constituído nos autos” (fl. 04).

De forma específica, apontam os agravantes violação às prerrogativas profissionais do advogado, estabelecidas no art. 7º, incisos X, XI, XII, e XXI, “a”, da Lei nº 8.906/94 (fl. 07).

Pois bem.

De saída, vale frisar que o controle jurisdicional de eventuais abusos praticados por Comissão Parlamentar de Inquérito não ofende o princípio da Separação dos Poderes, na linha do que já decidiu o Supremo Tribunal Federal, a saber:

*"A essência do postulado da divisão funcional do poder, além de derivar da necessidade de conter os excessos dos órgãos que compõem o aparelho de Estado, representa o princípio conservador das liberdades do cidadão e*





fls. 881

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

*constitui o meio mais adequado para tornar efetivos e reais os direitos e garantias proclamados pela Constituição. Esse princípio, que tem assento no art. 2º da Carta Política, não pode constituir nem qualificar-se como um inaceitável manto protetor de comportamentos abusivos e arbitrários por parte de qualquer agente do Poder Público ou de qualquer instituição estatal. – O Poder Judiciário, quando intervém para assegurar as franquias constitucionais e para garantir a integridade e a supremacia da Constituição, desempenha, de maneira plenamente legítima, as atribuições que lhe conferiu a própria Carta da República. O regular exercício da função jurisdicional, por isso mesmo, desde que pautado pelo respeito à Constituição, não transgride o princípio da separação de poderes. Desse modo, não se revela lícito afirmar, na hipótese de desvios jurídico-constitucionais nos quais incida uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que o exercício da atividade de controle jurisdicional possa traduzir situação de ilegítima interferência na esfera de outro Poder da República.” (RTJ 173/805-810, Rel. Min. Celso de Mello)*

Ainda, julgado desta Corte Paulista:

*“CONSTITUCIONAL- MANDADO DE SEGURANÇA - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) - NOTIFICAÇÃO DA INVESTIGADA - PARCIALIDADE DA PRESIDENTE DA CPI - A CPI possui poderes instrutórios limitados pela reserva de jurisdição e conduz processo inquisitório que não se submete ao contraditório e à ampla defesa, o que implica na legalidade da sua instauração ainda que sem a notificação oficial da impetrante, até porque não comprovado o prejuízo alegado - Inteligência do art. 58, § 3º, da CF - Parcialidade da Presidente da Comissão que exsurge do pedido por ela subscrito de documentação alheia ao objeto da CPI e do fato de seu cônjuge patrocinar diversas reclamações trabalhistas e processos administrativos contra a impetrante - Atuação judicial limitada à legalidade que não interfere em assunto*



fls. 392

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

*'interna corporis' sujeito à discricionariedade da Casa Legislativa Municipal - Precedentes dos Egrégios Tribunais Superiores e desta C. Corte - Sentença mantida - Remessa necessária desprovida.*" (Remessa Necessária Cível nº 1009823-07.2019.8.26.0554, Rel. Des. Carlos Von Adamek, j. 13.3.20)

Prevê o artigo 58, § 3º, da Constituição da República que:

*"Art. 58, §3º: As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores."*

Lado outro, a Lei nº 1.579/52, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, em seu artigo 3º, § 2º, estabelece que:

*"Art. 3º. Indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal.*

*(...)*

*§ 2º O depoente poderá fazer-se acompanhar de advogado, ainda que em reunião secreta."* (Incluído pela Lei nº 10.679, de 23.5.2003)

A Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – EAOAB, na parte relevante ao deslinde do feito, estabelece que:

*"Art. 7º São direitos do advogado:*

*(...)*

*X - usar da palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante intervenção sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos,*





fls. 393

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

*documentos ou afirmações que influam no julgamento, bem como para replicar acusação ou censura que lhe forem feitas;*

*XI - reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento;*

*XII - falar, sentado ou em pé, em juízo, tribunal ou órgão de deliberação coletiva da Administração Pública ou do Poder Legislativo;*

*(...)*

*XXI - assistir a seus clientes investigados durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do respectivo interrogatório ou depoimento e, subsequentemente, de todos os elementos investigatórios e probatórios dele decorrentes ou derivados, direta ou indiretamente, podendo, inclusive, no curso da respectiva apuração:*

*a) apresentar razões e quesitos;”*

Com efeito, não se revela legítimo a Casa Legislativa impor a advogado restrições que obstem o exercício regular de sua atividade profissional, na linha do que decidiu o Supremo Tribunal Federal, no MS 30.906 MC, conforme trecho da decisão monocrática que segue:

*“(...) as CPIs, no desempenho de seus poderes de investigação, estão sujeitas às mesmas normas e limitações que incidem sobre os magistrados, quando no exercício de igual prerrogativa. Vale dizer: as CPIs somente podem exercer as atribuições investigatórias que lhes são inerentes, desde que o façam nos mesmos termos e segundo as mesmas exigências que a Constituição e as leis da República impõem aos juízes, especialmente no que concerne ao necessário respeito às prerrogativas que o ordenamento positivo do Estado confere aos advogados. (...) a presença do advogado em qualquer procedimento estatal, independentemente do domínio institucional em que esse mesmo procedimento tenha sido instaurado, constitui fator inequívoco de certeza de que os órgãos do Poder Público (Legislativo, Judiciário e Executivo) não transgredirão os limites delineados pelo ordenamento*



fls. 594

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

*positivo da República, respeitando-se, em consequência, como se impõe aos membros e aos agentes do aparelho estatal, o regime das liberdades públicas e os direitos subjetivos constitucionalmente assegurados às pessoas em geral, inclusive àquelas eventualmente sujeitas, qualquer que seja o motivo, a investigação parlamentar, ou a inquérito policial, ou, ainda, a processo judicial. (...) não se revela legítimo opor, ao advogado, restrições, que, ao impedirem, injusta e arbitrariamente, o regular exercício de sua atividade profissional, culminem por esvaziar e nulificar a própria razão de ser de sua intervenção perante os órgãos do Estado, inclusive perante as próprias CPIs." (Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 5/10/11)*

Ainda:

*"COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. ATUAÇÃO ABUSIVA. INADMISSIBILIDADE. SUBMISSÃO INCONDICIONAL DA CPI À AUTORIDADE DA CONSTITUIÇÃO E DAS LEIS DA REPÚBLICA. EXIGÊNCIA INERENTE AO ESTADO DE DIREITO FUNDADO EM BASES DEMOCRÁTICAS. DIREITOS DO CIDADÃO E PRERROGATIVAS PROFISSIONAIS DO ADVOGADO. LEGITIMIDADE. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO INDEFERIDO. (...) A investigação parlamentar, por mais graves que sejam os fatos pesquisados pela Comissão legislativa, não pode desviar-se dos limites traçados pela Constituição e nem transgredir as garantias, que, decorrentes do sistema normativo, foram atribuídas à generalidade das pessoas. (...) No contexto do sistema constitucional brasileiro, a unilateralidade da investigação parlamentar - à semelhança do que ocorre com o próprio inquérito policial - não tem o condão de abolir os direitos, de derrogar as garantias, de suprimir as liberdades ou de conferir, à autoridade pública, poderes absolutos na produção da prova e na pesquisa dos fatos. (...) O ordenamento positivo brasileiro garante ao cidadão, qualquer que seja a instância de Poder que o tenha convocado, o direito de fazer-se assistir,*





fls. 498

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

*tecnicamente, por Advogado, a quem incumbe, com apoio no Estatuto da Advocacia, comparecer às reuniões da CPI, nelas podendo, dentre outras prerrogativas de ordem profissional, comunicar-se, pessoal e diretamente, com o seu cliente, para adverti-lo de que tem o direito de permanecer em silêncio (direito este fundado no privilégio constitucional contra a auto-incriminação), sendo-lhe lícito, ainda, reclamar, verbalmente ou por escrito, contra a inobservância de preceitos constitucionais, legais ou regimentais, notadamente quando o comportamento arbitrário do órgão de investigação parlamentar lesar as garantias básicas daquele - indiciado ou testemunha - que constituiu esse profissional do Direito.” (STF, Rel. Min. Celso de Mello, j. 14.12.99)*

Assim, à primeira vista, com razão a parte agravante, no que diz respeito à observância, pela Comissão Parlamentar de Inquérito, dos artigos 7º, incisos X, XI, e XII, da Lei nº 8.906/94.

Todavia, em relação à pretensão de contraditório na CPI, o que alcança a plenitude de defesa e o pleito de contraditar testemunhas e de apresentar questionamentos (artigo 7º, inciso XXI, “a”, da Lei nº 8.906/94), tenho que a unilateralidade do inquérito parlamentar não admite contraditório como requisito de validade do procedimento, na linha dos julgados do Supremo Tribunal Federal, que seguem:

*“Tenho para mim que a pretensão mandamental deduzida pelo impetrante não se reveste de plausibilidade jurídica. Com efeito, não me parece, ainda que em sede de estrita delibação, que, no caso ora em exame, a Comissão de Inquérito tenha desrespeitado a garantia da plenitude de defesa, pois ainda não se instaurou o processo político-administrativo a que se refere o art. 55, § 2º, da Constituição. É que a Comissão de Inquérito -- que constitui a longa manus do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar -- limitou-se a atuar numa fase estritamente pré-processual, realizando diligências investigatórias destinadas a comprovar, ainda que de modo sumário e preliminar, os fatos que poderão substanciar, em momento oportuno, o ulterior*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*"Não se questiona a asserção de que a investigação parlamentar reveste-se de caráter unilateral, à semelhança do que ocorre no âmbito da investigação penal realizada pela Polícia Judiciária. **Inexiste qualquer dúvida, também, de que a natureza do inquérito parlamentar - tanto quanto se verifica com o próprio inquérito policial - revela-se incompatível com a prática do contraditório.**" (MS 23.576-DF, Rel. Min. Celso de Mello, j. 14.12.99)*

do tema:





fls. 395

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**"MANDADO DE SEGURANÇA - COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ - Segurança impetrada objetivando o acesso aos autos da CEI, bem como a declaração de nulidade do procedimento e refazimento de provas. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - A investigação promovida pela Comissão de Inquérito não se submete, em função de sua natureza inquisitiva, ao contraditório, pois somente em juízo se torna plenamente exigível o dever de observância do postulado da bilateralidade e da instrução criminal contraditória. É importante esclarecer que não há acusação formal nessa fase, não sendo possível atribuir ao investigado a condição de acusado ou litigante. Além disso, uma CPI se caracteriza como um procedimento administrativo, e não um processo. Com efeito, não se vislumbra a natureza de processo nos trabalhos investigativos de uma CPI, uma vez que dela não decorre diretamente nenhuma sanção. Precedentes do STF de que, a despeito do caráter unilateral e inquisitivo dos procedimentos investigatórios, as garantias constitucionais compatíveis devem ser observadas, tais como prerrogativas profissionais dos advogados, o contato com o cliente, o privilégio contra a autoincriminação, direito ao silêncio, direito à honra do investigado. Razão para provimento ao anterior ao Agravo de Instrumento que garantiu o acesso aos autos pelos advogados e que determinou apuração pelo Ministério Público de eventual conduta desobediente à ordem judicial. INVESTIGAÇÃO DE FATOS CONEXOS Tratando-se de procedimento administrativo de investigação, não se submete a CEI ao princípio da adstrição, uma vez que não se trata de órgão jurisdicional. Ausência de nulidades. Inexistência de direito líquido e certo além do direito de vista dos autos pelos advogados. Sentença que concedeu em parte a segurança, apenas para permitir o acesso aos autos da CEI, mantida. Recurso de apelação e reexame necessário não providos". (Apelação Cível nº 1006246-36.2017.8.26.0604, Rel. Des. Leonel Costa, j.**



fls. 596

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

23.10.19)

Registre-se, ainda, que a Lei nº 1.579/52 nada dispõe acerca da necessidade de intimação dos patronos de investigados como condição de validade dos atos da investigação parlamentar.

Por fim, consigno que ficam ressalvados os atos praticados até o momento pela Comissão Parlamentar de Inquérito, já que eventual prejuízo deverá ser efetivamente comprovado.

Desta forma, defiro parcialmente a tutela antecipada recursal apenas e tão somente para garantir ao primeiro agravante o direito de ser assistido por advogado no inquérito parlamentar em voga, bem como, em relação ao segundo agravante, para lhe assegurar a observância do artigo 7º, incisos X, XI, e XII, da Lei nº 8.906/94 no aludido procedimento, garantindo-lhe, ainda, o direito de estar presente nos atos procedimentais do inquérito parlamentar.

Comunique-se o Juízo "a quo", dispensadas informações.

Intime-se a parte contrária para resposta no prazo legal.

Vista à D. Procuradoria Geral de Justiça.

Após, cumpridas as determinações ou escoados os prazos,  
voltem conclusos.

Intime-se

São Paulo, 26 de agosto de 2020.

MARCOS PIMENTEL TAMASSIA  
**Relator**





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MONTE MOR**  
**FORO DE MONTE MOR**  
**2ª VARA**

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, .., Jardim Guanabara - CEP  
13190-000, Fone: (19) 2141-2606, Monte Mor-SP - E-mail:  
montemor@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**



**CERTIDÃO**

Processo Digital nº: **1002118-14.2022.8.26.0372**  
Classe – Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais**  
Impetrante: **Marcelo Pelegrini Barbosa**  
Impetrado: **Valdirene Joandsin Silva**

**CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que de acordo com o Comunicado CG nº 2199/2021, conferi o pagamento e a inutilização da(s) guia(s) retro perante o sistema SAJ. Nada Mais. Monte Mor, 02 de agosto de 2022. Eu, \_\_\_\_, Beatriz Nogueira da Conceição, Escrevente Técnico Judiciário.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MONTE MOR**  
**FORO DE MONTE MOR**  
**2ª VARA**

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, , Jardim Guanabara - CEP  
13190-000, Fone: (19) 2141-2606, Monte Mor-SP - E-mail:  
montemor@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**



**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1002118-14.2022.8.26.0372**  
Classe - Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais**  
Impetrante: **Marcelo Pelegrini Barbosa**  
Impetrado: **Valdirene Joandsin Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Rafael Imbrunito Flores**

Vistos.

Primeiramente, à toda evidência, o impetrante se volta em face de ato perpetrado pela Comissão Processante da Câmara Municipal de Monte Mor na pessoa de seu presidente, bem como o impetrante seria, pela descrição dos fatos, o prefeito Edivaldo Antônio Brischi e não seu procurador - desse modo, devendo proceder à emenda.

Para a retificação de partes é necessário acessar a página do Tribunal de Justiça (<http://www.tjsp.jus.br>) e clicar no menu: Peticionamento Eletrônico > Peticone Eletronicamente > Peticionamento Eletrônico de 1º grau > Complemento de Cadastro de 1º Grau.

O manual com os procedimentos necessários para cumprimento da determinação está disponível na página:

<http://www.tjsp.jus.br/Download/PeticionamentoEletronico/ManualComplementoCadastroPortal.Pdf>

Remetam-se ao fluxo da Fazenda.

Após, tornem conclusos para análise do pedido de liminar, observando que, de fato, há indícios de desrespeito ao contraditório. Sem prejuízo, dê-se vista ao MP.

Int.

Monte Mor, 02/08/2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MONTE MOR**  
**FORO DE MONTE MOR**  
**2ª VARA**

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, ., Jardim Guanabara - CEP  
13190-000, Fone: (19) 2141-2606, Monte Mor-SP - E-mail:  
montemor@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**



**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: 1002118-14.2022.8.26.0372  
Classe – Assunto: Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais  
Impetrante: Marcelo Pelegrini Barbosa  
Impetrado: Valdirene Joandsin Silva

Tramitação prioritária

**Ato Ordinatório**

Vista ao Ministério Público.

Monte Mor, 02 de agosto de 2022.

Eu, \_\_\_\_, Cíntia Hiroko Nakahara de Almeida, Escrevente  
Técnico Judiciário.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MONTE MOR**  
**FORO DE MONTE MOR**  
**2ª VARA**  
 Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, ., Jardim Guanabara - CEP  
 13190-000, Fone: (19) 2141-2606, Monte Mor-SP - E-mail:  
 montemor@tjsp.jus.br



**CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO**

Processo nº: **1002118-14.2022.8.26.0372**  
 Classe – Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais**  
 Impetrante: **Marcelo Pelegrini Barbosa e outro**  
 Impetrado: **Valdirene Joandsin Silva**

Tramitação prioritária

**CERTIFICA-SE** que em 02/08/2022 o ato abaixo foi encaminhado ao  
**Portal Eletrônico do (a):** Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Monte Mor, (SP), 02 de agosto de 2022



CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0583/2022, encaminhada para publicação.

Advogado  
Marcelo Pelegrini Barbosa (OAB 199877/SP)

Forma  
D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Primeiramente, à toda evidência, o impetrante se volta em face de ato perpetrado pela Comissão Processante da Câmara Municipal de Monte Mor na pessoa de seu presidente, bem como o impetrante seria, pela descrição dos fatos, o prefeito Edivaldo Antônio Brischi e não seu procurador - desse modo, devendo proceder à emenda. Para a retificação de partes é necessário acessar a página do Tribunal de Justiça (<http://www.tjsp.jus.br>) e clicar no menu: Peticionamento Eletrônico > Peticione Eletronicamente > Peticionamento Eletrônico de 1º grau > Complemento de Cadastro de 1º Grau. O manual com os procedimentos necessários para cumprimento da determinação está disponível na página: <http://www.tjsp.jus.br/Download/PeticionamentoEletronico/ManualComplementoCadastroPortal.Pdf> Remetam-se ao fluxo da Fazenda. Após, tornem conclusos para análise do pedido de liminar, observando que, de fato, há indícios de desrespeito ao contraditório. Sem prejuízo, dê-se vista ao MP. Int."

Monte Mor, 2 de agosto de 2022.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MONTE MOR/SP

Processo n.º 1002118-14.2022.8.26.0372

**MARCELO PELEGRINI BARBOSA**, Impetrante, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em observância a decisão às fls. 108, e com fulcro no art. 321, do Código de Processo Civil, apresentar **EMENDA À INICIAL**, com o intuito de retificar o pólo passivo desta demanda, devendo figurar como Autor do *mandamus* também o Sr. **EDIVALDO ANTONIO BRISCHI**, brasileiro, Prefeito do Município de Monte Mor, portador da cédula de identidade [REDACTED] CPF [REDACTED] com endereço na [REDACTED]

Com a retificação, requer, de imediato, que os autos tornem conclusos para a análise do pedido liminar, haja vista que há elementos probatórios suficientes que corroboram com a tese autoral de desrespeito ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa, sendo certo que é direito do Impetrante ser intimado de todo e qualquer ato do processo, pessoalmente, ou na figura da pessoa de seu procurador (cf. art. 5º, inc. IV, do DL 201/67), não cabendo qualquer discricionariedade por parte da Autoridade Coatora de escolher qual ato deve intimar, até porque todas as sessões devem ser públicas e abertas, devendo ela intimar o denunciado ou seu procurador legal, a depender do ato.

Ainda, requer a juntada do comprovante de pagamento da guia do Oficial de Justiça (cf. doc. 01), e informa que apresentará o devido instrumento de mandato logo em seguida, nos termos da legislação processual, ante a urgência do ato.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Campinas/SP, 28 de julho de 2022.

**MARCELO PELEGRINI BARBOSA**

OAB/SP 199.877 - B





SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
02/08/2022 - AUTO-ATENDIMENTO - 11.00.49  
4038X04038

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: LEONARDO H C MARIM

AGENCIA: 4038-X CONTA: 27.091-1

=====

Convenio TJSP - CUSTAS FEDTJ

Codigo de Barras 86820000000-4 95915117400-5  
11201071922-9 17000190002-9

Data do pagamento 02/08/2022

Valor Total 95,91

=====

DOCUMENTO: 080201

AUTENTICACAO SISBB:

7.1B9.0CB.331.0AE.67A

=====

Planos de previdencia Brasilprev sao opcoes  
inteligentes para reserva financeira e projetos  
a longo prazo. Mais em [bb.com.br/previdencia](http://bb.com.br/previdencia)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MONTE MOR**  
**FORO DE MONTE MOR**  
**2ª VARA**

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, ., Jardim Guanabara - CEP  
13190-000, Fone: (19) 2141-2606, Monte Mor-SP - E-mail:  
montemor@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**



**CERTIDÃO**

Processo Digital nº: **1002118-14.2022.8.26.0372**  
Classe – Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais**  
Impetrante: **Marcelo Pelegrini Barbosa**  
Impetrado: **Valdirene Joandsin Silva**

Tramitação prioritária

**CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que não foi cumprida pelo autor a retificação determinada as fls. 108. Certifico, ainda, que o comprovante de pagamento de fls. 113 não acompanhou a guia de custas. Nada Mais. Monte Mor, 02 de agosto de 2022. Eu, \_\_\_, Lais de Queiroz Silvani, Escrevente Técnico Judiciário.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MONTE MOR/SP

Processo n.º 1002118-14.2022.8.26.0372

**EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI**, Impetrante, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada do devido instrumento de mandato, conforme procuração em anexo. Ainda, ante a urgência, ratifica os pedidos formulados na manifestação ulterior, notadamente, a concessão da tutela provisória de urgência.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Campinas/SP, 28 de julho de 2022.

MARCELO PELEGRINI BARBOSA  
OAB/SP 199.877 - B

**PROCURAÇÃO**

extra", em qualquer juízo, instância, ou tribunal, confere ao outorgado, poderes amplos, gerais e ilimitados para a prática de quaisquer atos judiciais ou extrajudiciais, necessários ao patrocínio dos seus interesses, inclusive para propor contra quem de direito, as competentes ações, defendê-lo nas contrárias, impugnar autos de infração e outras peças administrativas, bem como acompanhar e retirar os respectivos processos, por mais especiais que sejam, impetrar mandados de segurança, interpor recursos em qualquer repartição Federal, Estadual, Municipal ou Autárquica, e mais os especiais de transigir, desistir, receber, dar quitação, passar recibos de quantias depositadas em juízo ou fora dele, fazer acordos, requerer notificações, vistorias e outras medidas preventivas, reconvir, prestar compromissos, requerer falências, concordatas, prestar primeiras e últimas declarações, assinar termo de inventariante e testamenteiro, inclusive, substabelecer a presente em nome de quem melhor convier, no todo ou em parte, atos que serão dados pelo OUTORGANTE como bons, firmes e valiosos, também para propor todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, tanto civis, como criminais ou administrativas, **especialmente para representar os interesses nos autos do processo n.º 1002118-14.2022.8.26.0372, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Monte Mor/SP.**

Campinas/SP, 02 de agosto de 2022.

**EDIVALDO ANTONIO BRISCHI**





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MONTE MOR**  
**FORO DE MONTE MOR**  
**2ª VARA**

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, ., Jardim Guanabara - CEP  
13190-000, Fone: (19) 2141-2606, Monte Mor-SP - E-mail:  
montemor@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**



**DECISÃO**

Processo Digital nº: 1002118-14.2022.8.26.0372  
Classe - Assunto: Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais  
Impetrante: Marcelo Pelegrini Barbosa  
Impetrado: Valdirene Joandsin Silva

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Rafael Imbrunito Flores**

Vistos.

Ante o certificado pela diligente Escrevente a fls. 114, aguarda-se a regularização pelo impetrante e, sem prejuízo, a manifestação do representante do MP.

Int.

Monte Mor, 02/08/2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MONTE MOR/SP

Processo n.º 1002118-14.2022.8.26.0372

**EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI**, Impetrante, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, representado pelos seus advogados devidamente constituídos, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em observância ao despacho às fls. 117, informar que já regularizou a representação processual do peticionário, ora Impetrante, conforme procuração às fls. 116.

Ainda, ante a gravidade e urgência da concessão da medida liminar, o Impetrante acrescenta fundamento fático e jurídico a tese inicial, isto é, de ofensa ao devido processo legal e cerceamento do exercício do contraditório e da ampla defesa, o fato de que, assim como não houve intimação do peticionário ou de seu patrono para participarem da 5ª Reunião da Comissão Processante, oportunidade na qual foi votado favorável, por 2 votos a 1, o Parecer Prévio pela procedibilidade da denúncia (afastando-se, por consequência, as preliminares), conforme exhaustivamente já elucidado na incoativa (doc. 01), o peticionante, bem como seu patrono, também não foram intimados, com antecedência, para participarem da 6ª Reunião da Comissão Processante, e, nesta oportunidade, foi deliberado sobre o início da instrução (doc. 02).

Além da inequívoca ofensa ao art. 5, inc. IV, do DL 201/67, nesta reunião, na qual não compareceram o peticionário ou seu patrono, foi decidido que o primeiro ato de instrução processual seria o depoimento do denunciado, quando, na verdade, tal ato processual deverá ser último<sup>1</sup>, em mais uma evidente ofensa ao contraditório e a ampla defesa. Inclusive, V. Exa., esta latente ofensa é também objeto de *mandamus*, nos autos do processo n.º 10021346520228260372 (doc. 3).

<sup>1</sup> Neste sentido: STF; AgRg na RCL n.º 41.827/SP – Rel. Min. Luiz Fux – j. 24/08/2020





Ante a patente violação aos direitos fundamentais deste peticionário, que figura como Investigado nos autos da Comissão Processante n.º 02/2022, é que requer, por mais uma vez, a concessão da tutela provisória de urgência, a fim de que a Autoridade Coatora será compelida a intimar o peticionário ou seu patrono constituído a participarem dos atos desta Comissão Processante, nos termos do art. 5º, inc. IV, do DL 201/67.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Campinas/SP, 28 de julho de 2022.

MARCELO PELEGRINI BARBOSA

OAB/SP 199.877 - B



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

fls. 120



## COMISSÃO PROCESSANTE DENÚNCIA Nº 02/2022

### ATA DE REUNIÃO 05 - CP 02/2022

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de julho de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 16:00 horas (dezesesseis horas), na sala de reuniões na Câmara Municipal de Monte Mor, realizou-se a Reunião da Comissão Processante-Denúncia nº 02/2022 (CP). Presentes os Vereadores membros, a saber, Vereadora Wal da Farmácia (Presidente), Vereador Nelson Almeida (Relator) e a Vereadora Milziane Menezes (Membro). Presentes também, nesta reunião, os Assessores Parlamentares, Milena Costa (Vereadora Wal da Farmácia) e Kelen Adriana de Castro (Vereadora Milziane Menezes) e Douglas Crisante (Vereador Nelson Almeida), e o Diretor Pedro Boaretto. Aberta a reunião, a Presidente saudou a todos, agradecendo a presença e informou que a pedido do vereador Nelson Almeida (relator) a reunião mudou das 13 horas para as 16 horas, por motivos pessoais, sendo comunicado a todos com antecedência. Após o informado seguiu-se com objetivo da reunião, leitura e apresentação do parecer prévio da CP 02/2022. A pedido da presidente o assessor parlamentar Douglas, leu o parecer, o qual conclui pelo prosseguimento da apuração da denúncia 02/2022. A vereadora Wal da Farmácia acompanhou o relator, enquanto vereadora Milziane Menezes (Membro) votou pelo arquivamento, por achar que não há prova suficiente sobre a alegação de irregularidades. De imediato, a presidente solicitou a assessora parlamentar o envio por e-mail do parecer para o patrono do denunciado e imediata juntada aos autos, fica já agendada nova reunião para dia 26 de julho de 2022, às 13 horas na sala de reunião da Câmara Municipal de Monte Mor, para deliberar sobre a intimação do denunciado. Assim a Presidente deu por encerrada a presente reunião da Comissão Processante, às 17:00 horas.

Monte Mor, 25 de julho de 2022

**Vereadora Wal da Farmácia**  
Presidente da Comissão Processante

*Milena Gristina Batista Costa*  
Assessora Parlamentar

*Douglas Crisante de Almeida*  
Assessor do Vereador Nelson Almeida

*Nelson Almeida*  
Relator

*Milziane Menezes*  
Membro

*Kelen Adriana de Castro Magalhães Ferreira*  
Assessora Parlamentar





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

fls. 121



ATA COMISSÃO PROCESSANTE 06/2022

## COMISSÃO PROCESSANTE DENÚNCIA Nº 02/2022

### ATA DE REUNIÃO 06 - CP 02/2022

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de julho de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 13:00 horas (treze horas), na sala de reuniões da Câmara Municipal de Monte Mor, realizou-se a Reunião da Comissão Processante-Denúncia nº 02/2022 (CP). Presentes os Vereadores membros, a saber, Vereadora Wal da Farmácia (Presidente), Vereador Nelson Almeida (Relator) e a Vereadora Milziane Menezes (Membro). Presentes também, nesta reunião, os Assessores Parlamentares, Milena Costa (Vereadora Wal da Farmácia) e Kelen Adriana de Castro (Vereadora Milziane Menezes) e Douglas Crisante (Vereador Nelson Almeida). Aberta a reunião, a Presidente saudou a todos, agradecendo os presentes. A reunião aconteceu para deliberar sobre o início da instrução conforme disposto no inciso III, do art. 5º, do Decreto Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, com a definição de envio da intimação ao denunciado para comparecer diante desta comissão no dia 03 de agosto de 2022 às 10:00 horas, na sala de reuniões da Câmara Municipal. A pedido dos membros o processo será escaneado e enviado a secretária legislativa, para publicação no SAPL (tornar público) respeitando a certidão 07/2022 deste processo, com a observância a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), retirando as folhas do nº 049 à 378 e após a intimação do denunciado. A vereadora Wal da Farmácia (presidente) solicitou a assessora Milena, que envie um e-mail para Renata Bernardo (Diretora Geral), Marcelo Landi (Técnico de Informática) e Dr. Pedro Boaretto (Diretor Jurídico) da Câmara Municipal, informando a data da oitiva do denunciado e solicitando a reserva da sala com infraestrutura para gravação das oitivas (gravação de áudio e vídeo), notebook, impressora, café, água, e um funcionário efetivo de preferência Sr. Arthur Rehder da Cunha Patuco para auxiliar nos trabalhos. Assim a Presidente deu por encerrada a presente reunião da Comissão Processante, às 14:30 horas.

Monte Mor, 25 de julho de 2022

Douglas Crisante de Almeida  
Assessor do Vereador Nelson Almeida

Vereadora Wal da Farmácia  
Presidente da Comissão Processante

Milena Cristina Batista Costa  
Assessora Parlamentar

Nelson Almeida  
Relator

Milziane Menezes  
Membro

Kelen Adriana de Castro Magalhães Ferreira  
Assessora Parlamentar



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DE SÃO PAULO  
PODER JUDICIÁRIO



fls. 122

**RECIBO DO PROTOCOLO**  
**PETICIONAMENTO INICIAL - PRIMEIRO GRAU**

**Dados Básicos**

Foro:	Foro de Monte Mor
Processo:	10021346520228260372
Classe do Processo:	Mandado de Segurança Cível
Assunto principal:	9986 - Garantias Constitucionais
Segredo de Justiça:	Não
Data/Hora:	02/08/2022 17:33:44

**Partes**

Impetrante:	EDIVALDO ANTONIO BRISCHI
Impetrado:	Comissão Processante

**Arquivos**

Petição:	MS - Edivaldo Brischi - Inversão da ordem das oitivas - 1-6.pdf
Procuração:	Procuração - 1.pdf
Documento 1:	Doc. 01 - 1.pdf
Documento 2:	Doc. 02 - 1.pdf
Documento 3:	Doc. 03 - 1.pdf



Foro de Monte Mor  
Certidão - Processo 1002118-14.2022.8.26.0372

Emitido em: 03/08/2022 00:21  
Página: 1

# CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO



Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0585/2022, encaminhada para publicação.

Advogado  
Marcelo Pelegrini Barbosa (OAB 199877/SP)

Forma  
D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Ante o certificado pela diligente Escrevente a fls. 114, aguarda-se a regularização pelo impetrante e, sem prejuízo, a manifestação do representante do MP. Int."

Monte Mor, 3 de agosto de 2022.

## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO



Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0583/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 03/08/2022. Considera-se a data de publicação em 04/08/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado  
Marcelo Pelegrini Barbosa (OAB 199877/SP)

Teor do ato: "Vistos. Primeiramente, à toda evidência, o impetrante se volta em face de ato perpetrado pela Comissão Processante da Câmara Municipal de Monte Mor na pessoa de seu presidente, bem como o impetrante seria, pela descrição dos fatos, o prefeito Edivaldo Antônio Brischi e não seu procurador - desse modo, devendo proceder à emenda. Para a retificação de partes é necessário acessar a página do Tribunal de Justiça (<http://www.tjsp.jus.br>) e clicar no menu: Peticionamento Eletrônico > Peticione Eletronicamente > Peticionamento Eletrônico de 1º grau > Complemento de Cadastro de 1º Grau. O manual com os procedimentos necessários para cumprimento da determinação está disponível na página: <http://www.tjsp.jus.br/Download/PeticionamentoEletronico/ManualComplementoCadastroPortal.Pdf>. Remetam-se ao fluxo da Fazenda. Após, tornem conclusos para análise do pedido de liminar, observando que, de fato, há indícios de desrespeito ao contraditório. Sem prejuízo, dê-se vista ao MP. Int."

Monte Mor, 3 de agosto de 2022.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MONTE MOR**  
**FORO DE MONTE MOR**  
**2ª VARA**

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, ., Jardim Guanabara - CEP  
13190-000, Fone: (19) 2141-2606, Monte Mor-SP - E-mail:  
montemor@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**



**CERTIDÃO**

Processo Digital nº: **1002118-14.2022.8.26.0372**  
Classe – Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais**  
Impetrante: **Marcelo Pelegrini Barbosa**  
Impetrado: **Valdirene Joandsin Silva**

Tramitação prioritária

**CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que não foi cumprida pelo autor a retificação de partes determinada as fls. 108, uma vez que a “Declaração-Complemento - Peticionamento Eletrônico” não foi gerada automaticamente pelo sistema, sendo que continuam como partes cadastradas nos autos as seguintes: Marcelo Pelegrini Barbosa no polo ativo e Valdirene Joandsin Silva no polo passivo. Certifico, ainda, que, na petição retro, não foi juntada a guia de custas referente ao comprovante de pagamento de fls. 113. Nada Mais. Monte Mor, 03 de agosto de 2022. Eu, \_\_\_, Lais de Queiroz Silvani, Escrevente Técnico Judiciário.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MONTE MOR**  
**FORO DE MONTE MOR**  
**2ª VARA**

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, ., Jardim Guanabara - CEP  
13190-000, Fone: (19) 2141-2606, Monte Mor-SP - E-mail:  
montemor@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**



**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1002118-14.2022.8.26.0372**  
Classe – Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais**  
Impetrante: **Marcelo Pelegrini Barbosa**  
Impetrado: **Valdirene Joandsin Silva**

Tramitação prioritária

**CERTIDÃO - Ato Ordinatório**

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Autor, ciência da certidão retro.

Nada Mais. Monte Mor, 03 de agosto de 2022. Eu, \_\_\_\_, Lais de Queiroz Silvani, Escrevente Técnico Judiciário.



# CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0588/2022, encaminhada para publicação.

Advogado  
Marcelo Pelegrini Barbosa (OAB 199877/SP)

Forma  
D.J.E

Teor do ato: "Autor, ciência da certidão retro."

Monte Mor, 3 de agosto de 2022.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MONTE MOR/SP

Processo n.º 1002118-14.2022.8.26.0372

**EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI**, Impetrante, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, representados pelos seus advogados devidamente constituídos, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em observância a certidão às fls. 125, juntar a Guia de Recolhimento emitida pelo Banco do Brasil (doc.01) e informar que já procedeu pela retificação do pólo passivo da demanda através da “Declaração - Complemento – Peticionamento Eletrônico” (doc.02).

Tendo em vista a regularização daquilo necessário, o peticionário, requer, por mais uma vez, a concessão da tutela provisória de urgência, a fim de que a Autoridade Coatora seja compelida a intimar a parte ou seu patrono constituído a participar de todos os atos desta Comissão Processante, nos termos do art. 5º, inc. IV, do DL 201/67.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Campinas/SP, 03 de agosto de 2022.

MARCELO PELEGRINI BARBOSA  
OAB/SP 199.877-B

MAYARA CARLOS MARIA NETO  
OAB/SP 422.803




**Guia de Recolhimento Nº Pedido 2022080117534002**
**Poder Judiciário – Tribunal de Justiça  
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ**

Nome	PELEGRINI BARBOSA, SCUDELLARI & VIEIRA ADVOGADOS	RG	CPF	CNPJ
Nº do processo	10021181420228260372	Unidade	Monte Mor	07.192.217/0001-90
Endereço	Rodovia Anhanguera, KM 90, Avenida Antônio Artioli, 570			CEP 13049-253
Histórico	Processo n.º 10021181420228260372 - Comarca de Monte-Mor/SP			Código 120-1
				Valor 95,91
				Total 95,91

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.

Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.

Mod. 0.70.731-4 - Dez/2021 - SISBB 21340 - cdr

1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868200000004	959151174005	112010719229	170001900029
--------------	--------------	--------------	--------------



Corte aqui.


**Guia de Recolhimento Nº Pedido 2022080117534002**
**Poder Judiciário – Tribunal de Justiça  
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ**

Nome	PELEGRINI BARBOSA, SCUDELLARI & VIEIRA ADVOGADOS	RG	CPF	CNPJ
Nº do processo	10021181420228260372	Unidade	Monte Mor	07.192.217/0001-90
Endereço	Rodovia Anhanguera, KM 90, Avenida Antônio Artioli, 570			CEP 13049-253
Histórico	Processo n.º 10021181420228260372 - Comarca de Monte-Mor/SP			Código 120-1
				Valor 95,91
				Total 95,91

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.

Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.

Mod. 0.70.731-4 - Dez/2021 - SISBB 21340 - cdr

1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868200000004	959151174005	112010719229	170001900029
--------------	--------------	--------------	--------------



Corte aqui.


**Guia de Recolhimento Nº Pedido 2022080117534002**
**Poder Judiciário – Tribunal de Justiça  
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ**

Nome	PELEGRINI BARBOSA, SCUDELLARI & VIEIRA ADVOGADOS	RG	CPF	CNPJ
Nº do processo	10021181420228260372	Unidade	Monte Mor	07.192.217/0001-90
Endereço	Rodovia Anhanguera, KM 90, Avenida Antônio Artioli, 570			CEP 13049-253
Histórico	Processo n.º 10021181420228260372 - Comarca de Monte-Mor/SP			Código 120-1
				Valor 95,91
				Total 95,91

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.

Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.

Mod. 0.70.731-4 - Dez/2021 - SISBB 21340 - cdr

1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868200000004	959151174005	112010719229	170001900029
--------------	--------------	--------------	--------------



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO PELEGRINI BARBOSA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 03/08/2022 às 12:52, sob o número WMOR22700234413. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1002118-14.2022.8.26.0372 e código D2F6238.





MARCELO PELEGRINI BARBOSA (Sair)

&gt; Bem-vindo &gt; Peticionamento Eletrônico &gt; Peticionamento Eletrônico de 1º Grau &gt;

Complemento de Cadastro de 1º Grau

▼ MENU

## Complemento de Cadastro de 1º Grau



## Operação realizada com sucesso

- A nova parte foi adicionada ao processo com sucesso

## Parâmetros da consulta

Número do processo\* : 1002118-14.2022 826 0372

## Dados Básicos

Processo : 1002118-14.2022.8.26.0372

Classe : Mandado de Segurança Cível  
Área: Cível

Assunto : Garantias Constitucionais

## Partes

Participação	Nome		
Advogado	Marcelo Pelegrini Barbosa		
Impetrante	Marcelo Pelegrini Barbosa		
Impetrado	Valdirene Joandsin Silva		
Impetrante	Edivaldo Antonio Brischi	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Quantidade de registros: 4			

## Documentos

Clique no link abaixo para acessar os documentos do processo

[Visualizar ou recategorizar documentos](#)

Desenvolvido pela Softplan em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação - STI





ESTADO DE SÃO PAULO  
PODER JUDICIÁRIO



fls. 132

### CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1002118-14.2022.8.26.0372

Foro: Foro de Monte Mor

**Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.**

Data da intimação: 03/08/2022 15:34

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vista ao Ministério Público.

**Monte Mor, 3 de Agosto de 2022**



**1ª Vara Judicial da Comarca de Monte Mor****Autos n. 1002118-14.2022.8.26.0372**

Meritíssimo Juiz,

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **MARCELO PELEGRINI BARBOSA** e **EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI** contra a **PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR**.

Segundo se extrai do conjunto probatório carreado nos autos, o impetrante **EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI** foi denunciado à Câmara de Vereadores pela prática de crime de responsabilidade, sendo criada Comissão Processante para apuração dos fatos. Após ser citado, o Prefeito Municipal outorgou procuração a **MARCELO PELEGRINI BARBOSA**, para defendê-lo nos autos do processo.

Tenho que o indeferimento do pedido de tutela de urgência é medida que se impõe.

Isso porque, embora não se desconheça a necessidade de intimação do denunciado "de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa" (artigo 5º,



inciso IV, do DL 201/67), entendo que o ato praticado no dia 25 de julho de 2022 foi interno da Comissão Processante (fls. 83).

É certo que não houve qualquer nulidade na ausência de comparecimento do advogado constituído à reunião realizada, na medida em que todas as considerações feitas em sua peça defensiva (fls. 72/75) foram consideradas no parecer prévio levado à votação (fls. 86/96).

Outrossim, é certo que o dever de intimação foi respeitado no tocante à data agendada para início da instrução, sendo o defensor intimado no dia 28 de julho de 2022, sobre o ato designado para o dia 03 de agosto de 2022, conforme confirmado na própria inicial.

Dessa forma, opino contrariamente ao pedido de concessão de liminar e requeiro, desde já, a notificação da autoridade coatora para que, querendo, preste informações no prazo legal, bem como a que seja dada ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Lei nº 12.016/2009.

Monte Mor, 3 de agosto de 2022.

**Cristiane de Moraes Ribeiro Sampaio Carvalhaes de Camargo**  
**Promotora de Justiça**

**Ana Elisa Duarte de Medeiros**  
**Analista Jurídico**



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0585/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 04/08/2022. Considera-se a data de publicação em 05/08/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado  
Marcelo Pelegrini Barbosa (OAB 199877/SP)

Teor do ato: "Vistos. Ante o certificado pela diligente Escrevente a fls. 114, aguarda-se a regularização pelo impetrante e, sem prejuízo, a manifestação do representante do MP. Int."

Monte Mor, 4 de agosto de 2022.



Foro de Monte Mor  
Certidão - Processo 1002118-14.2022.8.26.0372

Emitido em: 04/08/2022 02:48  
Página: 1

### CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO



Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0588/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 04/08/2022. Considera-se a data de publicação em 05/08/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado  
Marcelo Pelegrini Barbosa (OAB 199877/SP)

Teor do ato: "Autor, ciência da certidão retro."

Monte Mor, 4 de agosto de 2022.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MONTE MOR**  
**FORO DE MONTE MOR**

**2ª VARA**

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, ., Jardim Guanabara - CEP  
13190-000, Fone: (19) 2141-2606, Monte Mor-SP - E-mail:  
montemor@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

fls. 137



**CERTIDÃO**

Processo Digital nº: **1002118-14.2022.8.26.0372**  
Classe – Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais**  
Impetrante: **Marcelo Pelegrini Barbosa**  
Impetrado: **Valdirene Joandsin Silva**

Tramitação prioritária

**CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que não foi cumprida pelo autor a retificação de partes determinada as fls. 108, uma vez que nesta data verifiquei que continuam como partes cadastradas nos autos as seguintes: Marcelo Pelegrini Barbosa no polo ativo e Valdirene Joandsin Silva no polo Passivo. Nada Mais. Monte Mor, 04 de agosto de 2022. Eu, \_\_\_, Lais de Queiroz Silvani, Escrevente Técnico Judiciário.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MONTE MOR**  
**FORO DE MONTE MOR**  
**2ª VARA**

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, ., Jardim Guanabara - CEP  
13190-000, Fone: (19) 2141-2606, Monte Mor-SP - E-mail:  
montemor@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

fls. 138



**DECISÃO**

Processo Digital nº:	1002118-14.2022.8.26.0372
Classe - Assunto	Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais
Impetrante:	Marcelo Pelegrini Barbosa
Impetrado:	Valdirene Joandsin Silva

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Rafael Imbrunito Flores**

Vistos.

Concedo prazo derradeiro de 10 dias para cumprimento, na medida que a certidão de fls. 137 informa que, no sistema, as partes cadastradas continuam as mesmas.

Int.

Monte Mor, 04/08/2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



Foro de Monte Mor  
Certidão - Processo 1002118-14.2022.8.26.0372

Emitido em: 05/08/2022 05:51  
Página: 1

# CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0595/2022, encaminhada para publicação.

Advogado  
Marcelo Pelegrini Barbosa (OAB 199877/SP)

Forma  
D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Concedo prazo derradeiro de 10 dias para cumprimento, na medida que a certidão de fls. 137 informa que, no sistema, as partes cadastradas continuam as mesmas. Int."

Monte Mor, 5 de agosto de 2022.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DE SÃO PAULO  
PODER JUDICIÁRIO**



### **Declaração**

Processo: 1002118-14.2022.8.26.0372

Classe: Mandado de Segurança Cível

Assunto: Garantias Constitucionais

### **Alterações realizadas no processo:**

### **Partes incluídas:**

Impetrante: EDIVALDO ANTONIO BRISCHI

Tipo de pessoa: Física

[REDACTED]

RG: Não informado pelo peticionante

Orgão emissor: Não informado pelo peticionante

Gênero: Masculino

Estado civil: Casado

Nacionalidade: Brasileiro

Profissão: Prefeito Municipal

Outro nome: Não informado pelo peticionante

Data Nascimento: Não informado pelo peticionante

Data de óbito: Não informado pelo peticionante

Naturalidade: Não informado pelo peticionante

Cor: Não informado pelo peticionante

Grau de instrução: Não informado pelo peticionante

Nome do pai: Não informado pelo peticionante

Nome da mãe: Não informado pelo peticionante

Nome do responsável: Não informado pelo peticionante

CEP: 13190079

Município: Monte Mor

Número: [REDACTED]

Logradouro: [REDACTED]

Complemento: Não informado pelo peticionante

Bairro: Não informado pelo peticionante

Impetrado: Comissão Processante n. 02/2022 - Câmara Municipal de Monte Mor

Tipo de pessoa: Jurídica

CNPJ: Não informado pelo peticionante

RG: Não informado pelo peticionante



Orgão emissor: Não informado pelo peticionante  
 Gênero: Não informado pelo peticionante  
 Estado civil: Não informado pelo peticionante  
 Nacionalidade: Brasileira  
 Profissão: Não informado pelo peticionante  
 Outro nome: Não informado pelo peticionante  
 Data Nascimento: Não informado pelo peticionante  
 Data de óbito: Não informado pelo peticionante  
 Naturalidade: Não informado pelo peticionante  
 Cor: Não informado pelo peticionante  
 Grau de instrução: Não informado pelo peticionante  
 Nome do pai: Não informado pelo peticionante  
 Nome da mãe: Não informado pelo peticionante  
 Nome do responsável: Não informado pelo peticionante  
 CEP: 13190000  
 Município: Monte Mor  
 Número: 61  
 Logradouro: R. Rage Maluf  
 Complemento: Não informado pelo peticionante  
 Bairro: Centro



Declaro para os devidos fins de direito, que a complementação de cadastro acima foi realizada sob minha responsabilidade, sendo transmitidos nesta data 04/08/2022, às 17:27:49 horas, através do Portal de Serviços e-SAJ.

Marcelo Pelegriini Barbosa

São Paulo, SP, 04 de Agosto de 2022



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DE SÃO PAULO  
PODER JUDICIÁRIO**



### **Declaração**

Processo: 1002118-14.2022.8.26.0372  
Classe: Mandado de Segurança Cível  
Assunto: Garantias Constitucionais

### **Alterações realizadas no processo:**

### **Partes incluídas:**

Impetrante: EDIVALDO ANTONIO BRISCHI

Tipo de pessoa: Física

[REDACTED]

RG: Não informado pelo peticionante

Orgão emissor: Não informado pelo peticionante

Gênero: Masculino

Estado civil: Casado

Nacionalidade: Brasileiro

Profissão: Prefeito Municipal

Outro nome: Não informado pelo peticionante

Data Nascimento: Não informado pelo peticionante

Data de óbito: Não informado pelo peticionante

Naturalidade: Não informado pelo peticionante

Cor: Não informado pelo peticionante

Grau de instrução: Não informado pelo peticionante

Nome do pai: Não informado pelo peticionante

Nome da mãe: Não informado pelo peticionante

Nome do responsável: Não informado pelo peticionante

CEP: [REDACTED]

Município: Monte Mor

Número: [REDACTED]

Logradouro: [REDACTED]

Complemento: Não informado pelo peticionante

Bairro: Não informado pelo peticionante

Impetrado: Comissão Processante n. 02/2022 - Câmara Municipal de Monte Mor

Tipo de pessoa: Jurídica

CNPJ: Não informado pelo peticionante

RG: Não informado pelo peticionante





Órgão emissor: Não informado pelo peticionante  
 Gênero: Não informado pelo peticionante  
 Estado civil: Não informado pelo peticionante  
 Nacionalidade: Brasileira  
 Profissão: Não informado pelo peticionante  
 Outro nome: Não informado pelo peticionante  
 Data Nascimento: Não informado pelo peticionante  
 Data de óbito: Não informado pelo peticionante  
 Naturalidade: Não informado pelo peticionante  
 Cor: Não informado pelo peticionante  
 Grau de instrução: Não informado pelo peticionante  
 Nome do pai: Não informado pelo peticionante  
 Nome da mãe: Não informado pelo peticionante  
 Nome do responsável: Não informado pelo peticionante  
 CEP: 13190000  
 Município: Monte Mor  
 Número: 61  
 Logradouro: Rua Rage Maluf  
 Complemento: Não informado pelo peticionante  
 Bairro: Centro

Declaro para os devidos fins de direito, que a complementação de cadastro  
 acima foi realizada sob minha responsabilidade, sendo transmitidos nesta  
 data 04/08/2022, às 17:52:04 horas, através do Portal de Serviços e-SAJ.

Marcelo Pelegrini Barbosa

São Paulo, SP, 04 de Agosto de 2022

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA JUDICIAL DA COMARCA DE MONTE MOR/SP.

Mandado de Segurança n. 1002118-14.2022.8.26.0372.

**EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI**, Impetrante, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por meio de seus advogados regularmente constituídos, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao despacho de fls. 138, informar que já procedeu à alteração/complemento do cadastro das partes no sistema e-SAJ (documento de fls. 140/141), retificando os polos passivo e ativo do feito, conforme determinado por este N. Juízo.

Não obstante, o peticionário aproveita o ensejo para se manifestar em relação à manifestação apresentada pelo órgão ministerial às fls. 133/134, na qual o I. *Parquet* opina pelo indeferimento da liminar requerida.

Argumenta o MP que, a despeito da norma estabelecida no art. 5º, IV, do DL 201/67, o ato praticado no dia 25/07/22 teria sido apenas para deliberações internas da Câmara Municipal, circunstância que, aliada à apreciação das teses defensivas apresentadas pelo Impetrante e à intimação do Patrono a respeito da oitiva designada, afastaria a alegação de nulidade do ato. Contudo, *data maxima venia*, não assiste razão.

Com efeito, **a manifestação ministerial deixa de considerar que**, além da ausência de intimação para a reunião 05, realizada em 25/07/22, **o patrono do Impetrante também não foi intimado para participar da reunião 06, realizada em 26/07/22, ato em que a Comissão deliberou a respeito do início da instrução probatória, com a definição das diligências e provas a serem produzidas e, notadamente, com a definição da ordem das oitivas**, estabelecida de forma ilegal e que não pode ser considerada penas como deliberações internas.

Nesses termos, a ausência de intimação do patrono para os referidos atos, além de caracterizar flagrante ofensa ao rito processual estabelecido no art. 5º, IV, do DL 201/67, incorre em flagrante violação ao devido processo legal e aos postulados do contraditório e da ampla defesa, sobretudo porque cerceou a participação da defesa técnica em atos processuais relevantes ao deslinde do feito, em que foram definidas os primeiros atos probatórios.



Rememora-se, por oportuno, que a inobservância aos postulados constitucionais e legais nestes tipos de demanda tomam especial relevo, porquanto, “a infração a qualquer exigência do devido processo legal – por ser uma garantia constitucional – produz inevitavelmente a nulidade do processo em que ocorreu”, considerando, ainda, que o “sistema de garantias processuais não deve ser flexibilizado em favor de interesses administrativos, ainda que possam ser reconhecidos e proclamados como da mais alta relevância, porquanto sobre eles avultam os princípios e normas postas na Carta Magna”<sup>1</sup>.

Não obstante, ao considerar que os atos processuais realizados possuiriam natureza *interna corporis* para afastar a nulidade suscitada, a argumentação ministerial acaba por ignorar a incidência do brocardo jurídico *ubi lex non distinguit nec nos distinguere debemus*, sobretudo porque o **DL 201/67 não delimita os atos processuais aos quais a validade está sujeita à intimação do denunciado e seu patrono, fazendo remissão a todos os atos praticados no âmbito do processo político-administrativo**. Pior: a comissão processante, em tese, pode estar realizando atos sigilosos, sem a devida publicidade, o que é vedado pelo ordenamento jurídico pátrio.

O que se pretende é, exatamente, **evitar essa seletividade e garantir participação dos Impetrantes em qualquer reunião**, cuja participação se limitará ao objeto do seu tema, por evidente.

Nesses termos, o peticionário aproveita o ensejo para ratificar o pleito liminar, com o objetivo de determinar que a Autoridade Coatora se abstenha de proceder à feitura de qualquer outro ato futuro sem a devida intimação deste defensor e a publicidade devida, para participar e exercer a plena defesa de sua patrocinado, nos termos do art. 5º, IV, do DL 201/67.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Campinas/SP, 04 de agosto de 2022.

MARCELO PELEGRINI BARBOSA

OAB/SP 199.877-B

<sup>1</sup> STJ – REsp nº. 1225426/SC – rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho – j. em 27/08/2013

Foro de Monte Mor  
Certidão - Processo 1002118-14.2022.8.26.0372

Emitido em: 08/08/2022 01:44  
Página: 1

# CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0595/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 08/08/2022. Considera-se a data de publicação em 09/08/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado  
Marcelo Pelegrini Barbosa (OAB 199877/SP)

Teor do ato: "Vistos. Concedo prazo derradeiro de 10 dias para cumprimento, na medida que a certidão de fls. 137 informa que, no sistema, as partes cadastradas continuam as mesmas. Int."

Monte Mor, 8 de agosto de 2022..



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, liberado nos autos em 08/08/2022 às 01:44 ..  
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1002118-14.2022.8.26.0372 e código D364A1A





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MONTE MOR**  
**FORO DE MONTE MOR**  
**2ª VARA**

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, ., Jardim Guanabara - CEP  
13190-000, Fone: (19) 2141-2606, Monte Mor-SP - E-mail:  
montemor@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

fls. 147



**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: 1002118-14.2022.8.26.0372  
Classe – Assunto: Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais  
Impetrante: Edivaldo Antonio Brischi  
Impetrado: Valdirene Joandsin Silva e outro

Tramitação prioritária

**Ato Ordinatório**

Vista ao Ministério Público.

Monte Mor, 08 de agosto de 2022.

Eu, \_\_\_\_, Lais de Queiroz Silvani, Escrevente Técnico Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA DE MONTE MOR  
FORO DE MONTE MOR  
2ª VARA  
Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, ., Jardim Guanabara - CEP  
13190-000, Fone: (19) 2141-2606, Monte Mor-SP - E-mail:  
montemor@tjsp.jus.br

fls. 148



**CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO**

Processo nº: **1002118-14.2022.8.26.0372**  
Classe – Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais**  
Impetrante: **Edivaldo Antonio Brischi e outro**  
Impetrado: **Valdirene Joandsin Silva e outro**

Tramitação prioritária

**CERTIFICA-SE** que em 08/08/2022 o ato abaixo foi encaminhado ao  
**Portal Eletrônico do (a):** Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Monte Mor, (SP), 08 de agosto de 2022





ESTADO DE SÃO PAULO  
PODER JUDICIÁRIO



fls. 149

### CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1002118-14.2022.8.26.0372

Foro: Foro de Monte Mor

**Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.**

Data da intimação: 09/08/2022 11:48

Prazo: 10 dias

Intimado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Teor do Ato: Vista ao Ministério Público.

**Monte Mor, 9 de Agosto de 2022**

**1ª Vara Judicial da Comarca de Monte Mor****Autos n. 1002118-14.2022.8.26.0372**

Meritíssimo Juiz,

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **MARCELO PELEGRINI BARBOSA** e **EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI** contra a **PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR**.

Fls. 144/145: ciente.

Conforme já exposto, os atos praticados nos dias 25 e 26 de julho de 2022 foram internos da Comissão Processante, com a definição de datas para realização dos próximos atos e solicitação de reserva de salas e equipamentos (fls. 83 e 85).

Assim, reitero manifestação ministerial de fls. 133/134 e aguardo apreciação judicial.

Monte Mor, 9 de agosto de 2022.

**Cristiane de Moraes Ribeiro Sampaio Carvalhaes de Camargo**  
**Promotora de Justiça**

**Ana Elisa Duarte de Medeiros**  
**Analista Jurídico**





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MONTE MOR**  
**FORO DE MONTE MOR**  
**2ª VARA**

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, ., Jardim Guanabara - CEP  
13190-000, Fone: (19) 2141-2606, Monte Mor-SP - E-mail:  
montemor@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

fls. 151

FOLHA Nº

843

VISTO

**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1002118-14.2022.8.26.0372**  
Classe - Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais**  
Impetrante: **Edivaldo Antonio Brischi**  
Impetrado: **Valdirene Joandsin Silva e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Rafael Imbrunito Flores**

Vistos.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por Edivaldo Antonio Brischi contra ato emanado pela Presidente da Comissão Processante nº 02/2022 da Câmara Municipal de Monte Mor (Valdirene Joandsin Silva), aduzindo, em suma, que a referida comissão processante teria sido criada para apuração da prática de crime de responsabilidade pelo impetrante, então prefeito, e que a defesa prévia ofertada teria sido rejeitada.

Sustenta que o prosseguimento dos trabalhos da referida Comissão Processante sem prévia intimação do procurador do impetrante se traduz em cerceamento de defesa e prática de ato ilegal reiterado pela impetrada por violação ao devido processo legal.

Pede, em liminar, a abstenção de qualquer ato da presidente inerente à comissão Processante e intime o patrono do impetrante de quaisquer atividades.

A representante do Ministério Público se manifestou pelo indeferimento da liminar (fls.133/134).

Decido.

Indefiro o pedido de liminar.

Não se discute a necessidade de intimação do denunciado de todos os atos do processo, nos termos do previsto no artigo 5º, inciso IV do Decreto Lei 201/67. Porém, em se tratando de ato interno da Comissão Processante não é imperativa tal intimação, e ainda menos é o caso de se reconhecer eventual nulidade, haja vista ter sido o procurador do impetrante intimado em 28/07/2022, cinco dias antes da data agendada para início da instrução.

E, ainda, como bem salientado pela representante do MP, as considerações feitas pelo defensor foram consideradas no parecer prévio levado à votação (fls.88 a 90), de modo que ausente o alegado cerceamento de defesa.

Não houve inovação no peticionado a fls.144/145, de modo que se mantém o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MONTE MOR**  
**FORO DE MONTE MOR**  
**2ª VARA**

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, ., Jardim Guanabara - CEP  
 13190-000, Fone: (19) 2141-2606, Monte Mor-SP - E-mail:  
 montemor@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**



entendimento acima exposto.

Assim, indefiro o pedido liminar.

Notifique-se a autoridade apontada como coatora para que preste as informações  
 no prazo legal.

Após, dê-se vista ao Ministério Público para parecer final e conclusos para  
 sentença.

Int.

Monte Mor, 10/08/2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



## CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO



Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0619/2022, encaminhada para publicação.

Advogado  
Marcelo Pelegrini Barbosa (OAB 199877/SP)

Forma  
D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Trata-se de mandado de segurança impetrado por Edivaldo Antonio Brischi contra ato emanado pela Presidente da Comissão Processante nº 02/2022 da Câmara Municipal de Monte Mor (Valdirene Joandsin Silva), aduzindo, em suma, que a referida comissão processante teria sido criada para apuração da prática de crime de responsabilidade pelo impetrante, então prefeito, e que a defesa prévia ofertada teria sido rejeitada. Sustenta que o prosseguimento dos trabalhos da referida Comissão Processante sem prévia intimação do procurador do impetrante se traduz em cerceamento de defesa e prática de ato ilegal reiterado pela impetrada por violação ao devido processo legal. Pede, em liminar, a abstenção de qualquer ato da presidente inerente à comissão Processante e intime o patrono do impetrante de quaisquer atividades. A representante do Ministério Público se manifestou pelo indeferimento da liminar (fls.133/134). Decido. Indefiro o pedido de liminar. Não se discute a necessidade de intimação do denunciado de todos os atos do processo, nos termos do previsto no artigo 5º, inciso IV do Decreto Lei 201/67. Porém, em se tratando de ato interno da Comissão Processante não é imperativa tal intimação, e ainda menos é o caso de se reconhecer eventual nulidade, haja vista ter sido o procurador do impetrante intimado em 28/07/2022, cinco dias antes da data agendada para início da instrução. E, ainda, como bem salientado pela representante do MP, as considerações feitas pelo defensor foram consideradas no parecer prévio levado à votação (fls.88 a 90), de modo que ausente o alegado cerceamento de defesa. Não houve inovação no peticionado a fls.144/145, de modo que se mantém o entendimento acima exposto. Assim, indefiro o pedido liminar. Notifique-se a autoridade apontada como coatora para que preste as informações no prazo legal. Após, dê-se vista ao Ministério Público para parecer final e conclusos para sentença. Int."

Monte Mor, 12 de agosto de 2022.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MONTE MOR**  
**FORO DE MONTE MOR**  
**2ª VARA**

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, .. Jardim Guanabara - CEP  
13190-000, Fone: (19) 2141-2606, Monte Mor-SP - E-mail:  
montemor@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**



**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital nº: **1002118-14.2022.8.26.0372**  
Classe – Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais**  
Impetrante: **Edivaldo Antonio Brischi**  
Impetrado: **Valdirene Joandsin Silva e outro**

**Ato Ordinatório**

Ciência ao Ministério Público.

Monte Mor, 12 de agosto de 2022.

Eu, \_\_\_\_, Cíntia Hiroko Nakahara de Almeida, Escrevente  
Técnico Judiciário.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MONTE MOR**  
**FORO DE MONTE MOR**  
**2ª VARA**

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, ., Jardim Guanabara - CEP  
 13190-000, Fone: (19) 2141-2606, Monte Mor-SP - E-mail:  
 montemor@tjsp.jus.br



**CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO**

Processo nº: **1002118-14.2022.8.26.0372**  
 Classe – Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais**  
 Impetrante: **Edivaldo Antonio Brischi e outro**  
 Impetrado: **Valdirene Joandsin Silva e outro**

**CERTIFICA-SE** que em 12/08/2022 o ato abaixo foi encaminhado ao  
**Portal Eletrônico do (a):** Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público

Monte Mor, (SP), 12 de agosto de 2022



ESTADO DE SÃO PAULO  
PODER JUDICIÁRIO



### CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: 1002118-14.2022.8.26.0372

Foro: **Foro de Monte Mor**

**Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.**

Data da intimação: 12/08/2022 15:31

Prazo: **10 dias**

Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**

Teor do Ato: **Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público**

**Monte Mor, 12 de Agosto de 2022**



## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO



Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0619/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 15/08/2022. Considera-se a data de publicação em 16/08/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado  
Marcelo Pelegrini Barbosa (OAB 199877/SP)

Teor do ato: "Vistos. Trata-se de mandado de segurança impetrado por Edivaldo Antonio Brischi contra ato emanado pela Presidente da Comissão Processante nº 02/2022 da Câmara Municipal de Monte Mor (Valdirene Joandsin Silva), aduzindo, em suma, que a referida comissão processante teria sido criada para apuração da prática de crime de responsabilidade pelo impetrante, então prefeito, e que a defesa prévia ofertada teria sido rejeitada. Sustenta que o prosseguimento dos trabalhos da referida Comissão Processante sem prévia intimação do procurador do impetrante se traduz em cerceamento de defesa e prática de ato ilegal reiterado pela impetrada por violação ao devido processo legal. Pede, em liminar, a abstenção de qualquer ato da presidente inerente à comissão Processante e intime o patrono do impetrante de quaisquer atividades. A representante do Ministério Público se manifestou pelo indeferimento da liminar (fls.133/134). Decido. Indefiro o pedido de liminar. Não se discute a necessidade de intimação do denunciado de todos os atos do processo, nos termos do previsto no artigo 5º, inciso IV do Decreto Lei 201/67. Porém, em se tratando de ato interno da Comissão Processante não é imperativa tal intimação, e ainda menos é o caso de se reconhecer eventual nulidade, haja vista ter sido o procurador do impetrante intimado em 28/07/2022, cinco dias antes da data agendada para início da instrução. E, ainda, como bem salientado pela representante do MP, as considerações feitas pelo defensor foram consideradas no parecer prévio levado à votação (fls.88 a 90), de modo que ausente o alegado cerceamento de defesa. Não houve inovação no peticionado a fls.144/145, de modo que se mantém o entendimento acima exposto. Assim, indefiro o pedido liminar. Notifique-se a autoridade apontada como coatora para que preste as informações no prazo legal. Após, dê-se vista ao Ministério Público para parecer final e conclusos para sentença. Int."

Monte Mor, 15 de agosto de 2022.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA CO-  
MARCA DE MONTE MOR/SP



Processo n.º 1002118-14.2022.8.26.0372

**EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI** e **outro**, Impetrantes, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, representado pelos seus advogados regularmente constituídos, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, requerer a desistência da impetração, com a extinção do feito sem resolução do mérito, ante a superveniente perda do objeto, haja vista que, agora, os peticionários e seus patronos estão sendo regularmente intimados para participar das reuniões e assentadas, conforme documento anexo (doc. 01).

Nestes termos,

Pede e espera deferimento,

Campinas p/ Monte Mor/SP, 15 de agosto de 2022.

**MARCELO PELEGRINI BARBOSA**

OAB/SP 199.877-B

**MAYARA CARLOS MARIA NETO**

OAB/SP 422.803





# Câmara Municipal de Monte Mor

fls. 159

Palácio 24 de Março

DESPACHO DO PRESIDENTE

## COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

DESPACHO DO PRESIDENTE



DESPACHO Nº 008/2022

Em face do recebimento do e-mail do patrono do denunciado adequando o roll de testemunhas conforme o Decreto-Lei nº 201/1967, e a fim de deliberar sobre a marcação das datas para depoimento das testemunhas arroladas pela defesa, a Presidente da Comissão Processante, no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe o inciso III, Artigo 5º do Decreto-Lei nº 201/1967, convoca os membros para apreciação e deliberação como segue:


Reunião da CP 02/2022

Data: 17 de agosto de 2022

Horário: 10:00 horas

Local: Sala de Reunião da Câmara Municipal de Monte Mor

Monte Mor, 11 de agosto de 2022.

  
**Vereadora Wail da Farmácia**  
Presidente da Comissão Processante



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE MONTE MOR  
FORO DE MONTE MOR  
2ª VARA

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12 - Monte Mor-SP - CEP 13190-000  
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min



**CARTA DE NOTIFICAÇÃO E REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES EM MANDADO DE SEGURANÇA - PROCESSO DIGITAL**

Processo Digital nº: **1002118-14.2022.8.26.0372**  
Classe – Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais**  
Impetrante: **Edivaldo Antonio Brischí**  
Impetrado: **Valdirene Joandsin Silva e outro**

Destinatário(a):  
Valdirene Joandsin Silva  
Rua Rage Maluf, 61, Jardim Santa Candida  
Monte Mor-SP  
CEP 13190-000

Pela presente carta comunico que perante este Juízo tramita a ação em epígrafe, da qual fica Vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para prestar informações sobre o alegado, no **prazo de 10 (dez) dias**, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei 12.016/2009. A inicial, bem como decisão proferida estão disponibilizados na internet.

Fica Vossa Senhoria advertido(a) de que o recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante de que esta notificação se efetivou.

**OBSERVAÇÕES:** 1. Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao site do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006). 2. A resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (montemor@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo “assunto” o número do processo. Monte Mor, 12 de agosto de 2022. Cíntia Hiroko Nakahara de Almeida, Escrevente Técnico Judiciário,





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MONTE MOR**  
**FORO DE MONTE MOR**  
**2ª VARA**

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12 - Monte Mor-SP - CEP 13190-000  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**



**CARTA DE NOTIFICAÇÃO E REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES EM MANDADO DE SEGURANÇA –  
 PROCESSO DIGITAL**

Processo Digital nº: **1002118-14.2022.8.26.0372**  
 Classe – Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais**  
 Impetrante: **Edivaldo Antonio Brischi**  
 Impetrado: **Valdirene Joandsin Silva e outro**

Destinatário(a):  
 Comissão Processante N. 02/2022 - Câmara Municipal de Monte Mor  
 R. Rage Maluf, 61. Centro  
 Monte Mor-SP  
 CEP 13190-000

Pela presente carta comunico que perante este Juízo tramita a ação em epígrafe, da qual fica Vossa Senhoria **NOTIFICADO(A)** para prestar informações sobre o alegado, no **prazo de 10 (dez) dias**, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei 12.016/2009. A inicial, bem como decisão proferida estão disponibilizados na internet.

Fica Vossa Senhoria advertido(a) de que o recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante de que esta notificação se efetivou.

**OBSERVAÇÕES: 1. Este processo tramita eletronicamente.** A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006). **2. A resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (montemor@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo “assunto” o número do processo.** Monte Mor, 12 de agosto de 2022. Cíntia Hiroko Nakahara de Almeida, Escrevente Técnico Judiciário.



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



ATA DE DEPOIMENTO

## COMISSÃO PROCESSANTE DENÚNCIA Nº 02/2022

### ATA DE DEPOIMENTO 02 - CP 02/2022

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 9:00 horas (nove horas), no plenário da Câmara Municipal de Monte Mor, deu-se início aos depoimentos das testemunhas arroladas pela defesa. Presentes os Vereadores membros, a saber, Vereadora Wal da Farmácia (Presidente), Vereador Nelson Almeida (Relator) e a Vereadora Milziane Menezes (Membro) os Assessores Parlamentar Kelen Adriana de Castro, Jéssica Melo e Douglas Almeida, o procurador jurídico Dr. Pedro Boareto e o patrono do denunciado, Doutor Marcelo Pelegrini Barbosa. Para auxiliar os trabalhos, estava presente também o Assistente Legislativo Arthur Rehder da Cunha Patuci. Abertos os trabalhos, as 9:10 horas com a chegada da primeira testemunha, Sra. Silvana Aparecida Zanetti, Secretária de Finança da cidade de Monte Mor. Os depoimentos foram gravados e transmitidos ao vivo pelos canais oficiais da Câmara Municipal de Monte Mor, garantindo a publicidade solicitada pela defesa. A Presidente saudou a todos, agradecendo os presentes. O patrono do denunciado apresentou protocolo 462/2022 para a Comissão Processante, e se pronunciou, questionando a não resposta do protocolo 420/2022 (folha 653 – Volume II) dos autos. A presidente da Comissão suspendeu o depoimento por cinco minutos, após análise do processo pode-se constatar que na folha 542 – volume II, o tema já foi respondido, portanto o protocolo 462/2022 foi indeferido por unanimidade pelos membros e será respondido por ofício. A Comissão Processante, decidiu também por unanimidade a continuação dos trabalhos, enfim iniciou-se as inquirições a Sra. Silvana, que após sua qualificação respondeu as perguntas, cuja gravação do depoimento em sua integralidade será juntada aos autos para quem de direito. A Sra. Silvana solicitou a juntada aos autos prova emprestada do processo 449/2021, denúncia 03/2021 com Termo de Oitiva e Ata de Audiência. Juntou também os seguintes documentos: Laudo de Vistoria para verificar as condições do imóvel citado na denúncia datado de 21 de novembro de 2021, parecer comercial com roteiro fotográfico e planilha com valores repassados ao Hospital Beneficência Sagrado Coração de Jesus. Os membros deferiram o pedido e os documentos serão juntados





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



aos autos. Na sequência dos depoimentos, a Comissão Processante recebeu a atual Secretária de Saúde, Sra. Eliane Regina Queiroz Piai. Após a qualificação da testemunha, às 10:00 horas, deu-se início as inquirições da Comissão Processante e do patrono do denunciado. A gravação em sua integralidade em mídia será juntada aos autos. O depoente seguinte, Dr. Mário César Franco Junior, procurador do Município de Monte Mor não compareceu. O Patrono do denunciado apresentou atestado médico que foi deferido pelos membros, será juntado aos autos e remarcado o depoimento dele. Após o intervalo para o almoço, os trabalhos foram reiniciados as 13:00 horas com o depoimento da Sra. Letícia Pagotto Piovesani Julio, Procuradora do Município de Monte Mor e Presidente da Sindicância que apura irregularidade na Pasta da Saúde solicitou a juntada de documento: Pedido de parecer Referente aos Pagamentos Cismetro data de 16 de dezembro de 2021. Por fim, a Comissão Processante recebeu as 14:00 horas a Sra. Priscila Goulart Lauria Chacon, Assessora Institucional de Monte Mor, que foi prontamente qualificada, as inquirições realizadas e o respectivo depoimento em sua integralidade serão juntado aos autos. Ficou acordados entre a Comissão Processante e o patrono do denunciado que a presente Ata será lavrada e apresentada aos membros, jurídico e patrono para deliberação, aprovação e posterior assinatura.

Monte Mor, 01 de setembro de 2022

**Vereadora Wal da Farmácia**  
Presidente da Comissão Processante

**Vereador Nelson Almeida**  
Relator

**Vereadora Milziane Menezes**  
Membro

**Doutor Marcelo Pelgrini Barbosa**  
Patrono do Denunciado



**Protocolo Nº: 469/2022**

**Nº: 469/2022**

**INTERESSADO:**

Nº DO CGM .....: 1034  
NOME .....: MARCELO PELEGRINI BARBOSA  
INSCR. CADASTRAL .....:  
TELEFONE .....: (19) 3778-5700  
CELULAR .....:  
FAX .....:  
E-MAIL .....:  
ENDEREÇO .....: AV ANTONIO ARTIOLI 570  
CEP .....: 13049-253  
BAIRRO .....: SWISS PARK  
CIDADE / UF .....: CAMPINAS/SP  
C.G.C/C.P.F .....: \_\_\_\_\_  
INSCRIÇÃO .....: \_\_\_\_\_



**DADOS DO PROTOCOLO:**

DATA DE ENTRADA .....: 31/08/2022 08:41:46  
ASSUNTO .....: COMISSÃO PROCESSANTE

SITUAÇÃO DO PROTOCOLO ...**ENVIADO**  
ÚLTIMO DESTINATÁRIO .....: GAB.VER.WAL DA FARMACIA

**DESCRIÇÃO:**

Re.: Comissão Processante Nº 02/2022 - Denúncia Nº 02

MONTE MOR, 31 DE AGOSTO DE 2022

CIRLENE GONÇALVES  
Recepcionista / Protocolo  
RESPONSÁVEL

Vereadora Valdirene Joandsin da Silva  
Wal da Farmácia - UNIÃO BRASIL

PARA AGILIZAR O ATENDIMENTO NO PROTOCOLO MUNICIPAL, TENHA SEMPRE EM MAOS O CPF E ESTE RECIBO DE PROTOCOLO



EXCELENTÍSSIMA SENHORA VEREADORA WAL DA FARMÁCIA, PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE N. 02/2022, EM TRÂMITE PERANTE A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR/SP.

Comissão Processante n. 02/2022

**EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI**, Prefeito Municipal, já devidamente qualificado nos autos do processo político-administrativo em epígrafe, vem, por meio de seus advogados regularmente constituídos, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o quanto segue:

Conforme se observa da Ata de Reunião 09 (fls. 661/662), em 22/08/2022 a Comissão Processante deliberou sobre o início das oitivas das testemunhas arroladas pela defesa, designando para os dias 31/08/2022 e 02/09/2022 a realização das respectivas audiências.

Contudo, o fato é que esta N. Comissão Processante ainda não deliberou sobre a petição de fls. 654/656, protocolizada em 16/08/2022, em que a defesa pugnou pela (i) complementação do Volume II destes autos, com a digitalização de todas as peças de informação, notadamente, da Ata da Sessão de Depoimento datada de 03 de agosto de 2022 (inclusive a gravação em mídia digital); (ii) apreciação das matérias ali suscitadas, itens 1 a 4; (iii) se entendido, agora, pela natureza sensível e personalíssima dos dados contidos nos Anexos II, III e IV, a aplicação da proteção prevista na LGPD, declarando a imprestabilidade da prova pré-constituída por ofensa a norma e consequentemente o desentranhamento destes documentos, acolhendo-se a preliminar arguida nesse sentido com a defesa apresentada, sob pena de nulidade do procedimento; (iv) expedição de ofício para o Ministério Público apurar o vazamento destes documentos e eventuais responsáveis pelo ilícito; e, ao final, (v) apreciação de todas as demais provas requeridas com a apresentação de defesa, não somente as testemunhais, sob pena de cerceamento de defesa.



Com efeito, a apreciação dos pleitos formulados na petição em referência – em especial dos pleitos probatórios articulados na peça defensiva, de expedição de ofícios e, sobretudo, de produção de prova pericial –, antes do início das oitivas das testemunhas, é **verdadeira condição de validade** e higidez da instrução processual.

É de observar, a esse respeito, que as provas requeridas são imprescindíveis ao correto deslinde do feito, notadamente a produção de prova pericial-contábil, necessária para a desconstituição das infundadas imputações acusatórias de malversação e desvio de finalidade de recursos públicos, que demandam análise técnica especializada sobre os empenhos, movimentações, convênios e alocações genericamente suscitadas na incoativa.

Em tais condições é que a ausência de apreciação – e, inclusive, o eventual indeferimento dos pleitos probatórios – caracterizaria evidente cerceamento de defesa, inquinando, em tal hipótese, de nulidade dos atos subsequentes praticados. Nesse sentido:

*“Mandado de segurança - Processo político-administrativo - Prefeito Municipal - Desistência da denúncia - Processo já iniciado - interesse público - Comissão Processante - cerceamento de defesa - perícia técnica - indeferimento - ausência de fundamentação - matéria contábil - direito líquido e certo - prova testemunhal - não comparecimento - ônus da defesa - suspeição ou impedimento de vereador - não configuração nos limites do Decreto-Lei 201, de 1967 - inaplicabilidade das hipóteses do Código de Processo Civil - precedente STF - segurança parcialmente concedida. 1. O art. 5º, inciso LV, da Constituição garante aos litigantes o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes em processo judicial ou administrativo. 2. A verificação da regularidade dos gastos do Poder Executivo é matéria contábil técnica que exige exame pericial, motivo pelo qual o indeferimento injustificado desta prova configura cerceamento de defesa no processo político-administrativo de cassação de prefeito. 3. Não se aplicam as hipóteses de suspeição ou impedimento previstas no código de processo civil ao processo político-administrativo previsto no decreto-lei 201, de 1967, [...] Consoante se extrai do parecer da Comissão Processante (páginas 99 a 115), a perícia técnica contábil foi indeferida sob o fundamento de que a Comissão Processante não verificou como uma perícia poderia chegar a esclarecer os fatos, e que o pedido foi por demais genérico, não especificando quais documentos periciar. Ora, em se tratando de fato contábil relacionado ao valor de manutenção dos veículos do Município, processo*



licitatório, valor de mercado, revela-se situação que exige conhecimento técnico, motivo pelo qual somente a perícia pode esclarecer se o valor está adequado ao percentual previsto na lei e no mercado, como alegado na denúncia. Trata-se de corolário da ampla defesa, estabelecido no art. 5º, inciso LV, da Constituição da República, que preconiza: aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. E tendo em vista a pertinência da prova, notadamente diante da tecnicidade que exige o exame das supostas irregularidades, tem-se por imprescindível sua realização.” (TJMG – MS n. 0481780-30.2018.8.13.0000 – rel. Des. Marcelo Rodrigues – j. 13/09/2018)

É importante esclarecer, ainda, que a apreciação – e eventual produção – dos referidos meios probatórios são medidas que devem ser realizadas **antes** da oitiva das testemunhas, em aplicação, por analogia, da sistemática processual civil, sobretudo para conferir máxima efetividade à produção da prova oral, que poderá ser realizada à luz do prévio esclarecimento das questões técnicas e contábeis que envolvem a narrativa acusatória. A esse respeito:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - SANEAMENTO DO FEITO - ORDEM DAS PROVAS A SEREM PRODUZIDAS - MODIFICAÇÃO IMPOSTA EM CONSONÂNCIA AO REGRAMENTO PROCESSUAL VIGENTE - ÔNUS DA PROVA QUE INCUMBE AOS DEMANDADOS ACERCA DO FATO IMPEDITIVO DO DIREITO - A prova oral deve ser produzida após a prova técnica, tanto assim que, conforme se infere do teor do artigo 357 do CPC, em caso de produção de prova pericial e oral, deve estabelecer desde logo o prazo para sua realização (§ 8º, do referido dispositivo legal), de modo a possibilitar a eventual oitiva do expert quando da realização da audiência de instrução, caso seja necessário. - Sendo certo que o Juiz é o destinatário da prova e que a ordem por ele imposta se mostra em consonância com o regramento processual vigente, bem como, com o quanto necessário ao deslinde da demanda, não há como reconhecer que houve modificação do ônus da prova requerida pela parte, pelo simples fato de ter sido determinado primeiramente a produção da prova pericial para posterior produção da prova oral, vez que a prova pericial tem por objeto demonstrar o fato impeditivo do direito dos agravados, cujo ônus pertence exclusivamente aos agravantes. RECURSO IMPROVIDO” (TJSP – AI n. 2128337-07.2022.8.26.0000 – rel. Des. Maria Lúcia Pizzotti – j. 28/06/2022)

Desse modo, o peticionário ratifica integralmente os termos da petição de fls. 654/656, pugnando pela apreciação de todos os requerimentos formulados no referido petitório – em especial os pleitos probatórios –, pugnando, outrossim, pela suspensão das oitivas designadas até a apreciação e eventual produção da prova pericial contábil tempestivamente requerida na peça defensiva, sob pena de cerceamento de defesa.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Campinas/SP, 30 de agosto de 2022.

MARCELO PELEGRINI BARBOSA

OAB/SP 199.877 – B

FILIPPE PRIOR

OAB/SP 348.025





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



QUALIFICAÇÃO DE TESTEMUNHA

## COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

### QUALIFICAÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos 31 dias do mês de agosto do ano de 2022, às 9:00 horas, no plenário da Câmara Municipal de Monte Mor, situada à Rua Rage Maluf, 61, Centro, Monte Mor – SP.CEP: 13190-027, presentes os vereadores Wal da Farmácia, Nelson Almeida e Milziane Menezes, respectivamente Presidente e membros da Comissão de Processante nº 02/2022, instaurada pela Portaria nº 60 de 22 de junho de 2022, compareceu para prestar depoimento, na qualidade de testemunha da defesa, a Sra. Silvana Aparecida Zanetti, Secretária de Saúde, natural de Capivari - SP, estado civil divorciada, C [REDACTED],

[REDACTED]  
SP, sobre os fatos referidos no processo administrativo acima mencionado.

Presentes à audiência o patrono do denunciado Dr. Marcelo Pelegrini Barbosa, OAB nº 199.877-B, procuração constante à folha 440, Volume II dos autos. O público foi advertido de que não é permitida manifestação durante a inquirição. Após as perguntas feitas pelos membros da Comissão e as respostas da testemunha, haverá a faculdade do patrono inquirir a testemunha.

A Presidente perguntou à testemunha se, em relação ao acusado, é amigo íntimo ou inimigo notório, se é parente até o 3º grau, se atua ou atuou como procurador ou perito nos presentes autos, se tem interesse direto ou indireto na matéria objeto do processo, ou se há alguma circunstância que possa comprometer seu depoimento, tendo respondido que não. Prestando o compromisso legal, foi advertida de que, se faltar com a verdade, incorrerá no crime de falso testemunho, nos termos do artigo 342 do Código Penal.

A testemunha foi inquirida pela Comissão e posteriormente pela defesa, através do patrono do denunciado.



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



O depoimento foi gravado em sua integralidade e juntado aos autos para quem de direito.

Monte Mor, 31 de agosto de 2022

Comissão Processante:

**Vereadora Wal da Farmácia**  
Presidente da Comissão Processante

**Vereador Nelson Almeida**  
Relator

**Vereadora Milziane Menezes**  
Membro

**Dr. Marcelo Pelegrini Barbosa**  
Patrono do denunciado

**Sra. Silvana Aparecida Zanetti**  
Testemunha





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



## TERMO DE OITIVA

# CÓPIA

Proc. nº 449/2021

Denúncia nº 03/2021

Denunciado: Sr. Edivaldo Antonio Brischi

Depoente: Sra. Silvana Aparecida Zanetti

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de fevereiro de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 13h52min, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Monte Mor, localizada na Rua Rage Maluf, nº 61, Centro, Monte Mor, presentes os Vereadores Membros da Comissão Processante nº 01/2021 instaurada para investigar a DENÚNCIA nº 03/2021 que trata de eventual infração política administrativa na prestação de serviços da CISMETRO durante o período de agosto a outubro de 2021, compareceu para prestar depoimento a Senhora Silvana Aparecida Zanetti, Secretária Municipal de Finanças de Monte Mor. Quando indagada, respondeu: Que se chama Silvana Aparecida Zanetti. Que possui 53 anos. Que é divorciada. Que reside à [REDACTED] [REDACTED] Que possui conhecimento à respeito da presente denúncia. Que não conhece o denunciante. Que conhece o denunciado. Que não possui parentesco com o denunciado. Que possui amizade com o denunciado, relativa ao trabalho. Que no período relativo à denúncia ocupava o cargo de Secretária de Finanças. Que o pagamento referente ao consórcio com a Cismetro, conforme decreto, compete à secretaria de finanças pagar o que vem solicitado pelo secretário. Que qualquer secretário deve atestar o serviço prestado, no caso específico o Secretário de Saúde. Que o controle dos serviços prestados pelo médico se dá por planilha preenchida, encaminhado pela Cismetro como se fosse uma medição, o Secretário da pasta assina e por ele é atestado. Que vem uma relação para a Secretaria de Finanças discriminando todos os médicos, enfermeiros etc, acompanhado do ofício do secretário solicitando o pagamento à Cismetro. Que a planilha é oriunda da Cismetro. Que desconhece a existência de alguma espécie de controle realizada pela secretaria. Que cabe ao secretário acompanhar tal controle. Que todo secretário, através de decreto, é o ordenador da pasta e ordenador de despesa. Que não compete à secretaria da depoente fazer acompanhamento ou fiscalização a respeito do serviço prestado em questão. Que em relação à Portaria 5747 que cria a Comissão Municipal de Fiscalização e Gestão de Contratos e Convênios, reconhece a existência da mesma, mas que em cada secretaria existe





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



## CÓPIA

um responsável pelos contratos. Que em relação à Secretaria de Saúde a responsável nesta Comissão, salvo engano, seria da Sra. Angela. Que a respeito da atuação da Comissão, não ocorriam reuniões periódicas. Que assina apenas para o repasse para a tesouraria realizar o pagamento após ofício do Secretário da pasta. Que sua função é efetuar o pagamento, desde que autorizada pelo secretário, que é quem atesta a realização do serviço. Que quem deve fazer o controle são os secretários de cada pasta. Que sem o envio pelo secretário não há como se pagar algo. Que cada secretaria tem o seu fiscalizador de contrato, e que não compete a Comissão tal fiscalização, pois cabia a cada secretaria fazer a sua fiscalização de contrato. Que o banco mais utilizado é o Banco do Brasil, no qual o prefeito tem seu usuário, a depoente a sua, a tesouraria idem, e no caso da Cismetro sai do tesouro por se tratar de consórcio. Que não sai da própria secretaria de saúde por se tratar de consórcio, mas que cabe a secretaria atestar. Que houve aumento de despesas no período da denúncia, mas que não sabe relatar a razão, já que isso compete ao secretário. Que foi aberta sindicância para averiguação dos pagamentos relativos à Cismetro. Que não foi convocada a participar da referida sindicância. Que desconhece se o processo de prestação de serviço passa por algum setor da secretaria de saúde, mas que chega a ela ofício com todo o relatório, que após sua autorização será encaminhado para a contabilidade, onde realiza-se todo o processo de empenho, liquidação e pagamento. Que da secretaria somente chega o ofício autorizando e com os valores referentes. Que todo mês há pagamentos a Cismetro devido a prestação de saúde. Que o secretário sempre atestava, sempre trazendo os ofícios, e sempre falava através do ofício que estava correto. Que a respeito do aumento de despesa referente aos meses da denúncia, o prefeito estava sempre junto com o secretário de saúde, que sempre falava que estava correto. Que era de conhecimento do prefeito o referido aumento pelas conversas mantidas com os secretários responsáveis. Que não haviam reuniões periódicas com a secretaria de saúde. Que os pagamentos são feitos com três assinaturas, a primeira sendo da tesouraria, a segunda sendo da depoente, a terceira sendo do Prefeito, e que no caso da Cismetro não há uma quarta assinatura do Fundo Municipal de Saúde por se tratar de um consórcio, o qual o mesmo não contempla os 15% e é pago pelo tesouro. Que o secretário de saúde é ordenador da pasta dele. Que qualquer despesa que venha da secretaria de saúde, o secretário da pasta tem que atestar a veracidade daquilo, mesmo que pago com os recursos do tesouro. Que a sequência é dada pela sua própria e posteriormente a assinatura do prefeito após autorização do secretário de saúde. Que não há como dar andamento se o secretário não





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



atestar a despesa. Que não há como dar andamento sem uma assinatura ou autorização do prefeito. Que a parte final do pagamento compete a ela e ao prefeito. Que o pagamento tem que seguir todo o rito estabelecido, e na ausência de qualquer requisito não é realizado o pagamento. Que em nenhum momento fica sem a participação da depoente e do prefeito. Que está na pasta de finanças desde janeiro de 2021. Que anteriormente ao decreto, todo o processo era da mesma maneira, mediante ofício do secretário. Que depois mudou já que o ordenador de despesa passou a ser o próprio secretário, sendo ele o responsável. Que não sabe dizer se o aumento de despesa diz respeito a onde foi prestado o serviço, pois apenas recebe o relatório. Que se o serviço foi prestado ou não da maneira correta, a mesma não pode atestar. Que quem assinava as notas de empenho nesse caso da Cismetro era o secretário, que assinava tudo. Que nesse caso o empenho era global. Que em relação às folhas 608, a capa é assinada pela depoente, pela contabilidade e pela tesouraria, e que o prefeito assinaria depois. Que em relação à folha 609, quem assina é a depoente, o prefeito e a tesouraria. Que em relação à folha 610, em relação a todo o processo que já foi empenhado, não é necessária a assinatura. Que em relação à folha 611 está o ofício, e por se tratar de um consórcio, a diretora já faz a solicitação. Que em relação à folha 612, é o pagamento. Que em relação a folha 613, diz respeito à parte bancária. Que em relação a folha 616, a depoente e o prefeito autorizam. Que em relação à falta de assinatura na folha 730, pode ser que tenha passado sem a assinatura devido ao volume. Que em relação à folha 52, se trata do formulário enviado pela Cismetro com a assinatura do secretário. Que o ordenador de despesa, de acordo com o art. 2º do Decreto, deverá assinar a nota de empenho. Que no caso do consórcio é feito um empenho global para o ano no início do exercício. Que conforme chegam as solicitações de serviço pelo secretário, vai se dando baixa no empenho global. Que a assinatura do secretário deve constar no empenho global do início do ano. Que após os meses da denúncia, quando o novo secretário assumiu, quando enviada a prestação dos serviços realizados, foi feita uma glosagem do que não era do conhecimento do novo secretário. Que o que foi atestado pelo novo secretário está sendo pago normalmente. Que a respeito do decreto de julho, cada secretário deve se responsabilizar pelo que está ocorrendo no município. Que mesmo antes da existência do decreto, o ordenador sempre foi o próprio secretário. Que conhece a Sra. Angela desde o ano passado, mas desconhece o que a mesma executa dentro da pasta da saúde. Que o prefeito tomava decisões juntamente com o secretário na pasta da saúde. Que não está sendo coagida a prestar este depoimento. Que é de livre e espontânea vontade as respostas.



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



## CÓPIA

prestadas. Que não deseja complementar os esclarecimentos já prestados. Que só quer deixar bem claro que compete a ela pagar, e desconhece se a empresa realmente prestou o serviço ou não, pois compete ao secretário de saúde tal informação. Que não participou de reunião a respeito desta oitiva, nem telefonema sobre o assunto. Que conhece o Sr. Danyel Maia como advogado. Que telefonou para a Sra. Angela apenas para perguntar se ela havia recebido o ofício de convocação desta comissão processante. Facultada a palavra ao patrono do denunciado, o mesmo manifestou sem mais perguntas. Nada mais havendo a perguntar, nem a complementar, o presente termo, que lido e achado conforme, foi assinado pela depoente e rubricado pelos demais presentes.

Depoente: Sra. Silvana Aparecida Zanetti

Patrono do denunciado: Dr. Danyel Maia

Membros da Comissão Processante:

Nelson Aimeida – Presidente

Andrea A. Garcia Tardio - Relatora

Ademilson A. F. Gomes Cruz - Membro





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

ATA DE AUDIÊNCIA



Proc. nº 449/2021

Denúncia nº 03/2021

Denunciado: Sr. Edivaldo Antonio Brischi

Depoente: Sra. Silvana Aparecida Zanetti

## CÓPIA

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de fevereiro de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 13:30h, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Monte Mor, localizada na rua Rage Maluf, nº 61, Centro, Monte Mor, presentes os Vereadores que compõem a Comissão Processante: Presidente – Nelson Almeida, Relatora – Andréa Garcia e Membro – Ademilson Aparecido Ferreira Gomes Cruz (Professor Fio), para realizar a audiência de oitiva de envolvido no processo nº 449/2021 que tem a finalidade de investigar a denúncia nº 03/2021 que relata possível irregularidade na prestação de serviços da CISMETRO (Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Metropolitana de Campinas) no período de agosto a outubro de 2021. Constatado a presença do patrono do denunciado, Dr. Danyel Maia e da Secretária Municipal de Finanças, Sra. Silvana Aparecida Zanetti, o Vereador Nelson Almeida declarou aberta a audiência, informou que ela está sendo gravada e que a mídia será juntada aos autos, contudo será reduzida a termo a oitiva da Secretária. Na sequência o Presidente da Comissão advertiu o depoente a não faltar com a verdade. Em seguida, passou a palavra ao Membro da Comissão, Vereador Professor Fio para que em seu nome, procedesse com os quesitos que foram formulados por todos os integrantes da Comissão Processante. Ao final, a palavra foi franqueada ao depoente para que, em havendo interesse, acrescentasse alegações pertinentes com o objeto do Processo Político Administrativo em questão, o que foi dispensado pela mesma. Depois o termo de oitiva foi impresso, lido, achado conforme, assinado e anexado a presente ata, sendo uma cópia entregue à convidada. Por fim, fica registrado que o patrono do denunciado solicita cópia do requerimento sob protocolo nº 2329/2022 que fora juntado nos autos a pedido da depoente anterior Angela das Neves Silva Queiroz, o que foi deferido pelo presidente e recebido nesta ocasião pelo Dr. Danyel. Nada mais, a presente ata foi lavrada e assinada pelos presentes abaixo identificados.

Nelson Almeida - Presidente da Comissão Processante

Andréa Garcia - Relatora da Comissão Processante

Ademilson Ap. F. Gomes Cruz - Membro da Comissão Processante

Silvana Aparecida Zanetti - Depoente

Dr. Danyel Maia - Patrono do Denunciado



- LAUDO DE VISTORIA -

**Referência:** Vistoria para verificar as condições atuais do imóvel e atender aos apontamentos da Proprietária.

**Local:** Alameda Almirante Tamandaré nº 27, Parque Imperial, Monte Mor/SP.

**Presentes:** Rosimeire Aparecida Colleto, proprietária do imóvel; Maurício, irmão da Rosimeire; José Gonçalves de Camargo, Secretário de Saúde do Município de Monte Mor e Eng. Mário Ivo Mengon, Secretaria Municipal de Planejamento e Obras.

**1 - Apontamentos solicitados pela proprietária do imóvel.**

**1 – Ambiente – Abrigo:** onde funcionava o atendimento da unidade (ver fotos 1 e 2):

- retirar o balcão
- retirar o degrau de acesso à sala
- retirar a tinta do vidro da porta, deixando incolor (igual ao anterior).
- deixar um tipo de piso somente
- fechar porta existente p/ hall

**2 – Ambiente – Sala:** onde funcionavam 2 ambientes (ver fotos 3, 4 e 5):

- retirar a pia
- retirar o fechamento de drywall
- fechar o vão da porta
- retirar a tinta do vidro da janela, deixando incolor (igual ao anterior).
- abrir vão p/ deixar da maneira original solicitado pela proprietária
- retirar lavatório sala anexa.

**3 – Ambiente – Quarto 2** (ver fotos 6 e 7):

- retirar o fechamento de drywall
- retirar a pia
- retirar a tinta do vidro da janela, deixando incolor (igual ao anterior).

**4 – Ambiente – Quarto 1** (ver foto 8):

- retirar lavatório
- retirar a tinta do vidro da janela, deixando incolor (igual ao anterior).

**5 – Ambiente – Quarto 3** (ver fotos 9 e 10):

- retirar lavatório
- retirar a tinta do vidro da janela, deixando incolor (igual ao anterior).

**6 – Ambiente – Hall** (ver foto 11):

- Sinais de infiltração na parede

**7 – Ambiente – WC** (ver foto 12):

- Reformar ou substituir a porta do Box

**8 – Ambiente – Cozinha** (ver fotos 13 e 14):

- retirar o fechamento de drywall

**9 – Ambiente – Hall p/ Área de Serviço** (ver foto 15):

- retirar a tinta do vidro da porta, deixando incolor (igual ao anterior).
- Reformar ou substituir o forro





**10 – Ambiente – Área de Serviço** (ver fotos 16 e 17):

- retirar a tinta do vidro da porta, deixando incolor (igual ao anterior).
- inutilizar tubulação existente no piso

**11 – Ambiente – Varanda** (ver fotos 18 e 19):

- retirar a alvenaria da parede e vidro, deixando o vão aberto.
- reparos no revestimento de parede
- refazer a pintura geral



**Etapas a recuperar de uma forma geral:**

**Rede Elétrica:** Deixar em pleno funcionamento as luminárias, interruptores e tomadas.

**Rede Hidráulica:** Deixar em pleno funcionamento todos os pontos de utilização como por exº: torneira pia, lavatório, tanque, válvula de descarga, chuveiro.

**Pintura:** Pintar com tinta látex todas as paredes e forro de laje, muros e sanar problemas de infiltrações existentes. Lembrando que a proprietária solicitou que as esquadrias de ferro sejam da cor branca.

**Vidro:** Em todos os vidros existentes, retirar toda a pintura, deixando incolor.

**Forro:** reparos nos forros devido às infiltrações, reparo nas molduras de gesso.

**Cobertura:** Revisar calhas, rufos, condutores de águas pluviais, telhas de barro, telhas de fibrocimento deixando em pleno funcionamento. Resolvendo os pontos de infiltrações existentes.

**II – Ampliação de edificação realizada pela Prefeitura:**

Foi executado um WC na área da varanda, uma área no fundo do terreno e uma área no corredor lateral na frente.

**III – Solicitações da Proprietária do imóvel – questões extras ao assunto principal:**

A - Verificar sobre as obras de ampliação executadas no imóvel (WC na varanda, área no fundo do terreno e área corredor lateral) se necessitará ser demolida ou reformada.

B – Sobre a questão da calçada pública na frente do imóvel, pois ela foi notificada a consertar a calçada. Mas ela gostaria de ter a liberação p/ retirada da árvore e a Prefeitura retirar a árvore p/ ela.

**IV – Ambiente do imóvel a ser vistoriada posteriormente:**

Existe um ambiente no corredor lateral, o qual não foi vistoriado pelo fato de não ter encontrado a chave. Ficamos de retornar e aí sim a proprietária decidir se solicitará a demolição ou pleiteará a sua reforma. Pois também é uma área de ampliação.

### ANEXO 1 - REGISTRO FOTOGRÁFICO

**1 – Ambiente - Abrigo:** retirar o balcão e o degrau de acesso à sala; retirar a tinta do vidro da porta, deixando incolor; deixar um tipo de piso somente e fechar porta existente p/ hall.



Foto 1: balcão e degrau a ser retirado, porta ser fechada e a questão do piso.

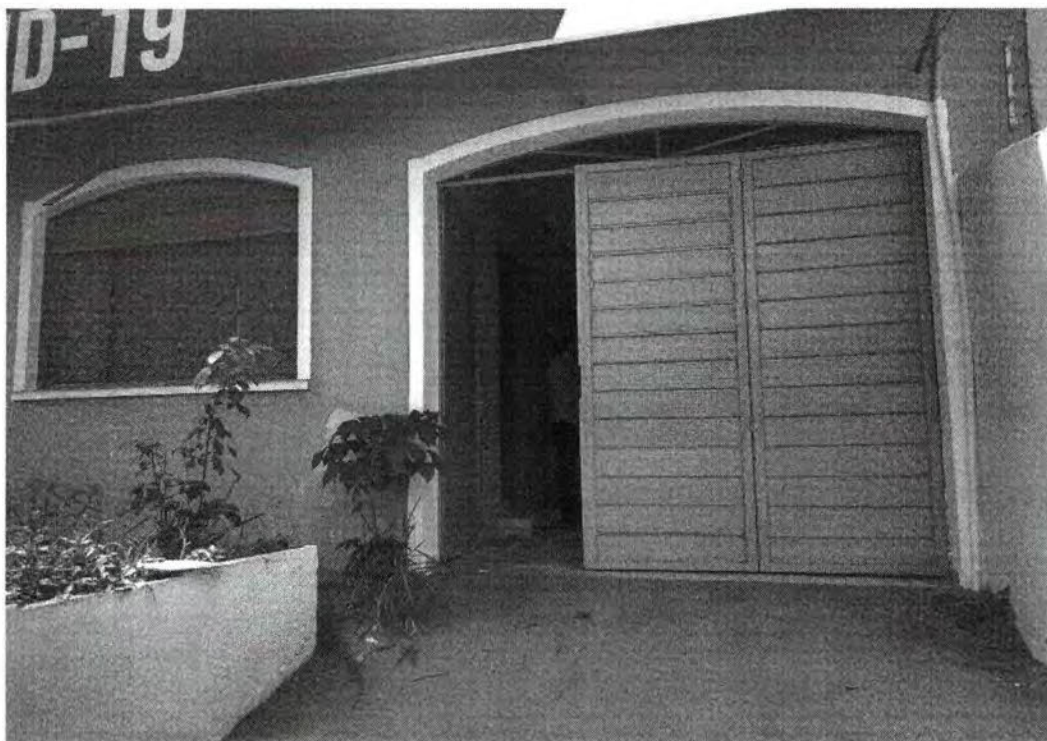


Foto 2: Retirar a pintura do vidro, deixando incolor.



**2 – Ambiente – Sala:** retirar a pia, retirar o fechamento de drywall, fechar o vão da porta, retirar a tinta do vidro da janela, deixando incolor (igual ao anterior) e abrir vão p/ deixar da maneira original solicitado pela proprietária.

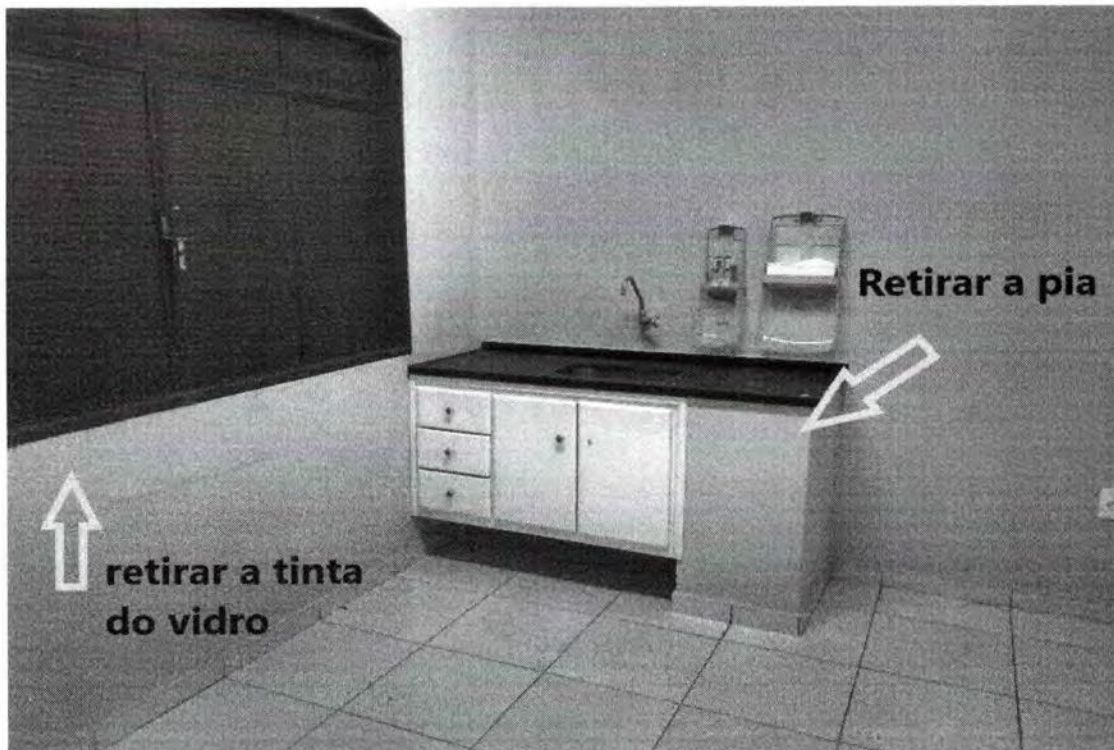


Foto 3: Retirar a pintura do vidro, deixando incolor e retirar a pia.



Foto 4: Retirar o degrau.





Foto 5: Retirar o lavatório sala anexa e abrir vão de passagem na parede.

**3 – Ambiente – Quarto 2:** retirar o fechamento de drywall, retirar a pia, retirar a tinta do vidro da janela, deixando incolor (igual ao anterior).

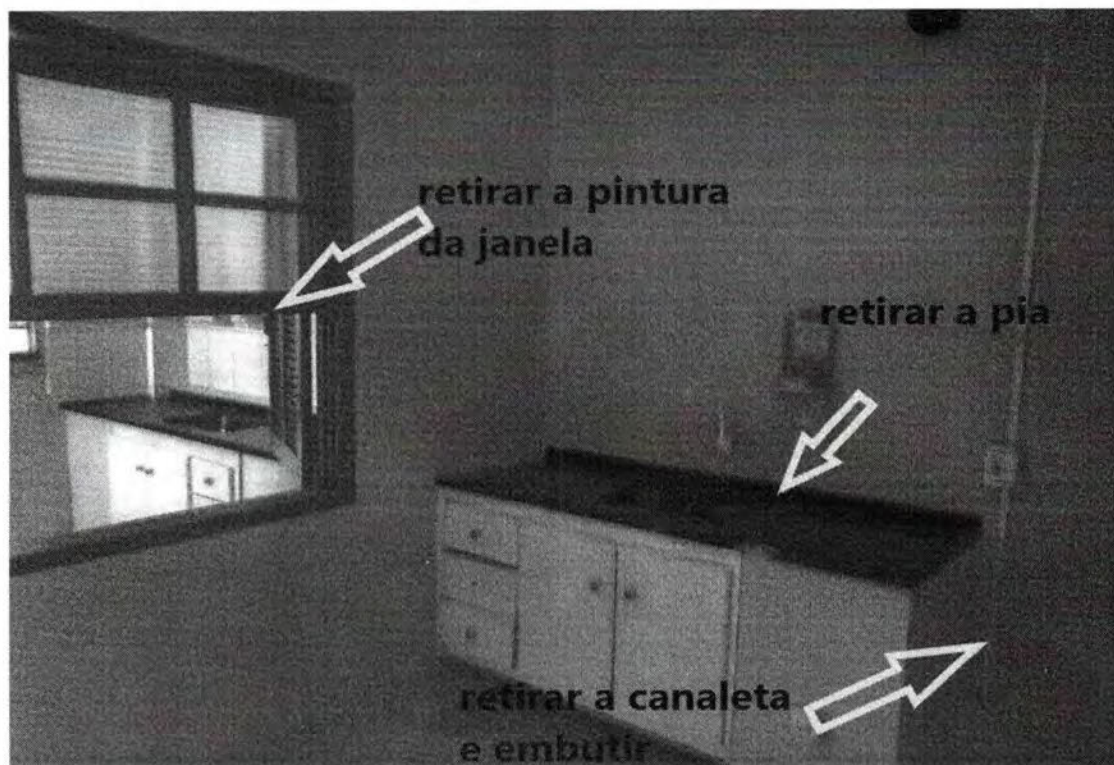


Foto 6: Retirar a pintura da janela e do vidro, retirar a pia.



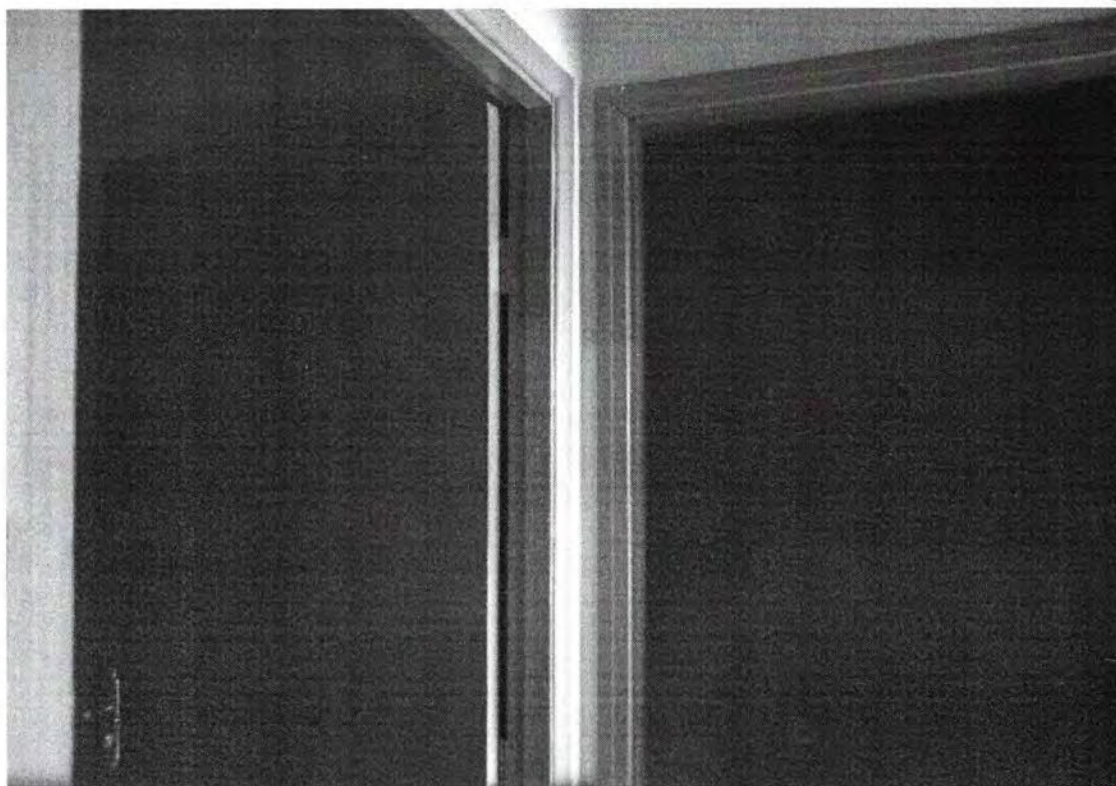


Foto 7: Retirar o fechamento de drywall.

**4 – Ambiente – Quarto 1:** retirar lavatório e retirar a tinta do vidro da janela, deixando incolor (igual ao anterior)

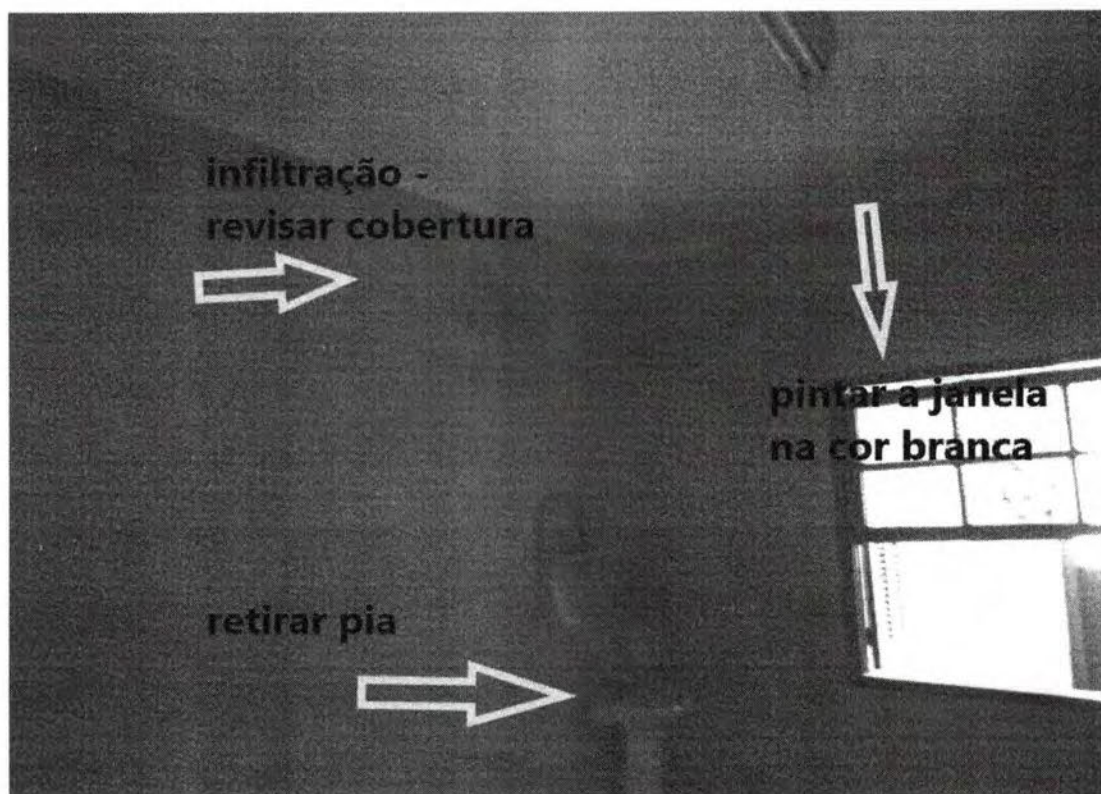


Foto 8: Retirar a pia, revisar cobertura p/ sanar infiltração e pintar janela na cor branca.



5 – Ambiente – Quarto 3: retirar lavatório e retirar a tinta do vidro da janela, deixando incolor.

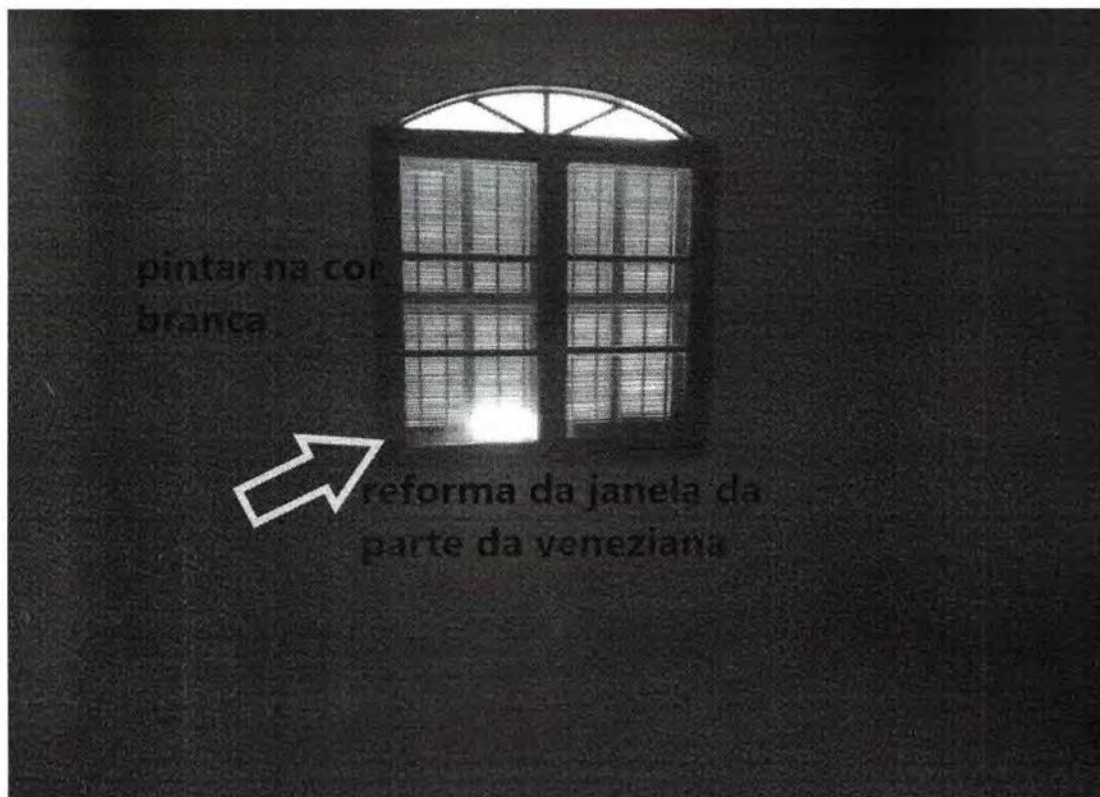


Foto 9: Reformar a janela veneziana e pintar na cor branca.



Foto 10: Retirar o lavatório.



**6 – Ambiente – Hall: Sinais de infiltração na parede**

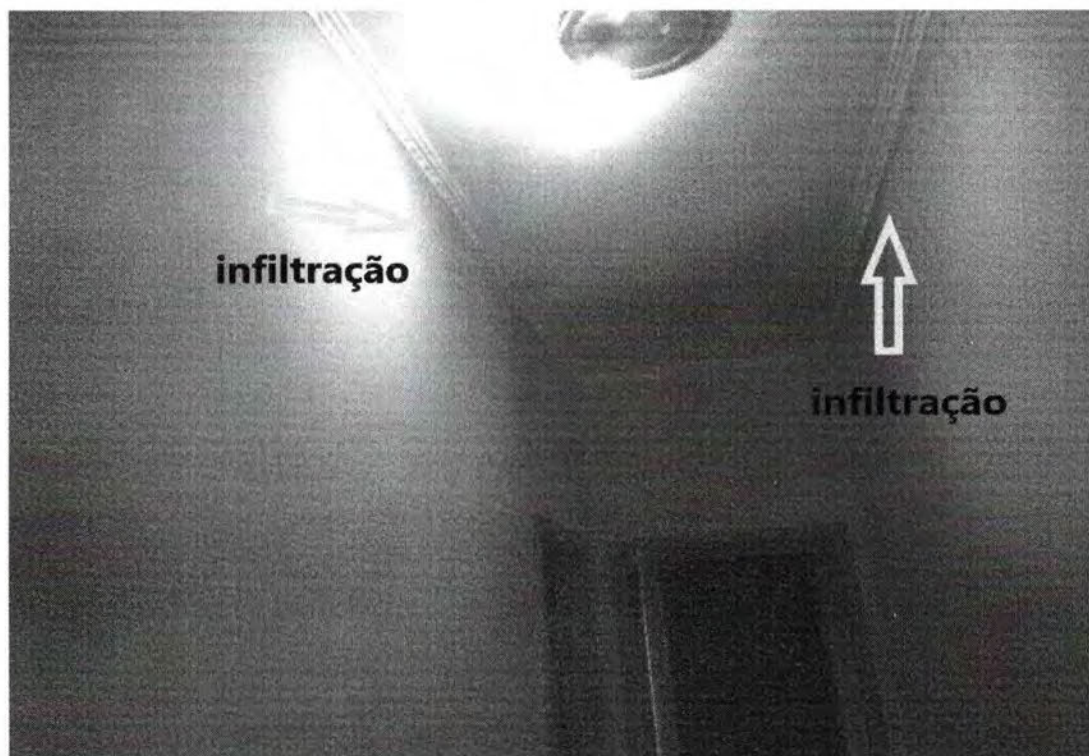


Foto 11: Rever a cobertura para sanar as infiltrações.

**7 – Ambiente – WC: Reformar ou substituir a porta do Box.**



Foto 12: Reformar ou substituir o fechamento do Box.



8 – Ambiente - Cozinha: retirar o fechamento de drywall.

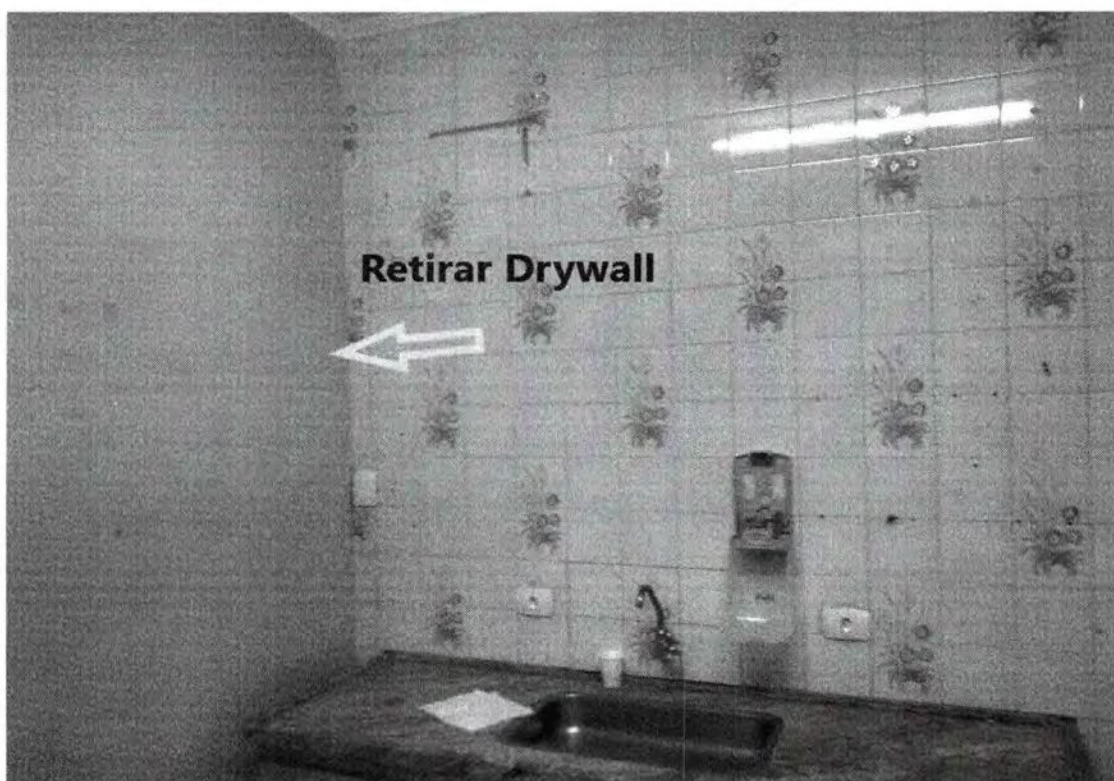


Foto 13: Retirar o fechamento de drywall.



Foto 14: Retirar o fechamento de drywall.



**9 – Ambiente – Hall p/ Área de Serviço:** retirar a tinta do vidro da porta, deixando incolor (igual ao anterior) e Reformar ou substituir o forro.



Foto 15: Retirar tinta do vidro e pintar na cor branca e reparar reboco.

**10 – Ambiente – Área de Serviço:**



Foto 16: Retirar tinta do vidro e pintar na cor branca e reparar reboco.





Foto 17: Retirar tinta do vidro e pintar na cor branca e reparar reboco.

11 – Ambiente - Varanda:

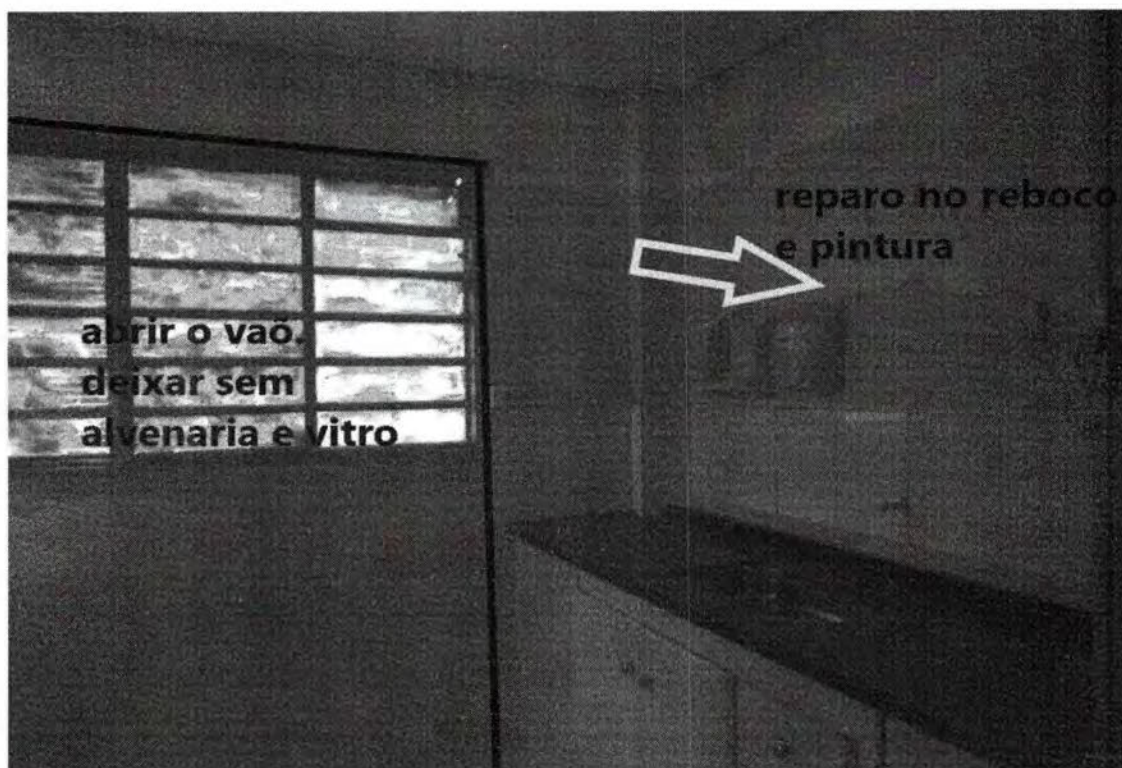


Foto 18: Abrir vão, retirando parede e vitrô. Reparo reboco e pintura.



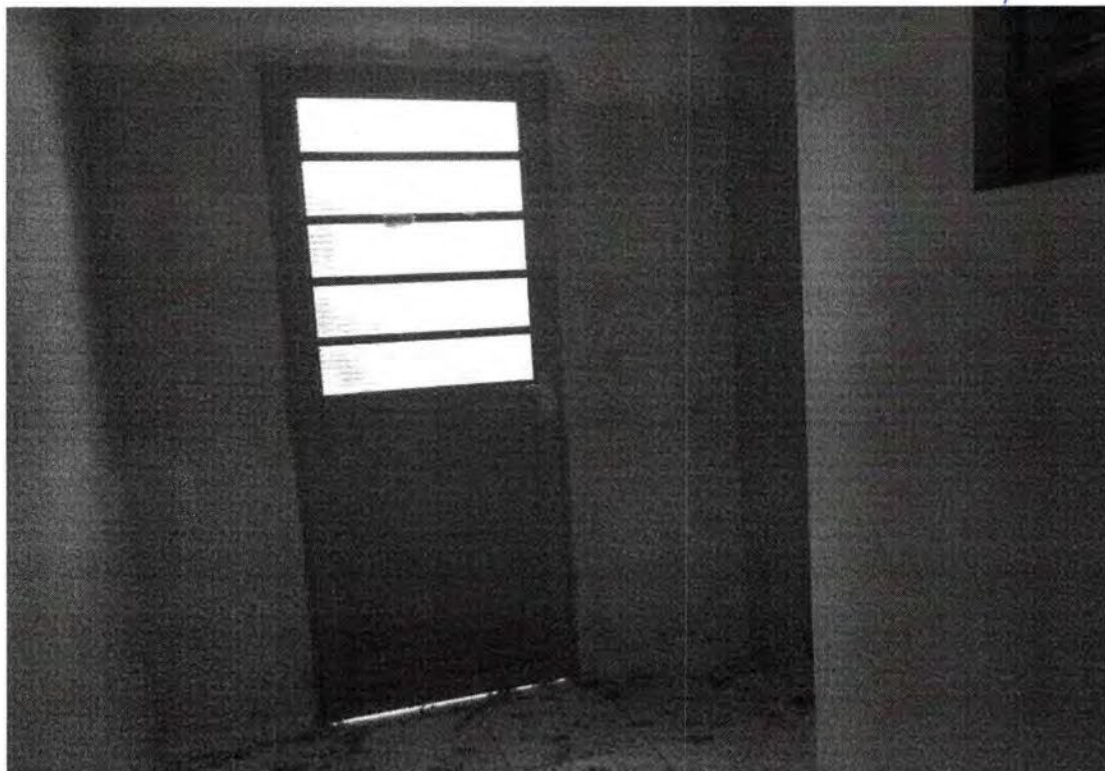


Foto 19: Abrir vão, retirando alvenaria da parede e porta. Reparo reboco e pintura.

**II – Ampliação de edificação realizada pela Prefeitura:**

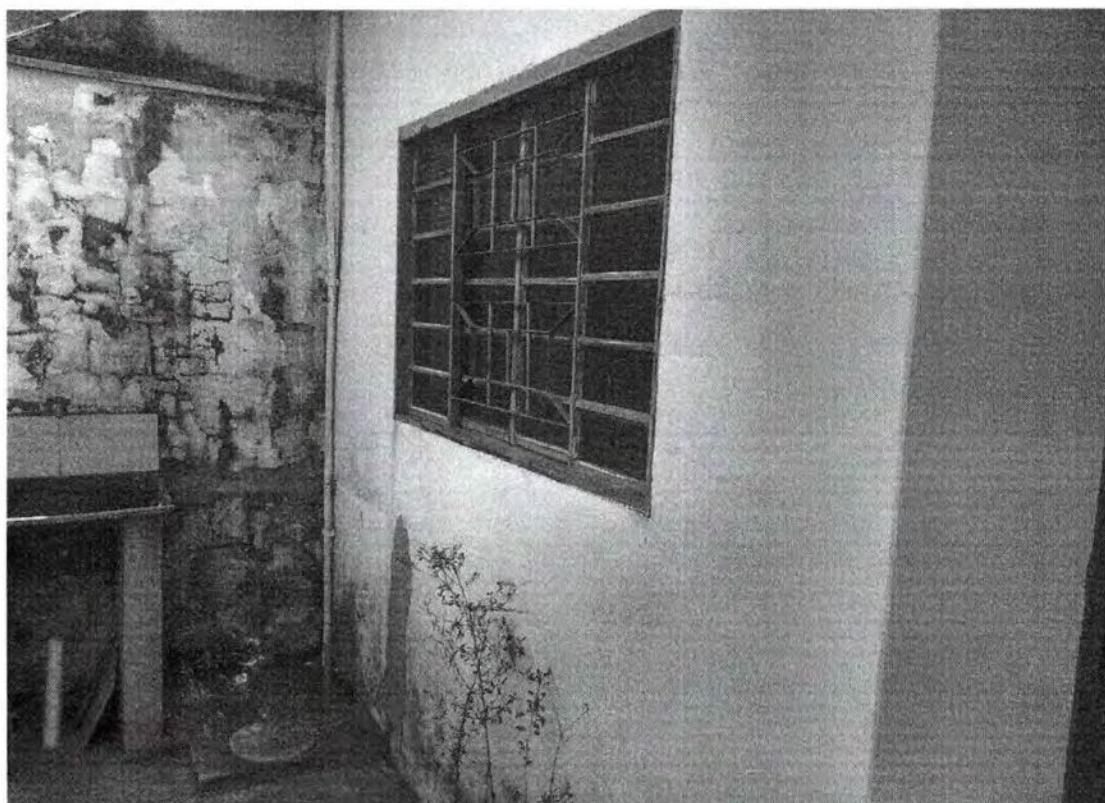


Foto 20: parte da edificação ampliada no fundo do imóvel.





Foto 21: parte da edificação ampliada no fundo do imóvel.

**III – Solicitações da Proprietária do imóvel – questões extras ao assunto principal:**

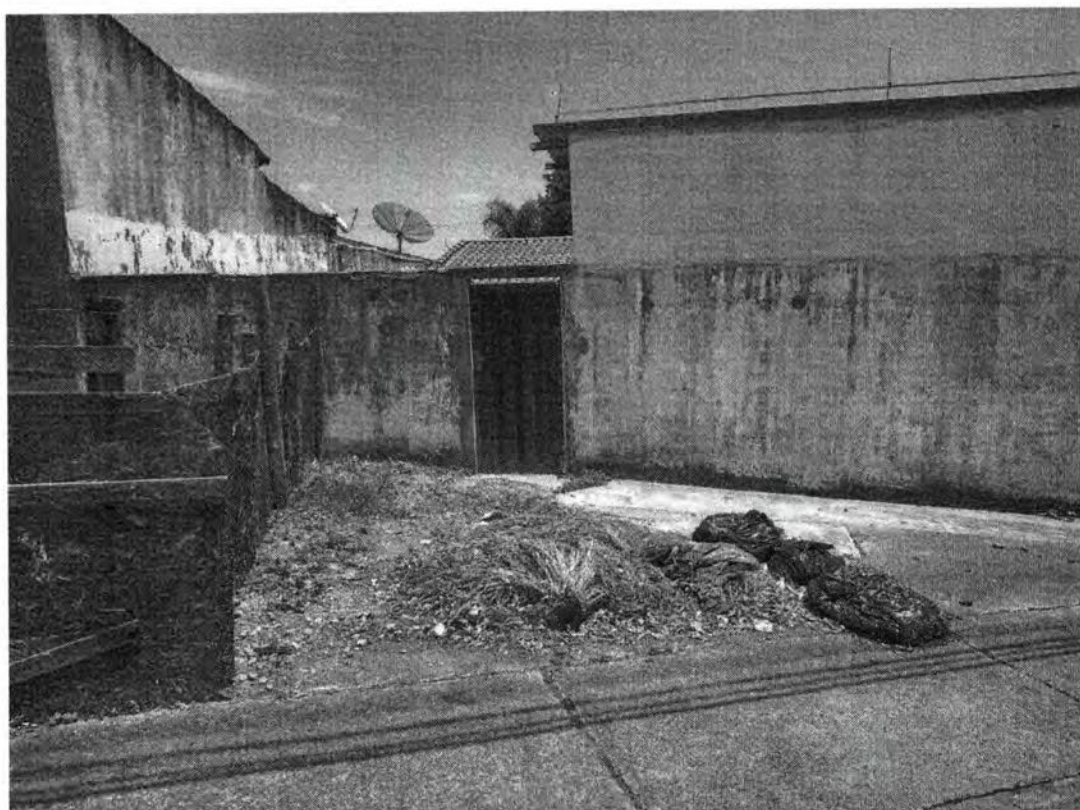


Foto 22: autorização p/ deixar o portão de acesso à área verde pública.



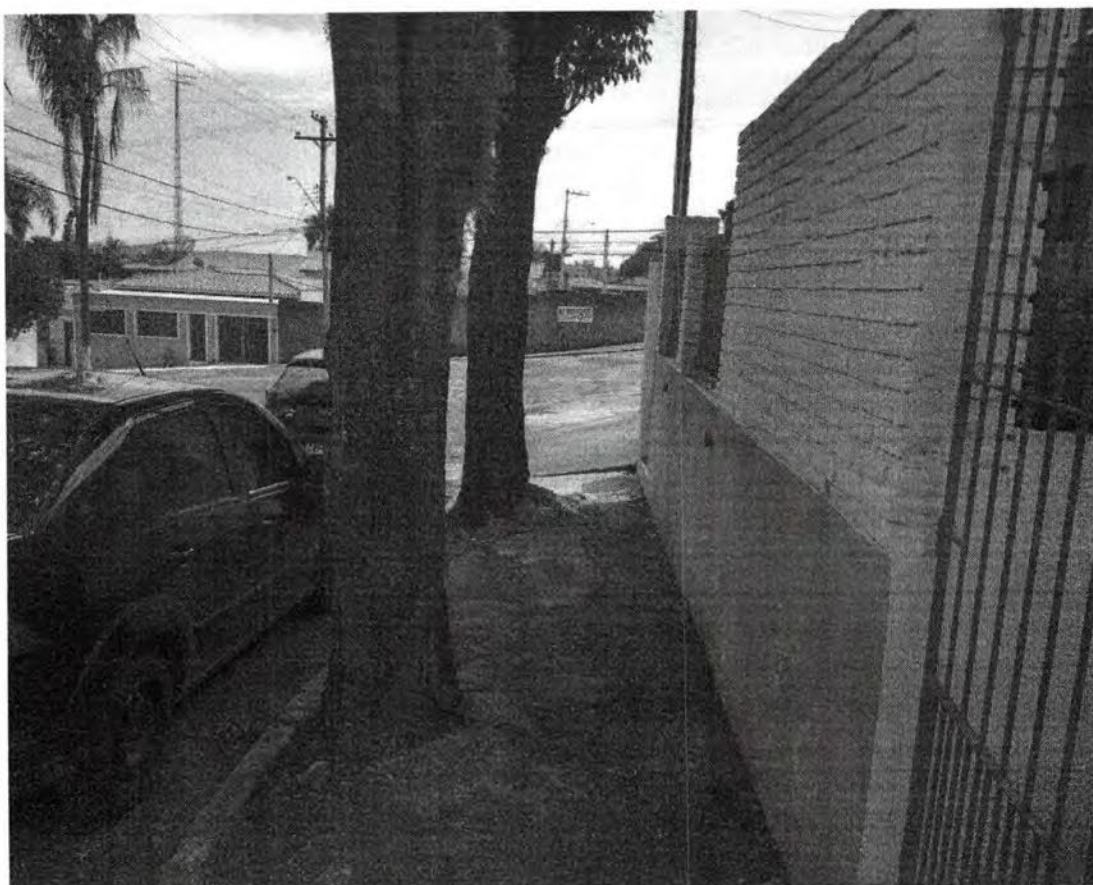
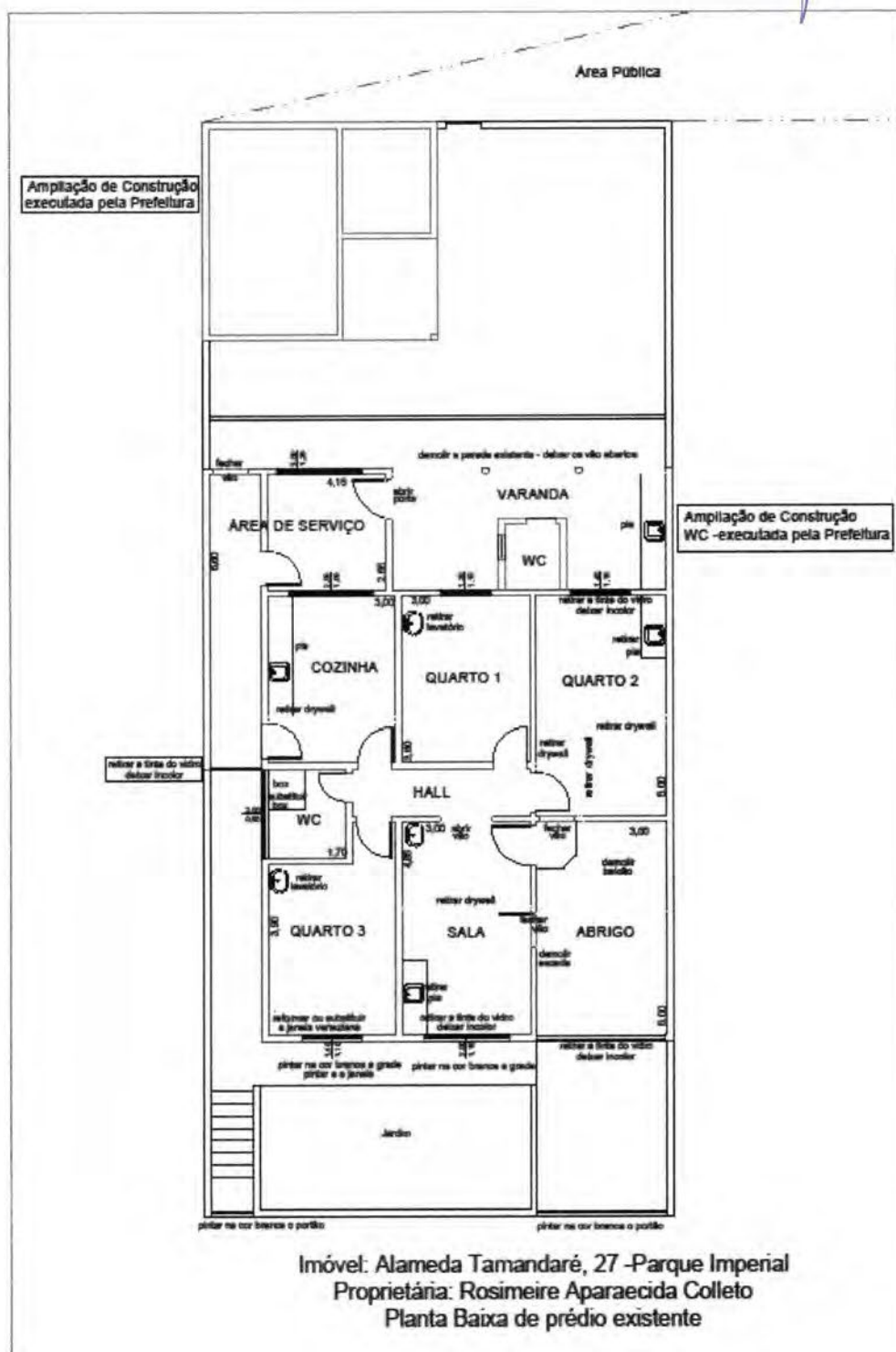
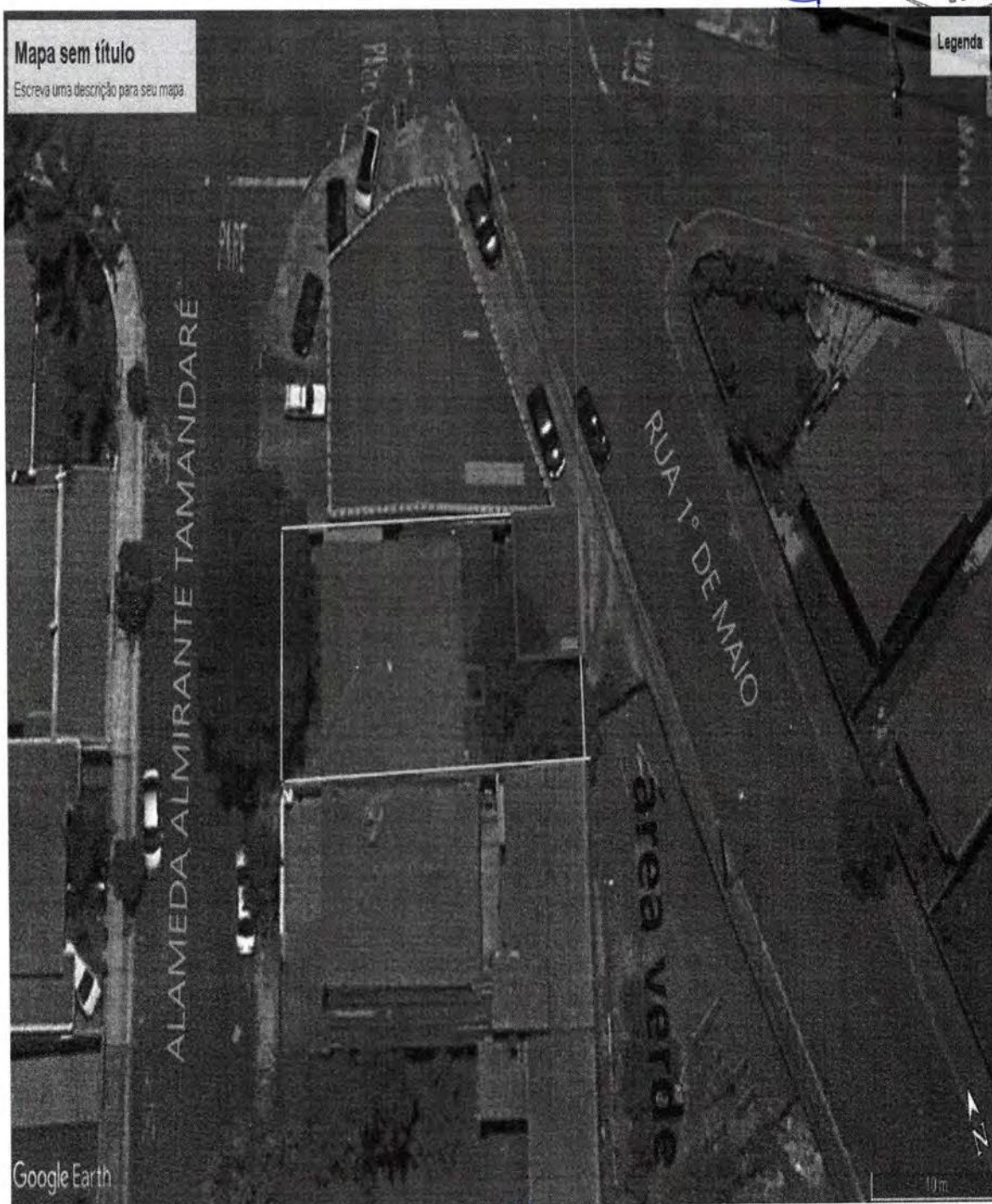


Foto 23: solicitação de autorização e retirada de árvore por conta da Prefeitura.







Monte Mor, 03 de novembro de 2021.

Resp. Técnico: Engº. Mário Ivo Mengon  
CREA nº 5060187117

Alexandre Colaneri Campos  
Secretário Municipal de Planejamento e Obras

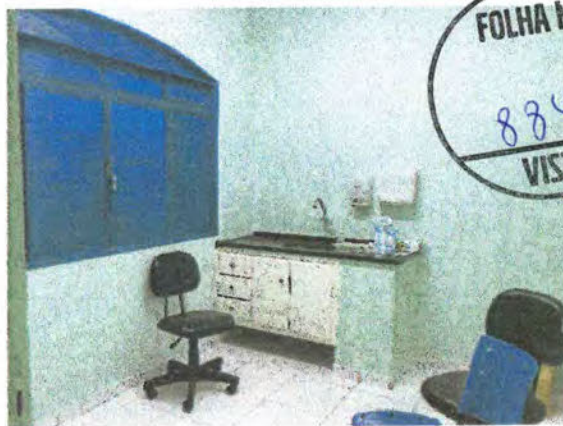
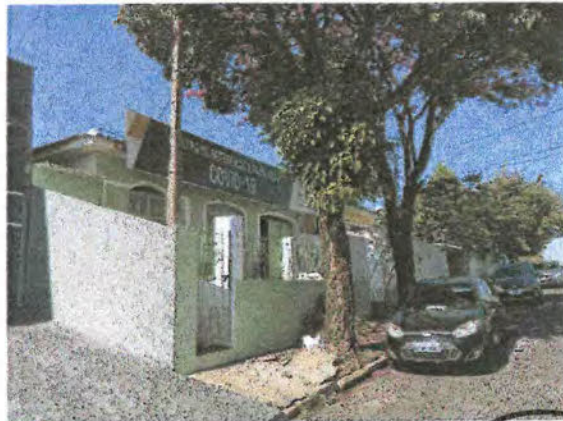
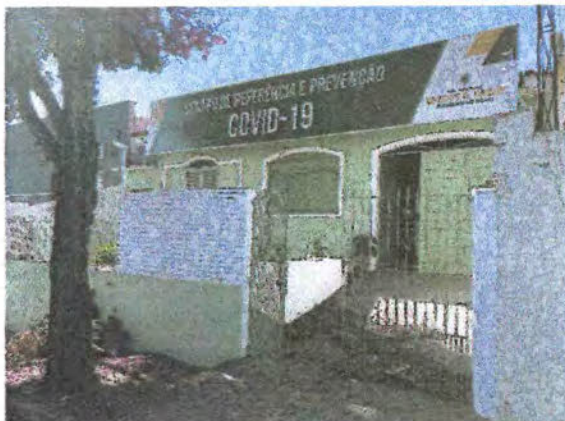


Luiz Mario de Toledo Neto  
Perito em Avaliações de Imóveis  
CRECISP 140.960F

Parecer Comercial  
Lei 5.530, Lei 6.530 e Lei 12.370.  
NBR 14.653 e CDC 39/VIII.  
07/06/2021 - 35093020877 - IND

000033

### ROTEIRO FOTOGRÁFICO



Rua Alcides Calegari nº 70 • Portal do Lago • Sumaré / SP • CEP 13.172-795  
019 9.9900-2892 • lmn.toledo@gmail.com



FOLHA Nº

885

VISTO

Nome Credor = ASSOC. HOSPITAL BENEF. S.  
CORACÃO DE JESUS

Ficha contém 694

Ano

Ano: 2021

Nº	Data	Ficha	Dotação	Credor	Nome Credor	Valor	Estorno(-)	Processado(-)	Anulado(-)	Nota
<input checked="" type="checkbox"/> 8254	14/10/2021	694	05.02.10.302.2008.1.133.335039.05.3120000	142948	ASSOC. HOSPITAL BENEF. S. CORACÃO DE JESUS	455.000,00	0,00	455.000,00	0,00	
<input checked="" type="checkbox"/> 7918	30/09/2021	694	05.02.10.302.2008.1.133.335039.05.3120000	142948	ASSOC. HOSPITAL BENEF. S. CORACÃO DE JESUS	220.000,00	0,00	220.000,00	0,00	
<input checked="" type="checkbox"/> 6078	30/07/2021	694	05.02.10.302.2008.1.133.335039.05.3120000	142948	ASSOC. HOSPITAL BENEF. S. CORACÃO DE JESUS	350.000,00	0,00	350.000,00	0,00	
<input checked="" type="checkbox"/> 5120	02/07/2021	694	05.02.10.302.2008.1.133.335039.05.3120000	142948	ASSOC. HOSPITAL BENEF. S. CORACÃO DE JESUS	380.000,00	0,00	380.000,00	0,00	
<input checked="" type="checkbox"/> 4764	30/06/2021	694	05.02.10.302.2008.1.133.335039.05.3120000	142948	ASSOC. HOSPITAL BENEF. S. CORACÃO DE JESUS	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	
						1.425.000,00				

Folha 5 contida



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



QUALIFICAÇÃO DE TESTEMUNHA

## COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

### QUALIFICAÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos 31 dias do mês de agosto do ano de 2022, às 10:00 horas, no plenário da Câmara Municipal de Monte Mor, situada à Rua Rage Maluf, 61, Centro, Monte Mor – SP, CEP: 13190-027, presentes os vereadores Wal da Farmácia, Nelson Almeida e Milziane Menezes, respectivamente Presidente e membros da Comissão de Processante nº 02/2022, instaurada pela Portaria nº 60 de 22 de junho de 2022, compareceu para prestar depoimento, na qualidade de testemunha da defesa, a Sra. Eliane Regina Queiroz Piaí, Secretária de Saúde, natural de Itapeva - SP, estado civil casada, [REDACTED]

[REDACTED] sobre os fatos referidos no processo administrativo acima mencionado.

Presentes à audiência o patrono do denunciado Dr. Marcelo Pelegrini Barbosa, OAB nº 199.877-B, procuração constante à folha 440, Volume II dos autos. O público foi advertido de que não é permitida manifestação durante a inquirição. Após as perguntas feitas pelos membros da Comissão e as respostas da testemunha, haverá a faculdade do patrono inquirir a testemunha.

A Presidente perguntou à testemunha se, em relação ao acusado, é amigo íntimo ou inimigo notório, se é parente até o 3º grau, se atua ou atuou como procurador ou perito nos presentes autos, se tem interesse direto ou indireto na matéria objeto do processo, ou se há alguma circunstância que possa comprometer seu depoimento, tendo respondido que não. Prestando o compromisso legal, foi advertida de que, se faltar com a verdade, incorrerá no crime de falso testemunho, nos termos do artigo 342 do Código Penal.

A testemunha foi inquirida pela Comissão e posteriormente pela defesa, através do patrono do denunciado.





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



O depoimento foi gravado em sua integralidade e juntado aos autos para quem de direito.

Monte Mor, 31 de agosto de 2022

Comissão Processante:

**Vereadora Wal da Farmácia**  
Presidente da Comissão Processante

**Vereador Nelson Almeida**  
Relator

**Vereadora Milziane Menezes**  
Membro

**Dr. Marcelo Pelegrini Barbosa**  
Patrono do denunciado

**Sra. Eliane Regina Queiroz Piai**  
Testemunha



## ATESTADO MEDICO

Na qualidade de seu médico assistente, atesto para os devidos fins que,  
Sr. MARIO CESAR FRANCO JR, por motivo de doença, ficou (ou ficará)  
impossibilitado de exercer suas atividades durante 02(DOIS) dia(s), a  
contra desta data

CID: G 43/K52

, 31 de agosto de 2022

**Dr. André L. Rocha**  
**Endocrinologia**  
**CRM 89079**

Dr. André Luis Rocha  
CRM 89079/SP

Rua Peru, 636 - 4º andar - Sala 403 - Frezzarin - Americana - SP  
CEP 13.465-760 - Fone: (19) 3013-3154 / 99743-8883





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



QUALIFICAÇÃO DE TESTEMUNHA

## COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

### QUALIFICAÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos 31 dias do mês de agosto do ano de 2022, às 13:00 horas, no plenário da Câmara Municipal de Monte Mor, situada à Rua Rage Maluf, 61, Centro, Monte Mor – SP, CEP: 13190-027, presentes os vereadores Wal da Farmácia, Nelson Almeida e Milziane Menezes, respectivamente Presidente e membros da Comissão de Processante nº 02/2022, instaurada pela Portaria nº 60 de 22 de junho de 2022, compareceu para prestar depoimento, na qualidade de testemunha da defesa, a Sra. Letícia Pagotto Piovesani Julio, Procuradora do Município de Monte Mor, natural de Capivari - SP, estado civil casada, Carteira de Identidade nº

[REDACTED] sobre os fatos referidos no processo administrativo acima mencionado.

Presentes à audiência o patrono do denunciado Dr. Marcelo Pelegrini Barbosa, OAB nº 199.877-B, procuração constante à folha 440, Volume II dos autos. O público foi advertido de que não é permitida manifestação durante a inquirição. Após as perguntas feitas pelos membros da Comissão e as respostas da testemunha, haverá a faculdade do patrono inquirir a testemunha.

A Presidente perguntou à testemunha se, em relação ao acusado, é amigo íntimo ou inimigo notório, se é parente até o 3º grau, se atua ou atuou como procurador ou perito nos presentes autos, se tem interesse direto ou indireto na matéria objeto do processo, ou se há alguma circunstância que possa comprometer seu depoimento, tendo respondido que não. Prestando o compromisso legal, foi advertida de que, se faltar com a verdade, incorrerá no crime de falso testemunho, nos termos do artigo 342 do Código Penal.



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



A testemunha foi inquirida pela Comissão e posteriormente pela defesa, através do patrono do denunciado.

O depoimento foi gravado em sua integralidade e juntado aos autos para quem de direito.

Monte Mor, 31 de agosto de 2022

Comissão Processante:

**Vereadora Wal da Farmácia**  
Presidente da Comissão Processante

**Vereador Nelson Almeida**  
Relator

**Vereadora Milziane Menezes**  
Membro

**Dr. Marcelo Pelegrini Barbosa**  
Patrono do denunciado

**Sra. Letícia Pagotto Piovesani Julio**  
Testemunha





**CÓPIA**

Monte Mor-SP, 16 de dezembro de 2.021.

### **Pedido de Parecer Referente aos Pagamentos Cismetro**

Trata-se de pedido da Secretaria de Saúde, em relação à possibilidade de pagamento ao CISMETRO relativo aos meses outubro/2021 fatura Total R\$ 619.712,83 e novembro/2021 fatura total R\$ 559.555,23 que totalizam o valor de R\$1.179.268,06 (Um milhão cento e setenta e nove mil, duzentos e sessenta e oito reais e seis centavos).

O procedimento está instruído com documentos passíveis de averiguação junto à Sindicância que corre nesta municipalidade;

Nesta senda, por hora, até que seja realizado o contraditório e todas as provas analisadas junto à Comissão de Sindicância;

Em virtude ainda, de não oferecer riscos de qualquer dano ao erário, opino pelo pagamento dos valores apresentados, desde que, suprimidos àqueles cujos pagos em possível irregularidade, que estão sob averiguação pela Sindicância;

Outrossim, tal parecer segue a seara principal de que o interesse público prevalece sempre ao privado, e por entender, que desta forma, não haverá prejuízo ou dano à municipalidade, bem como, resguardado está qualquer irregularidade contratual ocorrida, a supressão acima arguida e abaixo descrita, representa, neste momento, como um "seguro" ao município, que, quando de sua apuração, resolvendo-se o imbróglio, se houver comprovada a efetividade de qualquer serviço prestado que não tenha contemplado o pagamento, até seu limite máximo das notas emitidas, serão devidamente pagas;

Portanto, abaixo temos a relação dos valores que estão

sendo suprimidos e, se comprovadas forem as prestações dos serviços, serão pagos no posterior resultado da Sindicância:

- Supressão ref. ao mês de Agosto (Pagto já realizado - hoje em análise pela sindicância) - R\$136.058,33
- Supressão ref. ao mês de Agosto (Plantão à Distância) - R\$27.950,00
- Supressão ref. ao mês de Setembro (Pagto já realizado - hoje em análise pela sindicância) - R\$444.413,30
- Supressão ref. ao mês de Setembro (Plantão à Distância) - R\$48.750,00
- Supressão ref. ao mês de Outubro (Plantão à Distância) - R\$60.450,00
- Supressão ref. ao mês de Novembro (Plantão à Distância) - R\$60.450,00

Neste entendimento segue aprovado, pelo nosso entendimento, o valor de **R\$401.196,43 (quatrocentos e quatorze mil, duzentos e cinquenta reais e dezoito centavos).**

Este é nosso parecer, s.m.j., aproveito a oportunidade para reiterar protestos de consideração e respeito.

*Mario C Franco*  
**MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR**  
PROCURADOR GERAL

MARIO CEZAR FRANCO JUNIOR  
Procurador Geral  
OAB/SP 348.462  
Monte Mor/SP







# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



QUALIFICAÇÃO DE TESTEMUNHA

## COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

### QUALIFICAÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos 31 dias do mês de agosto do ano de 2022, às 14:00 horas, no plenário da Câmara Municipal de Monte Mor, situada à Rua Rage Maluf, 61, Centro, Monte Mor – SP, CEP: 13190-027, presentes os vereadores Wal da Farmácia, Nelson Almeida e Milziane Menezes, respectivamente Presidente e membros da Comissão de Processante nº 02/2022, instaurada pela Portaria nº 60 de 22 de junho de 2022, compareceu para prestar depoimento, na qualidade de testemunha da defesa, a Sra. Priscila Goulart Lauria Chacon, Assessora Institucional de Monte Mor, natural de Campinas - SP, estado civil casada, [REDACTED]

[REDACTED] SP, sobre os fatos referidos no processo administrativo acima mencionado.

Presentes à audiência o patrono do denunciado Dr. Marcelo Pelegrini Barbosa, OAB nº 199.877-B, procuração constante à folha 440, Volume II dos autos. O público foi advertido de que não é permitida manifestação durante a inquirição. Após as perguntas feitas pelos membros da Comissão e as respostas da testemunha, haverá a faculdade do patrono inquirir a testemunha.

A Presidente perguntou à testemunha se, em relação ao acusado, é amigo íntimo ou inimigo notório, se é parente até o 3º grau, se atua ou atuou como procurador ou perito nos presentes autos, se tem interesse direto ou indireto na matéria objeto do processo, ou se há alguma circunstância que possa comprometer seu depoimento, tendo respondido que não. Prestando o compromisso legal, foi advertida de que, se faltar com a verdade, incorrerá no crime de falso testemunho, nos termos do artigo 342 do Código Penal.



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



A testemunha foi inquirida pela Comissão e posteriormente pela defesa, através do patrono do denunciado.

O depoimento foi gravado em sua integralidade e juntado aos autos para quem de direito.

Monte Mor, 31 de agosto de 2022

Comissão Processante:

**Vereadora Wal da Farmácia**  
Presidente da Comissão Processante

**Vereador Nelson Almeida**  
Relator

**Vereadora Milziane Menezes**  
Membro

**Dr. Marcelo Pelegrini Barbosa**  
Patrono do denunciado

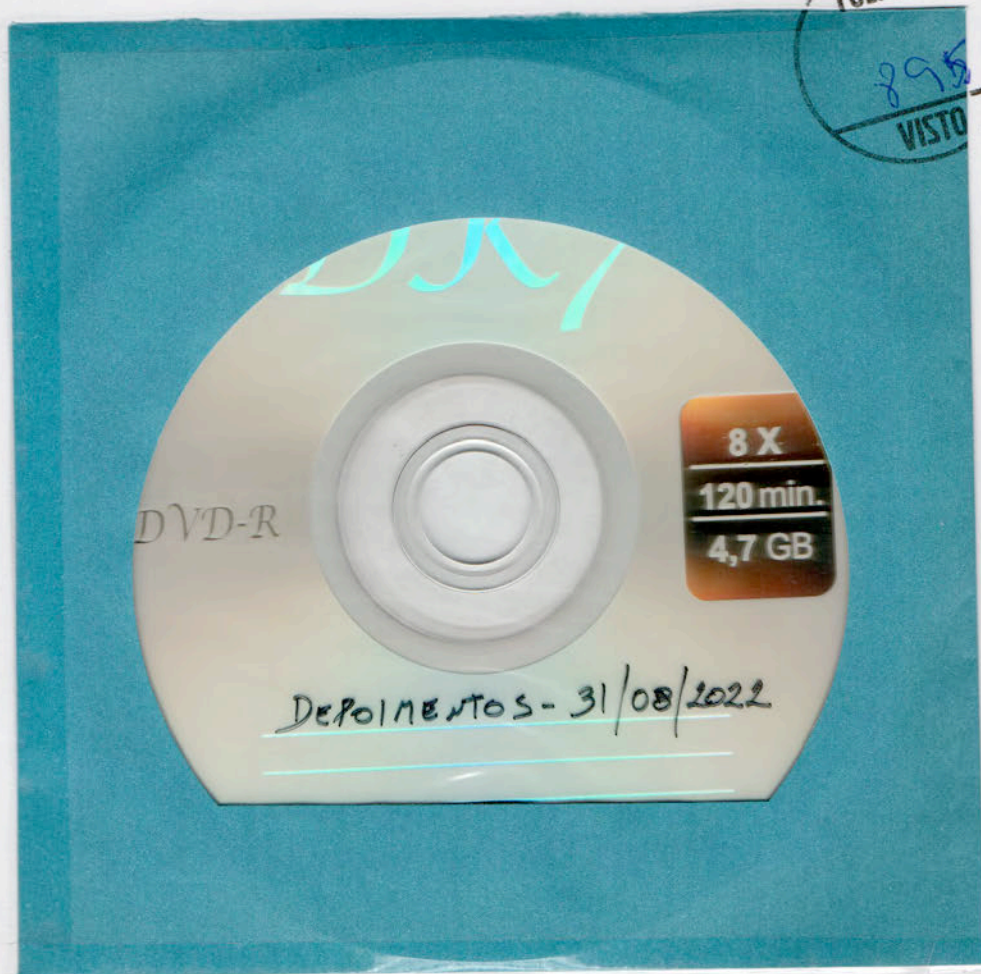
**Sra. Priscila Goulart Lauria Chacon**  
Testemunha





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



## COMISSÃO PROCESSANTE DENÚNCIA Nº 02/2022

### ATA DE DEPOIMENTO 03 - CP 02/2022

Aos 02 (dois) dias do mês de agosto de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 9:00 horas (nove horas), no plenário da Câmara Municipal de Monte Mor, deu-se início aos depoimentos das testemunhas arroladas pela defesa. Presentes os Vereadores membros, a saber, Vereadora Wal da Farmácia (Presidente), Vereador Nelson Almeida (Relator) e a Vereadora Milziane Menezes (Membro) os Assessores Parlamentar Kelen Adriana de Castro, Jéssica Melo e Douglas Almeida, o procurador jurídico Dr. Pedro Boareto e o patrono do denunciado, Doutor Marcelo Pelegrini Barbosa. Abertos os trabalhos, as 9:00 horas o Doutor o patrono do denunciado solicitou à CP a resignar o depoimento do Sr. Carlos Marcio para dia 12 de setembro de 2022 às 14 horas, foi apresentado atestado médico pelo não comparecimento do dele no dia de hoje, aproveitou o ensejo também para agendar o depoimento do Dr. Mario César Franco Júnior, para o mesmo dia às 13 horas. Em relação ao depoimento do Sr. Edinauro Gonçalves da Silva, a defesa desistiu. A solicitação foi deferida pelos membros da CP. Com a ausência dos depoentes, foi antecipado o depoimento da Dra. Beatriz Moraghi Dias da Silva. O patrono do denunciado declarou-se notificado. Feitas as considerações, os depoimentos foram iniciados com o depoimento do Sr. Marco Aurélio Gouvêa da Silva, seguido do depoimento da Sra. Marlucia Aparecida de Melo Rodrigues e Dra. Beatriz Moraghi Dias da Silva. Os depoimentos na íntegra encontram-se gravados em mídia e juntados aos autos (folhas XX e XX – Volume III) disponíveis a quem de direito e publicados nos canais oficiais de comunicação da Câmara Municipal de Monte Mor. Os depoimentos foram encerrados às 11:30 horas. Ficam convocados para depor diante da Comissão Processante – Denúncia 02/2022 no dia 12 de setembro de 2022 os depoentes conforme acordado acima. Aproveito para fazer a juntada aos autos do protocolo 472/2022 referente Mandado de Segurança 1002134-65.2022.8.26.0372 e ofício em resposta ao protocolo 420/2022.

Monte Mor, 02 de setembro de 2022

**Vereadora Wal da Farmácia**  
Presidente da Comissão Processante

**Vereador Nelson Almeida**  
Relator

**Vereadora Milziane Menezes**  
Membro

**Doutor Marcelo Pelgrini Barbosa**  
Patrono do Denunciado





**Protocolo Nº: 472/2022**

**Nº: 472/2022**

**INTERESSADO:**

Nº DO CGM .....: 407  
NOME .....: PEDRO RICARDO BOARETO  
INSCR. CADASTRAL .....:  
TELEFONE .....:  
CELULAR .....:  
FAX .....:  
E-MAIL .....:  
ENDEREÇO .....: RUA RAGE MALUF 45  
CEP .....:  
BAIRRO .....: CENTRO  
CIDADE / UF .....: MONTE MOR/SP  
C.G.C/C.P.F .....: \_\_\_\_\_  
INSCRIÇÃO .....:



**DADOS DO PROTOCOLO:**

DATA DE ENTRADA .....: 01/09/2022 10:18:44  
ASSUNTO .....: COMISSÃO PROCESSANTE

SITUAÇÃO DO PROTOCOLO ...**ENVIADO**  
ÚLTIMO DESTINATÁRIO .....: COMISSÃO PROCESSANTE

**DESCRIÇÃO:**

REFERENTE PROCESSO 1002134-65.2022.8.26.0372 - COMISSÃO PROCESSANTE - DENUNCIA 02/2022 - MANDADO DE SEGURANÇA

MARIA ELISABETH H. AZEVEDO  
Recepcionista

MONTE MOR, 01 DE SETEMBRO DE 2022

**RESPONSÁVEL**

Vereadora Valdirene Joandsin da Silva  
Wal da Farmácia - UNIÃO BRASIL



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

## MEMORANDO INTERNO



Ref. Proc. 1002134-65.2022.8.26.0372  
Comissão Processante - Denúncia 02/2022.

Considerando que o Mandado de Segurança, Processo nº 1002134-65.2022.8.26.0372, movido pelo Sr. Prefeito Municipal contra ato dessa Comissão foi EXTINTO, encaminhamos cópia da decisão de extinção para conhecimento desta r. Comissão.

Sem mais para o momento, renovo os votos de elevada estima e distinta consideração.

Monte Mor, 1 de setembro de 2022.

  
**PEDRO RICARDO BOARETO**  
**DIRETOR JURÍDICO**

**EXMA. SRA. VEREADORA**

**WAL DA FARMÁCIA**

**PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE**



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA JUDICIAL DA  
COMARCA DE MONTE MOR/SP.



Mandado de Segurança n. 1002134-65.2022.8.26.0372

**EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI**, Impetrante, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por meio de seus advogados regularmente constituídos, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o quanto segue:

Como é cediço, a segurança pretendida no presente *mandamus* consiste na garantia de que a oitiva do peticionário seja o último ato da instrução da Comissão Processante n. 02/2022, em trâmite perante a Câmara Municipal de Monte Mor, em aplicação, por analogia, à normal processual estabelecida no art. 400 do CPP.

Contudo, o fato é que na data de 22/08/2022, foi realizada a nona reunião da Comissão Processante n. 02/2022, ocasião em que a Autoridade Coatora reconheceu o direito líquido e certo suscitado na presente impetração, estabelecendo que a oitiva do peticionário "*ficará como último ato da instrução*", conforme ata anexa (doc. 01).

Nessas circunstâncias, constata-se a **perda superveniente do interesse processual**, de modo que o peticionário pugna pela extinção do feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Campinas/SP, 29 de agosto de 2022.

**MARCELO PELEGRINI BARBOSA**

OAB/SP 199.877-B





# Câmara Municipal de Monte Mor <sup>fls. 36</sup>

Palácio 24 de Março



## COMISSÃO PROCESSANTE DENÚNCIA Nº 02/2022

ATA DE REUNIÃO 09 - CP 02/2022



Aos 22 (vinte dois) dias do mês de agosto de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 14:00 horas (quatorze horas), na sala de reuniões da Câmara Municipal de Monte Mor, realizou-se a Reunião da Comissão Processante - Denúncia nº 02/2022 (CP). Presentes os Vereadores membros, a saber, Vereadora Wal da Farmácia (Presidente), Vereador Nelson Almeida (Relator) e a Vereadora Milziane Menezes (Membro). Presentes também, nesta reunião, a Assessora Parlamentar Kelen Adriana de Castro (Vereadora Milziane Menezes) e Assessora Parlamentar Jéssica Rodrigues Mello Lima, o procurador jurídico Dr. Pedro Boareto e o patrono do denunciado, Dr. Filipe Prior. Aberta a reunião, a Presidente saudou a todos, agradecendo os presentes. A reunião aconteceu para deliberar sobre o início dos depoimentos das testemunhas arroladas pela defesa. Os depoimentos acontecerão no plenário e serão públicos com acesso liberado, respeitada a capacidade de público da Câmara Municipal de Monte Mor. Fica a assessora Kelen Adriana de Castro, responsável em encaminhar e-mail aos departamentos envolvidos para providenciarem a infraestrutura como segue: Gravação de áudio e vídeo dos depoimentos, assessoria jurídica, assessoria legislativa inclusive de um funcionário para redigir a ata de depoimento, cerimonial (café e água) e diretoria geral para providenciar segurança. Serão realizados 5 (cinco) depoimentos diários, respeitando a ordem do rol de testemunhas apresentado pela defesa, com início dia 31/08/2022, às 9:00 horas, Sra. Silvana Aparecida Zanetti, às 10:00 horas, Sra. Eliane Regina Queiroz Piaí, às 11:00 horas, Dr. Mário César Franco Junior, às 13:00 horas, Sra. Letícia Pagotto Piovesani Julio e às 14:00 horas, Priscila Goulart Lauria Chacon. Dia 02/09/22 às 9:00 horas, Carlos Mareio da Silva, às 10:00 horas, Marlucia Aparecida de Melo Rodrigues, às 11:00 horas, Marco Aurélio Gouvêa da Silva, às 13:00 horas, Beatriz Moraghi Dias Da Silva Barreto e às 14:00 horas, Sr. Edinauro Gonçalves da Silva. Os convites para os depoimentos serão entregues pessoalmente, sempre com antecedência. Fica já ciente o patrono das datas definidas, onde será permitido assistir, acompanhar ou formular





# Câmara Municipal de Monte Mor<sup>fls. 37</sup>

Palácio 24 de Março



perguntas às testemunhas. Aproveito o ensejo para informar inclusive que o objetivo desta comissão é a busca da verdade dos fatos narrados exclusivamente na denúncia. Cada membro formulará os quesitos se assim acharem pertinente. Após a deliberação da Comissão Processante, considerando que o Prefeito já foi intimado para prestar depoimento, em atendimento ao Artigo 5º, III, decreto 201/67, e não compareceu, objetivando evitar qualquer alegação de cerceamento do seu direito de defesa, sua oitiva ficará como último ato da instrução.

Sem mais para o momento, a presidente da Comissão Processante encerrou a presente reunião.

Monte Mor, 22 de agosto de 2022.

Kelen Adriana de Castro Magalhães Ferreira  
Assessora Parlamentar

Kelen Adriana C. M. F.  
Kelen Adriana C. M. F.

Jéssica Rodrigues de Mello Lima  
Assessora do Vereador Paranhos

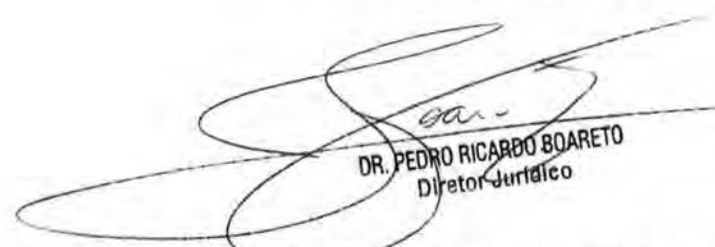
  
**Vereadora Wal da Farmácia**  
Presidente da Comissão Processante

  
**Vereador Nelson Almeida**  
Relator

  
**Vereadora Milziane Menezes**  
Membro

  
**Dr. Filipe Prior**

Patrono do Denunciado

  
**DR. PEDRO RICARDO BOARETO**  
Diretor Jurídico

RUA RAGE MALUF, 61 - MONTE MOR - SP - CEP 13190-027 - Fone/Fax: (19) 3889-2780

E-mail: camara@camaramontemor.sp.gov.br



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MONTE MOR**  
**FORO DE MONTE MOR**  
**2ª VARA**  
Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, . - Jardim Guanabara  
CEP: 13190-000 - Monte Mor - SP  
Telefone: (19) 2141-2606 - E-mail: montemor@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1002134-65.2022.8.26.0372**  
Classe - Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Garantias Constitucionais**  
Impetrante: **Edivaldo Antonio Brischi**  
Impetrado: **Presidente da Comissão Processante nº 02/2022**



Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Rafael Imbrunito Flores**

**Vistos.**

Fls. 35: Homologo o pedido de desistência formulado e extingo o feito sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VIII do Código de Processo Civil.

Sem condenação em honorários. Custas pelo autor.

Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

P. R. I.

Monte Mor, 30 de agosto de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO



Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0667/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 01/09/2022. Considera-se a data de publicação em 02/09/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado  
Marcelo Pelegrini Barbosa (OAB 199877/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 35: Homologo o pedido de desistência formulado e extingo o feito sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VIII do Código de Processo Civil. Sem condenação em honorários. Custas pelo autor. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos. P. R. I."

Monte Mor, 1 de setembro de 2022.



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

OFÍCIO

## COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

OFÍCIO 05 - CP 02/2022

### DECISÃO COMISSÃO PROCESSANTE



Denúncia: 02/2022

Denunciante: **ALEX SIMPLICIO FURTADO**

Denunciado: **EDIVALDO ANTONIO BRISCHI**

Protocolo nº 420/2022

Trata o presente expediente de protocolo 420/22, formalizado pela defesa de EDIVALDO ANTONIO BRISCHI, referente a digitalização dos autos e sua disponibilização do seu conteúdo no site institucional da Câmara Municipal de Monte Mor.

Segundo os termos da petição em reunião datada de 03/08/2022, foi observado que a digitalização do volume I, estava incompleto, faltando os Anexos II, III e IV que continham informações da equipe médica e da enfermagem, contratados para trabalhar na Unidade de Pronto Atendimento.

Nos termos da defesa preliminar, ofertada, o denunciado, trouxe o questionamento referente a quebra da custódia quanto as informações contidas em referido anexo e observância dos termos da LGPD – Lei Federal nº 13.709/2018.

Acrescenta ainda em seus argumentos peticionários que por ocasião da defesa preliminar, o denunciado pleiteou pelo reconhecimento da imprestabilidade da prova pré-constituída e seu imediato desentranhamento dos autos e, ainda, requereu que o Ministério Público local, fosse oficiado.





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



Acrescenta ainda que o volume II, também se encontra com sua digitalização incompleta, vez que ausente a Ata da Gravação da Sessão de Depoimento datada de 03/08/2022, no qual suscitou nulidade do ato, por ausência de sua publicidade, vez que foi impedido o ingresso de cidadãos na sessão, além de outras matérias defensivas ainda não apreciadas pela Comissão Processante.

Diante de todo o exposto, a defesa nos autos do protocolo em debate requereu:

- 1- Complementação do volume II, com a digitalização de todas as peças informativas, inclusive da Ata da Sessão de Depoimento datada de 03/08/2022;
- 2- Apreciação das matérias suscitadas itens 1 – 4;
- 3- Acolhimento da preliminar de quebra de custódia, quanto aos Anexos II, III e IV do volume I;
- 4- Expedição de ofício ao Ministério Público local, para apuração da quebra de custódia, quanto aos dados da equipe de enfermagem e médica do UPA;
- 5- Que sejam apreciadas todas as demais provas requeridas com a apresentação de defesa, não somente testemunhais, sob pena de cerceamento de defesa.

Análise- se cada questionamento:

**Item 01** – Será providenciado, em caráter de URGÊNCIA. Porém vale constar que os arquivos estão sendo atualizados a cada ato da Comissão, inclusive encontra-se no volume III (atualizado até 30/08).

**Item 02** – Todas as matérias foram apreciadas. É certo que não houve qualquer nulidade na ausência de comparecimento do advogado constituído à reunião realizada, na medida em que todas as considerações feitas em sua peça defensiva (fls.72/75) foram consideradas. (Mandato de Segurança).

**Itens 03 e 04** - Foram apreciados por ocasião da análise da defesa preliminar, fls. 542, volume II, cuja decisão reitera-se na integra, sendo que os elementos anexados pelo



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



denunciante serão sopesados, com os demais itens instrutórios. A quebra da custódia alegada pela defesa, será apreciada em momento oportuno, mas, o próprio denunciado e as pessoas citadas em referidos documentos, podem adotar as medidas judiciais e criminais que entenderem pertinentes, nos órgãos competentes. Todavia, esta CP, não pode permitir a divulgação de referidos dados no site institucional da Câmara Municipal de Monte Mor, em respeito a Lei 13.709/18.

**Item 05** - Questões analisadas nas fls. 535 e seguintes do volume II.

Neste patamar, destaca-se que consta as fls. 508, os seguintes pedidos de provas, realizados pelo denunciado:

Por fim, o peticionário pugna pela produção de todas as provas em direito admitidas, em especial a produção de prova testemunhal (rol de testemunhas abaixo indicado), bem como a produção de prova documental incluindo – mas não se limitando – à expedição de Ofícios e da juntada de documentação suplementar – e pericial, a serem oportunamente especificada, pugnando-se, desde logo, pela expedição de ofício ao Conselho Regional de Medicina – São Paulo, Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, aos Conselho Municipal de Saúde, e à Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, para que tomem ciência a respeito da apresentação de dados pessoais sigilosos dos profissionais da área da saúde pelo Denunciante, para que tomem ciência e se manifestem a respeito da indevida utilização dos referidos dados e, inclusive, tomem as medidas administrativas necessárias.

Com relação a expedição de Ofícios, todos relacionados a quebra de custódia, os mesmos foram indeferidos, por tratar-se de providências a serem adotadas pelos eventuais ofendidos. (fls. 542- vol.II).

Monte Mor, 01 de setembro de 2022

**Vereadora Wal da Farmácia**  
Presidente da Comissão Processante

**Vereador Nelson Almeida**  
Relator

**Vereadora Milziane Menezes**  
Membro

Recd. em 2/9/22 -





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus

CNPJ 52.973.872/0001-30  
Av. João Quadros, 1000 - Jd. Santo Antonio  
Tel.: (19) 3879-1999 - CEP 13190-000 - Monte Mor - SP CNES 20783641

## ATESTADO MÉDICO

HORÁRIO DE CHEGADA \_\_\_\_\_ HS. HORÁRIO DE SAÍDA \_\_\_\_\_ HS.

O SR. (A) \_\_\_\_\_

COMPARECEU A ESTA CLÍNICA PARA:

1 - CONSULTA \_\_\_\_\_

2 - ACOMPANHAR FAMÍLIA \_\_\_\_\_

3 - OUTROS \_\_\_\_\_

OUTROSSIM COMUNICAMOS QUE

- ☐ Nada apresenta que o impossibilite ao trabalho
- ☐ Deverá permanecer em repouso no horário acima
- ☐ Deverá permanecer em repouso no período da manhã
- ☐ Deverá permanecer em repouso no período da tarde
- ☒ Deverá permanecer em repouso no dia de hoje
- ☐ Deverá permanecer em repouso no período de \_\_\_\_\_ ( ) dias

Ass.: \_\_\_\_\_

CID \_\_\_\_\_

CID - Preenchimento c/ Autorização do paciente \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Dr. Ladislau G. S. Corte

Médico

CRM-SP 151.481

ASSINATURA DO MÉDICO

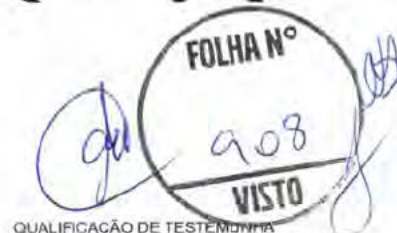
CARIMBO DO MÉDICO C/ CRM - INDISPENSÁVEL





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



## COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

### QUALIFICAÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos 02 dias do mês de setembro do ano de 2022, às 9:00 horas, no plenário da Câmara Municipal de Monte Mor, situada à Rua Rage Maluf, 61, Centro, Monte Mor – SP.CEP: 13190-027, presentes os vereadores Wal da Farmácia, Nelson Almeida e Milziane Menezes, respectivamente Presidente e membros da Comissão de Processante nº 02/2022, instaurada pela Portaria nº 60 de 22 de junho de 2022, compareceu para prestar depoimento, na qualidade de testemunha da defesa, o Sr. Marco Aurélio Gouvêa da Silva, prestador de serviço, natural de São Paulo - SP, estado civil solteiro, [REDACTED]

[REDACTED] sobre os fatos referidos no processo administrativo acima mencionado.

Presentes à audiência o patrono do denunciado Dr. Marcelo Pelegrini Barbosa, OAB nº 199.877-B, procuração constante à folha 440, Volume II dos autos. O público foi advertido de que não é permitida manifestação durante a inquirição. Após as perguntas feitas pelos membros da Comissão e as respostas da testemunha, haverá a faculdade do patrono inquirir a testemunha.

A Presidente perguntou à testemunha se, em relação ao acusado, é amigo íntimo ou inimigo notório, se é parente até o 3º grau, se atua ou atuou como procurador ou perito nos presentes autos, se tem interesse direto ou indireto na matéria objeto do processo, ou se há alguma circunstância que possa comprometer seu depoimento, tendo respondido que não. Prestando o compromisso legal, foi advertida de que, se faltar com a verdade, incorrerá no crime de falso testemunho, nos termos do artigo 342 do Código Penal.

A testemunha foi inquirida pela Comissão e posteriormente pela defesa, através do patrono do denunciado.





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



O depoimento foi gravado em sua integralidade e juntado aos autos para quem de direito.

Monte Mor, 02 de setembro de 2022

Comissão Processante:

**Vereadora Wal da Farmácia**  
Presidente da Comissão Processante

**Vereador Nelson Almeida**  
Relator

**Vereadora Milziane Menezes**  
Membro

**Dr. Marcelo Pelegrini Barbosa**  
Patrono do denunciado

**Sr. Marco Aurélio Gouvêa da Silva**  
Testemunha



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



## COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

### QUALIFICAÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos 02 dias do mês de setembro do ano de 2022, às 10:00 horas, no plenário da Câmara Municipal de Monte Mor, situada à Rua Rage Maluf, 61, Centro, Monte Mor – SP.CEP: 13190-027, presentes os vereadores Wal da Farmácia, Nelson Almeida e Milziane Menezes, respectivamente Presidente e membros da Comissão de Processante nº 02/2022, instaurada pela Portaria nº 60 de 22 de junho de 2022, compareceu para prestar depoimento, na qualidade de testemunha da defesa, a Sra. Marlucia Aparecida de Melo Rodrigues, diretora presidente do hospital, natural de Marília - SP, estado civil casada, Carteira de Identidade nº [REDACTED], sobre os fatos referidos no processo administrativo acima mencionado.

Presentes à audiência o patrono do denunciado Dr. Marcelo Pelegrini Barbosa, OAB nº 199.877-B, procuração constante à folha 440, Volume II dos autos. O público foi advertido de que não é permitida manifestação durante a inquirição. Após as perguntas feitas pelos membros da Comissão e as respostas da testemunha, haverá a faculdade do patrono inquirir a testemunha.

A Presidente perguntou à testemunha se, em relação ao acusado, é amigo íntimo ou inimigo notório, se é parente até o 3º grau, se atua ou atuou como procurador ou perito nos presentes autos, se tem interesse direto ou indireto na matéria objeto do processo, ou se há alguma circunstância que possa comprometer seu depoimento, tendo respondido que não. Prestando o compromisso legal, foi advertida de que, se faltar com a verdade, incorrerá no crime de falso testemunho, nos termos do artigo 342 do Código Penal.





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



A testemunha foi inquirida pela Comissão e posteriormente pela defesa, através do patrono do denunciado.

O depoimento foi gravado em sua integralidade e juntado aos autos para quem de direito.

Monte Mor, 02 de setembro de 2022

Comissão Processante:

**Vereadora Wal da Farmácia**  
Presidente da Comissão Processante

**Vereador Nelson Almeida**  
Relator

**Vereadora Milziane Menezes**  
Membro

**Dr. Marcelo Pelegrini Barbosa**  
Patrono do denunciado

**Sra. Marlucia Aparecida de Melo Rodrigues**  
Testemunha



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



QUALIFICAÇÃO DE TESTEMUNHA

## COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

### QUALIFICAÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos 02 dias do mês de setembro do ano de 2022, às 11:00 horas, no plenário da Câmara Municipal de Monte Mor, situada à Rua Rage Maluf, 61, Centro, Monte Mor – SP.CEP: 13190-027, presentes os vereadores Wal da Farmácia, Nelson Almeida e Milziane Menezes, respectivamente Presidente e membros da Comissão de Processante nº 02/2022, instaurada pela Portaria nº 60 de 22 de junho de 2022, compareceu para prestar depoimento, na qualidade de testemunha da defesa, a Sra. Beatriz Moraghi Dias da Silva Barreto, médica, natural de São Paulo- SP, estado civil casada, [REDACTED]

[REDACTED] sobre os fatos referidos no processo administrativo acima mencionado.

Presentes à audiência o patrono do denunciado Dr. Marcelo Pelegrini Barbosa, OAB nº 199.877-B, procuração constante à folha 440, Volume II dos autos. O público foi advertido de que não é permitida manifestação durante a inquirição. Após as perguntas feitas pelos membros da Comissão e as respostas da testemunha, haverá a faculdade do patrono inquirir a testemunha.

A Presidente perguntou à testemunha se, em relação ao acusado, é amigo íntimo ou inimigo notório, se é parente até o 3º grau, se atua ou atuou como procurador ou perito nos presentes autos, se tem interesse direto ou indireto na matéria objeto do processo, ou se há alguma circunstância que possa comprometer seu depoimento, tendo respondido que não. Prestando o compromisso legal, foi advertida de que, se faltar com a verdade, incorrerá no crime de falso testemunho, nos termos do artigo 342 do Código Penal.





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



A testemunha foi inquirida pela Comissão e posteriormente pela defesa, através do patrono do denunciado.

O depoimento foi gravado em sua integralidade e juntado aos autos para quem de direito.

Monte Mor, 02 de setembro de 2022

Comissão Processante:

**Vereadora Wal da Farmácia**  
Presidente da Comissão Processante

**Vereador Nelson Almeida**  
Relator

**Vereadora Milziane Menezes**  
Membro

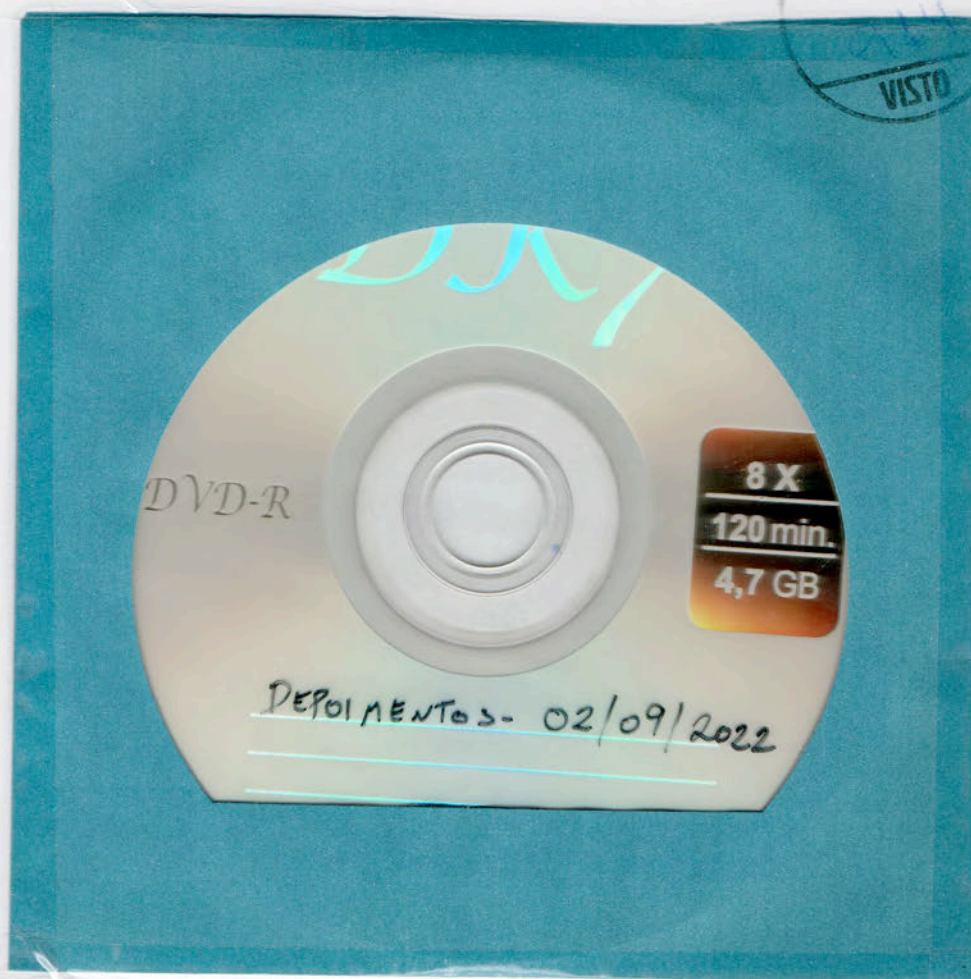
**Dr. Marcelo Pelegrini Barbosa**  
Patrono do denunciado

**Sra. Beatriz Moraghi Dias da Silva Barreto**  
Testemunha



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março







# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

DESPACHO DO PRESIDENTE

## COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

DESPACHO DO PRESIDENTE



DESPACHO Nº 009/2022

Com o intuito de deliberar sobre a assinatura das Atas de Depoimentos dos dias 31 de agosto de 2022 e 02 de setembro de 2022, tratar de assuntos pertinentes ao andamento dos trabalhos da Comissão Processante, conforme o Decreto-Lei nº 201/1967, a Presidente da Comissão Processante, no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe o inciso III, Artigo 5º do Decreto-Lei nº 201/1967, convoca os membros para reunião como segue:

Reunião da CP 02/2022

Data: 12 de setembro de 2022

Horário: 10:00 horas

Local: Sala de Reunião da Câmara Municipal de Monte Mor

Monte Mor, 06 de setembro de 2022.

**Vereadora Wail da Farmácia**  
Presidente da Comissão Processante



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

Convocação para depoimento CP 02/2022

## COMISSÃO PROCESSANTE DENÚNCIA Nº 02/2022



### CONVOCAÇÃO

Ao senhor,  
Carlos Márcio da Silva  
Diretor de Obras  
Rua Francisco Glicério, 399, Centro, Monte Mor.

Na qualidade de Presidente da Comissão Processante nº 02/2022, conforme portaria nº 60 de 22 de junho de 2022, que apura a Denúncia 02/2022, em uso da prerrogativa disposta no inciso IV, do artigo 5º, do Decreto-Lei nº 201/67, fica Vossa Senhoria, CONVOCADO a comparecer na audiência que se realizará no dia 12 de setembro de 2022 (segunda-feira), às 14:00 horas, na Câmara Municipal de Monte Mor, localizada na Rua Rage Maluf, 61, Centro de Monte Mor/SP, para seu depoimento no processo que tramita na Câmara Municipal de Monte Mor e tem como denunciado o Prefeito Municipal, senhor Edivaldo Antonio Brischi, por prática de eventual infração política administrativa.

A denúncia, defesa prévia, relatórios e parecer prévios do referido procedimento apuratório estão disponibilizados no seguinte endereço eletrônico:

<https://sapl.montemor.sp.leg.br/materia/3105/documentoacessorio>

Monte Mor, 06 de setembro de 2022.

  
Vereadora Wal da Farmácia  
**Presidente da Comissão Processante**

Recebi: 06/09/2022

Assinatura e carimbo:





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

Convocação para depoimento 02/2022



## COMISSÃO PROCESSANTE DENÚNCIA Nº 02/2022

### CONVOCAÇÃO

Ao senhor,  
Mário Cezar Franco Júnior  
Procurador-Geral  
Rua Francisco Glicério, 399, Centro. Monte Mor

Na qualidade de Presidente da Comissão Processante nº 02/2022, conforme portaria nº 60 de 22 de junho de 2022, que apura a Denúncia 02/2022, em uso da prerrogativa disposta no inciso IV, do artigo 5º, do Decreto-Lei nº 201/67, fica Vossa Senhoria, CONVOCADO a comparecer na audiência que se realizará no dia 12 de setembro de 2022 (segunda-feira), às 13:00 horas, na Câmara Municipal de Monte Mor, localizada na Rua Rage Maluf, 61, Centro de Monte Mor/SP, para seu depoimento no processo que tramita na Câmara Municipal de Monte Mor e tem como denunciado o Prefeito Municipal, senhor Edivaldo Antonio Brischi, por prática de eventual infração política administrativa.

A denúncia, defesa prévia, relatórios e parecer prévios do referido procedimento apuratório estão disponibilizados no seguinte endereço eletrônico:

<https://sapl.montemor.sp.leg.br/materia/3105/documentoacessorio>

Monte Mor, 06 de setembro de 2022.

  
Vereadora Wai da Farmácia  
**Presidente da Comissão Processante**

Recebi: 08 / 09 / 2022

Assinatura e carimbo:

  
MÁRIO CEZAR FRANCO JUNIOR  
Procurador Geral  
OAB/SP 348.462  
Monte Mor/SP

## Reunião da Comissão Processante



Você

Caixa de entrada (28)

Respostas

Enviados

Spam (1)

Lixeira

Para: [marcelo@posi-adv.br](mailto:marcelo@posi-adv.br) Caudonera a.d.01@gmail.com, Micaela Nereses, Nelson Almeida ▾

Visualizar anexo

Prezados, bom dia!

Venho por meio deste para informar conforme despacho cuja cópia segue em anexo, que a reunião da Comissão Processante nº 02/2022, será realizada no dia 12 de setembro de 2022 às 10:00h, na Câmara Municipal de Monte Mor.

Sem mais, coloco-me a disposição

Atenciosamente,

Wail da Farmácia

Presidente da Comissão Processante

1 anexo

Despacho de rei...

setembro...pdf

157 KB







# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



## COMISSÃO PROCESSANTE DENÚNCIA Nº 02/2022

### ATA DE REUNIÃO 10 - CP 02/2022

Aos 12 (doze) dias do mês de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 10:00 horas (dez horas), na sala de reuniões na Câmara Municipal de Monte Mor, realizou-se a reunião da Comissão Processante – Denúncia 02/2022 para deliberar sobre o agendamento do depoimento do denunciado. Presentes os Vereadores membros, a saber, Vereadora Wal da Farmácia (Presidente), Vereador Nelson Almeida (Relator) e a Vereadora Milziane Menezes (Membro). Presentes também, os Assessores Parlamentares, Jessica Rodrigues de Mello Lima (vereadora Wal da Farmácia), Kelen Adriana de Castro (Vereadora Milziane Menezes) e Douglas Crisante (Vereador Nelson Almeida), Dr. Pedro Boaretto (Diretor Jurídico) e o patrono do denunciado Dr. Felipe Prior. Aberta a reunião, a Presidente saudou a todos, agradecendo aos presentes. O depoimento do denunciado Sr. Edivaldo Antônio Brischi, ficou agendado para o dia 19 de setembro de 2022, às 10:00 horas, no plenário da Câmara Municipal de Monte Mor. O patrono do denunciado deu-se por notificado do agendamento e aproveita o momento para desistir da testemunha Sr. Carlos Marcio da Silva que seria ouvida na data do dia 12 de setembro às 14 horas. Fica a assessora Kelen, responsável e avisar os departamentos da Câmara Municipal de Monte Mor, sobre a infraestrutura necessária para o depoimento do denunciado. Assim a Presidente deu por encerrada a presente reunião da Comissão Processante às 11:00 horas.

Monte Mor, 12 de setembro de 2022

**Vereadora Wal da Farmácia**  
Presidente

**Vereador Nelson Almeida**  
Relator

**Vereadora. Milziane Menezes**  
Membro

**Doutor Felipe Prior**  
Patrono do Denunciado

*Jessica Rodrigues de Mello Lima*  
Assessora do Vereador Paranhos

*Douglas Crisante de Almeida*  
Assessor do Vereador Nelson Almeida

*Kelen Adriana de Castro Magalhães Ferreira*  
Assessora Parlamentar



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



QUALIFICAÇÃO DE TESTEMUNHA

## COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

### QUALIFICAÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos 12 dias do mês de setembro do ano de 2022, às 13:00 horas, no plenário da Câmara Municipal de Monte Mor, situada à Rua Rage Maluf, 61, Centro, Monte Mor – SP, CEP: 13190-027, presentes os vereadores Wal da Farmácia, Nelson Almeida e Milziane Menezes, respectivamente Presidente e membros da Comissão de Processante nº 02/2022, instaurada pela Portaria nº 60 de 22 de junho de 2022, compareceu para prestar depoimento, na qualidade de testemunha da defesa, o Sr. Mario César Franco Júnior, procurador, natural de Itariri, estado civil solteiro, [REDACTED]

[REDACTED] sobre os fatos referidos no processo administrativo acima mencionado.

Presentes à audiência o patrono do denunciado Dr. Felipe Prior, OAB nº 348025-SP procuração constante à folha 440, Volume II dos autos. O público foi advertido de que não é permitida manifestação durante a inquirição. Após as perguntas feitas pelos membros da Comissão e as respostas da testemunha, haverá a faculdade do patrono inquirir a testemunha.

A Presidente perguntou à testemunha se, em relação ao acusado, é amigo íntimo ou inimigo notório, se é parente até o 3º grau, se atua ou atuou como procurador ou perito nos presentes autos, se tem interesse direto ou indireto na matéria objeto do processo, ou se há alguma circunstância que possa comprometer seu depoimento, tendo respondido que não. Prestando o compromisso legal, foi advertida de que, se faltar com a verdade, incorrerá no crime de falso testemunho, nos termos do artigo 342 do Código Penal.

A testemunha foi inquirida pela Comissão e posteriormente pela defesa, através do patrono do denunciado.





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



O depoimento foi gravado em sua integralidade e juntado aos autos para quem de direito.

Monte Mor, 12 de setembro de 2022

Comissão Processante:

**Vereadora Wal da Farmácia**  
Presidente da Comissão Processante

**Vereador Nelson Almeida**  
Relator

**Vereadora Milziane Menezes**  
Membro

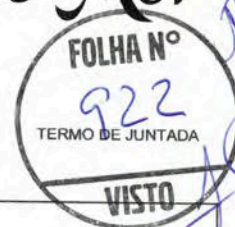
**Dr. Felipe Prior**  
Patrono do denunciado

**Sr. Mario César Franco Júnior**  
Testemunha



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



## COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

TERMO DE JUNTADA

### TERMO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

08 - CP 02/2022

Eu, Douglas Crisante de Almeida, assessor parlamentar, a pedido da presidente da Comissão Processante 02/2022, fiz, nesta data, a juntada nos autos do processo político administrativo, dos documentos como segue:

- E-mail informando os setores da Câmara Municipal de Monte Mor sobre o depoimento do denunciado;
- Intimação do denunciado.

Monte Mor, 16 de setembro de 2022.

  
**Douglas Crisante de Almeida**  
Assessor Parlamentar





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



## COMISSÃO PROCESSANTE DENÚNCIA Nº 02/2022

### INTIMAÇÃO


Senhor Prefeito,  
Edivaldo Antônio Brischi

Na condição de presidente da Comissão Processante, designada pela Portaria nº 60 publicada em 22 de junho de 2022, constituída para apurar possíveis irregularidades conforme denúncia nº 02/2022, INTIMO Vossa Senhoria, a comparecer no dia 19 de setembro de 2022, às 10:00 horas no Plenário da Câmara Municipal de Monte Mor, localizada na Rua Rage Maluf, 61, Centro de Monte Mor/SP, a fim de ser interrogado por esta comissão quanto aos fatos e atos narrados nos autos do processo em epígrafe.

  
**VEREADORA WAL DA FARMÁCIA**  
PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE

Exmos. Sr.  
Prefeito de Monte Mor/SP

RECEBIDO  
\_/\_/\_

 13-09-22  
Edivaldo Antônio Brischi  
Prefeito

# Depoimento do Sr. Prefeito dia 19/09



Você

Para: Marcelo Landi, [wallygandsin@camaramontemor.sp.gov.br](mailto:wallygandsin@camaramontemor.sp.gov.br), Nelson Almeida, [imprensa@camaramontemor.sp.gov.br](mailto:imprensa@camaramontemor.sp.gov.br), Arthur Rehder da Cunha Patuci, [Alexandre.Pinheiro@pedro.boa](mailto:Alexandre.Pinheiro@pedro.boa)

[Visualizar anexo](#)

--

Prezados(a), bom dia,

A Comissão Processante nº 02/2022, vem deliberar sobre o depoimento do intimado Sr. prefeito Edivaldo Brischí que acontecerá no plenário e serão públicos, no (de público da Câmara Municipal de Monte Mor. E, neste caso, é necessário que os departamentos envolvidos providenciem a infraestrutura como segue: gravação Legislativa, assessoria jurídica, assessoria legislativa inclusive de um funcionário para redigir a ata de depoimento, cerimonial (café e água), e diretoria-geral para

**MILZIANE MENEZES**



1 anexo

3cb91f02.webp  
54 KB

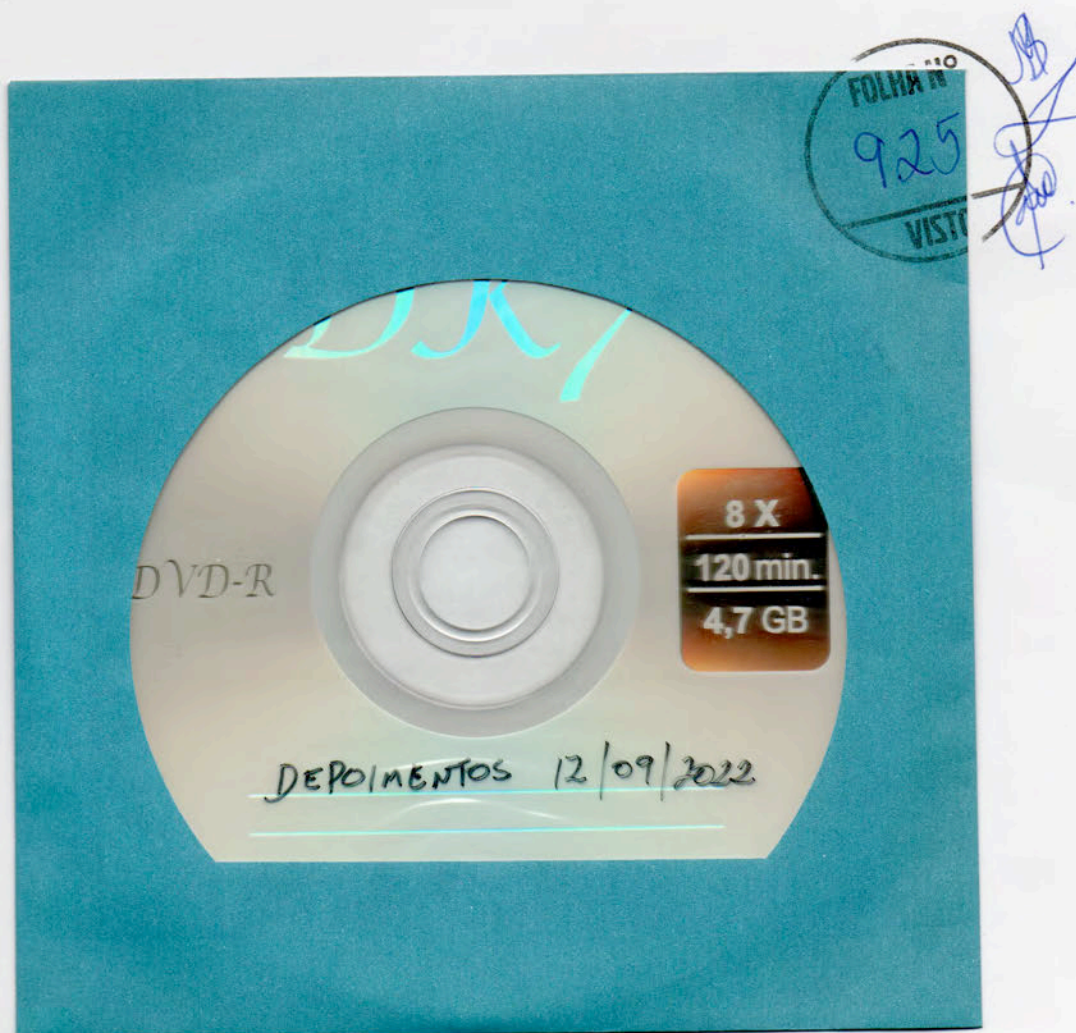






# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

ATA DE DEPOIMENTO



## COMISSÃO PROCESSANTE DENÚNCIA Nº 02/2022

### ATA DE DEPOIMENTO 04 - CP 02/2022

Aos 19 (dezenove) dias do mês de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 10:00 horas (dez horas), no plenário da Câmara Municipal de Monte Mor, deu-se início ao depoimento do denunciado. Presentes os Vereadores membros, a saber, Vereadora Wal da Farmácia (Presidente), Vereador Nelson Almeida (Relator) e a Vereadora Milziane Menezes (Membro) os Assessores Parlamentar Kelen Adriana de Castro, Jéssica Melo e Douglas Almeida, e o patrono do denunciado, Doutor Filipe Prior. Abertos os trabalhos, as 10:00 horas, constatada a ausência do denunciado, o patrono do denunciado, apresentou declaração por escrito do senhor prefeito, realizando a sua leitura na íntegra. O documento foi entregue a Comissão que deferiu pelo recebimento e juntada aos autos. A íntegra da sessão foi gravada em sua integralidade e juntada aos autos para quem de direito. Em seguida foi encerrada o presente depoimento as 10:18 horas (dez horas e dezoito minutos).

Monte Mor, 19 de setembro de 2022

**Vereadora Wal da Farmácia**  
Presidente da Comissão Processante

**Vereador Nelson Almeida**  
Relator

**Vereadora Milziane Menezes**  
Membro

**Doutor Filipe Prior**  
Patrono do Denunciado

*Douglas Crisante de Almeida*  
Assessor do Vereador Nelson Almeida

*Jéssica Rodrigues de Mello Lima*  
Assessora do Vereador Paranhos

*Kelen Adriana de Castro Magalhães Ferreira*  
Assessora Parlamentar



ILMA SENHORA VEREADORA VALDIRENE JOANDSIN SILVA, PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE N. 02/2022, DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR/SP.

Comissão Processante n. 02/2022

Eu, **EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI**, Prefeito Municipal, venho, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em atenção à convocação para oitiva designada para o dia 19/09/22, esclarecer que, na condição de Denunciado na presente Comissão Processante, me reservo ao direito, já reconhecido pela Suprema Corte, de não comparecer ao ato em referência.

No entanto, aproveito o ensejo para, no exercício lícito da autodefesa, auxiliada por minha defesa técnica – e sem prejuízo das manifestações a serem apresentadas pelos meus advogados, no momento processual oportuno –, apresentar as razões escritas pelas quais entendo que está demonstrada a absoluta improcedência das acusações apresentadas contra mim.

Esclareço, inicialmente, que a primeira acusação – relacionada com a suposta má gestão de recursos públicos em razão da instalação da “Tenda Covid”, quando o Município já contava com imóvel locado para tal finalidade – é inverídica.

A prova documental apresentada em minha defesa técnica, amplamente confirmada pelas testemunhas ouvidas neste processo, demonstram que o imóvel anteriormente locado pelo Município não se encontrava em condições para a realização de atendimentos médicos e demais medidas de enfrentamento/prevenção da COVID-19, sobretudo pelo precário estado de conservação de sua estrutura física. É o que foi constatado em avaliações técnicas realizadas pelas pastas administrativas responsáveis.

Ao contrário do que levemente se afirmou na denúncia, a implementação da “Tenda Covid” se revelou uma medida necessária e importante para o enfrentamento da doença na cidade, contribuindo para os bons resultados alcançados pelo Município na gestão da pandemia.

Quanto ao tema, as provas produzidas, deixaram claro, entre outras coisas, que: (i) o local foi locado pela administração anterior; (ii) era insalubre; (iii) o imóvel já foi devolvido; (iv) não era possível sequer instalar-se sistema de oxigênio no local, essencial para o trato da Covid; (v) não cabiam muitas pessoas; (vi) não ficam próximo aos demais locais que cuidaram da pandemia; razão pela qual foi um acerto a instalação da Tenda Covid, ao lado do hospital, o que favoreceu a rapidez do tratamento, do diagnóstico, a separação das etapas da doença em locais, diferentes, mas próximos, o que evitou o colapso, e fez com que o município tivesse índices melhores que a média do País, seja no tratamento, seja na velocidade, seja, ainda, na mortalidade, pelo que impecce.

Também são inverídicas as acusações de negligência no pagamento de serviços médicos (Consórcio CISMETRO) não prestados, porque supostamente contratados um mês antes da conclusão das obras da UPA em que seriam alocados (segunda e quarta acusações).

Além das provas documentais que acompanharam a minha defesa técnica, as testemunhas ouvidas por esta nobre Comissão Processante esclarecem que, quando alertado das possíveis irregularidades no Consórcio CISMETRO, adotei – em evidente atividade administrativa volitiva correta - todas as medidas cabíveis para, de um lado, apurar os fatos e, por outro, manter o funcionamento dos serviços médicos no Município.

Foi determinada não somente a instauração de sindicância administrativa, para apuração dos fatos e eventuais responsáveis, mas, também, o ajuizamento, com êxito, de medidas judiciais visando a interrupção de pagamentos ao CISMETRO, sem a interrupção dos serviços prestados – o que foi garantido pelo Judiciário. Também foi determinada a exoneração do Secretário Municipal de Saúde que geria a pasta à época dos fatos.

Também foi esclarecido pelas testemunhas que os profissionais antes contratados foram alocados para outras unidades do sistema municipal de saúde - médicos para atendimentos, enfermeiros para a aplicação de vacinas e os excessos foram glosados e até hoje não pagos -, enquanto não concluída a UPA mencionada e terminada a Sindicância, realizando atendimentos à



população do Município, o que demonstrou uma atividade rápida, eficaz, proba e sem prejuízo ao erário, muito mesmo se configurou em omissão a ponto de justificar uma infração político administrativa, razão pela qual são falsas as imputações constantes na acusação.

Todas essas providências, que já são conhecidas por esta nobre Comissão Processante (porque apuradas em outro procedimento, em que as acusações contra mim imputadas foram afastadas), demonstram, novamente, que a minha postura diante dos fatos não foi negligente ou omissa, mas proativa e eficiente.

Por fim, a terceira acusação contra mim veiculada – consistente na afirmação de que os gastos na pasta da Saúde, em especial os repasses de recursos ao Hospital Sagrado Coração de Jesus, seriam incompatíveis com as demandas da COVID na cidade - é também temerária e inverídica. As testemunhas confirmaram que:

- (i) o aumento de investimentos na área da saúde se justificou pela evidente necessidade da implementação e ampliação de medidas de enfrentamento da pandemia (inclusive o funcionamento de 24 horas dos atendimentos na UPA), os quais, inclusive em escala global, foram afetados por um aumento significativo nos custos de insumos e medicamentos, pelas excepcionais condições de demanda e produção;
- (ii) a maior utilização de recursos nessa pasta foi viabilizada, também, pelo ingresso de recursos repassados pelos Governos Federal e Estadual;
- (iii) o Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus está sob intervenção judicial, com rígido controle do Judiciário sobre os resultados/contas apresentadas, a despeito da prestação de contas junto ao CMS que, igualmente, não verificou irregularidades na aplicação dos recursos;
- (iv) Os gastos são maiores sempre nos meses subsequentes a várias internações, como demonstrado técnica e documentalmente;
- (v) Os índices do Município são bons, melhores que a média do País, geridos corretamente, sem excessos, e mediante muito trabalho.





Todos esses elementos, portanto, demonstram que as acusações são absolutamente inverídicas e levianas, motivadas por razões não republicanas e com o reprovável objetivo de impedir o mandato que foi democraticamente a mim outorgado pela população de Monte Mor.

O acompanhamento dos convênios se fez necessário para receber os valores represados da gestão anterior, os gastos foram corretos, no tempo e modo devidos, sem excessos, com probidade, utilizando o judiciário quanto necessários, os números foram bons da pandemia, os fatos errados estão sendo apurados, o sistema de saúde funcional, a casa covid era imprestável, os repasses aumentaram o foram utilizados, a tenda covid foi fundamental, ninguém usou senha master para pagamentos, o prefeito sempre controlou de forma correta, os números da denúncia são falsas, as ilações são descabidas, as mentiras são evidentes, tudo foi precedido de procedimento, não houve pagamento sem empenho, não houve favorecimento indevido, etc.

Como se não bastasse essa motivação reprovável, destaco que a denúncia se utilizou de documentos e informações pessoais sigilosas de profissionais da área da saúde (tais como nome completo, endereço, documentos pessoais e demais informações pessoais/profissionais), misturando com documentos válidos, as quais foram obtidas de maneira ilegal, pois o conselho somente tem acesso a prestações de contas, sendo o restante do apresentado falso ou violador das normas LGPD e, portanto, imprestáveis, que não comprovam as acusações irresponsavelmente a mim atribuídas, na verdade maculam a validade de todo o procedimento, como esclarecido pela minha defesa técnica, uma vez que violaram de forma grave e ilegal o sigilo e a necessária preservação, comprometendo não somente a intimidade desses profissionais, como a própria segurança dos mesmos e a todo o processo que está contaminado na origem, a exigir a aplicação da teoria dos frutos da árvore envenenada.

É necessário que esta nobre Comissão, além de invalidar esses elementos, tome providências no sentido de identificar os responsáveis pela grave ilegalidade apontada, até para que se esclareçam as condições em que foram obtidos e os (reprováveis) propósitos a que se destinaram, pelo que reitero o pedido de que a Comissão officie ao MP local.

Por todas essas razões, nobre vereadores, é que protesto pela absoluta improcedência da Denúncia, recordando-lhes que o julgamento da Comissão Processante possui, sim, natureza política, mas não pode se distanciar do enquadramento jurídico dos fatos –





especialmente quando todas as provas demonstram que as acusações são inverídicas e temerárias, como ocorre nesse caso.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de elevada estima e consideração e me coloco inteiramente à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, pelo que me subscrevo,

EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

A handwritten signature in blue ink, corresponding to the name Edivaldo Antônio Brischi.



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

*[Handwritten signature]*







# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



## COMISSÃO PROCESSANTE DENÚNCIA Nº 02/2022

### INTIMAÇÃO

Ao Prefeito Municipal  
Senhor Edivaldo Antônio Brischi  
Prefeitura Municipal de Monte Mor

Na condição de Presidente da Comissão Processante da Denúncia nº 02/2022 que tramita na Câmara Municipal de Monte Mor conforme portaria nº 60 de 22 de junho de 2022, INTIMA Vossa excelência do encerramento da instrução probatória, para tanto, com fulcro no inciso V, art. 5º, do Decreto Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, abre vista do processo para que apresente RAZÕES ESCRITAS, no prazo de cinco dias.


Fica intimado também que após o recebimento das referidas razões finais, os autos serão encaminhados ao relator para emissão do parecer final.

Monte Mor, 19 de setembro de 2022.

  
Vereadora Wal Da Farmácia  
**Presidente da Comissão Processante.**

Nesta,  
Exmos. Sr.  
Prefeito de Monte Mor/SP

  
Nelson Almeida Flor  
Nelson Almeida - Solidariedade  
Vereador

  
Milziane Menezes de Brito  
Milziane Menezes - PSDB  
Vereadora

**RECEBIDO**  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



E-Mail



Criar email

Caixa de entrada (46)

Rascunhos

Enviados

Spam (2)

Lixeira

← ⓘ Mais ▾

## Intimação da Comissão Processante (denúncia nº 02/2022).



Você

[Para: cda.observacao@gmail.com](mailto:Para: cda.observacao@gmail.com) [martelo@povoado.br](mailto:martelo@povoado.br)

Visualizar anexo

Doutores, boa tarde

Venho por meio deste, encaminhar em anexo Intimação ao Sr. Prefeito Edivaldo Antônio Brischi.

Sem mais, coloco-me a disposição

Atenciosamente,

Wal da Farmácia  
Presidente da Comissão Processante

1 anexo

Intimação 2022.091  
[9\\_14200541.pdf](#)  
107 KB



PDF



Mensagem 1 de 37

< >



Hoje 14:42



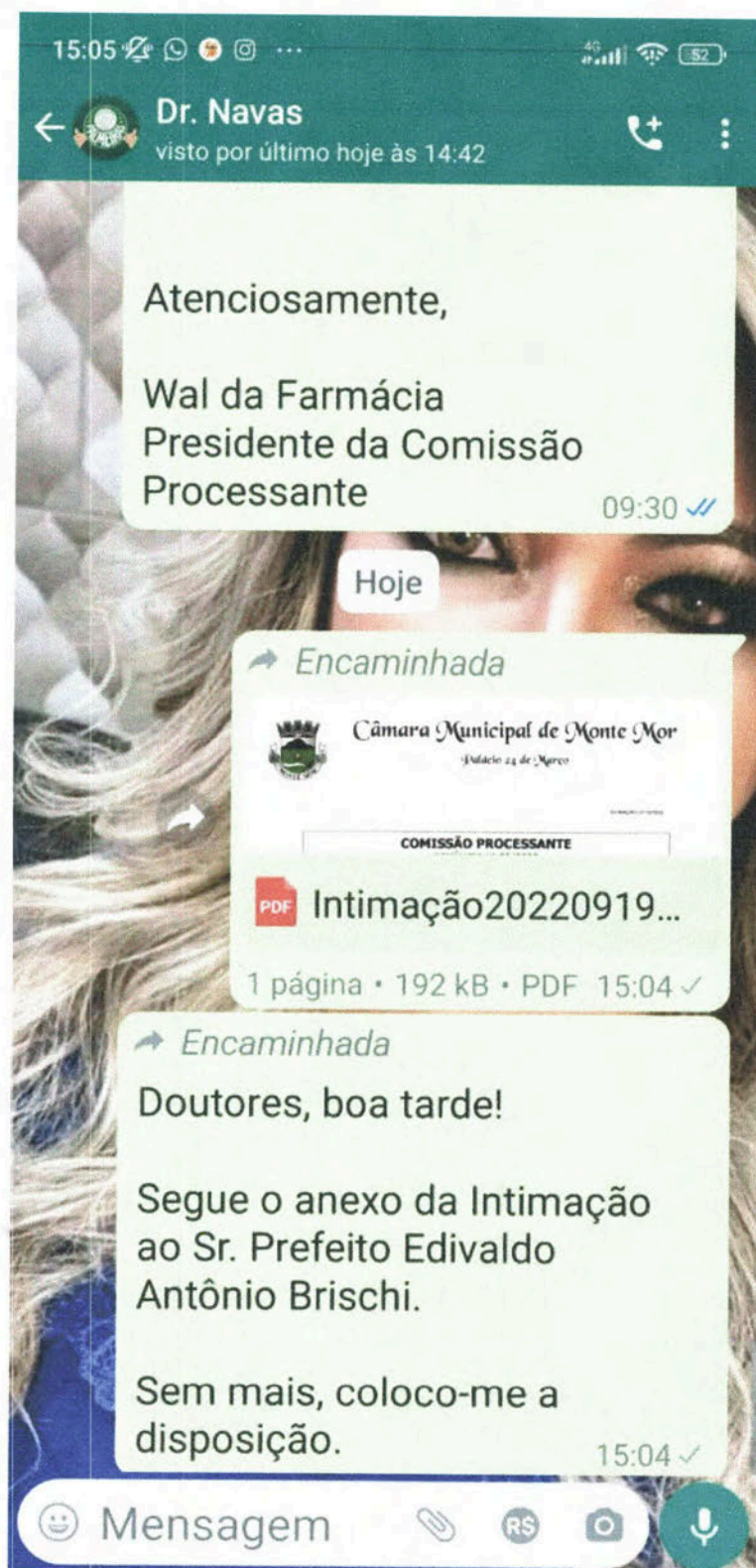
BA





# Câmara Municipal de Monte Mor

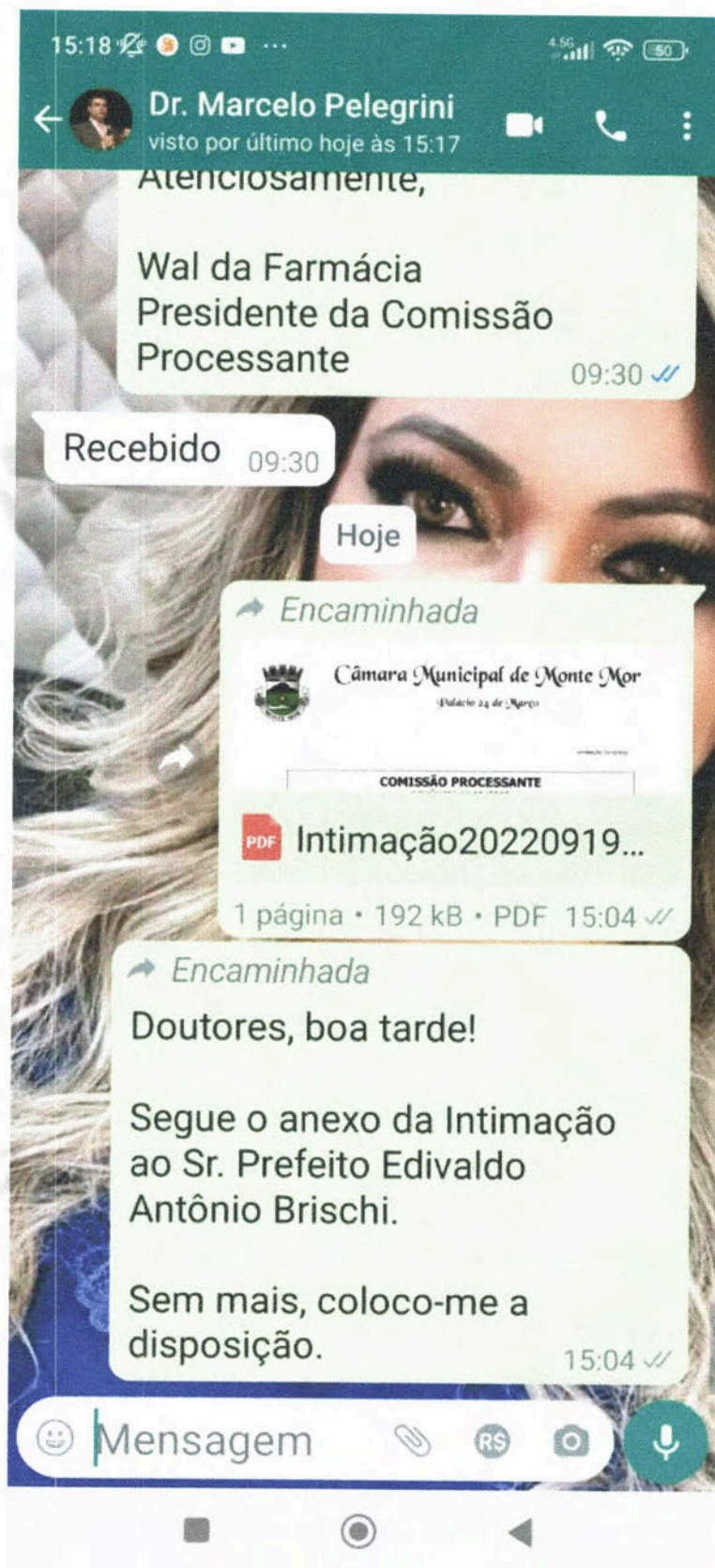
"Palácio 24 de Março"





# Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"







# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

TERMO DE JUNTADA

## COMISSÃO PROCESSANTE DENÚNCIA Nº 02/2022

TERMO DE JUNTADA

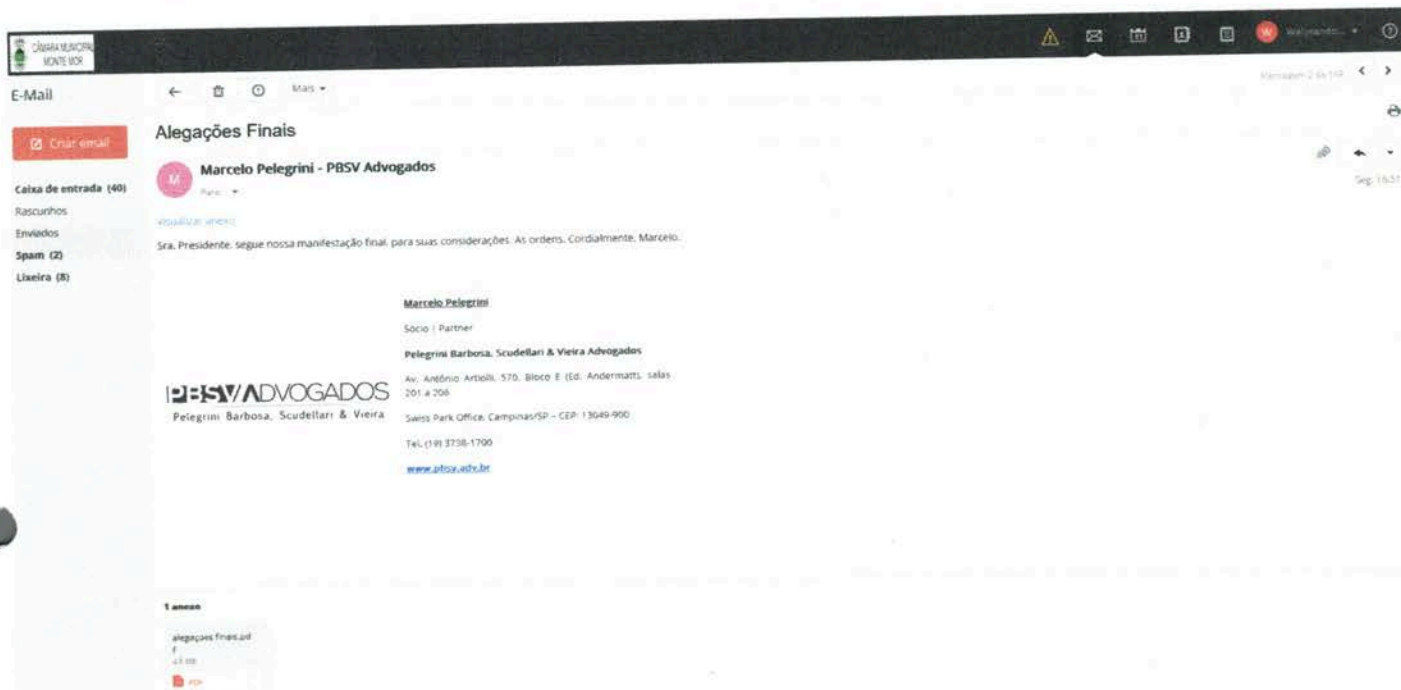
FOLHA Nº

937

VISTO

### TERMO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS 09 - CP 02/2022

Eu, Wal da Farmácia, Presidente da Comissão Processante, no uso de minhas atribuições legais, faço, nesta data, a juntada nos autos do processo político administrativo, de RAZÕES FINAIS enviada conforme e-mail abaixo em 26 de setembro de 2022 às 16:51 horas pelo Procurador do Denunciado, Doutor Marcelo Pelegrini.



Monte Mor, 27 de setembro de 2022.

**Vereadora Wal da Farmácia**  
Presidente da Comissão Processante

ILMA SENHORA VEREADORA WAL DA FARMÁCIA, PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE 02/22, EM TRÂMITE PERANTE A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR/SP.

Comissão Processante n. 02/2022

**EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI**, Prefeito Municipal de Monte Mor/SP, já devidamente qualificado nos autos do processo político-administrativo em epígrafe, vem, por meio de seus advogados regularmente constituídos, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 5º, V, do Decreto-Lei n. 201/67, apresentar suas **ALEGAÇÕES FINAIS**, pugnando, desde logo, pela **total improcedência da denúncia**, pelas razões a seguir articuladas.

### **I. Síntese da denúncia**

Trata-se, como é cediço, de denúncia apresentada pelo cidadão Alex Simplício Furtado, em razão da qual a Câmara Municipal de Monte Mor, na 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, instaurou a Comissão Processante n.º 02/22, composta pelos vereadores Valdirene Joandsin Silva (Presidente), Nelson Almeida (Relator) e Milziane Menezes (Membro), para apurar a prática de infrações político-administrativas supostamente praticadas pelo peticionário, na qualidade de Chefe do Poder Executivo Municipal.

Em que pese a ausência de coesão e coerência na narrativa apresentada na peça acusatória – circunstância que, por si só, obsta o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa –, depreende-se que a inicial, após um breve histórico fático, é repartida em quatro tópicos, nos quais são apresentadas as supostas irregularidades imputadas ao Sr. Prefeito. Nesses termos, as imputações podem ser assim sintetizadas:

*M*



**Denúncia 1**

Imputa-se irregularidades na contratação da empresa Vertical Organização de Eventos, responsável pela instalação de ala destinada ao enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus no Hospital Sagrado Coração de Jesus, que, à época, não dispunha de plano de contingenciamento e protocolos de atendimento exclusivos para o combate à COVID-19 (denominada como "Tenda COVID").

Afirma-se, ainda, que o Município arcou com todas as despesas necessárias à instalação desta nova ala no mencionado hospital e que, no final de 2020, ainda sob anterior gestão, o Município havia locado imóvel, localizado na rua Almirante Tamandaré, n.º 27 – Parque Imperial, Monte Mor/SP, destinado justamente ao enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus (imóvel identificado como "Casa COVID"). Logo, o autor concluir que:

*O fato que chama atenção neste caso não é o valor da despesa, mas a duplicidade da mesma, pois, já existia uma residência locada com a destinação "Casa COVID" que foi fasto R\$ 24.931,96 de setembro de 2020 até dezembro de 2021 incluindo até um pagamento indenizatório que comprova a duplicidade da despesa que se encontra fechada deste janeiro de 2021, sem qualquer uso e, ainda assim, foi feita a locação de uma tenda com valor superior, que totaliza R\$ 167.000,00, aumentando o gasto com um local na casa de 569,82%. Fato esse que merece atenção e investigação.*

**Denúncia 2**

Alega-se que o peticionário, na qualidade de Prefeito, determinou que as obras da Unidade de Pronto Socorro – UPA de Monte Mor/SP fossem finalizadas, tendo em vista as obrigações assumidas perante ao Governo Federal, além da necessidade de inaugurá-la ainda em jul/21.

Desta forma, o Sr. Prefeito teria determinado a contratação da empresa RW Engenharia de Ltda. para dar prosseguimento do remanescente da obra e entrega da Unidade de Pronto Atendimento – UPA. Para que a empresa pudesse dar continuidade aos serviços, foi necessária a renegociação de débitos preexistentes e, após o pagamento, a empresa entregou a obra, conforme Termo de Conclusão da Obra. No caso, segundo a acusação, a irregularidade consistiria na utilização de verbas provenientes dos cofres públicos municipais para a contratação da empresa e finalização da obra, sendo certo que já haviam sido repassados recursos provenientes de convênio junto ao Governo Federal. vejamos:

M

*Para que fosse feito o atestado de medição e entregue o Termo de Conclusão de Obra, o que é absolutamente irregular neste caso, uma vez que os valores do repasse federal, já haviam se esgotado, não restando saldo à pagar, além de abastecer os dados e juntado documentos na plataforma eletrônica do Ministério da Saúde, para torna-la regular, fato esse que não obteve êxito.*

Além disso, próximo à data da inauguração, o Consórcio Intermunicipal de Saúde na região Metropolitana de Campinas – CISMETRO, do qual a Prefeitura é signatária, realizou a contratação de médicos e equipe de enfermagem (enfermeiros e técnicos de enfermagem) para o funcionamento da UPA. Acontece que, segunda a narrativa acusatória, a contratação teria sido realizada um mês antes da entrega das obras da Unidade de Pronto Socorro, de forma que o Município teria arcado indevidamente com os referidos custos sem que houvesse a prestação do trabalho. Confira-se:

*A UPA foi inaugurada em 30 de setembro de 2021, os médicos foram contratados em agosto de 2021, deste modo, em setembro, os médicos e equipe de enfermagem deveriam ser pagos pela prefeitura, o que ocorreu, SEM QUE TENHA HAVIDO QUALQUER ATENDIMENTO NA UPA!*

### **Denúncia 3**

O Denunciante alega que os repasses feitos pelo Município para o Hospital Benefício Sagrado Coração de Jesus aumentaram de forma alarmante no período pandêmico. Afirma que: *estranhamente, ao diminuir os casos de Covid-19, a partir de agosto 2021, a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus começou a receber repassasses cada vez maiores. Enfatizando a má utilização dos recursos federais frente ao combate da COVID-19, temos os repasses feitos a Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus”.*

### **Denúncia 4**

Por fim, os fatos narrados neste tópico se confundem com aqueles narrados no tópico “Denúncia 2”, sendo eles a contratação de equipe médica e de enfermagem anteriormente a entrega das obras da Unidade de Pronto Atendimento, fazendo com que o Município arcasse com a remuneração deste pessoal sem a dívida contraprestação dos serviços médicos. Confira-se:



*O Sr. Edivaldo Antônio Brischi, Prefeito de Monte Mor, efetuou os pagamentos de serviços não executados, ou seja, promoveu vantagem indevida a que não prestou serviços causando prejuízo ao erário e ainda feriu de morte a disposição constitucional contida no artigo 37 da Constituição Federal em relação a moralidade, legalidade e economicidade.*

Após o recebimento e processamento da denúncia, o peticionário apresentou defesa prévia, em que sustentou, em síntese: (i) preliminarmente, a suspeição/impedimento da Exma. Vereadora Wal da Farmácia presidir e integrar o julgamento do feito, em razão da sua parcialidade já manifestada publicamente em outras ocasiões; a má-fé processual do Denunciante, em razão do despejo indiscriminado de elementos documentais impertinentes (*document dump*); a imprestabilidade das provas documentais apresentadas, em razão do desconhecimento a respeito da sua forma de obtenção (aparentemente clandestina), comprometendo a cadeia de custódia; a ilegalidade das provas documentais apresentadas, em razão da ilegal obtenção mediante violação ao dever de preservação de dados pessoais, de caráter sigiloso, em descumprimento aos ditames da LGPD; inépcia da peça acusatória, tanto em razão da ausência de imputação de fatos certos e determinados, como em razão da ausência de apresentação de documentos citados na incoativa, inviabilizando o exercício do contraditório e da ampla defesa; a caracterização da coisa julgada administrativa, em razão da apreciação, ainda que parcial, dos mesmos fatos apurados por esta N. Casa Legislativa na CP n. 03/21; (ii) no mérito, a inadequação típica das condutas imputadas e a ausência de justa causa para processamento da Comissão Processante, em razão da ausência de elementos indiciários mínimos a amparar as imputações articuladas na narrativa acusatória.

Em deliberação realizada em 25/07/2022, a Comissão Processante deliberou pelo prosseguimento do feito, acolhendo integralmente o parecer prévio de fls. 535/545, pelo qual afastaram-se as matérias defensivas articuladas pelo peticionário.

Após a realização e conclusão da instrução processual – com a oitiva de oito testemunhas, todas arroladas pela defesa, ressaltando-se que **o denunciante não produziu provas nos autos** -, esta N. Comissão Processante determinou a intimação do peticionário, para apresentação das suas razões escritas, como estabelece o art. 5º, V, do DL 201/67.

Desse modo, regularmente intimado, o peticionário apresenta, neste ato, as suas razões defensivas em sede de alegações finais, as quais conduzem, de maneira inarredável, à total improcedência da denúncia, sob pena de violação à incorreta interpretação da legislação de regência, conferida pelos Tribunais, notadamente pela jurisprudência consolidada pelos Tribunais Superiores e pelo E. TJSP.



**II. Questões preliminares e prejudiciais de mérito pendentes de deliberação por esta N. Comissão**

Antes da articulação das razões defensivas de ordem meritória, é importante ressaltar, uma vez mais, que há matérias defensivas e pleitos articulados por esta defesa técnica que, apesar de condicionaram o correto processamento e julgamento do feito, ainda não foram apreciadas, a despeito das reiteradas arguições suscitadas pela defesa. Vejamos.

**a) Ilegalidade e imprestabilidade da documentação que acompanha a peça acusatória – necessidade de desentranhamento dos elementos (inclusive os inquinados de ilicitude por derivação), sob pena de nulidade do procedimento – aplicação subsidiária/análoga do art. 157 do CPP, já admitida pela CP**

Desde a primeira manifestação nos autos, a defesa se insurgiu contra a manifesta imprestabilidade dos elementos probatórios que instruem a denúncia: seja em razão do evidente comprometimento da cadeia de custódia, ou seja, notadamente, pela ilicitude decorrente da utilização de documentos sigilosos (dados pessoais de natureza sensível), obtidos ilegalmente – circunstâncias que, por si sós, fulminam de nulidade o processamento do feito.

A respeito do comprometimento da cadeia de custódia das provas documentais, pontuou-se que toda a documentação *supostamente originária* dos bancos de dados da Administração Pública Municipal – informações orçamentárias e de aplicação de recursos públicos, dados da pasta da Saúde, informações pessoais sobre o cadastro de profissionais da saúde, etc – não foi precedida do necessário esclarecimento a respeito da origem e forma de obtenção.

A denúncia ofertada está acompanhada, em tese, por provas pré-constituídas (elementos informativos) apresentados pelo Autor, nos Anexos de 1 a 11, dentre elas, cita-se: Relatório da Visita Técnica do Conselho Municipal de Saúde em 09/11/2021 – UPA (Anexo 1); Ficha de Funcionários de enfermagem que prestavam serviços na UPA até a data da visita técnica do Conselho Municipal de Saúde (Anexo 3); Contrato de Enfermeira UFA (Anexo 4); Contrato de Técnica de Enfermagem UPA (Anexo 5); Planilha de Internações COVID-19 – Hospital (Anexo 6); Declaração de prestação de serviços da UBS – Conselho Municipal de Saúde (Anexo 7); Prestação de Contas do Hospital ao Conselho Municipal de Saúde/Tenda Covid; e Prestação de Contas da CISMETRO (Anexo 9).

Considerável parcela dos documentos juntados, notadamente os citados acima (destacando, ainda, àqueles contidos no Anexo 3, 4 e 5), são oriundos, em tese, de entidades e órgãos



públicos. Isto quer dizer que não são, e nem estão, acessíveis ao cidadão comum, cujo acesso àqueles que não são considerados sigilosos somente se daria através de requerimento formulado pelo solicitante (leia-se denunciante) ao órgão solicitado, mas cuja indicação do procedimento é inexistente.

Todavia, o denunciante não junta aos autos tais requerimentos que deveriam ser formulados para os órgãos e entidades públicas que possibilitaram a ciência e acesso aos documentos acarreados aos autos. É de se questionar, portanto, o meio pelo qual o denunciante coletou tais elementos informativos (prova pré-constituída), em especial, àqueles que possuem informações pessoais (leia-se, dados sensíveis, informações sigilosas) de outros cidadãos como os contratos de trabalho, as fichas funcionários dos médicos e enfermeiros etc.; e, mais do que isso, se são verídicos.

Por exemplo, a Planilha de Internações do COVID foi, supostamente, disponibilizada pelo Hospital Municipal, todavia, não há requerimento em nome do denunciante pedindo o fornecimento destas informações, como também não há nenhum requerimento em nome do denunciante pedindo o fornecimento dos demais documentos juntados aos autos. É plausível supor, portanto, que tais documentos são falsos materialmente e/ou ideologicamente.

A absoluta ausência de indicação da forma de obtenção dos elementos utilizados na denúncia seria suficiente para se constatar o desconhecimento da efetiva origem desses documentos. No entanto, a prova testemunhal produzida nos autos, conforme se verá adiante, ratificou a hipótese aventada pela defesa, na medida em que os servidores públicos ouvidos no feito afirmaram que nenhum requerimento administrativo foi apresentado pelo denunciante ou seus representantes, em especial aqueles de natureza sensível e sigilosa, não disponibilizados no portal da transparência, por razões legais óbvias.

Essa circunstância, evidentemente, retira a higidez desses elementos – notadamente daqueles que natureza sigilosa ou sensível, tais como os dados pessoais dos profissionais de saúde contratados no âmbito municipal –, sobretudo porque o desconhecimento a respeito da origem dos documentos macula, por completo, a confiabilidade de seu conteúdo.

E a confiabilidade e higidez da prova pré-constituída é determinante para sua *admissão* no processo. É ilegal admitir a valoração destes documentos sem saber o meio pelo qual o denunciante teve acesso a eles, principalmente porque são documentos fornecidos por órgãos e entidades públicas. Como não há esse esclarecimento, não é possível conferir a eles qualquer força probante, muito menos, fé pública.

A preservação das fontes de prova é, portanto, fundamental, principalmente quando se trata de elementos probantes cuja produção ocorre fora do processo (prova pré-constituída). Trata-se de verdadeira condição de validade da prova. O cuidado é necessário e justificável: quer-se impedir a manipulação indevida da prova com o propósito de incriminar (ou isentar) alguém de responsabilidade, com vistas a obter a melhor qualidade da decisão e impedir uma decisão injusta<sup>1</sup>.

Por outro lado, a defesa suscitou, ainda, a evidente ilegalidade decorrente das vicissitudes na obtenção dos elementos constantes do Anexo III a IV, porquanto há informações de propriedade da equipe médica contratada para trabalhar na Unidade de Pronto Atendimento – UPA, que são caracterizadas como **dados pessoais e sensíveis – que não eram de posse do conselho de saúde, não poderiam ter sido violados e obtidos, muito menos utilizados para acusar** -, e, por esse motivo, sua divulgação e publicização é condicionada, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados.

Cita-se, apenas à título exemplificativo, o documento acostado às fls. 50, Ficha Cadastral da funcionária Aline Negrão de Oliveira, que expõe dados de natureza pessoal: nome, idade, estado civil, endereço etc.; e, danos de natureza sensível: informações sobre deficiência e dados funcionais, art. 5º, inc. I e II, da LGPD, respectivamente.

É absolutamente flagrante que a utilização clandestina desses dados não somente compromete a higidez dos elementos, como, sobretudo, macula a sua licitude, já que obtidos de maneira flagrantemente ilegal, com **evidente violação aos preceitos gerais estabelecidos na LGPD**.

A respeito da arguição de imprestabilidade desses elementos probatórios – tanto em razão do comprometimento da preservação da cadeia de custódia, como em razão da ilicitude das provas -, esta N. Comissão Processante se limitou a declarar que *“eventuais irregularidades constantes da cadeia de custódia serão sopesadas pelos membros dessa comissão e pelos vereadores desta casa, com todos os demais elementos produzidos na instrução, para que se possa aferir se a aprova apresentada é realmente confiável”*. Citando supostas limitação dos *“poderes de apuração desta Comissão”*, o relatório prévio de fls. 535/545 consignou que caberia ao denunciado *“adotar providências dentro do Poder Executivo”*, bem como *“oficiar os órgãos que julgar necessário”*.

<sup>1</sup> LOPES JR., Aury; DA ROSA, Alexandre Moraes. A importância da cadeia de custódia para preservar a prova penal.



Além disso, esta N. Comissão reconheceu a ilegalidade da utilização dos documentos com dados pessoais sensíveis, consignando que *“esta CP não pode permitir a divulgação de referidos dados no site institucional da Câmara Municipal de Monte Mor, em respeito à Lei 13.709/18 [LGPD]”* (fls. 906), suprimindo o acesso virtual aos dados pessoais ilegalmente acostados à denúncia, **mas mantendo tais elementos no processo.**

Contudo, conforme reiteradamente suscitado pela defesa, a **manutenção nos autos** das provas ilícitas – em especial aquelas provenientes da obtenção clandestina de dados pessoais – é circunstância que macula a higidez do feito, inquinando-o de evidente nulidade.

Com efeito, o art. 157 do Código de Processo Penal – cuja adoção, por interpretação analógica e subsidiária já foi admitida por esta N. Comissão em reiteradas oportunidades – é claro ao estabelecer que **a prova ilícita deve ser imediatamente desentranhada dos autos.** Confira-se:

*“Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.”*

É oportuno esclarecer que essa providência alcança, também, os elementos de prova atingidos pela ilicitude por derivação – isto é, aqueles originários das provas reconhecidamente ilícitas –, por aplicação da *teoria dos frutos da árvore envenenada*, doutrina se criou no arcabouço jurídico americano (*“fruits of the poisonous tree”*). Sobre o tema:

*ILICITUDE DA PROVA — INADMISSIBILIDADE DE SUA PRODUÇÃO EM JUÍZO (OU PERANTE QUALQUER INSTÂNCIA DE PODER) — INIDONEIDADE JURÍDICA DA PROVA RESULTANTE DA TRANSGRESSÃO ESTATAL AO REGIME CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS. (...) A questão da doutrina dos frutos da árvore envenenada (fruits of the poisonous tree): a questão da ilicitude por derivação. Ninguém pode ser investigado, denunciado ou condenado com base, unicamente, em provas ilícitas, quer se trate de ilicitude originária, quer se cuide de ilicitude por derivação. Qualquer novo dado probatório, ainda que produzido, de modo válido, em momento subsequente, não pode apoiar-se, não pode ter fundamento causal nem derivar de prova comprometida pela mácula da ilicitude originária. A exclusão da prova originariamente ilícita — ou daquela afetada pelo vício da ilicitude por derivação — representa um dos meios mais expressivos destinados a conferir efetividade à garantia do due process of law e a tornar mais intensa, pelo banimento da prova*

*ilicitamente obtida, a tutela constitucional que preserva os direitos e prerrogativas que assistem a qualquer acusado em sede processual penal. Doutrina. Precedentes. A doutrina da ilicitude por derivação (teoria dos 'frutos da árvore envenenada') repudia, por constitucionalmente inadmissíveis, os meios probatórios, que, não obstante produzidos, validamente, em momento ulterior, acham-se afetados, no entanto, pelo vício (gravíssimo) da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os, por efeito de repercussão causal. (...) Precedentes. Jurisprudência comparada (a experiência da Suprema Corte Americana): casos Silverthorne Lumber co. v. United States (20); Segura v. United states (84); Nix v. Williams (84); Murray v. United states",<sup>2</sup>*

Portanto, se esta N. Comissão já reconheceu, expressamente, a ilicitude dos elementos probatórios vergastados – em especial dos dados obtidos de forma clandestina, em violação à LGPD, bem como aqueles de origem desconhecida -, **não basta a limitação ao seu acesso na plataforma virtual**, tampouco o oficialmente às autoridades competentes para apuração dos ilícitos penais (pleito reiteradamente negado por esta N. Comissão, inclusive). Esses elementos, absolutamente imprestáveis devem ser, de imediato, desentranhados dos autos, como estabelece o art. 157 do CPP, como estabelece a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

*“A prova ilícita, em sentido estrito, deve, então, ser associada, exclusivamente, às obtidas com violação de direitos fundamentais, materiais ou protetivos de liberdades públicas, e não àquelas obtidas com a vulneração de normas puramente processuais, ainda que estas possam ter algum subsídio constitucional. Assim, as provas ilegais são ilegítimas quando infringirem normas de caráter procedimental ou de direito processual; e ilícitas quando violarem os princípios ou garantias constitucionais fundamentais ou as normas que versam sobre o direito material. E a consequência processual para a prova ilícita é a sua inadmissibilidade, a impedir o seu ingresso (ou exclusão) no processo, enquanto a prova ilegítima gera sua nulidade.” (Rel 36734, Rel. Min. Rogério Schietti, j. 10/02/21).*

Por isso é que a determinação de apreciação de tais elementos após o encerramento da instrução processual é medida desta N. Comissão que viola o devido processo legal que, caso mantida, fulmina de absoluta nulidade o presente feito, devendo ser, inclusive, comunicado o MP por parte desta Comissão, para que seja apurado o crime ocorrido e seu autor, a começar pela oitiva do denunciante.

<sup>2</sup> STF - RHC 90.376, Rel. Min. Celso de Mello, DJU 18/5/07).



É importante rememorar, ainda, que a manutenção desses elementos nos autos e a recusa dessa N. Administração em oficiar as autoridades competentes para apuração dos eventuais ilícitos penais/administrativos é circunstância que também macula os deveres, imputáveis aos agentes públicos, inerentes ao tratamento de dados pessoais pelo Poder Público, em especial aqueles previstos no art. 23 da LGPD. Sobre o tema, é oportuno ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, em 15/09/2022, julgou a ADI 6649, fixando, entre outros, o seguinte entendimento:

*“A transgressão dolosa ao dever de publicidade estabelecido no art. 23, inciso I, da LGPD, fora das hipóteses constitucionais de sigilo, importará a responsabilização do agente estatal por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, inciso IV, da Lei 8.429/92, sem prejuízo da aplicação das sanções disciplinares previstas nos estatutos dos servidores públicos federais, municipais e estaduais”.*

Diante do exposto, o peticionário ratifica integralmente os itens III, “B” e “C” da defesa prévia apresentada, bem como todos os requerimentos, realizados oralmente ou por manifestações por escrito nos autos, relativos à imprestabilidade dos elementos probatórios, em razão do flagrante comprometimento da cadeia de custódia e da manifesta ilicitude (já reconhecida por esta N. Comissão), para que se determine o imediato desentranhamento dos elementos impugnados, sob pena de nulidade absoluta do feito.

**b) Ausência de apreciação da pretensão probatória relacionada com a produção de prova pericial contábil – cerceamento de defesa**

Registra-se, ainda, que o pleito de produção de prova pericial de natureza contábil, regularmente formulado em defesa prévia, reiterado e justificado na manifestação de fls. 857/860, não foi sequer mesmo apreciado por esta N. Comissão Processante, caracterizando evidente cerceamento de defesa e consequente nulidade do feito.

Elucidou-se, na ocasião, que a apreciação do referido pleito probatório antes da produção das provas testemunhais é verdadeira condição de validade da instrução processual, sobretudo para conferir máxima efetividade à produção da prova oral, que deveria ser realizada à luz do prévio esclarecimento das questões técnicas e contábeis que envolvem a narrativa acusatória, à luz do que dispõe o art. 357 do CPC, aplicável por analogia ao feito.

Justificou-se, também, que a produção de prova pericial-contábil é necessária para a desconstituição das infundadas imputações acusatórias de malversação e desvio de finalidade de recursos públicos, que demandam análise técnica especializada sobre os empenhos, movimentações, convênios e alocações genericamente suscitadas na incoativa.

O que se conclui, portanto, é que o próprio indeferimento da pretensão probatória já caracterizaria grave violação aos postulados do contraditório e da ampla defesa; contudo, a ausência sequer mesmo de apreciação dessa pretensão constitui grave e flagrante nulidade processual, pela grave e injustificada supressão do direito de defesa.

Em tais condições é que a ausência de apreciação – e, inclusive, o eventual indeferimento dos pleitos probatórios – caracteriza evidente cerceamento de defesa, inquinando, em tal hipótese, de nulidade absoluta dos atos subsequentes praticados. Nesse sentido:

*“Mandado de segurança - Processo político-administrativo - Prefeito Municipal - Desistência da denúncia - Processo já iniciado - interesse público - Comissão Processante - cerceamento de defesa - perícia técnica - indeferimento - ausência de fundamentação - matéria contábil - direito líquido e certo - prova testemunhal - não comparecimento - ônus da defesa - suspeição ou impedimento de vereador - não configuração nos limites do Decreto-Lei 201, de 1967 - inaplicabilidade das hipóteses do Código de Processo Civil - precedente STF - segurança parcialmente concedida. 1. O art. 5º, inciso LV, da Constituição garante aos litigantes o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes em processo judicial ou administrativo. 2. A verificação da regularidade dos gastos do Poder Executivo é matéria contábil técnica que exige exame pericial, motivo pelo qual o indeferimento injustificado desta prova configura cerceamento de defesa no processo político-administrativo de cassação de prefeito. 3. Não se aplicam as hipóteses de suspeição ou impedimento previstas no código de processo civil ao processo político-administrativo previsto no decreto-lei 201, de 1967. [...] Consoante se extrai do parecer da Comissão Processante (páginas 99 a 115), a perícia técnica contábil foi indeferida sob o fundamento de que a Comissão Processante não verificou como uma perícia poderia chegar a esclarecer os fatos, e que o pedido foi por demais genérico, não especificando quais documentos periciar. Ora, em se tratando de fato contábil relacionado ao valor de manutenção dos veículos do Município, processo licitatório, valor de mercado, revela-se situação que exige conhecimento técnico, motivo pelo qual somente a perícia pode esclarecer se o valor está adequado ao percentual previsto na lei e no mercado, como alegado”*



na denúncia. Trata-se de corolário da ampla defesa, estabelecido no art. 5º, inciso LV, da Constituição da República, que preconiza: aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. E tendo em vista a pertinência da prova, notadamente diante da tecnicidade que exige o exame das supostas irregularidades, tem-se por imprescindível sua realização.” (TJMG – MS n. 0481780-30.2018.8.13.0000 – rel. Des. Marcelo Rodrigues – j. 13/09/18)

A supressão desse direito probatório – que, repita-se, sequer foi apreciado por esta N. Comissão -, além de invalidar todo o procedimento, também obstará eventual decreto condenatório.

Essa conclusão se extrai a partir do reconhecimento dos direitos e garantias conferidas ao acusado no âmbito do direito administrativo sancionador – cujo espectro normativo é integrado pelos poderes punitivos exercidos no âmbito dos processos político-administrativo, sustentamos -, citando-se, por analogia, o que dispõe o artigo 17, §10-F, II, da Lei Federal n. 8.429/92, que estabelece que será **nula a sentença condenatória que “condenar o requerido sem a produção das provas por ele tempestivamente especificadas”**.

Desse modo, faz-se necessária a conversão do julgamento em diligência, para que seja apreciado e deferido o pleito de produção de prova pericial contábil, sob pena de nulidade do procedimento, por grave violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**c) Ausência de apreciação da inépcia da denúncia, sob o aspecto da ausência de juntada de documentos mencionados ou relacionados na peça acusatória – violação ao pleno exercício do contraditório e da ampla defesa**

É necessário destacar, também, que esta N. Comissão Processante não analisou a tese defensiva relacionada com a inépcia da peça acusatória, especificamente no que diz respeito à ausência de apresentação de documentos citados ou relacionados na denúncia.

Sustentou-se, em defesa prévia, que o denunciante não se desincumbiu do ônus processual que lhe recaía por influxo do art. 5º, I, do DL 201/67, na medida em que notadamente porque a quase totalidade dos documentos que foram mencionados na denúncia não foram apresentados aos autos, tais como:

- Termo de Colaboração n.º 04/2021;
- Procedimento licitatório (Carta-Convite) que precedeu a contratação da empresa MAGS Consultoria e Assessoria Empresarial e Gestão Pública;
- Contrato administrativo celebrado com a empresa MAGS Consultoria e Assessoria Empresarial e Gestão Pública;
- Links de acesso para as informações completas sobre recursos utilizados no combate à COVID e aos registros de casos da COVID-19 no município;
- Contrato de locação de imóvel – “Casa Covid” e respectivos pagamentos;
- Contrato com a empresa Vertical Organização de Eventos Ltda (TENDA COVID) e respectivos pagamentos;
- Situação cadastral de convênios federais eventualmente utilizados para a construção da UPA Jd. Paulista e documentos relativos à “*situação irregular junto ao Ministério da Saúde*”;
- Contrato administrativo celebrado com a empresa RW Engenharia Ltda;
- Débitos anteriores com a empresa RW Engenharia Ltda e eventuais procedimentos administrativos de cobrança, nota de empenho, ordenação de despesa, medições, etc;
- Consórcio Municipal CISMETRO – Termo de adesão;
- Relatório de atendimentos nas unidades de saúde, em especial UPA Jd. Paulista e Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus (casos COVID e **demaís ocorrências**);
- Termo de colaboração n.º 05/2021;
- Intervenção judicial – Associação Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus;
- Mídia contendo a suposta “live” em que o prefeito teria estabelecido o prazo de julho/2021 para inauguração da UPA Jd. Paulista;

Como se não bastasse, os demonstrativos supostamente extraídos do portal eletrônico do TCE/SP – com a indicação de recursos utilizados com pagamentos da locação do imóvel “casa COVID”, tenda COVID, pagamentos do CISMETRO, pagamentos do Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus – além de não terem sido apresentados aos autos, (foram apenas reproduzidos no corpo da inicial acusatória) **estão ilegíveis**.

Essas circunstâncias – não apresentação dos elementos indiciários supostamente pré-constituídos e mencionados na narrativa acusatória – é o que basta para se concluir pela inépcia da denúncia e pela evidente inviabilização do exercício pleno do contraditório e da ampla defesa.



Contudo, ao apreciar a referida tese defensiva, esta N. Comissão Processante, por meio do parecer prévio, se limitou a registrar que *“não comporta acolhimento a argumentação de inépcia da denúncia, vez que embasada na acusação da prática de infração política administrativa, com fulcro no artigo 1º incisos I, II, III, artigo 4º, incisos VIII e X, todos do Decreto Lei nº 201/67, bem como em fatos devidamente descritos e delimitados, os quais permitiram que o denunciado ofertasse sua defesa lastreada em 46 laudas, sendo discutidas questões preliminares e de mérito”*.

O que se observa, portanto, é que esta N. Comissão não apreciou a tese defensiva de inépcia da peça acusatória sob a perspectiva de ausência de apresentação de documentos e elementos referenciados na denúncia, de modo que a análise do pleito, como condição antecedente do julgamento da demanda, é medida que se impõe, sob pena de violação aos postulados do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

**III. Análise da instrução processual – acervo probatório que desconstitui a narrativa acusatória e ratifica integralmente a tese defensiva**

Superadas as questões preliminares e prejudiciais de mérito, passa-se ao exame do conjunto de provas produzido no feito – todas de iniciativa da defesa -, que desconstituem, por completo, a temerária e inverídica narrativa acusatória.

Registra, inicialmente, que o denunciante não se desincumbiu, em absoluto, do ônus probatório que recai sobre a acusação: além de não apresentar documentos aptos a sustentar as afirmações contidas na denúncia; se valer de elementos que, além de ilícitos, não corroboram a fantasiosa hipótese acusatória; e despejar documentos absolutamente impertinentes ao objeto das imputações; **o denunciante não produziu nenhuma prova nos autos e, inclusive, não participou de nenhum ato da instrução processual.**

Por outro lado, a defesa, seja na manifestação defensiva preliminar, como durante toda a instrução processual, produziu robusto conjunto probatório, integrado por elementos documentais e testemunhais, que descaracterizam, por completo, a inverídica narrativa acusatória.

Destacam-se, inicialmente, as provas testemunhais, cujos depoimentos, **que ratificam integralmente a tese defensiva**, podem ser assim sintetizados:



- **Silvana Aparecida Zanetti**

Secretária Municipal de Finanças desde janeiro de 2021. Esclareceu que a empresa MAGS consultoria organizou os Convênios celebrados pelo Município, tomando as providências para garantir o andamento e devido cumprimento de seus respectivos termos, inclusive o convênio com o Governo Federal que destinou verbas para a construção da UPA. Esclareceu que os serviços prestados são fiscalizados e acompanhados pelo Secretário de Gabinete, Sr. Bizetto. Esclareceu que o proprietário da empresa MAGS não tem acesso à chave de acesso à conta bancária do Município. Esclareceu que o registro de acesso mencionado na denúncia não diz respeito à conta bancária, mas à plataforma virtual de convênios do Município. Esclareceu que a UPA está em situação regular. Esclareceu que o ordenador de despesas vinculadas à pasta da Saúde e do respectivo Secretário. Esclareceu que os serviços prestados pela empresa MAGS viabilizaram a liberação de recursos de convênios em execução. Esclareceu que somente possuem acesso à senha master o Prefeito, o Secretário Municipal de Saúde, Secretário Municipal de Educação e os Tesoureiros, afirmando que é falsa a alegação de que outras pessoas teriam acesso às senhas de movimentação bancária. Esclareceu que o denunciante jamais formulou qualquer requerimento administrativo para acessos às supostas informações mencionadas na denúncia. Esclareceu que a “Casa Covid” não possui infraestrutura para realizar atendimentos nos serviços de prevenção/combate à pandemia, esclarecendo que as acomodações eram insalubres, não possuindo sequer mesmo as instalações necessárias para disponibilização de cilindros de oxigênio, esclarecendo que a “Tenda Covid” contratada era essencial ao desempenho de tais serviços. Esclareceu que as condições precárias da “Casa Covid” foram herdadas da gestão anterior. A testemunha apresentou laudo técnico, com imagens, sobre o estado precário da “Casa Covid”. Afirmou que a imputação da denúncia, nesse ponto, é inverídica. Esclareceu que, durante o período da pandemia, o Hospital Beneficente recebeu aproximadamente R\$ 1,5 milhões de recursos federais para o enfrentamento à COVID, juntando relatório financeiro comprovando tal informação. Afirmou que os valores constantes da denúncia são falsos. Afirmou que todos os pagamentos, no âmbito da Municipalidade, são precedidos de empenho, e que possuem vinculação previamente definida, conforme as exigências legais. Afirmou que o Sr. Prefeito jamais solicitou que fossem realizados quaisquer pagamentos em desacordo com esse procedimento legal e que as imputações acusatórias, nesse sentido, são falsas.

- **Eliane Regina Queiroz Piai**

Esclareceu que ocupa o cargo de Secretária Municipal de Saúde desde 21/02/2022. Esclareceu que todos os contratos da pasta possuem fiscal/gestor de contratos, a Sra. Angelita Tancredo. Esclareceu que é



ordenadora de despesas da pasta e que, assim, possui senha de acesso às movimentações bancárias do Município nessa área. Esclareceu que a gestão da UPA é terceirizada, realizada pelo Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus. Esclareceu que a entidade presta contas sobre a gestão, condição para a realização dos pagamentos pelos serviços prestados. Esclareceu que os procedimentos para regularização da habilitação para recebimento de recursos federais estão em fase final, devendo ser concluída em torno de sessenta dias. Esclareceu que o custo mensal da UPA para os cofres públicos do município é de aproximadamente 650 e 700 mil reais mensais. Esclareceu que, após a conclusão da regularização da situação cadastral, a UPA estará apta a receber até 175 mil reais de recursos federais. Esclareceu que já fez a solicitação, há alguns meses, de rescisão do contato de locação da "Casa Covid" e que referido contrato não mais integra a pasta. Esclareceu que o contrato com a CISMETRO já era objeto de sindicância que tramitava perante a procuradoria. Esclarece que o denunciante não fez nenhum requerimento para acesso a informações da pasta, mencionadas na denúncia. Esclarece que as informações sobre pacientes e profissionais de saúde são sigilosas, às quais o denunciante jamais poderia ter acesso e que, portanto, são ilegais. Esclareceu que a Municipalidade tomou as medidas judiciais cabíveis em relação ao contrato CISMETRO. Esclareceu que a média de mortalidade do município no período da COVID é de 1,5, abaixo da média nacional, acima de 2,1.

• **Letícia Pagotto Piovesani Júlio**

Esclareceu que é Procuradora do Município e ocupa o cargo de Presidente da Comissão Permanente de Sindicância desde o início de 2021, sendo procuradora desde o ano de 2011. Esclareceu que existe uma Portaria que define os gestores e fiscais de contratos públicos. Esclareceu que os profissionais de saúde que foram contratados pela CISMETRO antes da inauguração da UPA foram realocados para outras unidades de saúde, e que o Município, nesse período, glosou os respectivos pagamentos durante o período em que a UPA não estava em funcionamento. Esclareceu a sindicância que trata dos fatos está em trâmite. Esclareceu que o termo de colaboração celebrado entre o Município e o Hospital Sagrado Coração de Jesus independe de autorização da Câmara Municipal. Esclareceu que o termo de colaboração é realizado em conformidade com as orientações do TCE/SP sobre o tema e que referido órgão de controle não identificou qualquer apontamento sobre a avença, inclusive na hipótese da dispensa de chamamento público. Esclareceu que o denunciante não formulou nenhum requerimento, no Departamento Jurídico, de acesso às supostas informações mencionadas na denúncia. Esclareceu que a utilização de documentos sigilosos, na presente CP, é totalmente ilegal e que são imprestáveis para subsidiar a acusação. Esclareceu que todas as contratações, inclusive as versadas na denúncia, foram precedidas de parecer. E que o Sr. Prefeito jamais pediu que tal providência - ou qualquer outra exigência legal - fosse suprimida, pontuando



que o Prefeito frequentemente determina que quaisquer irregularidades sejam retificadas, afirmando que o Prefeito não é omissor ou negligente, mas zeloso e proativo. Esclareceu que houve a supressão de aproximadamente 400 mil reais de pagamentos à CISMETRO, de acordo com ordem judicial e sindicância administrativa. Esclareceu que inclusive o Ministério Público, na ação judicial, opinou favoravelmente à suspensão dos pagamentos ao CISMETRO e à continuidade dos serviços, o que foi garantido pelo Judiciário. Esclareceu, assim, que tal medida impediu a caracterização de dano ao erário e que, na sua avaliação, as providências foram corretas e suficientes à mitigação das irregularidades apontadas e, ao mesmo tempo, garantia a continuidade dos serviços. Esclareceu que o Prefeito não autorizou a realização de pagamentos ao CISMETRO até conclusão da sindicância, conforme parecer jurídico.

- **Priscila Goulart Lauria Chacon**

Esclareceu que ocupa cargo concursado na prefeitura desde 02/09/2013 e, atualmente, atua na Secretaria de Saúde, como assessora institucional, realizando a coordenação da atenção básica. Esclareceu que a "Casa Covid" anteriormente era utilizada para realização de testes rápidos para COVID e que a finalidade era a de impedir que pessoas possivelmente infectadas transitassem pelas unidades de atendimento médico, para prevenir novas infecções. Esclarece que a gestão da UPA é realizada pelo Hospital Sagrado Coração de Jesus, em razão de termo de colaboração celebrado entre a entidade e o Município.

- **Marco Aurélio Gouveia da Silva**

Esclareceu que presta serviços ao Município desde o início de 2021. Esclareceu que sua empresa, MS Consultoria, foi contratada mediante procedimento licitatório, disponibilizado no portal da transparência do Município, para prestação de serviços de assessoria de convênios junto a órgãos governamentais. Esclareceu que não tem acessos à senha master do Município, mas apenas à plataforma de alimentação dos sistemas de convênios vinculados ao Município, para inclusão das informações necessárias. Esclareceu que o serviço que presta envolve a alimentação das plataformas eletrônicas relativas aos convênios de interesse/participação da Prefeitura, e que os atos decisórios em tal âmbito são tomados pelas pastas administrativas responsáveis do Município. Esclareceu que a empresa realizou um diagnóstico geral da situação do município e respectivas pastas em relação aos convênios celebrados, constatando que tais avenças estavam paradas ou irregulares, desde a gestão anterior. Esclareceu que a gestão anterior solicitou a alteração do objeto do convênio celebrado com o Governo Federal, querendo a substituição de projeto de UPA, para UBS, o que foi indeferido pela União, que determinou que os recursos fossem devolvidos integralmente, ou que o objeto inicial fosse mantido. Esclareceu que, em



decorrência dos serviços prestados pela sua empresa, foram regularizados convênios que estavam em situação de atraso ou irregular, viabilizando a utilização dos recursos federais no escopo em que repassados pela União, inclusive das obras da área da Saúde. Esclareceu ainda, que se os serviços não fossem prestados, as avenças seriam perdidas e os recursos deveriam ser devolvidos à União, com as devidas correções, causando dano ao erário. Esclareceu que os serviços envolvem informações e conhecimentos técnicos de natureza complexa e minuciosa. Esclareceu que o Sr. Prefeito jamais solicitou ou determinou a realização de qualquer operação ilegal ou irregular e que, inclusive, nunca se omitiu na fiscalização dos serviços envolvidos.

- **Marlucia Ap. de Melo Rodrigues**

Esclareceu que exerce a presidência do Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus desde 01/09/2018. Esclareceu que o Hospital recebe repasses mensais da Prefeitura, em decorrência do termo de colaboração celebrado entre as partes. Esclareceu que os gastos mensais com a UPA, que o Hospital gerencia, somam aproximadamente 680 mil reais. Esclareceu que os repasses mensais são suficientes à manutenção da UPA, mas não do Hospital, que depende de suplementações orçamentárias. Sobre os documentos sigilosos apresentados na denúncia, esclareceu que não sabe dizer de que forma o denunciante os obteve. Esclareceu que os documentos constantes do Volume 1, anexo 6, fls. 138/142, são verdadeiros e que se tratam de informações do Hospital, que são repassadas ao CSM. Sobre os documentos de fls. 46, esclareceu que tais documentos foram entregues somente ao CSM. Esclareceu que o denunciante não poderia, legalmente, ter acesso às informações sigilosas constantes dos autos. Esclareceu que o paralelo traçado na denúncia entre número de internações e aumento de recursos na saúde durante a pandemia parte de pressupostos equivocados, porque não contabiliza os atendimentos e internações “pós-covid”, isto é, sequelas e complicações que exsurtem após o período de infecção, cujo tratamento, inclusive, é mais custoso. Esclareceu que o aumento de gastos tem, portanto, outros fatores e que se justifica em razão do período pandêmico, seja em razão de tratamentos complementares, contaminações anteriores, verbas de horas extra de colaboradores, e não somente de internações, se mostrando falsa a imputação de que a queda nas internações não justifica a manutenção/aumento de gastos.

- **Beatriz Moraghi Dias S. Barreto**

Esclareceu que é médica que atua na rede municipal de Saúde. Esclareceu que a “Casa Covid” – que, na gestão anterior, era utilizada apenas para testes e atendimentos de pacientes com quadros leves da doença - tinha problemas de ordem estrutural, inviabilizando a utilização para atendimentos médicos em geral,



observando que as instalações eram pequenas. Esclareceu que, quando contratada a "Tenda Covid", a complexidade dos casos e da situação da pandemia era muito mais complexa, circunstância que demandou a disponibilização de estrutura apta ao atendimento de demandas emergenciais, inclusive de pacientes com falta de oxigenação, estrutura da qual a "Casa Covid" era desprovida e imprestável para tal finalidade, sendo tecnicamente inviável para os atendimentos. Esclareceu que a disposição de portas do imóvel não permitia a passagem de macas e que as suas condições não permitiam a instalação de rede de oxigênio, além de ser distante do hospital, circunstâncias que não recomendavam a manutenção dos atendimentos naquele local. Esclareceu que se a "Casa Covid" permanecesse em uso, existiria um risco grande de comprometimento dos quadros da Covid no Município, semelhante ao ocorrido em Manaus, em razão da impossibilidade da instalação de rede de oxigênio.

- **Mario Franco**

Esclareceu que é secretário de Negócios Jurídicos do Município. Sobre as irregularidades envolvendo a contratação de profissionais da saúde pelo CISMETRO antes da inauguração da UPA, esclareceu que foi determinada não somente a instauração de sindicância administrativa, para apuração dos fatos e eventuais responsáveis, mas, também, o ajuizamento, com êxito, de medidas judiciais visando a interrupção de pagamentos ao CISMETRO, sem a interrupção dos serviços prestados – o que foi garantido pelo Judiciário. Esclareceu, ainda, que foi determinada a exoneração do Secretário Municipal de Saúde que geria a pasta à época dos fatos.

Além das provas testemunhais, as provas documentais produzidas pela defesa também elidem, por completo, a narrativa acusatória, destacando-se:

- (i) Laudo técnico de fls. 512/515, que atesta a imprestabilidade do imóvel utilizado como "Casa COVID" para atender as demandas médicas do enfrentamento, contingenciamento, prevenção e tratamento do surto pandêmico da COVID-19;
- (ii) Ofício SMS n. 096/2022 (fls. 515), que atesta a solicitação, pela Secretaria Municipal da Saúde, do cancelamento do contrato de aluguel tendo por objeto o imóvel utilizado como "Casa Covid";
- (iii) Decisão proferida no MS n. 1000011-92.2022.8.26.0599, pela qual o juízo da 1ª Vara Judicial de Monte Mor deferiu a liminar pleiteada pelo Município, determinando que o CISMETRO se abstenha de suspender, bem como determinando o reestabelecimento da prestação de serviços de saúde (fls. 517/518);



- (iv) Ofícios da Municipalidade, com documentos comprobatórios do andamento da construção da UPA I do Município (fls. 520/530);
- (v) Laudo de vistoria técnica, com relatório fotográfico, que atesta a imprestabilidade do imóvel utilizado como “Casa COVID” para atender as demandas médicas do enfrentamento, contingenciamento, prevenção e tratamento do surto pandêmico da COVID-19 (fls. 868/884)
- (vi) Relatório de repasses realizados em 2021 pela Municipalidade ao Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus (fls. 885);
- (vii) Parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral do Município, opinando pela possibilidade de pagamento ao CISMETRO relativo ao mês de outubro/2021, sem prejuízo da tramitação da sindicância para apuração dos fatos;

Exsurge do conjunto probatório, portanto, que as imputações autorais são absolutamente inconsistentes, temerárias e inverídicas. Na realidade, as provas produzidas pela defesa demonstram, à toda evidência, que **a postura do Sr. Prefeito jamais foi negligente, omissa, dolosa ou eivada de intuito malsão** mas, ao revés, sempre pautada pelo zelo à coisa pública e, sobretudo, pela absoluta legalidade e lisura dos atos administrativos praticados, em especial nas medidas adotadas para combate ao surto pandêmico da COVID-19.

Nesses termos, se a *“justa causa corresponde a um lastro mínimo de prova, o qual deve ser capaz de demonstrar a pertinência do pedido condenatório, corroborando a narrativa contida na denúncia e a imputação dos fatos e do resultado ao acusado”*<sup>3</sup>, observa-se – como, aliás, já ocorria em sede de cognição sumária – que a pretensão do denunciante é absolutamente desprovida de justa causa.

A narrativa autoral, mais do que abusivamente genérica, é flagrantemente temerária, acintosa e leviana, porquanto **absolutamente inverídica**, como comprovado pelo robusto conjunto de provas produzido nos autos.

No que diz respeito à **Denúncia 1**, relacionada com a alegação de irregularidade da instalação da chamada “Tenda Covid”, em razão do pré-existente contrato de locação de imóvel destinado à mesma finalidade, registra-se que a narrativa acusatória é absolutamente insubsistente, pois parte de premissa equivocada.

<sup>3</sup> STJ – AP n.º. 873/DF – rel. Min. Nancy Andrighi – j. em 07/02/2018

Com efeito, apesar de ser anteriormente utilizado como “casa covid” e, posteriormente, como “Centro de Imunização de vacinas”, **referido imóvel encontrava-se absolutamente impróprio para uso destinado aos atendimentos médicos de combate à COVID-19, de modo que, diante das condições das instalações do imóvel, o mesmo estava sendo utilizado como almoxarifado pela Municipalidade.**

Essas condições foram demonstradas em laudo de vistoria técnica realizada pelo Município, instruída com relatório fotográfico, acostado às fls. 512/515 e 868/884 e deram ensejo, inclusive, ao pedido formulado pela Secretaria Municipal de Saúde, chefiada pela Sra. Eliane Regina Queiroz Piai, pelo qual se requisitou, em março de 2022, a rescisão do contrato de locação (Ofício SMS n. 096/2022 - fls. 515).

Além das provas documentais, a prova testemunhal corrobora integralmente a hipótese ora sustentada, em especial os depoimentos prestados pelas testemunhas SILVANA APARECIDA ZANETTI, ELIANE REGINA QUEIROZ PIAI e BEATRIZ MORAGHI DIAS S. BARRETO.

Dentre os sobreditos depoimentos, destacam-se os esclarecimentos prestados pela testemunha BEATRIZ M. DIAS S. BARRETO, médica atuante no Município, que elucidou que a “Casa Covid”, embora pudesse atender a demanda da realização de testes, não se mostrava mais adequada à realização de atendimentos médicos após o agravamento do surto pandêmico, que conferiu maior complexidade aos procedimentos de atendimento, em especial dos quadros graves e demandas urgentes.

Nesse sentido, a testemunha foi técnica e enfática ao esclarecer que a “Casa Covid” não estava apta a receber demandas emergenciais - seja pela precariedade da estrutura do imóvel, que não comportava sequer mesmo a instalação de redes de oxigênio; seja pela estrutura de portas, que impedia a passagem com macas; seja pela grande distância do Hospital local -, concluindo que a manutenção dos atendimentos em tal imóvel poderia colocar em risco o sistema público de saúde mobilizado para o enfrentamento da COVID, cogitando, inclusive, a possibilidade de um colapso na estrutura de atendimentos, em circunstância semelhante ao ocorrido em Manaus, de notoriedade pública.

Portanto, a narrativa acusatória de que seria despropositada a instalação da “Tenda Covid” em razão da vigência de contrato de locação de imóvel destinado à mesma finalidade é absolutamente equivocada e temerária, já que as condições das instalações do referido imóvel se revelavam impróprias para os atendimentos médicos referenciados.



No mais, as infundadas alegações relacionadas com “suspeita de tráfico de influência e direcionamento” da contratação da empresa para instalação da tenda COVID (Vertical Organização de Eventos Ltda), consistente na suposta existência de vínculos entre empresas de propriedade do peticionário e seus supostos apaniguados, são absolutamente inverídicas e, por isso mesmo desamparadas por quaisquer elementos, ainda que indiciários. **A própria acusação parte de “suspeita”, o que elide, de per si, qualquer punição, já que não há prova inconteste sobre o fato imputado.**

No que diz respeito às **Denúncias 2 e 4** – relacionadas com o suposto pagamento, no âmbito do Consórcio CISMETRO, de serviços médicos supostamente não prestados, porquanto contratados em momento anterior ao da conclusão das obras da UPA – tais fatos já foram esclarecidos perante esta própria Casa Legislativa e, inclusive, alcançados pelo instituo da coisa julgada, conforme já sustentado na tese defensiva apresentada em sede de defesa prévia.

Esses fatos foram apurados na Comissão Processante 03/21, julgada improcedente por esta Casa Legislativa, oportunidade em que **restou comprovado que o Denunciado, ao tomar ciência dos fatos ocorridos em relação ao CISMETRO e à UPA, de imediato, determinou a exoneração do Secretário da Saúde e a abertura de sindicância para apurar possíveis fraudes, impedindo, por conseguinte, o pagamento de valores controvertidos**, inclusive, frisa-se, durante o período em que a UPA estava fechada. I.e., **não há omissão, muito menos dolosa, elementos essenciais ao tipo.**

Ainda, como os repasses foram suspensos até a conclusão da sindicância, o Município impetrou um Mandado de Segurança (processo n.º 1000011-92.2022.8.26.0599) requerendo a manutenção do contrato junto a CISMETRO até a conclusão do procedimento administrativo para que, somente depois, fossem efetuados o pagamento dos serviços incontroversos, tendo sido o pedido liminar deferido pelo juízo da 1ª Vara de Monte Mor, nos seguintes termos:

*“Trata-se de mandado de segurança com pedido liminar impetrado pelo MUNICÍPIO DE MONTE MOR contra ato do SUPERINTENDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS, alegando o impetrante, em suma, ser integrante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS, sendo que, no mês de novembro de 2021, foi instaurada uma sindicância para apurar possíveis irregularidades junto à impetrada, bem como por contratações sem pedido prévio do Município, sendo impugnados alguns valores repassados pelo Consórcio para pagamento. Aduziu que, em decorrência da ausência de pagamento dos*



valores controversos, a impetrada comunicou a suspensão do atendimento da rede de saúde do Município a partir do dia 05 de janeiro de 2022. Pugnou pela concessão da liminar e, ao final, a concessão da ordem, para que o serviço de saúde seja prestado na forma anteriormente contratada, a fim de evitar o colapso das unidades de atendimento remanescentes, que causaria inestimável prejuízo à população montemorense. O Ministério Público se manifestou favoravelmente ao pleito. É o relato do necessário. A tutela de urgência comporta deferimento. Como bem ponderado pelo órgão ministerial, conquanto haja previsão contratual de suspensão dos serviços em caso de falta de repasse de verba, a suspensão parcial de pagamento se deu em virtude da suspeita de irregularidades nos valores repassados e na contratação de pessoal, fatos apurados em sindicância regularmente instaurada, tratando-se de circunstância plenamente escusável. Além disso, eventual suspensão dos serviços pelo impetrado traria imensurável prejuízo à população Montemorense, tendo em vista o atual cenário sanitário que o país atravessa, com aumento expressivo nos casos de COVID-19 e outras moléstias. Por tais motivos, tenho que a concessão da tutela de urgência é medida que se impõe. Ante o exposto, DEFIRO a liminar, determinando que o impetrado se abstenha de suspender/restabeleça a prestação dos serviços de saúde ao município de Monte Mor, devendo a impetrante efetuar o pagamento integral da contraprestação ajustada, independentemente da sindicância instaurada para apuração de fatos pretéritos. Nos termos dos incisos I e II do art. 7º da Lei 12.016/09, notifique-se a autoridade coatora, para que preste informações e apresente a documentação pertinente, no prazo de 10 dias. Intime-se.”

Ao final, estes N. Vereadores entenderam por acolher o Relatório Final elaborado pela Relatoria e, acertadamente, entendeu pela improcedência da denúncia, em 01.04.22, destacando-se:

*Além disso, o prefeito não pode ser culpado por uma denúncia caluniosa, conforme comprovado pela própria CISMETRO, devendo a Comissão só ter seguimentos se os fatos alegados fossem indefensáveis e injustificáveis, o que não ocorreu desde a Defesa prévia apresentada.*

*Além disso, o Secretário de saúde e comprovadamente (documental e testemunhal), ordenador de despesas atestou a efetiva prestação dos serviços a época em que foram pagos e, entre outros motivos, por isso foi exonerado. Mais uma prova que o denunciado agiu com zelo pelo bem público e pela forma como vem governando o Município.*



Não bastasse a prova documental produzida nos autos, as testemunhas ouvidas na instrução processual confirmaram integralmente a tese defensiva, em especial os depoimentos das testemunhas ELIANE REGINA QUEIROZ PIAI, LETÍCIA PAGOTTO PIOVESANI JULIO, e MARIO FRANCO, dos quais exsurge que a postura do Prefeito diante dos fatos foi proativa, primando pela fiscalização e regularidade dos pagamentos no âmbito do CISMETRO, sem prejuízo da manutenção dos serviços de saúde.

Portanto, ao contrário do que se sustenta na denúncia, o fato é que a gestão do peticionário não foi omissa ou negligente, mas, na realidade, determinou a imediata apuração dos fatos na seara administrativa, inclusive mediante o compartilhamento de elementos com o Ministério Público, para elucidação dos fatos, sem prejuízo de propor as medidas judiciais cabíveis para preservar os serviços públicos essenciais, a despeito de glosar os valores sobre os quais existiam dúvidas a respeito da regularidade.

Noutro giro, no que diz respeito à suposta irregularidade decorrente da conclusão das obras da UPA com recursos municipais à despeito de anterior convênio federal para realização da obra, esclarece-se que a contratação – e o atraso nos pagamentos e na obra – ocorreram na gestão anterior (Contrato Administrativo n. 229/2018, celebrado em 23/11/2018, em decorrência da TP n. 17/2018), de modo que o peticionário apenas providenciou a conclusão da Unidade de Saúde, para integração ao sistema de saúde local, inclusive para regularização da situação do Convênio celebrado com ao Governo Federal.

Com efeito, conforme se observa da documentação mencionada acima, a conclusão das obras e a observância estrita ao objeto do convênio – que a gestão anterior tentou alterar, inclusive - foi medida necessária para garantia da regularidade da utilização dos recursos repassados pelo Governo Federal, sob pena de imposição da devolução integral dos valores corrigidos, além de reprovação das contas e demais consectários cabíveis.

Esses fatos foram confirmados pela prova testemunhal produzida nos autos, em especial pela testemunha MARCO AURÉLIO GOUVEIA DA SILVA, que elucidou, com detalhes técnicos, as medidas tomadas para garantir a correta aplicação dos recursos federais e a finalização da obra, medidas negligenciadas pela gestão anterior, conforme sintetizado acima.

Não obstante, a prova testemunhal produzida nos autos, em especial o depoimento da testemunha LETÍCIA PAGOTTO PIOVESANI JULIO, ratificou integralmente a tese defensiva, esclarecendo que os profissionais de saúde que foram contratados pela CISMETRO antes da inauguração da UPA foram realocados para outras unidades de saúde, e que o Município, nesse período, glosou os respectivos pagamentos durante o período em que a UPA não estava em funcionamento – não se caracterizando, em absoluto, a hipótese de dano ao erário.

Por fim, relativamente à **Denúncia 3** – relacionada com um suposto aumento dos repasses de recursos ao Hospital Benefício Sagrado Coração de Jesus, supostamente desproporcional à demanda da COVID-19 –, as afirmações são igualmente temerárias e baseadas em indevidas presunções e análise descontextualizada dos dados e informações apresentadas.

Ressalta-se, inicialmente, que o repasse de recursos do governo federal e estadual – mormente para enfrentamento do surto pandêmico da COVID-19 –, aliado à imposição constitucional estabelecida no art. 198, §2º, III, da CF/88, deram ensejo à aplicação dos investimentos impugnados, inclusive em eventual majoração em relação aos períodos comparativos, conforme já demonstrado e pormenorizado na instrução probatória.

Vale ressaltar que a injeção de recursos na pasta da saúde, inclusive para enfrentamento do surto pandêmico – com mobilização de estrutura e pessoal para atendimento e imunização –, influenciaram positivamente na obtenção de melhores resultados nos indicadores, tal como a própria redução de casos de complicações mais graves em decorrência da COVID-19. Sobre esse aspecto, a testemunha ELIANE REGINA QUEIROZ PIAI que a média de mortalidade do município no período da COVID é de 1,5, muito abaixo da média nacional, acima de 2,1.

Não obstante, é preciso considerar, ainda, o substancial aumento de insumos e medicamentos, elevando de forma sensível os custos relativos à manutenção das unidades de saúde e dos atendimentos realizados. Sobre esse ponto, é importante esclarecer que a alocação majorada de aproximadamente 675 mil reais diz respeito à disponibilização/manutenção do atendimento 24h da UPA, denotando o caráter temerário e cívado de má-fé do denunciante.

Sobre essas acusações temerárias, o depoimento prestado pela testemunha MARLUCIA AP. DE MELO RODRIGUES foi especialmente esclarecedor, afirmando, entre outros aspectos, que (i) o paralelo traçado na denúncia entre número de internações e aumento de recursos na saúde durante a



pandemia parte de pressupostos equivocados, porque não contabiliza os atendimentos e internações “pós-covid”, isto é, sequelas e complicações que exsurtem após o período de infecção, cujo tratamento, inclusive, é mais custoso; (ii) o aumento de gastos tem, portanto, outros fatores e que se justifica em razão do período pandêmico, seja em razão de tratamentos complementares, contaminações anteriores, verbas de horas extra de colaboradores, e não somente de internações, se mostrando falsa a imputação de que a queda nas internações não justifica a manutenção/aumento de gastos.

Ressalta-se, por fim, que a própria denúncia esclarece que o Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus está sob intervenção judicial, com rígido controle do Judiciário sobre os resultados/contas apresentadas, a despeito da prestação de contas junto ao CMS que, igualmente, não verificou irregularidades nas aplicações dos recursos – circunstâncias integralmente corroboradas pelas testemunhas, especialmente nos depoimentos prestados por SILVANA APARECIDA ZANETTI, ELIANE REGINA QUEIROZ PIAI e MARLÚCIA AP. DE MELO RODRIGUES.

E para além de descaracterizarem a inverídica narrativa acusatória, a prova testemunhal produzida nos autos foi categórica a comprovar que: (i) a gestão do peticionário não foi negligente ou omissa, mas zelosa e proativa, sempre norteada pelo princípio da legalidade; (ii) o proprietário da empresa MAGS não possuem a chave de acesso à conta bancária do Município - somente possuem acesso à senha master o Prefeito, o Secretário Municipal de Saúde, Secretário Municipal de Educação e os Tesoureiros, sendo falsa a alegação de que outras pessoas teriam acesso às senhas de movimentação bancária - e que o registro de acesso mencionado na denúncia não diz respeito à conta bancária, mas à plataforma virtual de convênios do Município; (iii) todos os pagamentos, no âmbito da Municipalidade, são precedidos de empenho, e que possuem vinculação previamente definida, conforme as exigências legais; (iv) o Sr. Prefeito jamais fez qualquer solicitação ou exigência para que fossem suprimidas exigências legais próprias dos atos administrativos.

O que se observa, portanto, é que as imputações articuladas na acusatória, além de não se relacionarem com as atribuições do prefeito municipal – conforme será demonstrado adiante -, são absolutamente destituídos de lastro probatório mínimo, retirando a justa causa para processamento da persecução e, muito menos, para o decreto condenatório pretendido.

Com efeito, “a perda do mandato é a mais grave das sanções impostos ao agente público e deve ser aplicada com moderação, mediante avaliação da conduta do agente, do proveito pessoal, da lesão ao erário e da extensão do dano. A sua aplicação deve ser pautada pelos princípios da



*proporcionalidade e da razoabilidade em relação ao ato praticado, a fim de se evitar punição injusta, ainda mais em casos como este, que trata da cassação de Prefeito Municipal eleito em processo democrático regular, com ampla representatividade popular*<sup>4</sup>, sendo certo, portanto, que a aplicação da medida deve se ampara em sólido arcabouço probatório.

Não é demais reafirmar que ainda que o juízo exercido por esta N. Casa Legislativa ostente caráter parcialmente político (porque o exame da denúncia não prescinde da verificação do pressuposto jurídico, conforme anteriormente articulado), o fato é que Vossas Excelências não podem, em absoluto, ignorar a absoluta inexistência de indícios mínimos aptos a corroborar a narrativa autoral.

Conclusão em sentido contrário importaria em verdadeira inversão da ordem constitucional, porquanto o sancionamento dos agentes públicos não prescindir da inafastável observância aos direitos e garantias fundamentais próprias do Estado de Direito – sobretudo da presunção de inocência e do devido processo legal –, ainda que a pretensão punitiva esteja albergada em pretensão interesse da coletividade, em inadvertida aplicação irrestrita do brocardo jurídico *in dubio pro societate*.

Rememora-se, por oportuno, que “as iniciativas de apuração e de aplicação de sanções legais aos praticantes e aos favorecidos por atos de improbidade administrativa e, por extensão, em todas as searas do Direito Sancionador, devem ser impulsionadas com celeridade e eficiência, mas não ao arrepio das normas que regem a atuação da potestade estatal de punir, para não se regressar ao tempo em que o respeito às garantias processuais, aos direitos humanos e às prerrogativas das pessoas submetidas a juízo condenatório não eram prioridades explícitas e compromissos institucionais dos Julgadores”<sup>5</sup>.

E é exatamente por isto é que o “Judiciário pode e deve –, sempre que solicitado em ação própria, verificar se foram atendidas as exigências procedimentais estabelecidas pela lei e pelo regimento interno e se realmente existem os motivos que embasaram a condenação, e se estes motivos se enquadram no tipo definido como infração político-administrativa (do prefeito) ou falta ético-parlamentar (do vereador)” de modo que “se encontrar ilegalidade na tramitação do processo, bem como inexistência ou desconformidade dos motivos com as infrações tipificadas na lei, o Judiciário pronunciará a invalidade do procedimento ou do julgamento impugnado”<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> TJSP – AI nº. 2102453-54.2014.8.26.0000 – rel. Des. Cristina Cotrofe – j. em 19/11/2014

<sup>5</sup> STJ – REsp nº. 1282445/DF – rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho – j. em 24/04/2014

<sup>6</sup> HELY LOPES MEIRELLES, in “Direito Municipal Brasileiro”, 15ª Edição, (atual.) REIS SCHNEIDER, Márcio; NEVES DA SILVA, Edgard, Editora Malheiros, São Paulo, 2006, pp. 705/706



O que não se pode admitir, contudo, é a responsabilização do peticionário por atos que sequer eram de sua competência e, pior, de forma absolutamente desamparada de indícios mínimos. Mas é exatamente isto o que pretende o Denunciante. Por todo o exposto, diante da manifesta inexistência de indícios aptos a corroborar a narrativa autoral, é o caso de improcedência da denúncia.

#### IV. Ausência de adequação típica das imputações

Derradeiramente, como se não bastasse o descumprimento do *onus probandi* pelo Denunciante, bem como a completa descaracterização da narrativa acusatória pelas provas produzidas pela defesa, o fato é que as imputações articuladas na peça acusatória não se amoldam aos ilícitos estabelecidos no DL 201/67, circunstância que, por si só, impõe a rejeição da denúncia.

Adotando-se subsidia e analogicamente normas de persecução penal<sup>7</sup> – de inquestionável pertinência no processo político-administrativo, em virtude de sua natureza sancionatória –, consigna-se que para que haja ilícito, à luz do princípio da reserva legal, é preciso que a conduta humana positiva ou negativa, amolde-se com perfeição ao conjunto de elementos que definem o tipo descrito pela norma penal incriminadora, de modo que se o fato relatado na inicial não for típico, impõe-se a rejeição da denúncia<sup>8</sup>.

Isto é, na seara penal, somente se pode intentar a ação penal quando se imputa a alguém um fato típico, que se subsuma em uma descrição abstrata da lei penal, de modo que se o fato narrado na denúncia não se amolda a um tipo penal, não há tipicidade e a inicial deve ser rejeitada, como bem ensina Júlio Fabbrini Mirabete<sup>9</sup>. O mesmo ocorre nos processos político-administrativos de cassação do mandato do Prefeito Municipal, de inequívoca natureza punitiva, por influxo dos preceitos gerais do direito administrativo sancionador.

Rememora-se, por oportuno, que “a descrição dos corpos legislativos não se legitima quando exercida em desarmonia com os limites estabelecidos pelo estatuto constitucional, eis que as atividades dos Poderes do Estado sofrem os rígidos condicionamentos que lhes impõe a Constituição da República, especialmente nas hipóteses de inflicção de sanção punitiva, ainda que de índole política, como a decretação da perda do mandato”<sup>10</sup>, na esteira da jurisprudência iterativa do Excelso Pretório.

<sup>7</sup> Nesse sentido: TJMT - Agravo - N. 2007.029085-1/0000-00 – Rel. Des. Luiz Carlos Santini

<sup>8</sup> STJ – HC nº. 34.812/MG – rel. Min. Paulo Medina – j. em 18/11/2004

<sup>9</sup> MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Código de Processo Penal interpretado*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 203.

<sup>10</sup> STF – MS nº. 34064 MC/DF – rel. Min. Celso de Mello – j. em 16/03/2016

E, no caso, as condutas descritas, ainda que verídicas fossem – o que, afirma-se desde logo, não são – não se amoldam às hipóteses previstas em lei que autorizam a cassação do mandato, revelando-se, portanto, atípica a conduta atribuída ao peticionário.

Inicialmente, é de se ressaltar que a verificação do elemento subjetivo – este sempre a título de dolo e cuja prova, além de exclusiva do Denunciante, este não se desincumbiu do desiderato – é pressuposto intrínseco para a caracterização das infrações político-administrativa previstas no artigo 4º, do DL 201/67, consoante jurisprudência pacífica das Cortes Pátrias:

**“INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (...)** 2. *Cassação do mandato do Prefeito Municipal de Poá - Reintegração determinada em antecipação de tutela – Admissibilidade - Conduta praticada com apoio do setor jurídico - **Dolo ou lesão ao erário não demonstrados** – Dano irreparável ou de difícil reparação à vida institucional e democrática do Município. Recurso desprovido. [...] Contudo, ao menos em sede de cognição sumária, não se verifica que a conduta do Prefeito, a qual, inclusive, foi apoiada por pareceres jurídicos da Municipalidade, tenha sido realizada com fins escusos a ponto de caracterizar a prática de infração político-administrativa e gerar a gravíssima sanção da perda do mandato.” (TJSP – AI 2102453-54.2014.8.26.0000 – rel. Des. Cristina Cotrofe – j. em 19/11/2014)*

Contudo, *in casu* a inaugural não menciona a presença do elemento subjetivo na conduta – sequer mesmo a título de culpa, justamente porque, em verdade, o peticionário não praticou qualquer conduta ilícita -, exceto por genéricas e infundadas afirmações, não devidamente pormenorizadas – que se fundam, aliás, na alegação de que as despesas narradas seriam “suspeitas”.

Como se não bastasse – e a despeito da absoluta inexistência de provas ou mesmo de indícios que corroborem a narrativa autoral, até porque, repita-se à exaustão, a narrativa autoral é inverídica – o fato é que **as alegações veiculadas na incoativa não se amoldam aos elementos nucleares das infrações político-administrativas imputadas.**

Relativamente à imputação da prática das infrações previstas nos incisos VII e VIII do dispositivo de regência – “Praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática” e “Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura” – verifica-se que, ainda que o peticionário tivesse praticado qualquer conduta genericamente atribuída na incoativa (o que se admite apenas a título de argumentação), não restaria caracterizado, *in casu*, o ilícito imputado.



Inferre-se – diga-se, com muito esforço cognitivo, diante da descrição fática extremamente genérica e temerária articulada na peça inaugural – que o **Denunciante atribui ao peticionário a malversação de recursos destinados à área da Saúde, bem como a suposta omissão na fiscalização da aplicação dos recursos em tal pasta, especialmente no que diz respeito aos recursos aplicados no combate ao surto pandêmico da COVID-19.**

Isto porque a **gestão direta e imediata dos recursos afetos à área da Saúde, em regra, não compete ao Prefeito, mas, antes, à Secretaria Municipal de Saúde, com a participação ativa dos setores e níveis hierárquicos que constituem a pasta, conforme esclarecido, inclusive, pela prova testemunhal produzida nos autos, notadamente no depoimento de SILVANA ZANETTI e ELIANE PIALI.**

Com efeito, o artigo 9º, III, da Lei Federal nº. 8.080/90 – a qual dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde; a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências – é claro ao estabelecer que a direção do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal é exercida “*pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente*”.

De igual modo, o Decreto 5.472/21, que dispõe sobre a delegação de competência no âmbito municipal e dá outras providências, é claro ao estabelecer em seu artigo 1º, que fica delegada a competência, no âmbito da Administração Direta, aos titulares das Secretarias Municipais, para prática de ordenação de despesas nas respectivas áreas de atuação e nos limites dos créditos orçamentários.

Nessas circunstâncias - de **inexistência de atribuição direta do Prefeito na gestão e fiscalização da pasta da Saúde** -, restam absolutamente descaracterizadas as configurações das infrações político- administrativas imputadas, porquanto **inexistente a prática ou omissão de ato de sua competência, tampouco conduta negligente e, menos ainda, ato omissivo doloso, imputação que não encontra respaldo em elementos sequer mesmo indiciários** – ao revés, foram descaracterizados pelo conjunto probatório produzido pela defesa.

Nem poderia ser diferente, pois, para a jurisprudência do C. STJ, **a responsabilidade decorrente da infração político-administrativa deriva, necessariamente, de conduta pessoal do agente, não se admitindo que alguém cometa um ilícito e outrem seja por ele responsabilizado, na seara punitiva<sup>11</sup>. Isto porque o ordenamento não admite a responsabilização objetiva de agentes públicos<sup>12</sup>**

<sup>11</sup> STJ – REsp nº. 1.294.281/RJ – rel. Min. Cesar Asfor Rocha – j. em 26/06/2012

<sup>12</sup> STJ - REsp 997.564/SP – rel. Min. Benedito Gonçalves – j. em 18/03/2010



Nesse sentido, “eventual omissão na fiscalização do serviço prestado por seus subordinados, sem alegação de que com isso tenha obtido vantagem pessoal ou que tenha deliberadamente agido para favorecer interesse de terceiros, não se equipara ao dolo ou culpa grave necessários à caracterização do ato de improbidade”<sup>13</sup>, condição que, por incidência dos preceitos do direito administrativo sancionador, se estendem às infrações político-administrativas.

Noutro giro, na esteira da jurisprudência consolidada pelo Excelso Pretório, cuja menção se faz pertinente, uma vez que “no exercício da atividade punitiva a Administração pratica atos materialmente jurisdicionais, por isso que se submete à observância obrigatória de todas as garantias subjetivas consagradas no Processo Penal contemporâneo, onde não encontram abrigo as posturas autoritárias, arbitrárias ou desvinculadas dos valores da cultura”<sup>14</sup> – também já se reconheceu:

A mera subordinação hierárquica dos secretários municipais não pode significar a automática responsabilização criminal do Prefeito. Noutros termos: não se pode presumir a responsabilidade criminal do Prefeito, simplesmente com apoio na indicação de terceiros -- por um ‘ouvir dizer’ das testemunhas --; sabido que o nosso sistema jurídico penal não admite a culpa por presunção. O crime do inciso XIV do art. 1º do Decreto lei 201/67 é delito de mão própria. Logo, somente é passível de cometimento pelo Prefeito mesmo (unipessoalmente, portanto) ou, quando muito, em coautoria com ele. Ausência de comprovação do vínculo subjetivo, ou psicológico, entre o Prefeito e a Secretária de Transportes para a caracterização do concurso de pessoas, de que trata o artigo 29 do Código Penal [...]” (AP 447, Rel. Min. Carlos Ayres Britto, j. 18/02/09)

Portanto, é flagrantemente equivocada a premissa na qual se baseia a peça acusatória, em especial quando classifica o Chefe do Executivo como ordenador de despesas, tendo em vista a legislação de regência e, sobretudo, a delegação de competências estabelecida pelo Decreto 5.472/21. Diante disto, é manifesta a inadequação típica das condutas imputadas ao peticionário.

E conquanto o julgamento da imputação da prática das infrações político-administrativas capituladas no artigo 4º, do Decreto-Lei nº. 201/67 seja, de fato, de competência desta N. Câmara Municipal, é importante que se esclareça que o juízo excepcionalmente exercido pelo Poder Legislativo não é, em absoluto, iminente e exclusivamente político. Longe disto.

<sup>13</sup> Excerto de sentença proferida na ACP 1001840-55.2015.8.26.0114 – Exmo. Dr. Juiz de Direito Mauro Iuji Fukumoto – 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas – j. em 01/07/19

<sup>14</sup> STJ – REsp nº. 1193248/MG – rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho – j. em 24/04/2014



Considerando-se a natureza jurídico-política do julgamento das infrações político administrativas, tão elementar quanto à verificação do pressuposto político é a caracterização do pressuposto jurídico para reconhecimento da infração imputada e a consequente perda do mandato.

A esse respeito, elucidativas as considerações veiculadas na peça defensiva apresentada pela AGU, subscrita pelo Prof. José Eduardo Cardozo, no *impeachment* da ex-presidente Dilma, que, embora tecendo considerações a respeito dos crimes de responsabilidade, se amoldam à tese esposada:

*“Deveras, ao se afirmar que possuem intransponível natureza “jurídico-política”, reconhece-se que os crimes de responsabilidade exigem para a sua configuração in concreto, ou seja no mundo dos fatos, a ocorrência de dois elementos ou pressupostos indissociáveis e de indispensável configuração simultânea para a procedência de um processo de impeachment. Um é o seu pressuposto jurídico, sem o qual a apreciação política jamais poderá ser feita, sob pena de ofensa direta ao texto constitucional. O outro é o seu pressuposto político, que em momento algum poderá ser considerado pelo Poder Legislativo, em um regime presidencialista, sem a real verificação fática da existência do primeiro. Donde concluir-se que somente diante de uma realidade em que os dois pressupostos acima apontados - o jurídico e o político - se façam simultaneamente presentes é que será possível falar-se na interrupção legítima de um mandato presidencial, pela ocorrência de um verdadeiro crime de responsabilidade, sem ofensa à Constituição e ao que caracteriza um Estado de Direito em um regime presidencialista. Fora disso, o impeachment se dará com clara ofensa e ruptura da ordem jurídica e democrática vigente.”*

Em outras palavras: muito embora esta N. Casa Legislativa goze de discricionariedade política no julgamento das infrações político-administrativas imputadas ao peticionário, a deliberação não prescinde da verificação do pressuposto jurídico por parte dos I. Parlamentares, com a verificação da adequação típica da conduta às infrações taxativamente estabelecidas no art. 4º, do DL 201/67, bem como com o absoluto e irrestrito respeito às normas procedimentais e ao princípio da legalidade.

Não por outro motivo – e em aplicação ao princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional – é que muito embora seja vedado ao Judiciário se imiscuir na valoração de mérito eventualmente proferida pelo Legislativo, não ficam imunes de revisão judicial os atos praticados no âmbito do processo político-administrativa em sede de exame de legalidade – inclusive em relação à verificação de efetiva justa causa para a decretação parlamentar de perda do mandato<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> “[...] Judiciário que não pode se quedar inerte à análise da existência de justa causa jurídica para aplicação da sanção político-administrativa pretendida” (TJSP, AI 2085716-34.2018.8.26, Rel. Des. Marrey Unit, j. 19/06/18)



Portanto, assente-se, desde já, que o juízo a ser emitido pelos N. Vereadores deve se ater não só aos pressupostos políticos que revestem o pronunciamento, mas, sobretudo, ao seu pressuposto jurídico, com a verificação dos requisitos caracterizadores das infrações imputadas e seus elementos essenciais, além da inarredável observância ao postulado da legalidade.

Diante das circunstâncias, repelida a pretensão do Denunciante e evidenciada a inequívoca ausência de adequação típica das condutas imputadas, ficando afastadas as temerárias acusações de prática de infrações político-administrativa, pelo que a improcedência da denúncia é impositiva.

#### **V. Pedidos**

Diante do exposto, o peticionário:

- (i) ratifica integralmente os itens III, "B" e "C" da defesa prévia apresentada, bem como todos os requerimentos, realizados oralmente ou por manifestações por escrito nos autos, relativos à imprestabilidade dos elementos probatórios, em razão do flagrante comprometimento da cadeia de custódia e da manifesta ilicitude (já reconhecida por esta N. Comissão), para que se determine o imediato desentranhamento dos elementos impugnados, sob pena de nulidade absoluta do feito;
- (ii) pugna pela conversão do julgamento em diligência, para que seja apreciado e deferido o pleito de produção de prova pericial contábil, sob pena de nulidade do procedimento, por grave violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa;
- (iii) pugna pela análise da tese defensiva de inépcia da peça acusatória sob a perspectiva de ausência de apresentação de documentos e elementos referenciados na denúncia; antes da submissão da denúncia a julgamento pelo plenário, sob pena de violação aos postulados do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório;

Não obstante, o peticionário, **ratificando toda a defesa prévia, manifestações escritas, debates orais e provas produzidas, resumidas nestas alegações finais, requer seja opinado pela total improcedência da denúncia, seja pela ausência de prova que lhe dê robustez, seja pela não comprovação dos fatos alegados, seja pela não subsunção ao seu objeto, fugindo dos contornos legais, seja pela contraprova apresentada que elide todos os fundamentos constantes na acusação, seja, ainda, pela total ausência do preenchimento dos requisitos concomitantes para a caracterização de infração político-administrativa imputada, como medida da mais lúdima justiça!**

MARCELO PELEGRINI BARBOSA  
OAB/SP 199.877-B

FILIPPE PRIOR  
OAB/SP 348.025





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

TERMO DE DELIBERAÇÃO

## COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

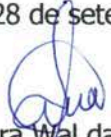
TERMO DE DELIBERAÇÃO



### TERMO DE DELIBERAÇÃO

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, às 09 horas (nove horas), na sala de reuniões da Câmara Municipal de Monte Mor, presentes os Vereadores Wal da Farmácia, Nelson Almeida e Milziane Menezes, respectivamente presidente, relator e membro da Comissão Processante publicada sob portaria nº 60 de 22 de junho de 2022 para deliberar sobre o Parecer Final, nos termos do artigo 5º, inciso V do Decreto Lei nº 201, de 1967, deliberam o seguinte: O Relator apresentou seu relatório por escrito opinando pela **IMPROCEDÊNCIA DAS DENÚNCIAS**, requerendo o **ARQUIVAMENTO** das mesmas. Instados a votar, a Vereadora Wal da Farmácia (presidente) e a Vereadora Milziane Menezes (membro), proferiram voto acompanhando o relator. Assim, a Comissão Processante por unanimidade, considera-se como Parecer Final, pela **IMPROCEDÊNCIA DAS DENÚNCIAS**, contra o Prefeito Municipal de Monte Mor Sr. Edvaldo Antonio Brisch, pelas infrações político administrativas constante nos incisos VII e VIII, do art. 4º, do Decreto Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. Por fim, a Comissão encaminhará os autos por meio de Memorando para o Presidente da Câmara, e solicitará a convocação de sessão para julgamento, bem como, a comunicação da data e hora aos vereadores e ao Prefeito Sr. Edvaldo Antonio Brisch. Ademais, junta-se em anexo, o **PARECER FINAL** da Comissão Processante. Desta forma, lavrada o presente termo, que vai assinada pelos integrantes da Comissão Processante nº 02/2022.

Monte Mor, 28 de setembro de 2022

  
Vereadora Wal da Farmácia  
Presidente

  
Vereador Nelson Almeida  
Relator

  
Vereadora Milziane Menezes  
Membro



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

Parecer Final CP 02/2022

FOLHA Nº

972

VISTO

## COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

PARECER FINAL COMISSÃO PROCESSANTE Nº 02/2022

Denunciante: ALEX SIMPLÍCIO FURTADO

Denunciado: EDIVALDO ANTÔNIO BRISCHI

A Comissão Processante, por esta relatoria e por seus membros infra-assinados, nos autos da CP nº 02/2022, em atendimento ao disposto no artigo 5º, inciso III, do Decreto Lei 201/67, vem, emitir parecer sobre a denúncia, o que faz nos seguintes termos.

### INTRODUÇÃO

Trata-se de Comissão Processante, levada a efeito pelo Legislativo Municipal, com a finalidade de apurar a denúncia formulada pelo eleitor Alex Simplicio Furtado, contra o Chefe Executivo Municipal de Monte Mor, Edivaldo Antonio Brischi, pelo possível cometimento de infração político-administrativa.

Apresentada a denúncia, na 20ª Reunião Ordinária, houve aprovação pela instauração da presente Comissão Processante, nº 02/22, composta pelos vereadores Valdirene Joandsin Silva (presidente), Nelson Almeida (relator) e Milziane Menezes (membro).

A Portaria nº 60 de 22 de junho de 2022, que dispõe sobre a instauração da Comissão Processante, para apurar a denúncia nº 02/2022, está anexa as fls. 382, volume 01.

Os membros desta Comissão Processante intimaram depoentes, tomaram oitivas e analisaram documentações pertinentes ao fato, observando com o máximo de rigor o rito processual fixado pelo DL 201/67, assim como as normativas constitucionais.

Com isso, foi oferecida a mais ampla possibilidade de contraditório e ampla defesa ao denunciado.





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



## **DA DENÚNCIA**

A denúncia ofertada por ALEX SIMPLICIO FURTADO, traz em síntese os seguintes fatos a serem apurados:

### **Denúncia 01 – “TENDA COVID”**

O primeiro ponto a ser abordado diz respeito a alegação de irregularidades na contratação da empresa Vertical Organização de Eventos Ltda, responsável pela instalação de ala destinada ao enfrentamento da pandemia (TENDA COVID), junto ao Hospital Sagrado Coração de Jesus.

O autor denunciante, destaca a duplicidade da despesa, uma vez que já existia uma residência locada com a destinação CASA COVID, com custo de R\$ 24.931,96, de setembro a dezembro de 2021.

Já a TENDA COVID teve um custo aos cofres públicos no valor de R\$ 167.000,00.

### **Denúncia 02 - Obras UPA**

O segundo ponto da denúncia diz respeito a contratação da empresa RW Engenharia Ltda, para conclusão das obras da Unidade de Pronto Atendimento – UPA.

Segundo consta da denúncia, para que a empresa RW Engenharia Ltda, pudesse dar continuidade a obra, foi realizada uma renegociação de um débito, e, após o pagamento houve a entrega da obra.

No caso, a irregularidade consiste na utilização de verbas municipais para a contratação da empresa RW Engenharia Ltda, uma vez que os recursos federais já haviam se esgotado.



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



## **Denúncia 3 - Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus**

Não há justificativas para o aumento de repasses efetuados pela Municipalidade ao Hospital Beneficente Coração de Jesus.

## **Denúncia 4 - contratação de médicos e equipe de enfermagem.**

Acrescenta ainda o Autor denunciante, que médicos e equipe de enfermagem foram contratados um mês antes do término das obras da UPA, havendo despesa indevida com a remuneração desses prestadores de serviços, sem a devida contraprestação dos serviços.

Em 24/06/2022, ocorreu a primeira reunião da Comissão Processante (fls. 401), dando início aos trabalhos, com a resolução de que fosse dada ciência ao denunciado, nos termos do Decreto Lei 201/67.

As fls. 405/412 e 424 consta notificação encaminhada ao denunciado e as certificações das tentativas frustradas em formalizar a mesma, com posterior determinação de notificação, via publicação em edital (fls. 414/416), ato referendado em segunda reunião da Comissão Processante (fls. 420).

Em 04/07/2022, a defesa do denunciado, Sr. Edivaldo Antônio Brischi protocolou o requerimento administrativo nº 336/2022, alegando em síntese nulidade da notificação via imprensa oficial e outros questionamentos (fls. 435 e seguintes).

Em que pese a inexistência de ilegalidade, foi deferida os termos do requerimento 336/2022 (fls. 447), com a realização da notificação pessoal do denunciado no dia 08/07/2022 (fls. 448).

Em ato subsequente, foi ofertada defesa prévia aos termos da denúncia.

### **DA DEFESA PRÉVIA**





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



Consta as fls. 465 e seguintes os termos da defesa prévia ofertada pelo denunciado.

Preliminarmente, a defesa alega:

- 1- Suspeição da Vereadora Presidente da Comissão Processante, pois segundo o Denunciado a mesma não é imparcial em seus julgamentos, colacionando falas anteriores da mesma, durante as Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Monte Mor.
- 2- Desentranhamento de provas impertinentes. Para a defesa o Autor anexou um vasto volume de provas, sem, contudo, identificar a utilidade e necessidade da apresentação dos mesmos.

E continua, suas afirmações no sentido de que o Autor não demonstrou o nexo de causalidade entre os documentos acostados a inicial e os fatos imputados ao Denunciado e descritos na inicial.

- 3- Quebra da cadeia de custódia.

O denunciado em sede preliminar, traz a discussão sobre a origem dos documentos obtidos pelo Denunciante, pois não consta dos autos que o mesmo tenha efetuado qualquer requerimento administrativo junto aos órgãos públicos para obtenção de tais informações.

Acrescenta ainda a exposição de dados sigilosos de servidores, com quebra do disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018.

- 4- Inépcia da denúncia.

Alega que a denuncia traz fatos descritos de forma genérica, sem embasamento



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



documental a suportá-la.

- 5- Coisa julgada administrativa - denúncias de números de 02 e 04 foram discutidas no âmbito da CP 03/2021, cuja denúncia foi rejeitada.

No mérito, o Denunciado inicia sua defesa tecendo comentários sobre os limites de atuação da presente Comissão Processante e acrescenta:

- 1- Ausência de Justa causa – inexistência de infração política administrativa.

O Denunciado alega que as acusações efetivadas não se amoldam nas hipóteses autorizativas em lei para a cassação do mandato.

Segundo o denunciado, não consta em sede de denúncia, que o Prefeito Municipal tenha agido com dolo, não caracterizando desta forma, a alegada prática de infração político administrativa.

Para o denunciado, a alegação de atribuição de malservação de recurso destinados à área de saúde, e sua respectiva fiscalização estavam a cargo da Secretária de Saúde.

- 2- Ausência de justa causa - denúncia temerária. Trancamento da Comissão Processante.

Acrescenta que com relação a denúncia 1 - Tenda Covid - o imóvel anteriormente alugado, estava impróprio para uso da Secretária de Saúde, como fonte de combate a COVID, sendo utilizado como almoxarifado.

E destaca que a Secretaria Municipal de Saúde, solicitou a rescisão de referido contrato de locação.

E acrescenta que as suspeitas de tráfico de influências e direcionamento nas contratações, não possuem embasamento fático probatório.





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



Com relação as denúncias 2 e 4, afirma que já foram objeto da CP 03/21, ocasião em que ficou esclarecido que assim que o denunciado teve conhecimento dos fatos ocorridos em relação ao CISMETRO e à UPA de imediato determinou a exoneração do Secretário de Saúde, a época, abertura de sindicância e suspensão dos pagamentos com valores controvertidos.

Bem como impetrou Mandado de Segurança, processo número 1000011.922022.8.26.0599, requerendo a manutenção do contrato junto ao CISMETRO até a conclusão da sindicância, com autorização do pagamento dos serviços tidos por incontroversos, sendo a liminar deferida.

Com relação ao uso de recursos municipais para conclusão das obras da UPA, afirma que o atraso nos pagamentos e na obra, ocorreram na gestão anterior, de modo que o denunciado apenas adotou medidas para fins de ter as obras concluídas.

Com relação a denúncia 03, relacionado ao aumento de repasses ao Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, afirma que os recursos do governo federal e estadual para enfrentamento do surto COVID 19, deram ensejo aos repasses impugnados.

Ressaltou que a própria denúncia esclarece que o Hospital se encontra sobre intervenção judicial e acresce que não foram verificadas irregularidades na aplicação dos recursos.

Do exposto, o denunciado conclui que as articulações constantes na denúncia, não dizem respeito as atribuições do prefeito municipal, e, não possuem lastro probatório, o que caracteriza ausência de justa causa para prosseguimento da presente Comissão Processante.

Por derradeiro, a defesa requer em seus pedidos finais, a expedição de ofícios, aos órgãos que discrimina, para que tomem ciência da apresentação de dados sigilosos e oferta rol, indicando 12 testemunhas para serem ouvidas por esta Comissão Processante, caso haja parecer pelo prosseguimento do feito.



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



Com relação ao número de testemunhas, o mesmo ofendeu os termos do Decreto Lei 201/67, que preceitua a possibilidade de serem arroladas até 10 testemunhas, sendo que a defesa procedeu a readequação, conforme consta as fls. 657, destes autos.

## **DO PARECER PRÉVIO**

Consta as fls. 535 e seguintes destes autos, Parecer Prévio, atendendo-se o disposto no artigo 5º, inciso III do Decreto Lei 201/67.

Em que pese os argumentos trazidos em sede de Defesa Prévia, os mesmos foram insuficientes para ensejar o arquivamento da denúncia em debate, havendo resolução pela necessidade de elucidação dos fatos expostos na denúncia.

Desta forma, concluiu-se pelo prosseguimento dos trabalhos da Comissão Processante, pautada no respeito ao devido processo legal e dos princípios do contraditório e ampla defesa.

## **DA INSTRUÇÃO**

Aos 26/07/2022 (fls. 547), foi deliberado a notificação do denunciado para fins de prestar esclarecimentos, audiência designada para 03 de agosto de 2022, as 10:00 horas.

As fls.555 consta requerimento da defesa do denunciado, formalizada por seu patrono, o advogado Marcelo Pelegrini Barbosa, sustentando o quanto segue:

"...Ocorre que, na próxima quarta e quinta-feira, dias 03 e 04 de agosto de 2022, respectivamente, o peticionário, na qualidade de representante legal da Frente Nacional de Prefeitos – FNP, participará presencialmente do julgamento do Tema 1.199, de Repercussão Geral do C. STF (cf. doc.01), bem como, como já atua na defesa dos interesses da FNP nas ações constitucionais com o mesmo objeto, também integrará o julgamento da Adin 4042, em que se discute a (in)constitucionalidade das normas previstas na nova Lei de Improbidade





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



Administrativa (sic).

Diante dos fatos narrados, requereu o adiamento da oitiva do denunciante para a próxima sexta-feira, dia 05/08, às 10:00 horas, a fim de possibilitar a participação presencial do advogado requerente.

O pedido do denunciado foi indeferido (fls. 583), uma vez que a procuração juntada aos autos fls. 440, consta a outorga de poderes para representar o denunciado por diversos advogados, habilitados a realizarem sua defesa.

As fls.592, consta ata de depoimento com certificação da ausência do denunciado, com a presença de seus patronos, Drs. Marcelo Pelegrini, Felipe Prior e Mayara Neto, que suscitaram violação ao princípio da publicidade, nulidade das reuniões 05 e 06 da Comissão Processante, alegando ausência de intimação, desrespeito ao disposto no artigo 400 CPP.

A certificação da publicidade dos autos consta as fls. 599.

Consta as fls. 604 destes autos que o denunciado impetrou Mandado de Segurança, processo 1002134.65.2022.8.26.0372, em tramite perante a 2ª Vara Cível de Monte Mor, cujo objeto consistia na suspensão do depoimento do denunciado designado para 03 de agosto e na observância do rito estabelecido pelo artigo 400 do CPP. A liminar pleiteada foi indeferida, com posterior pedido de desistência do feito pelo denunciado, por perda superveniente do objeto (fls. 850) e extinção do feito, devidamente homologado pelo Juízo local (fls. 902).

A intimação das reuniões 05 e 06 constam as fls. 546, 549, 613.

E ainda, a resposta formal aos questionamentos realizados pela defesa do denunciado, em 03/08/2022, constam as fls. 648 destes autos.

As fls. 654, a defesa do denunciado, insurge com a suposta violação a lei geral de proteção de dados, alegando que o Autor, em sua inicial, trouxe documentos contendo informações pessoais de enfermeiros e equipe médica contratados para trabalhar no UPA. Os



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



questionamentos ventilados pela defesa foram respondidos no decorrer da instrução desta Comissão Processante e as respostas encontram-se consolidadas as fls. 904 destes autos.

Considerando que a defesa arrolou 10 testemunhas, aos 22/08/2022 ficou determinado que seriam ouvidas 5 testemunhas, por reunião, com datas previstas para 31/08/2022 e 02/09/2022 (fls. 661), sendo que neste mesmo ato, para fins de evitar alegação de nulidade, ficou deliberado que a oitiva do denunciado ocorreria após a colheita dos depoimentos das testemunhas arroladas.

Convocações para prestarem depoimentos encaminhados as testemunhas arroladas pelos denunciados, constam as fls. 665 e seguintes dos autos.

Dia 31 dias de agosto de 2022, no plenário da Câmara Municipal de Monte Mor, situada à Rua Rage Maluf, 61, Centro, Monte Mor - SP.CEP: 13190-027, presentes os vereadores Wal da Farmácia, Nelson Almeida e Milziane Menezes, respectivamente Presidente e membros da Comissão de Processante nº 02/2022, o patrono do denunciado Dr. Marcelo Pelegrini Barbosa, OAB nº 199.877-8, procuração constante à folha 440, prestaram depoimentos: Silvana Aparecida Zanetti, Secretária de Finanças, Eliane Regina Queiroz Piai, Secretária de Saúde, Letícia Pagotto Piovesani Julio, Presidente da Comissão de Sindicância e Priscila Goulart Lauria Chacon, Assessora Institucional, todos na qualidade de testemunha de defesa. A testemunha Mário Cesar Franco Junior, com oitiva designada para 31/08/2022, não pode comparecer ao ato, tendo sido apresentado atestado médico, e sua oitiva redesignada para 12/09/22.

Dia 02 de setembro de 2022, prestaram depoimentos: Marco Aurélio Gouvêa da Silva, prestador de serviço da Prefeitura Municipal de Monte Mor, seguido do depoimento da Sra. Marlucia Aparecida de Melo Rodrigues, diretora presidente do hospital e a Dra. Beatriz Moraghi Dias da Silva Barreto, médica, todos na qualidade de testemunha de defesa. A testemunha agendada para 02/09/2022, Carlos Marcio da Silva, Diretor de Obras, não pode comparecer, apresentando atestado médico. Houve desistência da oitiva do depoimento da testemunha Edinauro Gonçalves da Silva.





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



Em 12/09/2022, foi procedida a oitiva da testemunha Mário Cesar Franco Junior, procurador, com a desistência da oitiva da testemunha Carlos Marcio da Silva (fls. 919).

A gravação dos depoimentos encontra-se encartados nos autos, assim como disponíveis no canal oficial da Câmara Municipal de Monte Mor e na plataforma Youtube da Câmara Municipal de Monte Mor.

As fls. 919, constou que o depoimento do denunciado ocorreria em 19/09/2022, as 10:00 horas, porém o mesmo não compareceu ao ato (fls. 926), apresentando razões por escrito (fls. 927 e seguintes).

As fls. 933, consta notificação do denunciado encerramento da instrução probatória, para tanto, com fulcro no inciso V, art. 5º, do Decreto Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, abriu vista do processo para que o mesmo apresentasse RAZÕES ESCRITAS, no prazo de cinco dias.

## **DA ANÁLISE DO MÉRITO**

Com relação as preliminares arguidas, em sede de razões finais, têm-se que a mesmas já foram objeto de análise quando do parecer prévio (fls. 535 e seguintes) e no decorrer da instrução processual administrativa, sendo que nesta oportunidade ratifica-se todas as decisões adotadas.

Tais preliminares, não prejudicam a análise do mérito e, conforme observa-se no transcorrer da instrução processual, foi observado o rito processual fixado pelo Decreto Lei 201/67, com a mais ampla possibilidade do contraditório e ampla defesa.

Houve também observância do princípio do devido processo legal e observância dos princípios, direitos e garantias constitucionais, bem como a clara e ampla colaboração e aceitação dos pedidos da Defesa, como redesignação de datas de depoimentos, observância do artigo 400 CPP, substituição depoimento pessoal do denunciante por razões escritas e,



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



desta forma, passe-se análise ao mérito.

Na Denúncia 01 - referente a TENDA COVID, imputa-se ao Chefe do Executivo Municipal, irregularidades na contratação da empresa Vertical Organização de Eventos, responsável pela instalação destinada ao enfrentamento da pandemia (COVID-19), no Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus.

Conforme restou documentalmente comprovado nos autos, a gestão anterior locou um imóvel, localizado na Rua Almirante Tamandaré, 27, Parque Imperial, destinado justamente ao enfrentamento da pandemia, imóvel denominado CASA COVID.

Segundo a denúncia, houve duplicidade de despesas, com efetivo prejuízo ao erário:

***O fato que chama atenção neste caso não é o valor da despesa, mas a duplicidade da mesma, pois, já existia uma residência locada com a destinação "Casa Covid" que foi gasto R\$ 24.931,96 de setembro de 2020 até dezembro de 2021 incluindo até um pagamento indenizatório que comprova a duplicidade da despesa e que se encontra fechada desde janeiro de 2021, sem qualquer uso e, ainda assim, foi feita a locação de uma tenda com valor superior, que totaliza R\$ 167.000,00, aumentando o gasto com um local na casa de 569,82%. Fato esse que merece atenção e investigação. (sic denúncia).***

A locação e existência do espaço CASA COVID é incontroverso nos autos, porém a defesa alega que o imóvel se encontrava impróprio para o uso destinado aos atendimentos médicos de combate a COVID 19, sendo utilizado para almoxarifado da Municipalidade.

Os valores expostos, com relação a instalação TENDA COVID em sede de denúncia também não foram questionados pela defesa.

O tráfego de influência, para fins de contratação a empresa responsável pela instalação da TENDA COVID, também não restou afastado pela defesa.





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



No caso temos o envolvimento de empresas em cujos quadros temos servidores públicos municipais comissionados, de alto escalão da Prefeitura de Monte Mor, o que por si só ofende os princípios da impessoalidade, moralidade, consagrados na Constituição Federal.

A defesa NÃO negou que:

- 1- Que a empresa MAGS Consultoria e Assessoria Empresarial e Gestão Pública, tem como sócio proprietário o Sr. Marco Aurélio Gouvêa da Silva, ex-diretor de Desenvolvimento Industrial da Prefeitura de Monte Mor e, que foi contratada para efetuar o abastecimento de dados junto às plataformas interativas de programas governamentais.

Aliás, a contratação via carta convite ficou evidente no próprio depoimento do Sr. Marco Aurelio, realizado em 02/09/2022, perante a Comissão Processante, assim como que o mesmo foi responsável pelo diagnóstico da situação da UPA, quando o denunciado tomou posse, bem como a situação dos convênios (vide gravação a partir dos 29 minutos).

- 2- Diante das informações obtidas pela empresa MAGS Consultoria, seu sócio administrador, Marco Aurelio, informou o Senhor Fabrício Augusto Portugal, na época Secretário Municipal Assuntos Metropolitanos e Relações Institucionais, da existência de recursos federais da possibilidade da instalação de uma unidade de atendimento exclusiva para os casos de Covid-19, tendo o denunciado autorizado a contratação para este fim.
- 3- Foi contratado a empresa Vertical Organização de Eventos Ltda, para a instalação da TENDA COVID, pelo valor de R\$ 167.000,00; empresa que mantém parcerias com empresas em que figuram como sócios o denunciado ou o ex-secretário Municipal de Assuntos Metropolitanos e Relações Institucionais. Referidas parcerias não foram negadas pela defesa.

No caso, não foi afastado a alegação da acusação de que o custo com a CASA COVID foi de R\$ 24.931,96 de setembro de 2020 até dezembro de 2021 e que foi feita a locação de uma tenda com valor superior, que totaliza R\$ 167.000,00, aumentando o gasto com um local na



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



casa de 569,82%, porém foi demonstrado com laudo técnico e vistoria fotográfica e também através do depoimento da Dra. Beatriz Moraghi Dias da Silva Barreto que a CASA COVID não tinha condições de atender a demanda pandêmica do COVID 19 e estava sendo utilizada como almoxarifado, por tanto estava em utilização a serviço da municipalidade somente locada na pasta errada, tendo seu contrato encerrado, por tanto está Comissão mantem-se a improcedência da denúncia.

Na Denúncia 02 e 04, imputa-se ao denunciado a contratação da empresa RW Engenharia Ltda, para conclusão das obras da Unidade de Pronto Atendimento – UPA.

Segundo consta da denúncia, para que a empresa RW Engenharia Ltda, pudesse dar continuidade a obra, foi realizada uma renegociação de um débito, e, após o pagamento houve a entrega da obra.

No caso, a irregularidade, segundo a acusação, consiste na utilização de verbas municipais para a contratação da empresa RW Engenharia Ltda, uma vez que os recursos federais já haviam se esgotado.

Ainda no que se refere a UPA, acrescenta o Autor denunciante, que médicos e equipe de enfermagem foram contratados um mês antes do término das obras da UPA, havendo despesa indevida com a remuneração desses prestadores de serviços, sem a devida contraprestação dos serviços.

No que se refere as denúncias 02 e 04, o denunciado tem razão ao informar que tais fatos já foram objeto de análise por esta Casa de Leis, através da Comissão Processante 03/2021.

Neste patamar, tem-se que o atual denunciante, não trouxe nenhum elemento novo, que impõe a esta Casa o dever de reanalisar seus julgados.

Por certo que o denunciante, inconformado com a decisão da CP 03/2021, buscou através de um método obliquo, interpor um recurso, inexistente, em nossa cadeia processual, para





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



incluir nesta esfera a reanálise de tais fatos.

Contudo, diante da ausência de elementos novos, esta Comissão reporta-se, com todas as vênias, as provas e julgados constantes na CP 03/2021, mantendo-se a improcedência da denúncia nestes aspectos.

E, por fim, temos a Denúncia 03, onde o denunciante alega que não há justificativas para o aumento de repasses efetuados pela Municipalidade ao Hospital Beneficente Coração de Jesus.

A denúncia em debate improcede, uma vez que o depoimento da Marlucia A. de Melo Rodrigues, Presidente do Hospital Beneficente Sagrado Coração de Jesus, desde 2018, esclareceu que recebe repasses da Prefeitura de Monte Mor, a ordem de 680 mil reais mensais, valor suficiente para cobrir as despesas da UPA, mas não do Hospital.

Acrescentou que os documentos acostados a denúncia são verdadeiros, e que se referem a informações do Hospital, repassadas ao CMS.

Esclareceu ainda, que as considerações realizadas pelo denunciante, não consideram os atendimentos e internações pós-covid, não consideram as sequelas de referida patologia.

Esclareceu ainda a depoente, que houve aumento de gastos, justificada pelo período pandêmico, seja em razão de tratamentos complementares, contaminações anteriores, horas extras de colaboradores, ou seja, há inúmeros outros fatores que não foram observados pelo denunciante, e, que justificam o aumento das despesas e respectivo repasse.

Tem ainda que o Hospital está sob intervenção judicial, e, o denunciante não apresentou nenhum resquício de irregularidade, apontado no processo intervenção e nem tão pouco pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Assim restou justificado o aumento do repasse, sendo improcedente a presente denúncia.



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



Diante de todo exposto, com relação as denúncias de números 01, 02, 03 considerando os documentos e depoimentos acostados aos autos, conclui-se pela **IMPROCEDÊNCIA DAS DENÚNCIAS**, requerendo o **ARQUIVAMENTO** das mesmas.

Com relação ao pedido formulado em sede de razões finais, para conversão do julgamento em diligência para perícia contábil, indefere-se, vez que os documentos acostos aos autos, são suficientes para análise meritória.

Monte Mor, 28 de setembro de 2022

  
Vereador Nelson Almeida  
Relator

  
Vereadora Valdirene Joandsin da Silva  
Wal da Farmácia - UNIÃO BRASIL

  
Eliane Menezes de Brito  
Eliane Menezes - PSDB  
Vereadora





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



## COMISSÃO PROCESSANTE DENÚNCIA Nº 02/2022

### CERTIDÃO

Certifico para todos os fins e para quem possa interessar que a Vereadora Milziane Menezes, foi sorteada na 20ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura (2021 - 2024) no dia 20 de junho de 2022 (fls. 385 e seguintes) como membro da Comissão Processante que investiga a Denúncia 02/2022, protocolada sob portaria 60 de 22 de junho de 2022 (fl. 382) e que participou das reuniões desta CP como segue:

- Dia 24 de junho de 2022 às 10:00 horas – Ata 01 (Folha 401);
- Dia 04 de julho de 2022 às 17:00 horas – Ata 02 (Folha 420);
- Dia 08 de julho de 2022 às 09:00 horas – Ata 03 (Folha 447);
- Dia 22 de julho de 2022 às 10:00 horas – Ata 04 (Folha 463);
- Dia 25 de julho de 2022 às 16:00 horas – Ata 05 (Folha 534);
- Dia 26 de julho de 2022 às 13:00 horas – Ata 06 (Folha 547);
- Dia 17 de agosto de 2022 às 10:00 horas – Ata 07 (Folha 659);
- Dia 19 de agosto de 2022 às 10:00 horas – Ata 08 (Folha 660);
- Dia 22 de agosto de 2022 às 14:00 horas – Ata 09 (Folha 661);
- Dia 31 de agosto de 2022 às 9:00 horas – Sessão de Depoimento (Folha 854);
- Dia 02 de setembro de 2022 às 9:00 horas - Sessão de Depoimento (Folha 896);
- Dia 12 de setembro de 2022 às 9:00 horas - Sessão de Depoimento (Folha 919);
- Dia 19 de setembro de 2022 às 9:00 horas - Sessão de Depoimento (Folha 926);
- Dia 28 de setembro de 2022 às 9:00 horas – Termo de Deliberação (Folha 971).

Monte Mor, 28 de setembro de 2022.

  
Vereadora Wal da Farmácia  
Presidente da Comissão Processante



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

MEMORANDO INTERNO

## COMISSÃO PROCESSANTE

DENÚNCIA Nº 02/2022

MEMORANDO INTERNO

FOLHA Nº

988

VISTO

MEMORANDO 09/2022

Ref. SOLICITAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO PARA JULGAMENTO DENÚNCIA Nº02/2022.

Senhor Alexandre,

Para os devidos fins, a Comissão Processante constituída para apurar alegação de ocorrência de infração político administrativo em que figura como denunciado o senhor Edivaldo Antônio Brischi, utiliza do presente para REMETER a Vossa Excelência, os autos do processo administrativo publicado sob portaria nº 60 de 22 de junho de 2022 e SOLICITAR a convocação de sessão para julgamento da denúncia nº 02/2022, pelo Plenário dessa Egrégia casa de Lei, nos termos do Regimento Interno e Decreto Lei nº201/67.


A Comissão, aproveita o ensejo para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Monte Mor, 28 de setembro de 2022.

  
Nelson Almeida Flor  
Nelson Almeida - Solidariedade  
Vereador

  
Vereadora Wai da Farmácia  
Presidente da Comissão Processante

Exmo. Senhor Alexandre Pinheiro  
Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor  
Nesta.

  
Milziane Menezes de Brito  
Milziane Menezes - PSDB  
Vereadora